

ISSN 1677-3942

# OMNIA

SAÚDE AGRÁRIAS HUMANAS

Revista Científica do Centro Universitário de Adamantina - UniFAI

**Suplemento do  
XIII Congresso de Iniciação Científica  
(21 a 25 de outubro de 2019)**

**CIÊNCIAS HUMANAS**

# Revista OMNIA

Revista Científica do Centro  
Universitário de Adamantina - UniFAI

ISSN 1677-3942

## Reitor

Prof. Dr. Paulo Sergio da Silva

## Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Alexandre Guimarães  
Botteon

## Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. José Aparecido dos Santos

## Pró-Reitor de Ensino

Prof. Dr. Delcio Cardim

## Pró-Reitor de Extensão

Prof. Dr. Wagner Amado Belo de Oliveira

## Comissão Organizadora

### Presidente

Prof. Dr. José Aparecido dos Santos

## Membros

Prof. Dr. José Aparecido dos Santos

Prof. Me. André Mendes Garcia

Prof. Dr. Délcio Cardim

## Comitê Científico

Prof. Dr. Wendel Cleber Soares

Profa. Me. Simone Leite de Andrade

Profa. Me. Regina Eufrásia do

Nascimento Ruete

Prof. Dr. Orlando Antunes Batista

## Revisão Linguística

Prof. Dr. Orlando Antunes Batista

Prof. Dr. Paulo Boschcov

## Coordenação de Comunicação Científica

Prof. Dr. Paulo Boschcov

## Jornalista Responsável

Jesana Lima – MTB: 75651/SP

## Equipe de Apoio

Cléia de Andrade dos Santos

Angela Gonzales F. Omodei

## Arte e Editoração Eletrônica

Lélia Amara Bachega Nakau Miyazaki

## EDITORIAL

O germe da curiosidade (a principal característica dos cientistas) existe em todos lugares onde se busca saber mais. Em Adamantina, este germe tem sido cultivado com regularidade e empenho em todos esses anos! Pessoas com diferentes idades e formações têm trazido suas contribuições aos congressos científicos da UniFAI. Um olhar mais atento percebe que cada uma dessas contribuições requer preparo e constância (embora alguns tenham sido apenas episódios isolados). A UniFAI tem sido o único fórum na Alta Paulista, onde essas pessoas encontram uma coisa em comum: o Método Científico. Essas pessoas querem dialogar com outras pessoas que têm o mesmo tipo de interesse. Elas são curiosas, querem conhecer mais sobre aquilo que era antes ignorado, aceitando sugestões e críticas para então saber mais

Grosseiramente, o conhecimento científico é uma colcha de retalhos cujas peças estão soltas, à espera de alguém que as consiga encaixar, como em um quebra-cabeças. Algumas pessoas da Ciência conseguem juntar as peças dentro de uma visão histórica dando-lhes forma e corpo. As pessoas que estão fora desse contexto se encantam com a genialidade e a fama alcançada por alguns pesquisadores. Já os que estão dentro, sabem que o trabalho nos laboratórios (ou em campo) é constituído de 99% de transpiração e 1% de inspiração.

Os cientistas buscam aguçar o olhar e aperfeiçoar suas ferramentas. Eles reconhecem suas limitações anteriores, buscam superar suas limitações, criam outras formas de observar e formular novas perguntas. Eles perseveram na busca de um corpo de resultados e procuram dar uma resposta lógica à pergunta inicial. Por outro lado, eles buscam não só obter dados e propor interpretações, mas também escrever de forma clara e concisa (dentro do estilo científico), de modo que outros pesquisadores possam ler e entender logo. Buscam ainda melhorar a qualidade de sua redação científica (nos idiomas científicos nacional e internacional), aguçando a curiosidade dos colegas pesquisadores, provocando seu interesse.

Vale lembrar que as ideias são discutidas e as práticas são julgadas usando a lógica, dentro do jeito humano de ser. Aqueles que se encantam com esse caminho devem se olhar no espelho buscando consertar seus defeitos e melhorar cada vez mais seu desempenho. As pedras que nos fazem tropeçar podem ser vistas diferentemente: como algo que interrompe nossa trajetória e nos deixa contrariados (furiosos, às vezes) ou como material para construção de um novo edifício.

Até o próximo Congresso UniFAI.

**Paulo Sergio da Silva**  
Reitor

**TRABALHOS RESUMOS DE 2019 - CICFAI - CIÊNCIAS HUMANAS**

**SUMÁRIO**

CONSTRUINDO UM ESPAÇO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)...	9
INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E CONQUISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA.....	9
INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS COM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS.....	10
MÃES CUIDADORAS DE FILHOS COM TEA E SUA RELAÇÃO COM SEUS INTERESSES INDIVIDUAIS .....	10
MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO .....	11
O AUTISMO, A HIPERLEXIA E A SÍNDROME DE SAVANT : SIMILARIDADES E DIFERENÇAS .....	12
UMA REFLEXÃO SOBRE O IMPACTO DA EXONERAÇÃO DO JUIZ FEDERAL SÉRGIO MORO NA OPERAÇÃO LAVA JATO .....	13
NÃO ME DIGA MENTIRINHAS, DÓI DEMAIS”: A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL.....	14
A (IN) CONVENCIONALIDADE DO DELITO DE DESACATO: UMA ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE DO DESACATO PERANTE A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - PACTO SAN JOSÉ DA COSTA RICA .....	15
A AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO NAS SÉRIES INICIAS E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM .....	16
A ATUALIDADE DO DIREITO CONTRATUAL, OS SMART CONTRACTS: CONCEITO, TIPOS, VANTAGENS E DESVANTAGENS DE SUA UTILIZAÇÃO .....	17
A CASA CAIU? .....	18
A EXECUÇÃO PENAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO .....	19
A EXPLICAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO LATINO-AMERICANA COMO ABASTECEDORA MUNDIAL DE PRODUTOS PRIMÁRIOS PELA EXPLICAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DA DIVISÃO MUNDIAL DO TRABALHO. ....	19
HÁ HERANÇA DE PAIS BIOLÓGICOS ONDE FILHO FORA ADOTADO POR OUTRA FAMÍLIA. ....	20
A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E AS DECISÕES DO STF: O GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL INTERPRETA OU LEGISLA?.....	21
A IMPARCIALIDADE DO MAGISTRADO NO PROCESSO PENAL.....	21
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DA CRIANÇA.....	22
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FORMAL NO SISTEMA PRISIONAL.....	23
A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE DE TRABALHO .....	24
A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS.....	24
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS FUTURAS GERAÇÕES .....	25
A IMPORTÂNCIA DA INTERCONSULTA PSICOLÓGICA NA HOSPITALIZAÇÃO.....	26
A IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA .....	27
A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO E LIDERANÇA NA GESTÃO DE PESSOAS .....	27
A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE MIDIÁTICA LGBTQIA+, E OS AVANÇOS DA VISIBILIDADE DRAG QUEEN PELA TELA DA NETFLIX .....	28
A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	29
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DE ADOLESCENTES.....	29
A IMPORTÂNCIA DO FASHION LAW PARA A PROTEÇÃO ECONÔMICA E CULTURAL DO MUNDO DA MODA .....	30
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO PARA EVITAR O ENDIVIDAMENTO .....	31

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL.....	32
A IMPORTÂNCIA SINDICAL PARA OS TRABALHADORES - FUNÇÃO SOCIAL .....	32
A IMPUTABILIDADE E A INIMPUTABILIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....	33
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR .....	34
A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM AUTISMO .....	35
A INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA E A DERMATOLOGIA.....	35
A JUSTIÇA RESTAURATIVA NO COMBATE À CORRUPÇÃO E A COLABORAÇÃO PREMIADA .....	36
A MULTIFUNCIONALIDADE DOS INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO NO PERÍODO RECUPERACIONAL: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO COMPLIANCE E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL.....	37
A PERÍCIA CRIMINAL NO CONTEXTO DA IDENTIFICAÇÃO HUMANA DO INDIVÍDUO .....	38
A POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO E A REPERCUSSÃO DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	39
A PSICOLOGIA HOSPITALAR E A ANÁLISE DAS CONTINGÊNCIAS DOS QUADROS DE ANSIEDADE SUBDIAGNOSTICADOS.....	40
A QUALIDADE DE PRODUTOS NAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES .....	40
A QUALIDADE DE VIDA E A RESILIÊNCIA DOS ALUNOS DE 5º ANO DE PSICOLOGIA .....	41
A RECUPERAÇÃO JUDICIAL NAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....	42
A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MATEMÁTICA .....	43
A TERRITORIALIDADE E O TRANSTORNO MENTAL NO CAPS II INFANTO-JUVENIL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE ....	44
A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DO POVO INDÍGENA NO BRASIL.....	45
A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS SURDOS E SEUS IMPASSES NA INCLUSÃO SOCIAL NO SÉCULO XXI .....	45
AÇAI, GUARDIÃ, ZUM DE BESOURO, UM ÍMÃ!.....	46
ACESSIBILIDADE: UM DIREITO FUNDAMENTAL .....	47
ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL .....	48
ADOÇÃO À BRASILEIRA .....	49
ADOCIMENTO, TRABALHO E DOCÊNCIA: UMA TRÍPLICE CADA VEZ MAIS FREQUENTE .....	49
ADOLESCENTES EM FASE DE DESLIGAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO POR MAIORIDADE NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE .....	50
AGRONEGÓCIO: A DIFICULDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR DE SE MANTER NO MERCADO DE HORTIFRÚTI NO MUNICÍPIO DE TUPÃ .....	51
AIB: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO FASCISTA NO BRASIL .....	52
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE.....	53
ALTERAÇÕES EMOCIONAIS NA GRAVIDEZ E INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS .....	53
ANÁLISE AMBIENTAL E URBANA DO CÔRREGO TOCANTINS NO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA-SP .....	54
ANÁLISE DAS BARREIRAS DO PROCESSO DE INOVAÇÃO: UM ESTUDO DE PRODUTORES DE AMENDOIM NA REGIÃO DA ALTA PAULISTA.....	55
ANÁLISE DAS INDÚSTRIAS DE PROCESSAMENTO DE MANDIOCA DA REGIÃO DE TUPÃ/SP.....	56
ANÁLISE DO INQUÉRITO POLICIAL SOBRE FAKE NEWS: TERIA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) USURPADO COMPETÊNCIAS? .....	57

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA FÉ NAS RELAÇÕES DE CONSUMO, FUNDAMENTADO NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	58
APLICATIVO JURÍDICO EM CONTRATOS DE COMPRA E VENDA.....	58
APOSENTADORIA ESPECIAL E INSALUBRIDADE .....	59
ARTETERAPIA NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO .....	60
AS EMPRESAS E O SISTEMA DE COTAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: AVALIAÇÃO DE EQUIDADE E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL EM SANTA FÉ DO SUL-SP .....	60
AS PIANISTAS: MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO ADAMANTINENSE NO AUGE DA CAFEICULTURA (1950-1980) .....	61
AS RELAÇÕES FAMILIARES COMO FATOR PROTETOR DA SAÚDE MENTAL DO IDOSO.....	62
ASPECTO HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	63
ASPECTOS DA CONSOLIDAÇÃO DA TELEVISÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	64
ASPECTOS GERAIS DA SÍNDROME DE TOURETTE .....	64
ASSÉDIO SEXUAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO CONTRA MULHERES .....	65
ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE PROTEÇÃO AOS CEGOS DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	66
AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	66
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: EXIGÊNCIAS E COBRANÇAS NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	67
BARBEARIA GOURMET E SUA EXPANSÃO NO MERCADO .....	68
BRASIL É DENUNCIADO NO SISTEMA INTERAMERICANO - CASO HERZOG.....	68
BULLYING .....	69
BULLYING: A PSICOLOGIA INTERVINDO E PROPORCIONANDO UM VOLTAR-SE PARA SI E PARA O GRUPO .....	70
BUROCRACIA PARA QUE? .....	71
CHINA EM TRANSFORMAÇÃO: TRANSIÇÃO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO-ECONÔMICAS E TRABALHISTAS.....	72
CLÁUSULAS ABUSIVAS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE PLANOS DE SAÚDE .....	72
COLAPSO DO SISTEMA PRISIONAL .....	73
COMÉRCIO ELETRÔNICO E A DEFESA DO CONSUMIDOR NO DIREITO BRASILEIRO .....	74
COMPARATIVO ENTRE ALUNOS DO 1º E 5º ANO DO CURSO DE DIREITO DA UNIFUNEC ACERCA DOS DIREITOS ELENCADOS NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS .....	75
COMPORTAMENTOS AUTODESTRUTIVOS EM ADOLESCENTES: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR .....	75
COMPREENDENDO AS TÉCNICAS INTERVENTIVAS EM PSICOLOGIA PELA ÓTICA DA FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL.....	76
CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO .....	77
CONCORRÊNCIA DESLEAL POR MEIO DA PUBLICIDADE - CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS .....	77
CONCURSO DE PESSOAS EM CRIMES CULPOSOS .....	78
CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NOS CASOS DE CODEPENDÊNCIA FAMILIAR.....	79
CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL .....	80
CRIMINAL COMPLIANCE COMO FORMA DE PREVENÇÃO AO CRIME DE INSIDER TRADING .....	80
CRIPTOMOEDAS: (RE)CATEGORIZAÇÃO COMO OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS .....	81
DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE: DAS RESPOSTAS CABÍVEIS ANTE A INÉRCIA DO RÉU .....	82

DA LEI FEDERAL Nº 9.434/97 E SEUS ASPECTOS GERAIS .....	83
DANO MORAL POR DECORRÊNCIA DA COBRANÇA INDEVIDA .....	83
DAS DIRETAS JÁ AOS CARAS PINTADAS - AS MANIFESTAÇÕES POPULARES NA REDEMOCRATIZAÇÃO 1978-1992.....	84
DESAPROPRIAÇÃO .....	85
DESDOBRAMENTOS DA PRÁTICA DE SHARENTING NO ÂMBITO JURÍDICO: PRIVACIDADE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA.....	86
DIFICULDADES DA UTILIZAÇÃO DE EPI'S EM UMA GRANJA DO MUNICÍPIO DE BASTOS-SP NO SETOR DE CLASSIFICAÇÃO DE OVOS .....	86
DIREITO DIGITAL E E-COMMERCE NO BRASIL.....	87
DIREITO DO CONSUMIDOR - FRAGILIDADE DO CONSUMIDOR.....	88
DIREITO FUNDAMENTAL DE INCLUSÃO DO AUTISTA NA EDUCAÇÃO .....	88
DIRETAS JÁ! .....	89
DIRETRIZES DO DIREITO DIGITAL E OS MECANISMOS PARA ORGANIZAÇÃO DE PROJETO PILOTO EM STARTUP JURÍDICA.....	90
DO SURGIMENTO DA ESQUERDA EM ROUSSEAU NO SÉCULO XVIII AOS TEMPOS ATUAIS.....	91
DUMPING E COMERCIO INTERNACIONAL .....	92
ECOPEDAGOGIA: UMA EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE.....	92
EDUCAÇÃO CONTINUADA NA TERCEIRA IDADE NO BRASIL.....	93
ELABORAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	94
EMBATE ENTRE O DIREITO A VIDA E A LIBERDADE RELIGIOSA QUANTO A RECUSA DE TRANSFUÇÃO SANGUÍNEA NO CASO DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ .....	95
EMPREENDEDORISMO FEMININO: DIFICULDADES ENFRENTADAS.....	96
ENLACES TRANSFERENCIAIS E A POSIÇÃO DO ANALISTA: TRATAMENTO E MANEJO DA TRANSFERÊNCIA EM ANÁLISE .....	96
ENTENDER QUAL É A PRIMEIRA FORMA DE INVESTIMENTO DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS PRESENCIAIS NO MUNICÍPIO DE TUPÃ.....	98
ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA .....	98
ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA AGROINDÚSTRIA DE AÇÚCAR MASCAVO ORGÂNICO EM ADAMANTINA – SP .....	99
ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DA INSTALAÇÃO DE UMA MICRO CERVEJARIA ARTESANAL NA CIDADE DE ADAMANTINA- SP.....	100
ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE CALÇADOS DO TIPO RASTEIRINHA NA CIDADE DE ADAMANTINA-SP.....	101
ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA DE RECICLAGEM DE ÓLEO VEGETAL DE COMESTÍVEL NA CIDADE DE ADAMANTINA-SP .....	101
ESTUDO DE VARIÁVEIS PSICOSSOCIAIS FAVORÁVEIS AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	102
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A INSTALAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA DE RECICLAGEM DE PET NA CIDADE DE ADAMANTINA-SP.....	103
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA-SP.....	103
ESTUDO DOS ESPAÇOS LIVRES E ÁREAS DE LAZER NA CIDADE DE CASTILHO/SP.....	104
ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	105
FALÊNCIA NA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.....	105

FONTES DE INFORMAÇÕES PARA O SETOR ASSOCIATIVO NO ESTADO DE SÃO PAULO .....	106
FORMAÇÃO CONTINUADA: O HTPC ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA OS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	107
FORMAÇÃO DOS DOCENTES NO CONTEXTO DAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	108
FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	108
GESTÃO NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR.....	109
GESTÃO PÚBLICA PATRIMONIALISTA .....	110
GRUPO PSICOTERAPÊUTICO COM DEPENDENTES QUÍMICOS EM UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO: RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, SOFRIMENTO PSÍQUICO E SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.....	110
GUARDA COMPARTILHADA .....	111
GUARDA COMPARTILHADA: ABUSCA PELO INTERESSE DO MENOR .....	112
HARMONIA ENTRE OS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO?.....	112
HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO .....	113
ICMS: GUERRA FISCAL E SUA TRIBUTAÇÃO .....	114
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA BÁSICA NA PERMANÊNCIA DE PEQUENOS EMPREENDIMENTOS NO MERCADO COMERCIAL .....	115
INDIRETAS JÁ!!! .....	116
INFLUÊNCIA DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL.....	117
INICIATIVA DO POPULISMO PENAL E SUAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA .....	117
INTERFACE DO DESGASTE EMOCIONAL DA MULHER MODERNA: AS EXAUSTIVAS JORNADAS DE TRABALHO E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL .....	118
INTERVENÇÃO CLÍNICO SOCIAIS JUNTO A PACIENTES COM COMPORTAMENTOS AUTOLESIVOS E SUAS FAMÍLIAS.....	119
JOVEM APRENDIZ: CONTRATAÇÃO DE JOVENS APRENDIZES.....	120
JUSTIÇA ENQUANTO EQUIDADE E PENSAMENTO SISTÊMICO COM FUNDAMENTOS PARA REFORMAS INSTITUCIONAIS .....	120
JUSTIÇA RESTAURATIVA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.....	121
JUSTIÇA RESTAURATIVA E SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: É POSSÍVEL TROCAR AS LENTES? .....	122
JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM NOVO OLHAR PARA A VÍTIMA.....	123
JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM NOVO OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES HUMANAS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	123
LAMUNET LATITUDE 21. MUSEU VIRTUAL REGIONAL DA NOVA ALTA PAULISTA .....	124
LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE: UMA ANÁLISE DOS VETOS PRESIDENCIAIS E O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL .....	125
LIMA BARRETO E A CRÍTICA A INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	126
LIMITE DA CONVENÇÃO PROCESSUAL SOBRE AS PROVAS .....	127
LINGUAGEM CORPORAL: ASPECTOS SIGNIFICANTES PARA A LIDERANÇA ORGANIZACIONAL.....	127
LUTOS, UMA PERSPECTIVA DIFERENTE DO SOFRIMENTO E SUA SUBJETIVIDADE.....	128
MAPEAMENTO DA EVOLUÇÃO DO USO DAS TERRAS NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA BACIA HIDROGRÁFICA DO Córrego Matadouro em Birigui/SP: 2002, 2010 e 2017 .....	129
MATERNIDADE E PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: REFLEXOS E CONSEQUÊNCIAS LEGAIS .....	130
MEDIDA PROVISÓRIA NO DIREITO TRIBUTÁRIO .....	130

MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS .....	131
MEDIDAS EXECUTÓRIAS ATÍPICAS: A BUSCA PELA EFETIVIDADE FRENTE AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE .....	132
MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA O MUNICÍPIO DE PAULICEIA-SP .....	133
MINISTROS DO STF: REQUISITOS PARA A NOMEAÇÃO .....	134
MOBBING: O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS .....	135
MULTIPARENTALIDADE E GUARDA COMPARTILHADA .....	136
MÚSICA, JOGOS E BRINCADEIRAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS DE 0 À 5 ANOS .....	137
NÚCLEO DE EMPREENDEDORISMO DA FATEC PRUDENTE: ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS DE GESTÃO APLICADAS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS .....	137
O ADOECIMENTO MENTAL COMO DEMANDA HOSPITALAR.....	138
O CONTROLE EXTERNO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA: UMA FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA .....	139
O E-COMMERCE, E COMO AJUDOU NA LOGÍSTICA .....	140
O IMPACTO DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA OPERAÇÃO LAVA JATO .....	141
O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	142
O MÉTODO BIOGRÁFICO NA PSICOTERAPIA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL.....	142
O MÉTODO CLÍNICO QUALITATIVO APLICADO NO ESTUDO DE UM ACIDENTE DO TRABALHO .....	143
O MITO DO AMOR MATERNO .....	144
O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA.....	145
O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ESTUDANTE E NA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR FORMAL: UM ESTUDO DE CASO .....	145
O PLANTÃO PSICOLÓGICO NO CONTEXTO ESCOLAR .....	146
O PROCESSO DE LUTO NA MORTE DE UM FILHO .....	147
O QUE DIZEM TESES E DISSERTAÇÕES DO PPGE/FCT/UNESP SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	148
O SUICÍDIO E AS MÍDIAS SOCIAIS: UMA REFLEXÃO ENTRE JOVENS .....	149
O TRABALHADOR E O CONTEXTO PENITENCIÁRIO: UM RELATO DE ESTAGIO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO .....	150
O TRANSTORNO DO SONO E A QUALIDADE DE VIDA .....	150
ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E FACÇÃO CRIMINOSA .....	151
OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	152
OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS REFUGIADOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. 152	
OS FATORES QUE DIFICULTAM A QUITAÇÃO DE CREDITO FINANCEIRO DA PESSOA FÍSICA, NO MUNICÍPIO DE TUPÃ - SP, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS.....	153
OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA .....	154
OS LIMITES DO DISCURSO RELIGIOSO NA RETÓRICA POLÍTICA FRENTE À DEFESA DA LAICIDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....	155
OS MUROS INVISÍVEIS NO ESPAÇO INSTITUCIONAL – A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS .....	156
OS TRANSEXUAIS ADOLESCENTES E O CONTEXTO FAMILIAR .....	157

PABLO PICASSO: SOB UM OLHAR DA PSICOLOGIA ANALÍTICA JUNGUIANA.....	157
PACIENTE COLOSTOMIZADO: INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS E QUALIDADE DE VIDA.....	158
PEDRINHAS PAULISTA - UMA EVIDÊNCIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL.....	159
PERCEPÇÃO DO CONSUMO DE PRODUTOS AGROALIMENTARES COM SELOS DE REPUTAÇÃO LOCAL E SOCIAL.....	159
PERDAS E DEPRESSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL.....	160
PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NA CIDADE DE TUPÃ-SP.....	161
PERÍODO JOANINO: METAMORFOSES E CONTRADIÇÕES DE UMA CORTE NO RIO DE JANEIRO - 1808 À 1821.....	162
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DE PLANO PARA O MERCADO LÍDER.....	163
PLANOS ECONOMICOS E INFLAÇÃO.....	164
PLANTÃO PSICOLÓGICO: CONSTRUINDO UM ESPAÇO DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO.....	164
PLANTÃO PSICOLÓGICO: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS ALTERNATIVAS EM PSICOLOGIA ESCOLAR.....	165
PONTO POR EXCEÇÃO: A CLT E A MUDANÇA TRAZIDA PELA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA.....	166
PRÁTICA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM JOVENS E ADOLESCENTES EM INSTITUIÇÃO PROFISSIONALIZANTE.....	167
PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NO ATENDIMENTO DE PACIENTES COM LIMITAÇÕES FÍSICAS: ENTRE A FISIOTERAPIA E A PSICOLOGIA.....	167
PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL NO ÂMBITO DA SEGURANÇA ALIMENTAR.....	168
PROJETO DE PESQUISA DA AGÊNCIA EXPERIMENTAL DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA MOBUNTÚ COMUNICAÇÃO.....	169
PROJETO DIVERTIDA MENTE: TRABALHANDO SENTIMENTOS NA EDUCAÇÃO.....	170
PROJETO EXPERIMENTAL EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A EMPRESA PLANETA ÁGUA DE TUPI PAULISTA.....	171
PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: VIVÊNCIAS DOS SOBREVIVENTES DA TRAGÉDIA DE BRUMADINHO.....	171
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: O PAPEL DA PSICOLOGIA NA DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL NAS ESCOLAS.....	172
PSICOLOGIA EDUCACIONAL: DESENVOLVENDO A EMPATIA ENQUANTO ESTRATÉGIA PARA PREVENÇÃO DE BULLYING.....	173
PSICOLOGIA ESCOLAR - QUESTÕES ACERCA DA PRÉ PUBERDADE - IMPASSES E DESCOBERTAS.....	174
QUAIS AS DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA NR12 NA MICRORREGIAO DE TUPÃ - SP.....	175
RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE POST MORTEM.....	175
REDUÇÃO DOS ESTOQUES.....	176
REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DE PREVENÇÃO E POSVENÇÃO DE SUICÍDIO E OUTRAS VIOLÊNCIAS: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA REDE PROMOVER VIDA.....	176
REFORMA TRABALHISTA E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, INSTITUIÇÕES SINDICAIS E A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA UNIDADE SINDICAL.....	177
RESOLUÇÃO CNJ N° 225/2016: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO MAPEADOS EM 2019.....	178
RESPONSABILIDADE CIVIL NA ODONTOLOGIA.....	179
REVISÃO TEXTUAL.....	180
ROUSSEAU E O PENSAMENTO DA ESQUERDA.....	181
SARTRE E O FANTASMA DE STALIN.....	182
SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES EM CONEXÃO COM O TRABALHO.....	183
SEGURALTA FRANQUIA DE SEGUROS.....	183

SINDROME DE BURNOUT.....	184
TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA NOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	185
TRABALHO COM GRUPOS - A MÚSICA E OS JOGOS ENQUANTO MEDIADORES DO PROCESSO PEDAGÓGICO - A PSICOLOGIA NA ESCOLA.....	186
TRABALHO INFANTIL, POBREZA E BAIXA ESCOLARIDADE: UM ESTUDO DE CORRELAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2007-2017).....	187
TRANSTORNO DO PÂNICO E INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS.....	187
TRANSTORNO Opositor Desafiante: Uma Revisão de Literatura a Partir da Observação do Fenômeno em Ambiente Escolar.....	188
TRIBUNAL DO JÚRI.....	189
TRIBUNAL DO JÚRI: UM ESTUDO ACERCA DA INCOMUNICABILIDADE E DAS DECISÕES IMOTIVADAS DO CONSELHO DE SENTENÇA.....	190
TRILHOS DA HISTÓRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO NO MUNICÍPIO EM PANORAMA-SP.....	191
TRIPARTIÇÃO DOS TRÊS PODERES NA LEGISLAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.....	191
TUTELA PROVISÓRIA DE EVIDÊNCIA.....	192
UM NOVO OLHAR AO DIREITO À PRIVACIDADE NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS PÓS-LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS....	193
UMA ANÁLISE DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E DA TRANSFOBIA.....	194
UMA ANÁLISE DA LOGÍSTICA DE UMA REDE DE SUPERMERCADOS LOCAL.....	195
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O DIREITO ISLÂMICO.....	195
VARPA: DO IDEAL MESSIÂNICO À INTEGRAÇÃO NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA ALTA PAULISTA (1922 – 1940).....	196
VIDAS DESPREZADAS: CRIME, VIOLÊNCIA E O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO.....	197
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.....	197
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: INFLUÊNCIAS CULTURAIS E SOCIAIS.....	198
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	199
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.....	200
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS RELAÇÕES FAMILIARES.....	201
VIVÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA: UM OLHAR DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA.....	201

## **CONSTRUINDO UM ESPAÇO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**

Ivanete Oliveira Fonseca, Thaisa Angélica Déo da Silva Bereta

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua: João Manoel Clara , 406. Salmourão - SP. net\_fonseca@hotmail.com, netfonsecaa06@gmail.com

**Resumo:** O trabalho refere-se ao estágio supervisionado em Psicologia do Trabalho II. Está sendo realizado em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Com o objetivo de oferecer um espaço de orientação profissional a um grupo de jovens em busca do primeiro emprego, bem como o acolhimento da ansiedade nesta importante fase do desenvolvimento humano. No trabalho desenvolvido nesse estágio o método utilizado é a psicoterapia grupal, com a intenção de promover a socialização entre os participantes, propiciando momentos de questionamento e reflexão em busca de alternativas para o trabalho. Conquistar um lugar no mercado de trabalho é uma grande preocupação para a maioria dos jovens, principalmente quando se trata de jovens e adolescentes sem nenhuma experiência profissional. A maioria dos jovens procura um trabalho assalariado, e assim a garantia do salário fixo. Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) pontuam sobre desejo, conflito e sofrimento no trabalho. Assim, o desejo aparece quando o sujeito se mostrar capaz de obter um salário, subir na hierarquia de uma empresa ou ter uma posição social através do trabalho e os conflitos surgem quando o trabalhador é obrigado a fazer cada vez mais ao ponto de renunciar sua própria satisfação e chegar ao ponto de exaustão física e psicológica para se manter em uma empresa e não perder sua posição social. O ser humano é gregário, e só existe, ou subsiste, em função de seus inter-relacionamentos grupais. Sempre, desde o nascimento, ele participa de diferentes grupos numa constante dialética entre a busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social (ZIMERMAN, 2000). A Orientação Profissional vem com uma importância de auxiliar os adolescentes a lidar melhor com seus sentimentos, promovendo o autoconhecimento e reflexão quanto à escolha profissional. Por esses jovens estarem em idade de intensas modificações se sentem inseguros e com dúvidas para fazer uma escolha tão importante. Assim, verifica-se cada vez mais a necessidade de fazer uma orientação profissional com os adolescentes (KRAWULSKI, 1991).

**Palavras-Chave:** Psicologia do Trabalho. Centro de Referência de Assist. Orientação Profissional. Orientação Profissional.

---

## **INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E CONQUISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA**

Taina Raquel Da Silva, Regiane Vieira Gonçalves Dechen

Autor(a) curso de SERVICIO SOCIAL - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Jose Maria Camarinho, 90. Tupã - SP. golden9826@gmail.com

**Resumo:** O trabalho teve por objetivo a análise do processo de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho a partir de uma pesquisa bibliográfica e revisão de literatura. Após leituras de autores renomados sobre o assunto, trouxe algumas contribuições para esta reflexão. O trabalho aborda entendimentos referentes à pessoa com deficiência, conceito de inclusão, as terminologias usadas ao longo do tempo e seus desafios enfrentados para se incluir numa sociedade

preconceituosa e difícil de aceitar o processo da inclusão social dessas pessoas. Através da pesquisa buscou-se responder a seguinte questão: quais os desafios e tendências observados, com base no processo adotado por empresas que se enquadram no disposto pela lei na qual protege e assiste essas pessoas que buscam se incluir no mercado atual de trabalho. De acordo com a literatura pesquisada, uma das possíveis causas desse comportamento por parte das empresas está a falta de conhecimento do que vem ser a deficiência, além dos padrões socialmente estabelecidos, que levam à estigmatização destas pessoas, e ainda à lógica de gestão empresarial vigente no mercado competitivo, que tende a dar mais espaços aos padrões socialmente pré estabelecidos e de aspecto de racionalidade instrumental. Confirmou-se que a maioria das empresas não cumpre as normas e leis que assistem as pessoas com deficiência e que estas pessoas ainda encontram muitas barreiras para realmente serem incluídas na sociedade. Nesse sentido há infringências das normas constitucionais já que não há garantia de igualdade e livre escolha sobre qual trabalho quer fazer por parte das pessoas com deficiência.

**Palavras-Chave:** Pessoa com Deficiência. Trabalho. Políticas Sociais. Inclusão Social. Aspecto Social.

---

#### **INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS COM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS**

Lucas Clarindo da Silva, Aryane Maria de Azevedo e Mello, Gabriel Contiero Battistam, Thaísa Angélica Déo da Silva Bereta

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Gumercindo De Brito, 116. Lucélia - SP. lukinha\_1506@hotmail.com

**Resumo:** A Psicologia do Trabalho passa de tal modo a se traduzir na junção de uma série de conhecimentos destinados a compreender a luz da dinâmica contemporânea os efeitos desencadeados na interface homem-trabalho, auxiliando a pessoa do trabalhador a lidar com diferentes níveis de desajustamentos. O estágio supervisionado realizado em um Lar de Idosos visa a compreensão e o entendimento a respeito dos sofrimentos das pessoas que lá estão, trabalhando ou residindo. O presente trabalho objetivou a diminuição da dor do sentimento do abandono, bem como a resignificação das possibilidades de trabalho dentro da instituição. Foram promovidas atividades de arteterapia a fim de possibilitar o resgate da autoestima dos idosos institucionalizados, assim como construir espaços para que eles possam narrar suas experiências e memórias de vida; atividades de fotolinguagem para que o idoso possa se identificar com as imagens e assim, conseguirmos ter mais acessos a situações de sua vida; e musicoterapia que busca estratégias para enfrentamento da dificuldade a partir de músicas significativas para os idosos; e escuta psicológica com o intuito de valorização da subjetividade de cada sujeito. Tendo como resultado a humanização dos idosos, e tentando diminuir o sentimento de institucionalização. Concluímos que estas atividades são de suma importância para que diminua o sofrimento pela institucionalização.

**Palavras-Chave:** Idosos institucionalizados. Psicologia do Trabalho. Intervenções psicológicas.

---

#### **MÃES CUIDADORAS DE FILHOS COM TEA E SUA RELAÇÃO COM SEUS INTERESSES INDIVIDUAIS**

Maria Lígia Dinis De Almeida, Claudia Regina Parra

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - FACULDADE DE DRACENA, Guerino Bonifácio Gardini, 175. Dracena - SP. ligiaa27@gmail.com, maria\_ligia01@hotmail.com

**Resumo:** Os pais durante toda gestação esperam por um filho perfeito e “saúdável”, pois enxergam no filho a oportunidade de realizar seus sonhos e ideais. Estas expectativas caem por terra ao descobrir que o filho possui alguma limitação significativa, podendo ocorrer a interrupção do sonho pela realidade. No presente estudo será abordado como as mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista lidam com os variados aspectos de sua vida, pois por seus filhos possuírem um transtorno que se caracteriza invariância de hábitos e comportamentos ritualistas, seu cuidador tende a agir com total dedicação. Trata-se de um estudo observacional realizado em estágio básico que aqui será apresentado com relato de experiência. Para compreender melhor o transtorno, recorreu-se em primeiro momento a recursos teóricos que pudessem subsidiar o tema. Após este primeiro momento foi aplicado uma entrevista com questões abertas que abrangem o bem estar das mães. Participaram quatro mulheres com idade entre trinta à quarenta e cinco anos, cujo os filhos foram diagnosticados com TEA. Usou-se a abordagem qualitativa descritiva para a mensuração dos resultados. As respostas apontam que essas mães tem suas vidas voltadas para seus filhos, abstendo-se de compromissos e momentos de lazer, isolando-se do meio social devido as características provenientes do autismo de seu filho, sendo assim os elas renunciam a sua individualidade, se abstém de suas rotinas anteriormente exercitadas, se sentem sobrecarregadas, o cônjuge ou outros membros da família ocupam o papel de co-participante, oferecendo cuidado somente diante de situações desesperadoras ou de extrema necessidade. A rede de apoio social mostrou-se empobrecida, não satisfazendo as necessidades destas cuidadoras. Conclui-se perante a fala dessas mães que as mesmas tem seus filhos como grande prioridade, mas devido a esse fato essas mulheres tendem a passar por uma despersonalização, vivendo intensamente a vida e as questões de seus filhos, privando-se de parte ou até completamente seus próprios hábitos, momentos de lazer, hobbies, deixando muitas vezes em segundo plano seus interesses pessoais, fica claro também que o “cuidar” não se trata de uma tarefa fácil, exige mudanças de vida, as vezes radicais em especial para quem cuida, pois demanda a inserção de tarefas que não estavam na rotina, dentre elas, algumas muitas complexas, delicadas e sofridas, por isso existe uma grande importância de acompanhamento psicológico na vida dos cuidadores, pois os mesmos também necessitam de um acolhimento qualificado, para que suas angustias, desejos e medos também possam ser acolhidos, podendo assim equilibrar os cuidados os filhos com suas vidas pessoais.

**Palavras-Chave:** Autismo. Mães cuidadoras. Acompanhamento psicológico.

---

## MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO

Richard Morales de Souza, Aparecido Afonso Ribeiro Leal, Caio Cardoso Camargo, Gustavo Garcia Lopes Ribeira, Sérgio Gabriel Maia, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Al. Dos Expedicionários , 46. Adamantina - SP. ri-moralessouza@hotmail.com, danielle\_bisterco@hotmail.com

**Resumo:** A excelência em gestão pública, na iniciativa pública é questão de respeito ao cidadão, cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública, como a legalidade, publicidade, moralidade, eficiência e impessoalidade, além contribuir para o aumento da competitividade do país. São inúmeras as iniciativas de implantação de novos programas e ferramentas de gestão que levem à desburocratização e aos resultados tão esperados pela sociedade e prometidos pelos gestores públicos e que principalmente possa alcançar melhor qualidade e promoção dos serviços, controle social, transparência das ações, combate à corrupção, entre outros, e que seja voltada para resultados, satisfazendo os cidadãos. O Modelo de Excelência em Gestão Pública - MEGP, criado a partir da adaptação do Modelo de Excelência da Gestão da Fundação Nacional da Qualidade, é o resultado da busca pela melhor ferramenta para a desburocratização, permitindo uma avaliação imparcial da gestão pública, de forma técnica e com visão gerencial. Na área de saúde, o Brasil e os brasileiros continuam e continuarão sendo ávidos pela prestação de serviços de excelência, já que nosso sistema público de atendimento universal está distante de ser capaz de dar conta da demanda gigantesca que existe, com a qualidade em que se espera. A Educação é o principal ativo estratégico de uma nação que deseja ser protagonista, elevar os recursos destinados à educação, inserindo mecanismos de controle contra desvios, que garantam melhores equipamentos e investimentos na formação e remuneração de professores e cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação para a garantia do direito à educação de qualidade nos ensinos fundamental e médio, de forma a integrá-los com a formação acadêmica e com a educação técnica e profissional. Já a segurança pública está frequentemente em discussão, e no momento é apontada como um dos pontos mais sensíveis da gestão pública brasileira, levando em conta que o Estado não consegue gerir adequadamente, tão pouco, atendendo com excelência as necessidades básicas da população, e as finanças do Estado, tendo que parcelar os salários dos servidores públicos, não investindo em equipamentos e contratações, sendo a segurança pública uma das necessidades da população. Por tanto a excelência em gestão pública é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade, entretanto, para que haja eficiência na gestão correspondente à administração de um município há que se estabelecer a organização na gestão, criar missões correspondentes ao desenvolvimento que se almeja alcançar para, enfim, realizar a gestão de forma eficiente e eficaz buscando o melhor resultado e transparência para a população local, alcançando os objetivos que foram traçados dentro dos parâmetros planejados.

**Palavras-Chave:** Gestão. Excelência. Eficiência. Gestores. Finanças.

---

## **O AUTISMO, A HIPERLEXIA E A SÍNDROME DE SAVANT : SIMILARIDADES E DIFERENÇAS**

Paulo Aparecido Moitinho, Rayne Pereira Pacheco, Claudia Regina Parra

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - FACULDADE DE DRACENA, Avenida Sete De Setembro 1378. Junqueirópolis - SP.  
paulo\_moitinho@hotmail.com, pa.moitinho@bol.com.br

**Resumo:** A hiperlexia é caracterizada pela capacidade precoce de leitura em crianças que apresentam severos déficits em habilidades cognitivas, linguísticas ou sociais; comportamentos compulsivos de leitura; e uma discrepância significativa entre a capacidade de decodificar palavras escritas e compreender o seu sentido. Normalmente os pais de crianças hiperléxicas são submetidos a inúmeras avaliações, com vários diagnósticos confusos e contraditórios aplicados, desde Transtorno Autista a

Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, Transtorno de Asperger, Transtorno de Déficit de Atenção ou Transtorno de Linguagem, entre outros. Objetivamos neste estudo descrever as similaridades e diferenças em indivíduos que apresentam diagnóstico de TEA, Hiperlexia e Síndrome de Savant. Trata-se de um estudo bibliográfico exploratório, onde primeiramente procuramos definir HIPERLEXIA, TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA e SINDROME DE SAVANT. Para isto, recorreu-se às publicações que exploram o tema por meio de busca eletrônica (compilação) e realizada a análise minuciosa das mesmas, observando a existência de ideias concernentes entre os trabalhos encontrados e se existia uma correlação com o tema abordado. A precocidade do aparecimento da habilidade de leitura pode sugerir equivocadamente que a criança tenha habilidade intelectual superior. Entretanto, conforme descreve a literatura, a criança apresenta avanços no desenvolvimento de determinadas áreas cerebrais específicas, mas com alterações em áreas de linguagem e aprendizagem. Embora os hiperlexicos apresentem padrões comportamentais muito similares aos autistas, estas características tendem a desaparecer depois dos dois e três anos de idade. A medida que desenvolvem suas habilidades de linguagem, sobretudo alguns comportamentos prevalecem como por exemplo o apego a rotina. As pesquisas apontaram dados de similaridade e diferenças entre os três temas abordados. Quanto as similaridades podemos destacar: padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. Outro aspecto comum está no fato de possuir dificuldades arbitrárias em relacionar-se, demonstrar emoções, enfrentar mudanças de rotina, interesse focado em partes de objetos. No aspecto das diferenças o autismo geralmente está associado a deficiências de comunicação social, e por sua vez a capacidade cognitiva. O indivíduo portador de Síndrome de Savant possui determinadas áreas cognitivas além da capacidade humana, como memorizar livros inteiros por toda vida, fazer cálculos mentais de multiplicação acima de 7 dígitos, entre outros fatores. Embora compartilhe de características em comum com qualquer outro autista, possui sua habilidade de aprendizagem preservada, sendo capaz de desenvolver parcialmente relações pessoais. O hiperléxico, apesar de demonstrar competência para o reconhecimento/leitura de palavras escritas na ausência de instrução formal, apresenta alterações no desempenho de atividades comunicativas e de adaptação social, interferindo na qualidade das interações interpessoais, compreensão oral e de leitura e do aprendizado. De acordo com a literatura, as crianças com hiperlexia dependem de habilidades fonológicas e ortográficas para ler, mas os pontos fortes e fracos destas habilidades ainda não estão claros. O número reduzido de publicações, bem como as diferentes metodologias empregadas nos estudos, limitam a possibilidade de extrapolar os dados encontrados nas avaliações para a população geral de pessoas com este achado.

**Palavras-Chave:** Hiperlexia. Autismo. Síndrome De Savant. Similaridades. Diferenças.

---

#### **UMA REFLEXÃO SOBRE O IMPACTO DA EXONERAÇÃO DO JUIZ FEDERAL SÉRGIO MORO NA OPERAÇÃO LAVA JATO**

Giovanna Leão de Souza, Bruna Thauane Neves Furini, Silvano Jair Zerbini Bataglia, Vinicius de Lima Chuma, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Virgílio Pagnozzi, 113. Dracena - SP.  
giovanna\_leao@hotmail.com.br

**Resumo:** Apesar de ter ganhado notoriedade com a Operação Lava Jato, Sérgio Moro, ex-juiz federal e atual Ministro da Justiça e Segurança Pública, possui em sua trajetória outros resultados positivos e impactantes para a jurisdição brasileira. O então juiz federal julgou os seguintes casos de grande repercussão: Banestado, que envolvia remessas ilegais de divisas pelo sistema público financeiro brasileiro, que resultou na condenação de 97 pessoas responsáveis pelo desvio de bilhões de reais; a Operação Farol da Colina, decretando a prisão temporária de 103 pessoas envolvidas em esquemas de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, sonegação e evasão de divisas; atuação como assistente da Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, no processo que ficou conhecido como Mensalão (o processo refere-se à denúncia de 38 representantes políticos brasileiros pelos crimes de organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro). É notório que apesar da participação de Sérgio Moro nos casos acima citados, foi como juiz responsável pela Operação Lava Jato que se tornou conhecido e um símbolo de luta contra a corrupção no Brasil. No âmbito da Operação Lava Jato, que ainda está em curso, foram cumpridos mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. Como resultado da Operação Lava Jato pode-se destacar a devolução de mais de 1 bilhão de reais aos cofres da Petrobrás. Todavia, é público que o ex-juiz Sérgio Moro pediu exoneração do cargo junto ao Poder Judiciário Federal e assumiu, a partir de 01/01/2019, o cargo político de Ministro da Justiça e Segurança Pública. O presente trabalho visa refletir sobre a repercussão da exoneração de Sérgio Moro (a pedido) do cargo de juiz federal na Operação Lava Jato. É notório que juízes competentes estão à frente da Operação em referência, mas não se pode deixar de citar que nos últimos meses o STF adotou duas decisões, por maioria, mas não por unanimidade, que impactam os processos da Lava Jato: em 14/03/2019, decidiu que crimes comuns conexos com crimes eleitorais devem ser julgados pela Justiça Eleitoral e não pela Justiça Federal (Inquérito Policial nº 4.435); em 01/10/2019, decidiu que réus delatados têm o direito de apresentar alegações finais por último nos processos em que também há réus delatores, anulando uma sentença do então juiz Sérgio Moro e podendo repercutir em uma centena de sentenças já proferidas na Lava Jato. Desta forma, sem qualquer questionamento acerca da importância do cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública e da competência de Sérgio Moro para o exercício das atribuições, bem como sobre a competência de outros juízes federais atuantes, a questão ainda sem resposta é se a exoneração do juiz federal enfraqueceu a Operação Lava Jato, se os crimes cometidos por empresários e agentes políticos poderosos continuarão a ser punidos com firmeza e se os brasileiros podem manter-se seguros na luta contra a corrupção e a impunidade no país.

**Palavras-Chave:** Sérgio Moro. Juiz Federal. Operação Lava Jato. Ministro da Justiça e da Segurança.

---

## **NÃO ME DIGA MENTIRINHAS, DÓI DEMAIS<sup>®</sup>: A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

Taís Dos Santos Santana, Eliana Kátia Pupim, Ana Maria Lahoz Ribeiro Almada

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Edson Patrocínio, 160. Pompéia - SP.  
isih santana@outlook.com

**Resumo:** O trabalho tem o propósito de apresentar o tema Alienação Parental, discorrendo sobre a prática exercida sobre a criança ou adolescente, pelos seus genitores (seja pai ou mãe) ou até mesmo por outros parentes, como por exemplo, os avós e tios, objetivando denegrir a imagem de um ente querido. A Alienação Parental é a prática maléfica à criança ou adolescente, sendo seu próprio filho, pelo qual se promove falsas atribuições ao outro genitor (chamado alvo), geralmente motivada pelo rompimento da relação conjugal. O sentimento de perda, decepção, abandono, ódio, rancor referente ao outro sujeito da relação, que outrora amorosa, desencadeia a prática ao genitor alienante que se utiliza do próprio filho (fruto do relacionamento rompido), para atingir o outro genitor. Outrossim, a ação também pode ser exercida em ambiente familiar que não houve o rompimento. Por vezes, a prática da Alienação Parental é exercida de forma inconsciente, pois o escopo principal é atingir o ex-cônjuge, esquecendo-se que tais atos ferem a criança e o adolescente em seus direitos e, não apenas direitos propriamente ditos, mas lesa sua vida em diversos aspectos, como o psicológico, sendo denominado como “Síndrome da Alienação Parental” (SAP). Neste sentido, foi instituída a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a Alienação Parental, elencando em seus artigos seu conceito, os apontamentos de exemplos da prática e quais as medidas cabíveis para a situação caracterizada, com o desígnio de assegurar a criança e ao adolescente a preservação de seus direitos como pessoa humana, visto que este se encontra em fase de desenvolvimento, necessitando do devido respaldo familiar e estatal, uma vez que a estes cabe esse dever, conforme dispõe o artigo 227 de nossa Constituição Federal. O estudo objetiva salientar a importância dos órgãos judiciários, bem como os profissionais de psicologia para assegurar ao menor o desenvolvimento sadio. A abordagem tem viés qualitativo com adoção da pesquisa bibliográfica como método para analisar o corpus da literatura publicada nas bases de dados da CAPES e Scielo, utilizando os descritores alienação parental, síndrome da alienação parental, genitores e crianças e adolescentes.

**Palavras-Chave:** Alienação Parental. Direitos. Criança Ou Adolescente. Síndrome Da Alienação Parental. Genitores.

---

## **A (IN) CONVENCIONALIDADE DO DELITO DE DESACATO: UMA ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE DO DESACATO PERANTE A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - PACTO SAN JOSÉ DA COSTA RICA**

Gabriela Dias dos Santos, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Professora Vânia Jesuína Pinheiro De Azevedo, 11. Tupã - SP. gabdiassantos07@hotmail.com, gabids44@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por finalidade analisar e estudar o delito de desacato, previsto no Código Penal Brasileiro no artigo 331 e suas respectivas características, elementos, sujeito ativo e passivo do crime. Será feita uma análise sobre o que consta na Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto San José da Costa Rica, no qual o Brasil ratificou e incorporou ao ordenamento jurídico interno como norma supralegal, mais especificamente sobre o posicionamento deles frente ao crime de desacato e sua incompatibilidade com o disposto na referida convenção, fazendo um estudo sobre sua influência nos países aderentes deste tratado. Trataremos acerca do entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o assunto, com foco nas orientações que expuseram sobre o tema e que pressionam os países assinantes do tratado a acatarem. Abordaremos a divergência de decisões proferidas pela 5ª turma e a 3ª seção do Superior Tribunal de Justiça, no qual

respectivamente, uma entende pela descriminalização do delito, por achar que o mesmo é incompatível com o artigo 13 da convenção americana de direitos humanos. Enquanto a outra entende sobre a manutenção do delito no ordenamento interno, pois o delito em nada impede a liberdade de expressão do cidadão, nem é conflitante com o disposto na Convenção. Por fim, busca-se identificar a legitimação ou não da conduta de desacato, sua convencionalidade frente ao ordenamento interno, considerando os entendimentos firmados pelo Superior Tribunal de Justiça, o posicionamento dos doutrinadores e juristas tanto no âmbito nacional como internacional, bem assim como está a questão da criminalização do delito a nível mundial.

**Palavras-Chave:** Desacato. Direito Penal. Direitos Humanos. Dignidade. Liberdade de Expressão.

---

## **A AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO NAS SÉRIES INICIAS E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

Katia Kelen Martins do Carmo, Claudia Regina Parra

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades de Dracena, Rua Felipe Delouvo 273. Dracena - SP. [katia.kelen@outlook.com](mailto:katia.kelen@outlook.com)

**Resumo:** A afetividade é a forma de se valorizar tudo o que está envolvida com a vida, o que está fora do ser humano é a valorização. A afetividade é uma forma de mediar cada criança para o processo e os elementos do saber, formando e proporcionando ambientes e ocasiões para aprendizagem capazes de combinar recursos e habilidades nos campos da emoção, razão e do social de cada aluno aos seus saberes precedentes e aos conteúdos 'as várias áreas do saber. Portanto, o objetivo deste estudo é analisar o papel da afetividade entre professor e alunos da pré-escola em uma escola municipal de nível fundamental I numa cidade do interior de São Paulo. Trata-se de um relato de experiência vivenciado no cotidiano da escola. Iniciou-se com um contato com a escola, e depois de uma observação inicial dos adolescentes surgiu o interesse pelo tema "afetividade no contexto pedagógico", as questões pertinentes à importância da afetividade no processo de aprendizagem. Diante disso, buscou-se na literatura o referencial teórico que pudesse nortear o estudo. Após a literatura sobre o assunto, procedeu-se a observação "in loco". Coletados os dados, foi dado prosseguimento à discussão dos resultados e elaboração do relatório final. A instituição procura atender os alunos da maneira mais adequada, começando pelo processo educacional que busca dar educação de qualidade assegurando recursos materiais e assistenciais como, por exemplo, material escolar, assistência dentária e alimentação. Procura também fazer com que os pais colaborem com a escola e participem do processo educacional, a escola também se coloca à disposição dos pais para esclarecimentos e novas ideias. A relação educativa é entendida como relação de amor: a criança deseja aprender pelo seu desejo de ser aceita, recompensada e reconhecida como bom aluno, por esta razão entende-se que o professor não deve atuar apenas em relação ao aspecto racional das crianças, já que não são robôs desprovidos de sentimentos e emoções. A todo instante precisa sentir e propiciar situações capazes de oferecer crescimento reflexão e escolhas orientadas à aprendizagem. Nesse aspecto, o brincar entra como o grande fator estimulador, pela presença da brincadeira e da dinâmica e de afetividade, componentes próprios do brincar e tão próximos das crianças, como poderoso organizador para experimentação de algo novo, desde que vivenciados em seus aspectos intrínsecos, numa concepção ressignificada da educação infantil. É fato que o aluno responde aos aspectos relacionais no cotidiano escolar. Estudar a relação professor aluno, suas possibilidades na construção da aprendizagem, sempre foi um tema instigante,

atraente, primeiro pela possibilidade que um estudo desta natureza traz a tona, no que se refere a relacionamento, segundo pela possibilidade de contribuir para este público que sempre existirá e que favorece a identificação de todos nós, pois todos os leitores deste estudo já estiveram ou estão em um dos lados que esta mesma moeda apresenta: aluno ou professor.

**Palavras-Chave:** Afetividade. Relação professor- aluno. Aspectos psicológicos. Aprendizagem.

---

## **A ATUALIDADE DO DIREITO CONTRATUAL, OS SMART CONTRACTS: CONCEITO, TIPOS, VANTAGENS E DESVANTAGENS DE SUA UTILIZAÇÃO**

Rafael Rodrigues de Souza, Regina Maria de Souza

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua Bahia. Santa Rita D Oeste - SP. rafarodri1022@gmail.com

**Resumo:** Tendo em vista os avanços tecnológicos na área de tecnologia financeira, bem como a atual tendência a contratar a nível internacional, surge a possibilidade de utilização dos contratos inteligentes. O presente trabalho tem como escopo entender o conceito de contrato inteligente, seus tipos, as vantagens e a desvantagens de se utilizar de tal tecnologia. Os Smart Contracts são acordos de vontade que se executam automaticamente dentro de um sistema tecnológico regulado, não sendo necessário que uma parte venha requerer a execução deste contrato. Por conta desta característica, os contratos inteligentes se mantêm hábeis para realizar negócios antes inimagináveis ou inalcançáveis, daí a importância de seu estudo. O trabalho foi desenvolvido como revisão de literatura, sendo que foram realizadas pesquisas em sites, livros, jornais e periódicos que discutem a temática, em especial nas áreas de tecnologia financeira e de Direito Civil. Como já se sugere o título em inglês, Smart Contracts são contratos inteligentes, tendo em vista que se realizam automaticamente sem a necessidade de que qualquer uma das partes execute o contrato, isto acontece porque ao invés do contrato ser escrito como os contratos convencionais, pautados em cláusulas, ele é escrito com linguagem de programação, sendo que em sua auto-composição são comportadas todos os atos que podem ocorrer dentro da negociação, sejam eles termos, encargos, condições ou dispor sobre o simples inadimplemento da obrigação. Os contratos inteligentes só são possíveis graças a tecnologia que está por de trás dele, o blockchain, é ele que se encarrega de armazenar o contrato e tornar seu registro imutável. Os contratos inteligentes se dividem em seis tipos, sendo: a) lei de propriedade; b) aplicação de crédito; c) contratos oracle; d) método de depósito duplo; e) aplicação nos serviços financeiros e; f) prevenção de violação. Além disto, os contratos inteligentes possuem algumas vantagens de sua utilização, como um processo rápido, seguro, imutável e que apresenta diversas soluções para negociações B2B, B2C e C2C. Entretanto, trata-se de uma tecnologia que ainda está em fase de desenvolvimento, e que necessita de um extremo consumo de energia para permanecer viva e carece de legislação específica. A imutabilidade torna-se um problema quando pensado acerca da teoria da imprevisão. Desta forma, apesar de que os contratos inteligentes apresentem diversos tipos de negócios, inclusive, alguns antes desconhecidos pelo direito brasileiro, eles possuem ainda irregularidades a sanar, tais como a carência de legislação específica e a evolução da própria tecnologia que se encontra em desenvolvimento. Quando tais irregularidades forem ultrapassadas, outros novos caminhos serão criados, como a democratização do sistema.

**Palavras-Chave:** Contratos inteligentes. Smart Contracts. Direito Civil. Globalização.

---

## A CASA CAIU?

Milena Carolina Nonato Esteves da Silva, Camila Taina Lucena Benhos, Gabriela Lemos Dos Santos, Joice Mayume Arakaki, Reinaldo De Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de - , R. Carmem Miranda , 1169. Adamantina - SP. milenacarolinasilv@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho desenvolvido tem por objetivo analisar uma determinada empresa que atua no mercado de construção civil. Analisar uma organização se baseia em como ela está tanto internamente como externamente, sendo assim, verificar os setores que a empresa precisa mudar, ou até mesmo se o tipo de marketing que é trabalho nessa organização está sendo favorável, está sendo bem trabalhada. O plano de ação auxilia nessa questão, visando entender quais os tipos de planejamento que a empresa está desenvolvendo. A empresa atua no comércio, no ramo da construção civil, onde atende a cidade de Adamantina e toda a sua região, com diversidades de produtos que facilitam o serviço do pedreiro construtor independentemente de uma pesquisa de mercado, o proprietário instalou sua empresa desse porte na cidade. O empresário simplesmente sabia que não havia nenhuma outra empresa do mesmo ramo no município. Foi então que decidiu implantar o empreendimento, pois o proprietário sabia que Adamantina possuía uma população e um comércio que apresentava bom desempenho. Objetivo da presente pesquisa é mostrar para a empresa que é fundamental o investimento em planejamento estratégico para alcançar os objetivos. A metodologia adotada para realização deste estudo foi a do estudo de caso, que se caracteriza para estabelecer metas, tomada de decisões. A missão da empresa está focada no seu crescimento tanto interno quanto externo, gerando empregos, facilitando os trabalhos na cidade, gerando renda, e fornecendo benefícios em produtos para a população. Já a Visão da empresa consiste no seu crescimento tanto interno quanto externo, sendo referência no mercado e mostrando ao consumidor, fornecedor e colaboradores que a empresa possui qualidade em seu atendimento e produtos de qualidade. A empresa possui uma estratégia de expansão no qual afirma que o crescimento de uma empresa é fundamental para um bom desenvolvimento e aceitação no mercado. Através disso pode-se dizer que a organização pretende evoluir e melhorar diversos aspectos internos e externos. O objetivo da empresa é oferecer produtos que poucas pessoas possuem o conhecimento, produtos estes que facilitam o trabalho sem a necessidade de ter o produto, ou seja, locar o produto. A empresa necessita de algumas melhorias internas, como por exemplo, os setores da organização precisam estar separados adequadamente, cada equipamento em seu devido espaço, e cada colaborador no seu devido setor. Outro ponto a ser melhorado está na divisão de serviço, onde atualmente cada trabalhador faz de tudo um pouco, ou seja, não há separação de funções organizada. E por fim, a empresa possui inúmeros produtos, mais de mil itens, e pode-se notar que são muitos produtos e pouco espaço, diversos itens acabam ficando escondidos, por conta de não possuir um ambiente adaptado ao volume de produtos, dificultando a sua procura no momento da venda. Para que as ações futuras sejam alcançadas é preciso que a empresa as acompanhe, com muito rigor além dos seus objetivos e metas, e que todos os pontos negativos que a empresa possui sejam melhorados no decorrer do tempo, por exemplo, desmotivação do trabalhador, custos elevados, etc.

**Palavras-Chave:** Planejamento. Organização. Estratégia. Plano de Ação. Planejamento Estratégico.

## **A EXECUÇÃO PENAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**

Beatriz Lopes Nobre

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Rua São Miguel 133. Rinópolis - SP.  
beatrizlopesnobre@gmail.com

**Resumo:** É inegável que o sistema penitenciário brasileiro há tempos tem vivido um colapso preocupante. A superlotação das celas, a falta de medicamentos, atendimentos médicos, má alimentação e a violência de facções criminosas faz parte diariamente da vida dos detentos dentro do cárcere. No decorrer deste ano muito tem se falado em reformas estruturais no Brasil, tanto previdenciária quanto tributária. Todavia, o Estado se omite ao falar da necessidade de uma reforma penitenciária, talvez a mais necessária atualmente no País. A Lei de Execução Penal é um diploma preocupado com a ressocialização do preso, como manda os organismos internacionais, entretanto ela não é respeitada no que tange a vários direitos do apenado, aqui ressaltados aqueles que efetivariam a ressocialização destes na sociedade. Logo, é difícil ressocializar se faltam, em grande parte dos estabelecimentos penais, as mínimas condições de higiene e saúde. Atualmente o Brasil tem a 4ª maior população carcerária do mundo e o índice de criminalidade tem aumentado a cada dia, por isso há a necessidade de maior visibilidade sobre este tema pois de nada adianta a condenação nos tribunais se a punição e reabilitação dos criminosos não são aplicadas de forma célere e eficaz. Sendo assim, o presente trabalho tem o intuito de ressaltar sobre a urgência de uma completa reforma tanto na legislação vigente quanto na estrutura interna punitiva dos presídios, para que o cárcere ao não seja apenas utilizado como um instrumento de punição, mas também de ressocialização.

**Palavras-Chave:** Penitenciária. Ressocialização. Crime. Punir. Impunidade.

---

## **A EXPLICAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO LATINO-AMERICANA COMO ABASTECEDORA MUNDIAL DE PRODUTOS PRIMÁRIOS PELA EXPLICAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DA DIVISÃO MUNDIAL DO TRABALHO.**

Wuelliton Felipe Perez Lima , Jose Jailton Da Cunha

Autor(a) curso de GEOGRAFIA - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - Campus de Presidente Prudente, Rua Papa João Xxiii N° 41. Mirante Do Paranapanema - SP. wuellitonfe69@gmail.com

**Resumo:** A presente investigação se propõe a trazer a luz pontos de origem estruturais e estruturantes no que tange a cristalização socio-histórica da divisão mundial do trabalho, e, como esse sistema capitalista de mercado colaborou para estruturação econômica e geográfica das nações latino-americanas como fornecedoras mundiais de gêneros agrícolas de clima tropical e temperado e produtos minerais, no passado e no presente. Seguindo essa hipótese, veremos que a implantação da divisão mundial do trabalho eclode como técnica, de cunho neoclássico, dos países que desencadearam seu processo de industrialização e precisam ocupar suas preocupações em se transformarem em fornecedores mundiais de bens

manufaturados. Na medida em que isso ocorre, também se tornam, por conseguinte, demandadores de produtos primários da economia, produtos esses que a América Latina já se mostrava eficaz em fornecer por fatores físicos e ideológicos –é correto afirmar que uma das heranças da colonização ibérica na região deixou estrias ideológicas de que são ótimos fornecedores de bens primários. Convém ressaltar que a proposta de análise será sintética, visto a impossibilidade de oferecer um material mais aprofundado e detalhado em apenas algumas páginas. A pesquisa aponta, sobretudo, fatores geo-econômicos e históricos sobre o tema aqui selecionado, além de acentuar seus impactos no campo social. Para tal, manusearemos recortes temporais que, em seus desdobramentos, esboçam ou a implantação exportadora ou a sua permanência em forma de resistência em abrir mão do modelo agroexportador. A fundamentação teórica utilizada para discorrer sobre o tema aqui selecionado se oferecerá sobre as contribuições encontradas em vasta literatura de certos economistas, geógrafos e historiadores que se propuseram a enriquecer o debate com suas colocações intelectuais.

**Palavras-Chave:** América Latina. Economia. Gêneros agrícolas. Exportação. Divisão do Trabalho.

---

#### **HÁ HERANÇA DE PAIS BIOLÓGICOS ONDE FILHO FORA ADOTADO POR OUTRA FAMÍLIA.**

Danieli Costa Neves da Silva, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Lucélia, 15. Tupã - SP. danielisilva2017@hotmail.com

**Resumo:** Este projeto de pesquisa tem a finalidade de analisar se o filho adotivo tem direito à herança deixada pelo pai biológico, após ter ocorrido adoção e ter perdido totalmente o vínculo com a família biológica. O objetivo é permitir uma visão abrangente e mais aproximada do tema, proporcionando um melhor esclarecimento do leitor no estudo desse tema. A abordagem do estudo é qualitativa, sendo que a metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica. O corpus do trabalho consiste em legislação que ampara o tema e o levantamento efetuado em bases de dados CAPES e Scielo, utilizando os descritores adoção, multiparentalidade, herança. Os resultados parciais deste trabalho esclarecem que ao passar dos anos vem ocorrendo situações onde as Famílias não tem um suporte adequado para suprir sua necessidade, devido às transformações e dificuldades em que a sociedade vem passando estas acabam perdendo seus filhos para adoção, com isso, a jurisprudência vem resolvendo os problemas baseado nos princípios norteadores do Direito e na doutrina a relação do tema. Com base no estudo feito e nos casos analisados, verificou-se a incidência cada vez maior de situações no Direito de Família em que não se tem um aparato legal, devido às transformações da família na sociedade, com isso, a jurisprudência vem solucionando os problemas com base nos princípios norteadores do Direito e na doutrina a respeito do tema. Reconhecida a multiparentalidade, o filho tem todos os direitos específicos às duas filiações, ate mesmo direito à herança. No caso do filho adotivo que busca a herança em relação à filiação biológica sem ter reconhecido a multiparentalidade, apesar de a legislação brasileira dispor no sentido de que com a adoção as relações de filiação entre os pais biológicos e o filho adotado são extintas, há possibilidade do direito à herança deixada pelo pai biológico ao filho adotivo, mesmo sem o registro civil da dupla paternidade.

**Palavras-Chave:** Adoção. Multiparentalidade. Herança.

## **A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E AS DECISÕES DO STF: O GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL INTERPRETA OU LEGISLA?**

Beatriz Andriotti Colato, Bianca Andriotti Colato, Victor Augusto Baptiston, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁ RIO DE ADAMANTINA, Avenida Presidente Vargas. Flórida Paulista - SP. beatrizacolato@hotmail.com, biancaacolato@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem o escopo de apresentar o significado de hermenêutica constitucional e analisar os métodos de interpretação advindos das dogmáticas alemã e estadunidense, tais como os métodos jurídico, científico-espiritual, tópicoproblemático, hermenêutico-concretizador, normativo-estruturante, concretista da constituição aberta, dentre outros apontados pela doutrina, criados ao tentar buscar a superação das dificuldades existentes quando da interpretação de normas constitucionais. Tratando da hermenêutica constitucional o presente estudo também analisa o papel que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem desempenhado frente às decisões proferidas nos últimos tempos. Trata-se de tema complexo e atual, que nos leva à reflexão sobre o verdadeiro papel da Corte Suprema e que tem sido alvo de diversos debates, pois intimamente atrelado ao ativismo do Poder Judiciário. A forma com que o STF tem atuado em assuntos que, a princípio, não seriam de sua alçada, mas que por ter sido acionado acaba por interferir na Separação dos Poderes, com decisões muitas vezes maximalistas, nos leva a acreditar que tem se esquecido de se restringir ao seu papel de intérprete da Constituição Federal e passado a legislar. Verifica-se, sobre a matéria, uma colisão entre interesses e um impasse sobre: decidir ferindo princípios, mas “resolvendo” os problemas ou respeitar o que manda a Constituição, mas, com isso, não solucionar o problema para o qual foi acionado. Nesse sentido, serão abordadas, no decorrer da exposição, algumas decisões proferidas pelo STF que foram alvos de acaloradas críticas, pois importaram na alteração de texto normativo, sem a devida obediência ao processo legislativo formal previsto na Constituição Federal, apenas prolatando decisões em sede de controle de constitucionalidade. O que se busca refletir aqui, afinal, é: O que se pede ao STF, quando ele é acionado? Que interprete o que a Constituição Federal dispõe ou crie novas regras sem observância do processo legislativo disposto na própria Carta Magna, solucionando o problema mesmo que isso implique ferimento a princípios e regras constitucionais? Assim, o que se buscará discutir no trabalho é o risco que o Estado Democrático de Direito corre, quando o STF, partindo na contramão do que lhe é atribuído como guardião da Constituição Federal, prejudica normas de ordem constitucional (tanto processuais, quanto materiais e principiológicas), sob o argumento de trazer soluções que, em tese, seriam efetivas e resolveriam o problema até ele levado.

**Palavras-Chave:** Supremo Tribunal Federal. Princípio da Separação dos Poderes. Hermenêutica Constitucional. Métodos de interpretação. Decisões maximalistas.

---

## **A IMPARCIALIDADE DO MAGISTRADO NO PROCESSO PENAL**

Bruno dos Santos, Maria Cristina Dias

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Joaquim Alves Landin, 756. Lucélia - SP. bruno.infa@hotmail.com

**Resumo:** O artigo tem por escopo analisar a importância do Princípio do Devido Processo Legal e da Imparcialidade do magistrado no Exercício da Atividade Jurisdicional, em específico no processo penal. Esses princípios são pressupostos essenciais de validade do processo. Serão analisados, os princípios processuais constitucionais e infraconstitucionais, tendo em vista a sua grande relevância, pois os princípios, não somente servem de orientação ao juiz no momento de proferir sua decisão, mas também constitui um limite ao seu arbítrio, garantindo que a decisão não seja proferida em desacordo com o espírito do ordenamento jurídico e que não violem a consciência social. O caráter de imparcialidade é inseparável do órgão da jurisdição, tanto que a primeira condição para que o juiz possa exercer sua função no processo é que se coloque entre as partes e acima delas. A imparcialidade do juiz é pressuposto para que a relação processual seja válida e assim talvez alcance a justiça. O tema escolhido para este artigo surgiu pela relevância constitucional e garantista que possui o Princípio do Devido Processo Legal e da Imparcialidade dentro do Poder Judiciário, que infelizmente não poucas vezes, são desconsiderados por parte do Estado-Juiz. Afirmação essa, que se apoia em recentes denúncias contra o Poder Judiciário. A imparcialidade do juiz é uma das garantias que proporciona a realização de justiça frente a um litígio, é uma característica essencialmente legitimadora da função estatal jurisdicional. Sem um Poder Judiciário imparcial, a sociedade irrefutavelmente opor-se-ia à resolução pacífica dos conflitos, pois não teria confiança nas motivações das decisões judiciais. Igualmente, a proteção dos direitos fundamentais, sobretudo os voltados à defesa dos indivíduos perante o aparato estatal, restaria sobremodo fragilizada caso não houvesse juizes imparciais para quando necessário, obstaculizar o exercício do arbítrio pelo Poder Público e seus excessos, que infelizmente não são incomuns. No processo penal, a discussão a respeito da imparcialidade do juiz ganha maior relevância, isso porque, ao longo da evolução histórica do processo criminal, surgiu um órgão estatal cuja finalidade consiste precipuamente em ser parte autora na relação processual penal; o Ministério Público. Com efeito, é ao Ministério Público que compete, entre outras funções, dar o impulso necessário ao início do processo penal, em se tratando de crime de ação penal pública incondicionada. Onde através da denúncia, o juiz, que até então estava inerte, toma conhecimento de uma demanda e examina-a, decidindo se irá ou não processá-la.

**Palavras-Chave:** Imparcialidade. Constitucionalidade. Magistrado. Princípios. Justiça.

---

## A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DA CRIANÇA

Taynara Natacha de Sousa Santos, Vitória Gonçalves Gomes, Karen Regiane Soriano

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Avenida Vitória Régia, 186. Adamantina - SP. 93617@fai.com.br

**Resumo:** Reconhecer a importância e influência da Educação Infantil no desenvolvimento humano e social das crianças é indispensável nos tempos atuais. Da mesma forma, considerar toda a trajetória histórica que os alunos, enquanto seres sociais e integrais, trazem consigo, observar o quanto essa trajetória influencia no processo de socialização, bem como instruí-los e

estimulá-los a serem ativos, participativos e, principalmente, a usar essa etapa da vida escolar das crianças como aliada para o que a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN) define como principal finalidade da educação, ou seja, a etapa da Educação Infantil como essencial para o processo de escolarização e de desenvolvimento integral das crianças. Desta forma, o presente estudo, em fase de execução, tem como objetivo identificar práticas pedagógicas que auxiliem o interesse e compreensão dos profissionais envolvidos com a educação, para a responsabilidade que a primeira etapa da Educação Básica tem sobre o desenvolvimento das crianças, principalmente no desenvolvimento humano e social dos pequenos, além das questões voltadas para a alfabetização. A fim de alcançar o objetivo proposto, está em curso uma revisão sistemática de literatura para, assim, identificar melhor a temática ora abordada no cenário de pesquisas nacionais. De forma geral, ainda que com resultados parciais, é possível inferir que as práticas pedagógicas voltadas para a socialização e pautadas na trajetória histórica das crianças, podem colaborar para o processo de alfabetização, para o interesse pela escola e para o desenvolvimento integral das crianças em idade pré-escolar. Além disso, é essencial que os profissionais comprometidos com essa fase da vida das crianças considerem que para a futura alfabetização, é preciso uma boa interação com o meio e com as pessoas a sua volta, que as brincadeiras direcionadas e com objetivos são fundamentais e não podem simplesmente serem trocadas por lápis e papel almejando a alfabetização precoce.

**Palavras-Chave:** Educação infantil. Desenvolvimento infantil. Práticas pedagógicas.

---

#### **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FORMAL NO SISTEMA PRISIONAL**

Helen Rodrigues do Nascimento, Gicelma de Menezes de Oliveira, Karen Regiane Soriano

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Das Rosas, 41 . Lucélia - SP.  
Helen.jc234@gmail.com

**Resumo:** Pesquisas desenvolvidas nos últimos anos têm demonstrado que enquanto países da Europa fecharam prisões por falta de condenados, no Brasil fica cada vez mais evidente a escalada de crimes e o aumento de centros de detenção. Diante dos dados alarmantes, inclusive de crimes considerados hediondos, há muitas questões sem nenhuma resposta como, por exemplo, as Políticas Públicas que têm sido implantadas nestes centros de detenção e as medidas de segurança tomadas para reverter este cenário. No entanto, a sociedade clama por justiça, as pessoas anseiam que os responsáveis pela violência sejam punidos, presos e retirados do convívio em sociedade, desejam que eles aprendam com seus erros e não os pratiquem mais. O grande problema para que isso se torne realidade pode estar no Sistema Prisional, que jamais foi pensado para o número de detentos que o país possui atualmente. Além disso, a própria Constituição e demais dispositivos legais preveem que essas pessoas devem ter condições de serem reinseridas na sociedade e, uma das formas disso acontecer, é justamente pela educação formal, também prevista por Lei a todos os presos que assim desejarem. Num primeiro momento, o objetivo deste estudo, em andamento, é identificar pesquisas voltadas para essa temática dentro de uma perspectiva de educação formal e, com base nesses dados, analisar estratégias que podem fundamentar a prática pedagógica com o público em questão. Diante disso, o estudo encontra-se em desenvolvimento, como uma revisão sistemática de literatura. De forma geral, é esperado que

os resultados indiquem práticas e cuidados que podem auxiliar na ressocialização dessas pessoas após o cumprimento da sentença.

**Palavras-Chave:** Educação Formal . Sistema prisional. Ressocialização

---

## **A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE DE TRABALHO**

Gessiene da Silva, Evandro Jardim dos Santos

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Santos Dumont, 1123. Junqueirópolis - SP. Gesl50@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo deste artigo é destacar a importância da administração pública e sua influência no ambiente de trabalho. A perspectiva é compreender o desafio da administração ao longo de todo o processo de planejar; e organizar; e dirigir; e controlar os recursos para alcançar novos objetivos organizacionais. Atualmente compreende-se que a administração precisa ser dirigida de uma maneira muito eficiente e eficaz, tanto nas indústrias; comércio, dentro dos serviços públicos; em hospitais; universidades; em instituições militares, e outras entidades. Em qualquer que seja a organização, todo o administrador deve atuar a fim de que possa alcançar grandes resultados através da efetiva cooperação de seus subordinados. Uma boa administração traz para a organização um conjunto de processos com entrosamento e atitudes unificadoras que acaba por abranger todos os aspectos da organização. Essa organização está relacionada com a definição de uma estrutura estática e limitada, também a ser definida como uma entidade social na qual as pessoas passam a interagir entre si com a finalidade de alcançar os objetivos específicos. O comportamento humano é influenciado pelas atitudes e normas informais existentes nos grupos dos quais o indivíduo participa. É dentro da organização que surgem as oportunidades de relações humanas, devido ao grande número de grupos e interações resultantes. A importância da ética na sociedade, o conjunto de princípios e as normas diferenciam os tipos de comportamentos aceitos como éticos, do mesmo modo, o homem primitivo sempre viveu por meio das normas consuetudinárias, ou seja, das relações entre os indivíduos e a comunidade.

**Palavras-Chave:** Relações humanas no Setor Público. Administração do Trabalho. A Ética nas Empresas.

---

## **A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Marco Antônio Cório Júnior, Marcos Ricardo Minutti

Autor(a) curso de EDUCACAO FISICA - LICENCIATURA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Rodolfo Zaros, 868. Osvaldo Cruz - SP. junior.corio@gmail.com

**Resumo:** A disciplina de Educação Física foi introduzida no currículo escolar no século 18. Um dos pioneiros foi o educador Johann Bernard Basedow (1724-1790). Em 1774 Johann Bernard instituiu na escola-modelo de Dessau, na Alemanha, a prática

de exercícios como correr, saltar, arremessar, transportar objetos e escalar. Muitas escolas europeias seguiram a mesma trilha - até que, em 1801, a Dinamarca se tornou o primeiro país a exigir o ensino da Educação Física nas escolas públicas. No Brasil, a atividade física passou a fazer parte dos programas escolares em 1854 - obra do então ministro do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886), ao aprovar um regulamento que incluiu a ginástica nas instituições públicas da cidade do Rio de Janeiro. A Educação Física propicia ao aluno condições para que seu comportamento motor seja desenvolvido, oferecendo-lhe experiências de movimentos adequados às diferentes faixas etárias (Darido e Rangel, 2005). Neste modelo pedagógico, cabe aos professores observarem sistematicamente o comportamento motor dos alunos, no sentido de verificar em que fase de desenvolvimento motor eles se encontram, localizando os erros e oferecendo informações relevantes para que os erros sejam superados. Por outro lado, as abordagens pedagógicas críticas, sugerem que os conteúdos selecionados para as aulas de Educação Física devem propiciar a leitura da realidade do ponto de vista da classe trabalhadora (Darido e Rangel, 2005). Nessa visão a Educação Física é entendida como uma disciplina que trata do conhecimento denominado cultura corporal, que tem como temas, o jogo, a brincadeira, a ginástica, a dança, o esporte, etc., e apresenta relações com os principais problemas sociais e políticos vivenciados pelos alunos (Darido e Rangel, 2005). De forma geral, pode-se concluir que a Educação Física vem se desenvolvendo no Brasil à partir de importantes mudanças político-sociais e que atualmente é vista como um elemento essencial para a formação do cidadão Brasileiro.

**Palavras-Chave:** Educação Física. Escola. Desenvolvimento Motor.

---

## A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS FUTURAS GERAÇÕES

José Jairo Cuer de França

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Rua Piauí, Nº 1341. Iacri - SP. jairo.cuer@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é mostrar a importância da educação ambiental nos ambientes escolares em todos os níveis dos países. É a forma mais eficiente para se formar pessoas melhores, preocupadas com o meio ambiente e sua sustentabilidade. Quando iniciamos uma criança em uma escola, sabemos que esse aprendizado é para sempre, assim conseguimos desenvolver pessoas com responsabilidade para sua vida adulta, esse aprendizado é contínuo, passando de geração para geração, mudando uma cultura inteira, que há muitos anos, só pensavam em usar os recursos naturais, de forma inconsequente. Quando utilizamos o ambiente escolar, conseguimos atingir uma comunidade, uma cidade, um estado, e um país. O que é mais interessante, e que se for olhar para o nosso passado, até os dias atuais, já sabemos que pouco foram feitos em relação ao meio ambiente concreto, meio ambiente esse que atinge sua fauna e sua flora. A partir do momento que atamos a educação ambiental nas escolas, como grade curricular, em pouco tempo, conseguimos mudar uma geração inteira, conseguimos mudar uma cultura arcaica que estão a muitos anos, usando os recursos naturais de uma forma desordenada, sem limites, achando que isso tudo é infinito, e na verdade os recursos naturais, se não forem usados com responsabilidade, com o devido respeito, em pouco mais de 20 anos, estaremos cavando nossas próprias sepulturas. Um país que não se preocupa com seu ecossistema equilibrado, vai ter grandes consequências para suas futuras gerações. A melhor forma de se evitar e conseguir realmente uma mudança significativa, ela só virá, através das escolas, através de pessoas empenhadas em passar conhecimentos, respeito, ao

meio ambiente em que vivemos, respeitar os animais e as plantas, respeitar a água e o ar, que sem esses elementos, não existira vida na terra. Em nosso, a própria Constituição Federal em seu Título VIII, da Ordem Social e o Capítulo VI do Meio Ambiente, Art. 225 "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações". BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

**Palavras-Chave:** Educação ambiental. Sustentabilidade. Meio Ambiente. Qualidade de Vida. Preservação.

---

### **A IMPORTÂNCIA DA INTERCONSULTA PSICOLÓGICA NA HOSPITALIZAÇÃO**

Andreza Maria Ribeiro Galvão, Amanda Zacarias Garcia, Anelise Ramiro Pereira, Flavia Cordeiro De Oliveira, Giscelly Tyemi Ogasawara, Thaís Angélica Déo da Silva Bereta

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdade da Alta Paulista, Rua 13 De Maio N°212. Herculândia -SP. andreza\_mr@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo, apresentar aspectos fundamentais sobre a interconsulta psicológica dentro do ambiente hospitalar, sendo utilizado por um profissional, afim de, compreender, aprimorar e fornecer assistência no adoecimento do paciente dentro de um processo de hospitalização. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica através de livros e revistas especializadas na área. Inicialmente, faz-se necessário conceituar o termo interconsulta. Este pode ser definido como a consulta realizada por um profissional de saúde a um paciente específico mediante a solicitação do especialista por ele responsável (NOGUEIRA, 1995). Como modelo de atenção, possibilita a melhora dos cuidados dispensados ao paciente, auxiliando na provisão do atendimento a todos os aspectos envolvidos na situação de estar doente e hospitalizado (NOGUEIRA, 1995). Segundo Rossi (2008), a interconsulta psicológica tem como objetivos auxiliar profissionais de outras áreas no diagnóstico e tratamento de pacientes com problemas psiquiátricos ou psicossociais (situações emocionais emergentes) e intermediar a relação entre os envolvidos na situação (equipe de saúde, pacientes e familiares), facilitando a comunicação, a cooperação e a elaboração de conflitos. Diferentes motivos podem ser determinantes da solicitação de uma interconsulta psicológica por médicos e outros membros da equipe. Alguns dos mais frequentemente encontrados em estudos realizados no Brasil são: colaboração para o diagnóstico diferencial de patologias orgânicas e psicológicas, persistência de comportamento queixoso do paciente, comportamento de paciente que altera o funcionamento da enfermaria, sensibilização da equipe pelas atitudes do paciente, dificuldade da equipe em lidar com sentimentos e reações decorrentes do adoecer, risco ou tentativa de suicídio, pacientes com transtornos psiquiátricos e desajustes na relação médico-paciente (BOTEGA, 2002; SMAIRA, KERR-CORRÊA, CONTEL, 2003). A finalidade do psicólogo em sua faceta como interconsultor é a de contribuir para compreensão e ampliação da tarefa assistencial, atuando ainda como facilitador da comunicação entre o profissional de saúde, o paciente e o familiar. (MALDONADO; CANELLA, 2003).

**Palavras-Chave:** Interconsulta psicológica. Psicologia hospitalar. Adoecimento.

---

## **A IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA**

Juliana Costa De Souza, Gislaíne Carla Souza Alves, Jéssica Adriana da Silva Codogno, Luana Caroliny Fávoro dos Santos, Patrícia Maria de Almeida Sartori, Alceu Teixeira Rocha

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Augusto Padovan, 74. Adamantina - SP. julianacostasouza@outlook.com, silvia.bfjj@hotmail.com

**Resumo:** A Logística, um conceito que surgiu dentro da Administração de Empresas, consiste em planejar a movimentação de recursos para que a empresa possa funcionar bem. Em outras palavras, a Logística é a área responsável pelo Transporte e armazenamento de mercadorias para as empresas. É de vital importância à redução de custos e ao aumento da competitividade. A Logística empresarial nasceu da importância da redução de custos nas empresas e na maior relevância que se dá hoje em atendimento das necessidades dos clientes. Quando todos os produtos se tornam iguais, a empresa mais competitiva será aquela que conseguir ser mais eficiente e eficaz, antecipando-se a prováveis problemas que possa vir a enfrentar. Soma-se a isso o fato de que o mundo está se tornando cada vez mais um mercado global, as fronteiras geográficas estão desaparecendo e a expectativa é que as empresas estejam preparadas para enfrentar as realidades desse novo desafio. A importância da logística está em fornecer as bases para o planejamento estratégico de uma empresa. Esse fator representa uma grande diferencial para permanecer competitivo no mercado de transportes. Afirmção reforçada pela opinião de diversos especialistas em gestão empresarial e marketing. Um bom planejamento logístico é crucial para que um negócio se destaque frente à concorrência. O negócio de transportes é extremamente extenso e possui repercussão em toda a economia. Em termos amplos, o trabalho da área de logística é viabilizar que os produtos adquiridos sejam entregues aos seus clientes, de modo que seja proporcionado o fluxo de informações e pedidos. Contudo, essa é apenas uma das variáveis. Ao pensar na distribuição de mercadorias, é preciso questionar a natureza de cada produto. São artigos comprados pela internet? São produtos agrícolas transportados do campo para os grandes centros urbanos? Ou trata-se da produção de minério que circula, majoritariamente, por ferrovias? Como lidar com o transporte de materiais químicos e combustíveis de forma segura? Quais são os trâmites para lidar com a importação e a exportação de produtos? Todos esses aspectos e mercados demandam serviços logísticos para eliminar distâncias entre os fornecedores e consumidores. Cada um desses segmentos interage e possui um fator em comum: a necessidade de transportar as suas mercadorias.

**Palavras-Chave:** Logística. Importância. Competitividade. Economia. Demanda.

---

## **A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO E LIDERANÇA NA GESTÃO DE PESSOAS**

Mariana Albuquerque Ferreira, Beatriz Fidelis Rocha, Silvana Malaman Trevisan Dias Batista

Autor(a) curso de SERVIÇO SOCIAL - Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, Rua Zacarias Miguel, 84. Presidente Prudente - SP. mari\_pvh@hotmail.com, maarialbuquerque@icloud.com

**Resumo:** O artigo tem por finalidade corroborar com a relevância da motivação no processo de trabalho bem como dentro do Serviço Social, devendo levar em consideração o papel da liderança nos tempos de grandes mudanças nas organizações. Essas constantes alterações exigem dos setores públicos e privados uma adaptação rápida para que elas sobrevivam nessa nova realidade que está cada vez mais globalizada e competitiva. Esse progresso do que se entende por liderança objetiva o desenvolvimento de um líder com uma nova visão para liderar de forma eficaz, somando-se a consciência individual e a percepção dos fatores que criam um ambiente e motivação positivo. O tema da liderança e motivação se transformou em algo de interesse de todos, por essa razão a imagem do líder e sua forma de liderar são essenciais e ela está representado por meio da aptidão em conduzir o comportamento dos liderados para alcançar os objetivos do grupo, direcionando as organizações para o sucesso. O papel de um líder é de influenciar seus liderados positivamente, incentivando e estimulando o desempenho profissional de cada um, além de investir na qualidade de vida no ambiente de trabalho. Atingir essa qualidade de vida no trabalho será consequência do trabalho realizado pelo líder e das suas estratégias para manter o clima positivo. Além da liderança, a motivação para o trabalho nos serviços públicos e privados e ONGS, baseia-se na aproximação das motivações nos âmbitos público, privado e de terceiro setor para que gestores encorajem e motivem seus servidores. O método de pesquisa utilizado foi o materialismo histórico dialético, com análise documental e pesquisa bibliográfica.

**Palavras-Chave:** Líder. Motivação. Serviço Social.

---

## **A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE MIDIÁTICA LGBTQIA+, E OS AVANÇOS DA VISIBILIDADE DRAG QUEEN PELA TELA DA NETFLIX**

Vitor Miguel Rodrigues Pereira, Beatriz Maria Silva Rocha, Camila De Souza Alves

Autor(a) curso de COMUNICACAO SOCIAL - PUBLICIDADE. E PROPAGANDA. - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Francisco Dias Das Neves, 791. Flórida Paulista - SP. vitormiguelr67@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo, demonstrar a importância do aprofundamento da expansão da arte Drag. Os termos transformistas ou drag queens são utilizados para designar artistas performáticos que se vestem utilizando a imagem estereotipada e exagerada de feminilidade em suas apresentações; ou mulheres que se utilizam do estereótipo de masculinidade em suas performances, que se chamam drag kings. Para isto, trabalha-se com a premissa da identificação do público por meio de plataformas online, como a Netflix, que por meio dos seus produtos midiáticos mantém uma forte influência na pauta midiática. Partiu-se da hipótese que a plataforma tenha uma postura favorável à causa LGBTQIA+ e que o público apresente uma reação positiva a isso. O recorte dessa análise está centrado nos modos com que os grupos LGBTQIA+ – e aqueles que mantêm relacionamento com esses grupos – vêm ganhando visibilidade por meio dos conteúdos de mídia da empresa, e a ideia de capitalização, que aborda o processo de celebração da arte Drag Queen, e subsequente adaptação ao mercado LGBTQIA+ que está em amplo crescimento. Drags vivem a inversão do gênero como espetáculo, não como identidade como é o caso das travestis e transexuais. Dessa forma, se aproximam mais dos crossdressers, mas não são a mesma coisa. A metodologia centra-se em uma abordagem qualitativa com uma análise de conteúdo e um levantamento teórico que dialoga com o movimento LGBTQIA+ e o reconhecimento de comunidade, passando por uma perspectiva de representações no meio

stream, e ainda aborda a compreensão de gênero e arte na comunicação publicitária. Por fim, constatou-se que a plataforma aborda a temática LGBTQIA+ com naturalidade e recorrência em suas publicações, obtendo engajamento e reação positiva do público.

**Palavras-Chave:** Netflix. Drag Queen. Representatividade Midiática. Lgbtqia+. Estereótipo.

---

## **A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

Maiara Pelloi Merloti, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de - , Rua: Walter Massaferro, 38. Adamantina - SP. maiarapeloi@camda.com.br, maraelisa@fai.com.br

**Resumo:** Este estudo tem por temática, “a deficiência física e o ambiente familiar”. Entendemos que a família e as relações que se estabelecem em seu interior é de suma importância, uma vez que é neste espaço que a criança cresce, se desenvolve e adquire suas habilidades. E diante do novo paradigma de conquista de direitos, cabe analisarmos o papel da família, enquanto uma das instâncias essenciais para o desenvolvimento da criança, sobretudo, daqueles com deficiência. Assim, o objetivo dessa pesquisa consistiu em compreender o papel do ambiente familiar no desenvolvimento da criança com deficiência física. Sendo uma revisão bibliográfica, os dados foram coletados nas bases, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Lilacs Methodology Portal, Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (PubMed), utilizando as palavras-chave “deficiência, família, desenvolvimento”. Foram encontrados 68 artigos, porém foram selecionados apenas 16 para compor as análises. Utilizando-se a técnica proposta por Bardin (2006) os dados foram organizados e em cinco categorias: A primeira categoria trata-se de temas relacionados a crianças com deficiência, contendo informações como: inclusão das pessoas com deficiência física, recursos para pessoas com necessidades especiais no Brasil, inclusão as pessoas com deficiência física na sociedade. Na segunda categoria, denominada como Importância da família, foi possível encontrar informações sobre reestruturação familiar, o papel da família nos processos de adaptação e o impacto na família com pessoa com deficiência física. A terceira categoria aborda o processo inclusivo, trazendo informações sobre a inclusão na sociedade, mudança no pensamento da sociedade, aceitação da sociedade e na família. Na quarta categoria, denominada de desenvolvimento e aprendizagem da pessoa com deficiência física, aborda estudos sobre a prática e monitoramento em relação ao desenvolvimento e a aprendizagem. E na quinta e última categoria, Psicologia e Família, os dados retratam o papel do psicólogo no acompanhamento e aconselhamento das famílias com pessoas com deficiência e a vivências das famílias. Este estudo encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Educação especial. Educação inclusiva. Deficiência física. Família.

---

## **A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DE ADOLESCENTES**

Stefani Gabriela Arantes de Lino, Taila Carolina Dos Santos, Magda Arlete Vieira Cardozo

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Mário Pattaro, 190. Adamantina - SP. stefani-arantes@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo da pesquisa é apontar a importância do ensino de Filosofia como disciplina obrigatória no Ensino Médio e analisar a contribuição na formação de jovens e adolescentes. A filosofia tornou-se uma teoria do conhecimento ou uma teoria sobre a capacidade e a possibilidade humanas de conhecer e, também, sobre a ética e estudo das condições de possibilidade da ação moral, enquanto realizada por liberdade e por dever. A natureza da pesquisa é bibliográfica e qualitativa e sua coleta de dados se deu por meio da livreria eletrônica Scielo e livros físicos, criando assim um sistema, que é permeado por critério de exclusão e inclusão de artigos, a fim de se atingir os objetivos propostos. A primeira característica da atitude filosófica é um "dizer não" aos "pré-conceitos", aos "pré-juízos", aos fatos e as ideias da experiência cotidiana. Em uma palavra, seria colocar entre parênteses nossas crenças para poder interrogar quais são suas causas e qual é seu sentido. A segunda característica da atitude filosófica é uma interrogação sobre o que são as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. É também uma interrogação sobre o porquê e como disso tudo e de nós próprios. O propósito do ensino da filosofia no ensino médio não é de formar filósofos, embora seu estudo eventualmente possa despertar vocações. O que se visa é estimular a reflexão do aluno, levando-o a desenvolver um novo olhar sobre o mundo, típico da especificidade do filosofar. Conclui-se que a formação crítica na adolescência consiste em desenvolver a percepção sobre o cotidiano, levando o jovem a questionar o senso comum e descobrir novos significados para a existência, para as relações humanas que se estabelecem a partir dela e para o convívio com a natureza, e que o ensino de filosofia seria uma forma que possibilitaria o despertar dessa criticidade, podendo, inclusive, formar cidadãos conscientes e até engajados.

**Palavras-Chave:** Adolescente. Filosofia. Educação. Aprendizagem.

---

## A IMPORTÂNCIA DO FASHION LAW PARA A PROTEÇÃO ECONÔMICA E CULTURAL DO MUNDO DA MODA

Bianca Vicente Marineli, Regina Maria de Souza

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Avenida Doutor Francisco Félix De Mendonça, 5175. Palmeira D Oeste - SP. biancamarineli@hotmail.com, bimarinel97@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar a relevância do Fashion Law para a proteção dos produtos e serviços ofertados no setor de moda. Atualmente verifica-se que o ramo da indústria da moda vem apresentando um crescimento significativo, o que demonstra a sua relevância para a sociedade brasileira. Nesta perspectiva, emergem novos conflitos, assim como a demanda por normas jurídicas capazes de abarcar a necessidade de solução das questões postas, o que levou à origem do Fashion Law. Por ser uma área de estudo e atuação recente no Brasil, ainda não há legislação específica, porém seu crescimento e popularização é cada vez mais evidente, inclusive estruturando a organização de cursos e advogados especializados na área. Em razão dos fatores citados, este trabalho, executado por meio de pesquisas em revistas, artigos, doutrinas e jurisprudência, visa analisar a questão do recente ramo Fashion Law e sua importância jurídica, principalmente no que tange à proteção contra abusos em relação às criações e designers de produtos das empresas e estilistas, sendo que, dentre os assuntos relacionados à

moda debatidos no Judiciário, encontram-se o trade dress e o aproveitamento parasitário. Observa, assim, que os produtos das empresas e designers merecem proteção para evitar abusos, porém, por não haver lei própria no âmbito brasileiro, são utilizadas as já existentes para essas situações, devendo também o julgador analisar o caso concreto. Como a moda sempre foi muito influenciadora e significativa para a sociedade, é previsível que o Fashion Law venha se expandindo e ganhando seu espaço, demonstrando-se cada vez mais importante e frequente na atualidade.

**Palavras-Chave:** Fashion Law. Moda. Trade Dress. Aproveitamento parasitário.

---

## A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO PARA EVITAR O ENDIVIDAMENTO

Amanda Cristina de Souza Oliveira, Jéssica Pessoa Rosa, Michele Cristina dos Santos Lontro, Nicolí Carolini De Lázari Hatano

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Av. Azaléia, 630. Oriente - SP.  
amanda.crisoliveira@hotmail.com, elly.santos2010@hotmail.com

**Resumo:** A gestão financeira pessoal é fundamental para estabelecer metas e realizar algumas ações ou estratégias para que tais metas sejam alcançadas, principalmente frente aos fatores incontroláveis presentes na economia do país. Para movimentar e estimular a economia, o governo pode buscar facilitar o consumo, oferecendo diversos estímulos que impulsionam a compra. Quando este cenário se concretiza, a probabilidade de endividamento também pode aumentar. Caso as ações de consumo sejam estabelecidas ou realizadas sem planejamento, as obrigações assumidas podem não ser cumpridas devido à falta de renda. Parte da população enfrenta problemas com suas obrigações financeiras. O presente estudo tem como objetivo analisar a importância do planejamento e do controle financeiro para evitar o endividamento. Especificamente, busca-se apontar os principais fatores que dificultam o planejamento e o controle financeiro, assim como as principais causas do endividamento, e apresentar os benefícios ocasionados pelo controle e planejamento da vida financeira. Este trabalho levantará informações, de estudantes do curso de graduação em administração, que permitirão um maior entendimento sobre a existência da realização do planejamento e do controle financeiro, assim como a possibilidade de despertar hábitos e práticas de planejamento e controle. A metodologia consiste em uma pesquisa de campo realizada em uma Instituição de Ensino Superior (IES) do município de Tupã – São Paulo, especificamente em estudantes do curso de graduação em administração. Será utilizada a ferramenta Google Forms para a coleta de dados sobre meios utilizados para gerenciar a vida financeira, principais dificuldades encontradas, nível de renda, endividamento, idade etc. No primeiro momento, para a realização deste resumo da pesquisa com resultados parciais, se fez necessário o levantamento de informações bibliográficas por meio de artigos científicos, para fundamentar o desenvolvimento do projeto e comparar literaturas da mesma área de estudo. O artigo 1, discutido nos resultados, realizou uma pesquisa de campo com famílias de Sergipe e Bahia, enquanto o artigo 2 aplicou questionário em funcionários de uma instituição do Meio Oeste Catarinense. Grande parte dos pesquisados do artigo 1 controla suas dívidas por anotações em cadernos, enquanto no artigo 2 se faz necessário maior conhecimento sobre a área para tomar decisões mais adequadas. Observou-se que a maioria dos pesquisados não possui conhecimento sobre gestão financeira e por isso não planejam e controlam suas finanças. Alimentação, cartões de crédito e moradia são os principais itens de destinação da renda. A comparação entre essas literaturas, associadas à área de estudo desta proposta de pesquisa, permitiu evidenciar fatores que

fundamentem a ideia. Esta parte da hipótese de que alunos que cursam Administração tenham maior preocupação com gestão financeira, o que pode ou não ser confirmado com os resultados finais da pesquisa. Espera-se destacar a importância da gestão financeira para evitar endividamento e contribuir para o desenvolvimento de outros trabalhos científicos da área de estudo.

**Palavras-Chave:** Planejamento financeiro. Controle financeiro. Educação financeira.

---

#### **A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL**

Leticia Mabiane Kanarski, Alan Dias Ferreira, Carlos Alberto Kimura, Katharine Lopes Mesquita, Paulo Antônio Ferreira, Erika Martins da Costa

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - Anhanguera, Rua Odorico Fiorini, 515. Lucélia - SP. letickanarski@hotmail.com, ssegad2@hotmail.com

**Resumo:** Os problemas financeiros no Brasil não são exclusividade de nossa geração. Muito pelo contrário, ao longo do tempo várias crises financeiras assolaram o nosso Brasil. Todavia, considerando a atual crise a qual vivemos, é importante dizer que o planejamento financeiro pessoal ou familiar é essencial para qualquer indivíduo, especialmente, em épocas como estas. Saber administrar a entrada e saída de dinheiro de nossos bolsos é imprescindível para ter uma saúde financeira equilibrada e mais tranquilidade em nosso dia-a-dia, principalmente para situações emergenciais que não estão em nosso orçamento. No entanto, é certo que a maioria dos consumidores não tem muito conhecimento sobre o tema “educação financeira” e desconhece as possíveis ferramentas para essa gestão, dentre elas as mais básicas como anotação em um caderno até as mais elaboradas como os aplicativos. Referidas ferramentas podem auxiliar na administração de seus bens e de seu dinheiro, ou até mesmo auxiliar na tomada de decisões quanto a destinação de seu investimento, o que evitaria que entrássemos para o índice de inadimplentes apontados nas pesquisas. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo principal mostrar a importância do planejamento pessoal ou familiar para alcançar qualidade de vida financeira, mostrar a diferença entre compras necessárias e impulsivas, mostrar a relevância de se definir seus objetivos, sejam eles intelectuais, de moradia, ocupacionais, de aposentadoria ou estilo de vida e também, quais os benefícios do gasto consciente, além de apresentar ferramentas que auxiliam no controle de nossas finanças. Para elaboração do trabalho foi realizado estudo bibliográfico sobre diversos autores que abordam o tema em questão, sendo unânime entre estes os benefícios de organizar as finanças. Foi possível perceber ao longo do trabalho que o planejamento financeiro pode contribuir significativamente para que os cidadãos tenham uma vida mais tranquila, sem imprevistos e, inclusive, de uma forma que seja possível poupar dinheiro e prever seus gastos.

**Palavras-Chave:** Planejamento financeiro. Finanças. Ferramentas de gestão.

---

#### **A IMPORTÂNCIA SINDICAL PARA OS TRABALHADORES - FUNÇÃO SOCIAL**

Isabela Frutuoso de Aguiar, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Rua Yoshiharu Haru,21. Bastos - SP.  
isabela\_aguiar19@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho de conclusão de curso tem como tema A importância Sindical para os Trabalhadores quanto a sua Função Social. Onde o objetivo é mostrar a importância dos Sindicatos para os trabalhadores em defesa dos seus direitos desde sua criação, com a evolução histórica, constando os aspectos gerais do sindicato e suas respectivas funções. O mesmo visa expor e explicar como a representação sindical é de alta relevância para a busca de melhores condições nas relações de trabalho, atuando de forma legal e respondendo às expectativas de cada categoria. A entidade sindical deve se fazer presente diante de negociações coletivas para formalizações de acordo e convenção coletiva, em homologações de rescisões de contrato, bem como se deve mobilizar diante de movimentos grevistas. A escolha deste tema surgiu das necessidades de compreender e conhecer o intuito dos sindicatos brasileiros, perante as desvirtuações que sofrem a relação de conceito sindical e sua própria função social. Através dessas discordâncias surge a necessidade de um estudo aprofundado para mostrar aos próprios trabalhadores a finalidade das entidades sindicais, através de técnicas com levantamentos bibliográficos sobre as organizações sindicais, quanto aos princípios que o regem. Diante disso, serão usados diversos métodos, como avaliação de conteúdo, valoração de correntes doutrinárias e jurisprudências. Assim sendo, este trabalho vem mostrar e levantar um questionamento, os trabalhadores precisam dos sindicatos, entretanto, existe uma garantia de um sindicato ativo na defesa de seus direitos? Conclui-se que são necessárias participações ativas e, também o apoio desses associados e não associados na garantia de seus direitos, previstos pela Constituição Federal de 1988, sendo conquistados pelos movimentos sindicais, pois através do estudo pode se observar que as práticas anti-sindicais decorrem da falta de representações sindicais efetivas, através de violações a liberdade sindical. Portanto, a participação deve ser constante, na luta de garantia dos direitos, indo de acordo com os avanços da sociedade.

**Palavras-Chave:** Sindicato. Trabalhadores. Função social. Garantias.

---

## A IMPUTABILIDADE E A INIMPUTABILIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

Alisson De Azevedo Feitosa, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Rua Manoel Da Cruz Coelho, 327. Tupã - SP.  
azevedoalisson@hotmail.com

**Resumo:** A culpabilidade é o terceiro elemento do conceito formal de crime, junto ao fato típico e a antijuridicidade/ilicitude. A imputabilidade é um dos elementos da culpabilidade. Para um crime ser imputado a alguém, essa pessoa deve ter a capacidade de entender o caráter ilícito do fato (capacidade de discernimento), que quando ausente, tem-se a excludente do crime por inimizabilidade. O discernimento é elementar para que seja considerada a imputabilidade. Sua falta proporcionará a inimizabilidade e conseqüentemente a extinção da culpabilidade. São os elementos que compõem a excludente da culpabilidade por inimizabilidade (ausência de imputabilidade): doença mental: são os esquizofrênicos, idosos com doença senil, epilepsia; desenvolvimento mental incompleto: enquadram-se aqui os menos de 18 anos e os índios não adaptados a

civilização; desenvolvimento mental retardado: tem-se nesse elemento os oligofrênicos (portadores de imbecilidade); embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior: cabe destacar que não é qualquer situação que deixe o agente embriagado excluir sua culpabilidade, ela deve ser obtida mediante caso fortuito, como por exemplo o golpe de “boa-noite cinderela”, ou força maior, por exemplo cair em um tonel de cachaça ou ainda o agente ser alcoólatra; dependência ou intoxicação involuntária decorrente do consumo de drogas ilícitas: é importante ressaltar que para sua aplicação é necessário que haja o consumo involuntário da droga ilícita e que devido a isso, no dia do fato criminoso, possa-se apurar a atenuação da capacidade do agente; E por fim temos a menoridade, que uma vez conhecida, independentemente da capacidade de discernimento do agente, classifica-o como inimputável perante a prática de um ato criminoso. Aplicar-se-ão medidas de segurança aos inimputáveis uma vez constatada seu alto nível de periculosidade. Assim temos que inimputabilidade de um agente não é sempre causa extintiva de sua culpabilidade. Contrastando a aplicação do direito penal material, com os julgados acerca do tema do presente projeto e com a doutrina jurídica e psicológica, tem-se a certeza que há especificidades casuísticas, isto é, cada caso que englobe o presente tema, deve ser analisado perante suas peculiaridades. Objetiva-se assim, expor as mais recorrentes posições jurídicas quando se tratar da imputabilidade e inimputabilidade do agente no Direito Penal Brasileiro. Para este resumo ser realizado foi necessária a utilização de diversas áreas de pesquisa do mundo jurídico penal: o Código Penal, o Código de Processo Penal, orientações jurisprudenciais e sumulares dos tribunais superiores, e por fim os entendimentos doutrinários. Em face do exposto, temos que a capacidade de discernimento é requisito para imputar um crime a um agente. Todavia, é de extrema importância que o caso concreto seja estudado para se constatar qual será a tutela jurídica a ser prestada pelo direito ao agente inimputável que apresente uma grande periculosidade, como por exemplo, os psicopatas.

**Palavras-Chave:** Culpabilidade. Capacidade. Discernimento. Excludente. Crime.

---

## **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR**

Carolina Cortellini Ferreira, Paulo Carvalho da Silva Júnior, Andrea Fernandes de Araújo Gasques.

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua 15 De Novembro, 343. Osvaldo Cruz - SP. carolicf@outlook.com

**Resumo:** Tratando-se de um trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Psicologia. Buscamos, por meio de revisão bibliográfica, verificar como e se ocorre a inclusão da criança portadora de autismo no ensino regular, relatando as dificuldades para aplicação de tal, mesmo que esta seja garantida por lei. O autismo é definido como um dos TID (Transtornos Invasivos do Desenvolvimento) mais conhecidos, onde há um atraso ou desvio no desenvolvimento das habilidades sociais e comunicativas. O TEA (Transtorno do Espectro Autista) era distinguido, em 1994, pelo DSM-IV (Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais), em cinco subtipos comportamentais: Transtorno autista (autismo clássico); Transtorno de Asperger; Transtorno desintegrativo da infância (síndrome de Heller); Transtorno de Rett; Transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação (TGD-SOE). Em 2013 foi proposto pelo DSM-V uma única denominação com diagnóstico único de Transtorno do Espectro Autista. Neste presente estudo utilizamos o método qualitativo como meio de pesquisa, entendendo que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito estudado, contamos também com o apoio de pesquisas em artigos através de

sites científicos e acervos virtuais de Universidades brasileiras e livros que embasam o assunto. Analisamos alguns aspectos do desenvolvimento das crianças portadoras do TEA no âmbito escolar, como por exemplo, a problemática trazida e causada por essas crianças no ambiente, a preparação da equipe escolar, o esclarecimento social sobre o transtorno, a eficácia das leis e as possíveis intervenções para que a teoria se faça prática, além da importância do diagnóstico precoce para o melhor desenvolvimento da criança, em sintonia com um rápido começo para a intervenção.

**Palavras-Chave:** Autismo. Inclusão Escolar. Ensino regular.

---

## **A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM AUTISMO**

Fernanda Cavalari Marrero, Giovana dos Santos Takaki, Andrea Fernandes de Araújo Gasques

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Amazonas, 985. Dracena - SP.  
fernanda.cavalari@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por finalidade dissertar sobre o processo de inclusão do aluno com autismo, tal como todas as vertentes que esse processo engloba e esclarecer a patologia do autismo em sua íntegra desde seu contexto histórico, definição, diagnóstico e tratamento. Frente à situação inclusiva no âmbito educacional, o processo de inclusão do aluno autista é um tema pertinente e atual. Todos os alunos, independente de suas necessidades especiais, possuem o direito de receber uma educação de qualidade, e de profissionais com um aparato pedagógico preparado. Para atingirmos o objetivo proposto, realizou-se um estudo bibliográfico de publicações em periódicos, dissertações e teses desenvolvidos no período de 2000 a 2018. A identificação das fontes foi realizada por meio dos sistemas informatizados de busca Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e o Banco de Dados Bibliográficos do Scielo. A metodologia desse estudo possui uma abordagem qualitativa, por meio da análise e discussão da revisão bibliográfica. O trabalho encontra-se em andamento, portanto as conclusões/considerações são de caráter parcial. Percebemos, a partir da revisão literária, que as pesquisas sobre a inclusão do aluno com autismo ainda são escassas e recentes, embora o assunto seja antigo. As dificuldades, encontradas nas conclusões dos artigos, neste processo de inclusão referem-se às relações sociais, limitações pessoais e o método pedagógico. Assim, o processo de inclusão do aluno com autismo deve prover de um trabalho multidisciplinar, para que novos caminhos para a inclusão sejam construídos e assegurem uma educação de qualidade e inclusiva para este. Identificamos a necessidade de novas pesquisas nessa área que englobem um campo de estudo mais vasto, tal como todas as demais abrangências relacionadas ao tema.

**Palavras-Chave:** Autismo. Inclusão. Psicologia. Inclusão Escolar. Práticas Pedagógicas.

---

## **A INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA E A DERMATOLOGIA**

Franciele Aparecida Alves, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Leonor Spanghero, 225. Flórida Paulista - SP. francielealves765800@gmail.com

**Resumo:** Este estudo refere-se ao trabalho de conclusão do curso na área da Psicologia, e tem como tema “Psicologia e Dermatologia”, cujo objetivo foi compreender o sentido das doenças dermatológicas para as pessoas, a partir de depoimentos em vídeos. Segundo a Sociedade brasileira de Dermatologia, as dermatoses são de especialidade médica de base quantitativa e qualitativa que visa na prevenção e tratamento das doenças de pele. As doenças dermatológicas podem desencadear alguns conflitos que prejudicam na qualidade de vida do sujeito como, por exemplo: aceitação da doença, autoestima, autoimagem, relacionamento social. Que podem também estar relacionado a conteúdos psíquicos. A metodologia utilizada foi à revisão integrativa de artigos científicos e depoimentos em vídeos, sendo que a busca foi realizada na plataforma digital youtube, com media de 20 minutos de duração, dos últimos 10 anos, a partir palavras-chave psicossomatização, dermatologia, psicologia e doenças dermatológicas. Foram encontrados 48 vídeos, sendo selecionados, a partir dos títulos, 17 sendo que 42 foram descartados, uma vez que não estavam de acordo com os objetivos propostos. Ao final, apenas 6 vídeos foram selecionados para compor este estudo. A partir das análises dos depoimentos foi possível agrupar os dados em 3 unidades: depoimentos envolvendo a dimensão psíquica (13), sofrimento com a doença, desespero, depressão, baixa autoestima, vergonha, fatores emocionais, bullying, comorbidades, frustrações, isolamento, pensamentos suicidas, privações e superação. Depoimentos envolvendo a dimensão física (6) altas doses de medicação, múltiplas crises, coceiras de tanta intensidade, restrições alimentares, incomodo da doença e dor física e, depoimentos envolvendo a dimensão social (7), susto da descoberta, trocas de dermatologistas, tratamento, religiosidade e descrença, esperança da cura e adaptação pela doença. Esclarecemos que o estudo encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Psicossomatização. Dermatologia. Psicologia. Doenças dermatológicas.

---

## A JUSTIÇA RESTAURATIVA NO COMBATE À CORRUPÇÃO E A COLABORAÇÃO PREMIADA

Natália Niza Vieira, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Sada Ajad Decarlis, 553. Flórida Paulista - SP. natalianiza@hotmail.com, natalia\_vieira\_2@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por escopo analisar a aplicação da Justiça Restaurativa na Colaboração Premiada, em especial no combate à corrupção. A Justiça Restaurativa ganha cada vez mais força no ordenamento jurídico brasileiro, pois tem como principal objetivo reparar efetivamente o dano causado pela prática do ato criminoso, propondo uma responsabilização no âmbito coletivo, preocupando-se com a vítima e com a restauração das relações humanas rompidas pelo ciclo da violência. O processo de restauração que é marcado pela informalidade tem como base o diálogo entre a vítima, comunidade e o infrator. Porém, na Colaboração Premiada afasta-se essa informalidade, porque é necessário o estabelecimento prévio do termo de acordo a ser homologado pelo Juízo responsável pelo julgamento da Ação. No ordenamento jurídico brasileiro há um sistema mais restritivo quanto aos programas alternativos de cumprimento da pena, visto que o princípio da indisponibilidade sempre

norteou a ação penal pública, dificultando a aplicação dos princípios e valores da Justiça Restaurativa. Nos países em que se adota o common Law, as decisões jurisprudenciais representam uma importante fonte do Direito, havendo maior possibilidade de determinar que o criminoso participe de programas, cumprindo etapas previamente estabelecidas. Enquanto a Justiça Restaurativa busca o restabelecimento da realidade anterior ao crime, a Justiça Retributiva busca tão somente a punição do agente criminoso. Ressalta-se que a Justiça Restaurativa não ignora a necessidade de punição, ela somente traz à baila a necessidade de reparar o dano sofrido pela vítima, bem como trazer a reconciliação do infrator com a sociedade. A Lei nº 9.807/99 introduziu no Brasil a Colaboração Premiada, estabelecendo em seu artigo 13 os benefícios. A Lei nº 12.850/13 aprimorou o instituto e, no artigo 4º, estabeleceu os requisitos para a concessão dos benefícios da Colaboração Premiada. O inciso IV da disposição legal em referência prevê a recuperação do produto do crime, sendo este um requisito fundamental, o que torna visível a influência dos princípios da Justiça Restaurativa que provoca a reflexão acerca do fato de que somente a prisão do acusado não é suficiente, pois é necessário efetivamente reparar o dano sofrido pela vítima, ainda que essa seja a própria sociedade. No combate à corrupção, considerando que tal crime depende do envolvimento de um membro da Administração Pública e que visa vantagem patrimonial indevida, estabelece-se que o corrupto gera um grande custo econômico-social para a sociedade, pois além dos prejuízos ao patrimônio público, também se torna exemplo de impunidade. Deste modo, a Colaboração Premiada é benéfica não apenas por recuperar os recursos públicos desviados, mas por diminuir a sensação da sociedade sobre a impunidade dos criminosos, colaborando para a redução da atividade criminosa, pois ela se torna mais onerosa e arriscada. Analisando os casos aplicados na Operação Lava Jato, verificam-se resultados positivos, embora existam elevados números de casos para buscar a reparação, deve-se considerar a Justiça Restaurativa e a Colaboração Premiada como meios primordiais de atender ao interesse público também no combate à corrupção.

**Palavras-Chave:** Justiça restaurativa. Justiça retributiva. Colaboração premiada. Combate à corrupção. Efetiva reparação de danos.

---

## **A MULTIFUNCIONALIDADE DOS INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO NO PERÍODO RECUPERACIONAL: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO COMPLIANCE E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL**

Matheus Dourado Carneiro da Silva, Regina Maria de Souza

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua José Gomes, 341. Santa Fe Do Sul - SP. mdc93@outlook.com, mdc93@gmail.com

**Resumo:** Analisando diferentes momentos da recuperação judicial, o presente artigo busca demonstrar que, independente do caminho a ser percorrido, os instrumentos de reestruturação são imprescindíveis para a continuidade da empresa. Baseando-se em pesquisas teóricas, o trabalho aborda possíveis meios para a saudável transição do período recuperacional, utilizando-se sempre da Governança Corporativa e do Compliance Concorrencial como mecanismos de reestruturação, defesa da concorrência e da função social da empresa. Pautando-se em dados estatísticos da recuperação judicial no Brasil, foi possível ponderar que o problema da escassa transparência nesses processos possa ser solucionado com a correta aplicação de instrumentos preventivos. O presente trabalho demonstra que desprezar os princípios da governança corporativa, como a

prestação de contas (accountability), a equidade, a transparência e a responsabilidade corporativa, ferem os interesses da empresa, e conjuntamente, sua função social, sendo esse desrespeito passível de responsabilização na fase de reestruturação. Conclui-se que, se corretamente alinhados, o Compliance Concorrencial e a Governança Corporativa aumentam as chances de perpetuidade do negócio em recuperação, visto que protegem o notável princípio da proteção à função social da empresa, além de possibilitar a oferta dos serviços/produtos aos consumidores, objetivando a normalização e o retorno do equilíbrio ao mercado competitivo. Estes comportamentos na empresa também se convertem na preservação/fomentação da ética, integridade e ordem econômica nacional. Ressalta-se que o objetivo desta obra não é pautar as nuances do processo recuperacional judicial, muito menos futurologias com base nos relatos de caso. O intento é apresentar o Compliance Concorrencial e a Governança Corporativa como instrumentos de sustentação para o sucesso da empresa nesta fase ruim, provando que, independente dos caminhos a serem tomadas estas medidas beneficiarão qualquer empresa que esteja em situação semelhante, e repercutirão positivamente no período recuperacional e na defesa da concorrência. Almeja-se também, através desta pesquisa, conscientizar a classe empresarial a refletir sobre suas atitudes e omissões, como também a debater sobre a transparência e sua amplitude nos atos futuros da corporação.

**Palavras-Chave:** Recuperação judicial. Prevenção. Reestruturação. Compliance. Governança corporativa.

---

## **A PERÍCIA CRIMINAL NO CONTEXTO DA IDENTIFICAÇÃO HUMANA DO INDIVÍDUO**

Monisa Ribeiro dos Santos, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Avenida Sílvio Bolcato. Tupã - SP.  
monisaribeiro@hotmail.com, teacherschool@ig.com.br

**Resumo:** O estudo se embasa na premissa de que o indivíduo possui características únicas e incompatíveis com as de qualquer outro ser humano, e que, por meio desta peculiaridade pode-se coletar e analisar vestígios existentes em um cenário de crime de forma a confrontar a realidade encontrada com a verdadeira sintaxe dos fatos ocorridos. Nota-se que as técnicas de Identificação Humana são empregadas também a outras demandas, como na identificação de desaparecidos, vítimas de desastres e/ou cadáveres, sabendo que há atualmente três métodos utilizados para a Identificação Humana, sendo eles: a Impressão Digital, o Exame em Arcada Dentária e a Genética Forense. Entende-se que, para que o trabalho pericial seja exitoso há de se ter um rigor na preservação do local do crime até a chegada dos peritos criminais oficiais. A pergunta que se busca solucionar com o presente estudo é: a preservação do local do crime determina a coleta eficaz de vestígios genéticos? Tomando como base os argumentos acima apresentados, o objetivo deste trabalho é compreender os instrumentos que possibilitam a garantia da preservação do local do crime dada a sua importância para que a Perícia Criminal seja eficaz no que tange as possibilidades de Identificação Humana. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, em sua realização utilizou o método de pesquisa bibliográfica, sendo que o corpus da literatura analisada foi coletado no Portal de Periódicos da CAPES, e Scielo empregando os descritores “perícia criminal OR perito criminal”, “identificação humana”, “genética forense”, “local d\* crime OR cenário d\* crime AND preservação”. Por hora, a análise parcial do corpus da literatura levantada, permitiu a pesquisadora compreender que a Perícia Criminal consiste em uma área multidisciplinar que necessita relacionar-se com

métodos, técnicas e conteúdos de outras áreas como a Biologia, a Física, Química, Engenharia, Tecnologias, entre outras, tendo um vasto o campo de atuação. Entendeu que a preservação do cenário do crime é vital para o tema, mas que depende de diversas variáveis a serem identificadas durante o estudo.

**Palavras-Chave:** Perícia Criminal. Identificação Humana. Local de Crime. Indivíduo Criminoso. Preservação.

---

## **A POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO E A REPERCUSSÃO DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Natália Niza Vieira, Beatriz Dantas da Silva, Lívia Maria Braga Antônio, Fernanda Stefani Butarelo.

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Sada Ajad Decarlis, 553. Flórida Paulista - SP. natalianiza@hotmail.com, natalia\_vieira\_2@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por objeto abordar a controvérsia sobre quando é possível iniciar o cumprimento da pena de prisão no Brasil. A Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LVII, estabeleceu o Princípio da Presunção da Inocência (ou Princípio da Não Culpabilidade), determinando que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”. O Código de Processo Penal, no artigo 283, prevê que a prisão, salvo nos casos expressos, depende de sentença condenatória transitada em julgado. No ano de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF), no HC 84.078, estabeleceu a inconstitucionalidade da execução antecipada da pena (antes do trânsito em julgado). Porém, no ano de 2016, no HC 126.292, o STF, por maioria, mas não por unanimidade, o STF realizou mudanças quanto ao entendimento do tema abordado, causando uma reviravolta jurídica, afirmando a tese de que quando houver condenação em segunda instância o réu poderá ser preso, mesmo que haja possibilidade de recurso para o Superior Tribunal de Justiça – STJ ou para o Supremo Tribunal Federal – STF. Diante da grande quantidade de processos criminais tramitando no Brasil e da morosidade para o julgamento destes, o Poder Reformador promulgou a Emenda Constitucional 45/04, instituindo o Princípio da Razoável Duração do Processo (artigo 5º, inciso LXXVIII, da CF), porém tal Princípio tem eficácia reduzida, haja vista que há problemas estruturais que afetam a celeridade dos julgamentos e a legislação processual brasileira prevê muitas possibilidades de recursos, ocasionando prescrições e, conseqüentemente, impunidades. Tais questões fundamentam a nova interpretação do STF, visto que visa assegurar a efetividade da decisão condenatória penal. Ademais, há questões processuais, pois após a decisão de segunda instância não há mais possibilidade de revisão de provas. Ressalta-se que os recursos em instância especial e extraordinária não possuem efeitos suspensivos, argumento que corrobora a nova interpretação. Outrossim, a Lei Complementar nº 135/2010, denominada Lei da Ficha Limpa, alterou a Lei Complementar nº 64/1990, determinando que os que forem condenados por órgão judicial colegiado tornam-se inelegíveis (antes do trânsito em julgado). Tal Lei foi objeto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) nº 29 e nº 30, sendo julgadas procedentes pelo STF, reconhecendo-se, por maioria de votos, a constitucionalidade da referida Lei. Diante do exposto, verifica-se que na apreciação do presente tema há dois valores em confronto: de um lado, a liberdade e a presunção de inocência da pessoa acusada e, do outro lado, a efetividade do sistema penal brasileiro que deve combater a impunidade e gerar segurança para a sociedade. O STF voltará a discutir a possibilidade de execução da pena a partir da decisão de segunda instância, pois há casos pendentes de julgamento (ADCs 43, 44, 54 que

têm como objeto a constitucionalidade do artigo CPP). Compete ao STF, guardião da Constituição Federal (artigo 102 da CF), sopesar os valores em confronto e decidir. Todavia, espera-se que a interpretação da Constituição Federal não implique instabilidade jurídica e inaplicabilidade da lei penal, ficando os sujeitos impunes pelas infrações penais cometidas.

**Palavras-Chave:** Supremo Tribunal Federal. Princípio da Presunção da Inocência. Efetividade do sistema penal. Estabilidade jurídica.

---

## **A PSICOLOGIA HOSPITALAR E A ANÁLISE DAS CONTINGÊNCIAS DOS QUADROS DE ANSIEDADE SUBDIAGNOSTICADOS**

Marisa Emiko Miyata, Douglas Leite da Silva, Renato Dias Capello, Fúlvia de Souza Veronez

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO RIO DE ADAMANTINA, Rua Aguapei, 511. Pacaembu - SP. marimiyata@hotmail.com, rm\_miyata@hotmail.com

**Resumo:** A ansiedade é algo intrínseco ao ser humano, pois ela se dá como uma reação de defesa, frente a alguma ameaça, sendo importante para a sobrevivência do ser humano. Porém, se torna patológica quando é exagerada, desproporcional em relação ao estímulo, ou qualitativamente diversa do que se observa como norma naquela faixa etária, interferindo na qualidade de vida. Os serviços de pronto atendimento das unidades hospitalares possuem caráter transitório, limitado à estabilização das condições clínicas dos pacientes e seu transporte para as unidades de cuidados intensivos. Porém, é de conhecimento de todos que as unidades de pronto atendimento lidam com um volume considerável de demandas não urgentes, que poderiam ser resolvidas em estruturas de menor complexidade, como a Estratégia da Saúde da Família por exemplo. Este trabalho tem como objetivo apresentar as relações contingenciais existentes nos quadros de ansiedade comumente subdiagnosticados no ambiente hospitalar. A ansiedade é um problema de saúde pública que atinge milhões de brasileiros. A Metodologia utilizada foi a descritiva, por pesquisa bibliográfica de trabalhos que tratavam da questão. Também apresenta-se uma experiência de estágio de psicologia institucional realizado em um hospital público da região. Os resultados parciais apontam que os profissionais precisam lidar com situações de extrema urgência que extrapolam a capacidade resolutive dos serviços e têm dificuldades para referenciar os pacientes para outros hospitais. Estas situações presentes no pronto atendimento podem levar ao subdiagnóstico do paciente com crises de ansiedade sem comorbidades, salientado pelo não reconhecimento de uma doença, que impossibilita a tomada de medidas terapêuticas. Assim, a atuação do psicólogo está intrínseca no acompanhamento pós-emergencial, como forma de minimizar os desconfortos físicos e psíquicos decorrentes da ansiedade, bem como avaliar o nível de ansiedade em que a pessoa se encontra. A psicologia hospitalar atua em diversos níveis de atenção primária e secundária e através dos seus conhecimentos e práticas, podem evitar o uso indiscriminado de medicamentos e a desinformação o que acarreta na melhora da qualidade de vida do paciente.

**Palavras-Chave:** Psicologia Hospitalar. Ansiedade. Subdiagnóstico. Pronto atendimento.

---

## **A QUALIDADE DE PRODUTOS NAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES**

Caroliny dos Santos Hamada, Andréa Rossi Scalco

Autor(a) curso de - , Rua Coronel João Do Val . Herculândia - SP. caroliny.hamada1997@gmail.com, carol\_14hamada@hotmail.com

**Resumo:** Os diversos escândalos alimentares ocorridos, fez com que surgisse outras formas de abastecimento alimentar, sendo um exemplo, as Cadeias Curtas Agroalimentares (CCAs). O surgimento dessa forma de abastecimento ainda é justificado pela mudança de comportamento do consumidor com relação a produção dos alimentos bem como a procedência (CRUZ; SCHNEIDER, 2010; MATTE et al., 2014; DAROLT et al., 2016). Um dos movimentos que representa o papel cada vez mais ativo dos consumidores na construção da qualidade dos alimentos, é o “quality turn” (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012). Assim, a pesquisa tinha por objetivo investigar os atributos de qualidade agroalimentares em canais de venda direta, especificamente, na Feira do Parque da Água Branca, localizado na cidade de São Paulo - SP. Para atingir o objetivo proposto, foi realizado uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) para aprofundamento teórico da pesquisa, após, foi realizado Análise Fatorial Exploratória (AFE) a partir dos dados coletados por meio de 140 formulários aplicados aos consumidores da feira, que continha 26 assertivas com uma escala likert de 7 pontos, que variava de “discordo totalmente” a “concordo totalmente” e que foram desenvolvidas a partir da Teoria das Convenções (TC). A TC foi desenvolvida como um instrumento para analisar as organizações e os fatores de mercado, sendo posteriormente adaptada para assim, contribuir com a definição de qualidade de produtos agroalimentares (MIGLIORE; SCHIFANI; CEMBALO, 2015), sendo que possui algumas convenções, que são: convenção de estima, a qualidade do produto é avaliada por meio de sentimentos de amizade e respeito com os produtores e confiança nas informações que os produtos disponibilizam; cívica, os atores avaliam a qualidade com relação aos benefícios para a sociedade que a transação pode oferecer; doméstica, a avaliação é realizada por meio da tradição, da localidade e dos vínculos pessoais; formal, baseada em critérios formais como, por exemplo, o procedimento de certificação institucional da qualidade de um produto; e de mercado, quando a qualidade do produto é medida por meio do preço e status que o produto transmite. Com relação às assertivas sobre a convenção de estima, cívica, formal e doméstica, a maioria de respostas obtidas foi “concordo totalmente” ou “concordo parcialmente”, tendo uma média de respostas de 90,17%, 95,36%, 87,15% e 81,63% respectivamente. Contudo, com relação a convenção de mercado, a maioria das respostas obtidas das assertivas foram “discordo totalmente” ou “discordo parcialmente”, com uma média de 74,76% de respostas. A partir da AFE, foi possível desenvolver uma escala de medição dos atributos pesquisados, sendo que a AFE permite reduzir o conjunto de itens após a etapa de geração de itens e validar o conteúdo (HINKIN, 1995). Obteve-se, ao final da AFE, 21 assertivas com as seguintes convenções: estima, cívica, formal, doméstica e de mercado. Assim, levando em consideração que cada convenção possui sua particularidade e características e que os atributos influenciam na tomada de decisão do consumidor em comprar o produto, podem servir de informação para os produtores para conhecerem melhor quem consome os seus produtos.

**Palavras-Chave:** Cadeias curtas agroalimentares. Qualidade do produto. Feira de produtores.

---

## A QUALIDADE DE VIDA E A RESILIÊNCIA DOS ALUNOS DE 5º ANO DE PSICOLOGIA

Andressa Cristina de Brito Rocha, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Osvaldo Ferracini 128. Flórida Paulista - SP. andressabrito2011@hotmail.com

**Resumo:** Neste trabalho foi abordado o tema "Qualidade de vida e Resiliência" com foco nos alunos do 5º ano de Psicologia, cujas motivações se dão a partir das vivências pessoais e acadêmicas como discente de Psicologia. Assim, os objetivos são: avaliar a qualidade de vida e identificar os fatores de resiliência dos alunos do 5º ano do curso de psicologia, comparando os domínios da qualidade de vida e os fatores de resiliência. Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de campo, descritivo, numa abordagem quantitativa. Foi realizada numa instituição de ensino superior do interior do estado de São Paulo, em que participaram 28 alunos do 5º ano do curso de Psicologia. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: Ficha de dados sócio-demográficos, Escala de Qualidade de Vida - WHOQOL-BREF e o Questionário do Coeficiente de Resiliência-RQ-Test. Como resultados, do total de participantes, 25 são do sexo feminino (89,3%) e 3 do sexo masculino (10,7%). A maioria dos participantes está concentrada na faixa etária de 21 a 25 anos (71,5); são solteiros (85,7%), seguidos dos casados (10,7%) e separados ou divorciados (3,6%). Em relação à crença religiosa, a maioria é católica (54,6%), as demais crenças, juntas, representam 35,7%. A maioria dos participantes, não tem filhos (85,7%) e moram com os pais, representando 71,4%. A maioria utiliza veículo próprio para chegar à faculdade (57,1%), seguidos dos que dependem de ônibus (32,1%). Em relação ao trabalho e/ou realização de estágios, dos que desenvolvem alguma atividade (85,7%). Especificamente, sobre a Qualidade de Vida, 50% dos alunos responderam ter uma boa qualidade de vida, dos que consideram nem ruim, nem boa, constitui-se em 42,9% e 7,1% responderam ser muito boa. Em relação à saúde, 35,7% apresentam-se satisfeitos, 35,7% não estão satisfeitos e nem insatisfeitos; 14,3% estão insatisfeitos, 14,3% está muito satisfeito. A qualidade de vida dos alunos do 5º ano é maior no domínio das Relações Sociais, com 69,35%, domínio físico (65,31%). As médias mais baixas foram em relação ao Domínio Psicológico (61,16%), Ambiental (61,05%). A maioria dos participantes, em relação ao Fator Regulação de Emoções (60,7%), fator Auto-eficácia (53,6%), Exposição (46,4%), Controle de Impulsos (78,6%), no fator Otimismo (78,6%), Análise Causal (64,6%), Empatia (89,3%). No fator Regulação de Emoções, encontra-se abaixo da média (60,7%), demonstrando que a capacidade de resiliência encontra-se enfraquecida e o fator Controle de Impulsos apresenta-se acima da média. Sendo eles relacionados, os sujeitos que são fortes no fator Controle dos Impulsos, tendem a ter alta regulação da emoção. Há uma articulação entre qualidade de vida e resiliência, sendo necessárias ações em saúde e às políticas públicas, para alcançar uma efetivação dos princípios da resiliência na busca por uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, pela promoção e ampliação das condições de saúde.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Qualidade de Vida. Resiliência. Saúde.

---

## A RECUPERAÇÃO JUDICIAL NAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Marcos Kikuo Okuyama

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Rua Benjamin Vieira, 301. Tupã - SP. marcosokuyama1@hotmail.com, marcosokuyama1@gmail.com

**Resumo:** O estudo tem como objetivo avançar sobre a questão da aplicação do instituto da recuperação judicial nas microempresas e empresas de pequeno porte, diante do cenário econômico atual. As micro e pequenas empresas são importantes fontes geradoras de riquezas e renda, através de produtos e serviços oferecidos, como também pela possibilidade de geração de emprego, desta forma, o legislador viu a necessidade de proteção a estas empresas, com a criação da lei das microempresas e empresas de pequeno porte, e também a questão que será abordada no presente trabalho, a lei das Falências, que estipula as regras para aplicação da recuperação judicial. Analisando sob a perspectiva jurídica o seu conceito, as vantagens e desvantagens do mencionado instituto, as suas possibilidades legais, bem como os requisitos indispensáveis para sua possível aplicação. Levando-se em conta os riscos que um processo de recuperação judicial pode causar à empresa, muitas vezes o empresário opta por encerrar suas atividades, sem ao menos tentar este último recurso. O ordenamento jurídico brasileiro possibilita às empresas garantir seu funcionamento, sendo a recuperação judicial a forma jurídica de renegociação com os credores, que visa proteger a atividade empresária, o empresário e, conseqüentemente, a economia, através da geração de empregos e o fornecimento de produtos e serviços no mercado de consumo. Mesmo possuindo ferramentas tão importantes como o caso da recuperação judicial, muitas vezes este instituto ainda é desconhecido por muitos empresários, ou muitas vezes os excessos burocráticos para sua realização tornam inviável a hipótese de utilizar a recuperação judicial, assim como a necessidade de um plano de recuperação extremamente elaborado, visto os efeitos de sua reprovação. Apesar de este não ser o único meio de defesa da microempresa e empresa de pequeno porte para superar uma crise, a recuperação judicial tem inúmeras vantagens perante os demais institutos como a recuperação extrajudicial, onde são realizadas as negociações de forma direta entre credor e devedor, e o plano especial de recuperação judicial, instituído unicamente para pequenas empresas, mas com inúmeras desvantagens ao empresário. Diante destes fatos, fica evidente a importância do instituto da recuperação judicial, tanto do ponto de vista econômico, quanto a questão jurídica, onde o legislador vislumbra a necessidade de proteger essas empresas, que são importantes pilares da economia do país.

**Palavras-Chave:** Recuperação. Empresa. Credores. Empresário.

---

## A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MATEMÁTICA

Luiz Fernando Antônio Cabreira, Hyan Aguiar Janegitz, José Luís Duarte

Autor(a) curso de LICENCIATURA HISTÓRIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua São Carlos, 208. Lucélia - SP.  
luiz.cabreira13@gmail.com

**Resumo:** Matemática e história, duas áreas tão diversas que pode até parecer estranho falar em interdisciplinaridade entre elas, mas é exatamente isto que buscamos mostrar, que essas áreas do conhecimento possuem a sua correlação. A matemática está ligada ao homem assim como a história, e aquela está primeiramente intrínseca no desenvolvimento primordial do ser humano e na sua capacidade de poder posteriormente pensar na história em si e como algo que está ligado ao seu dia a dia. Não parece ser de grande importância para profissionais de ambas as áreas dos conhecimentos trabalharem sobre este assunto; afinal, atualmente, a cobrança em cima de professores é extremamente voltada para o trabalho de seus conteúdos. Existe sim, e isso é claro, o desenvolvimento da interdisciplinaridade entre matérias das mesmas grandes áreas, mas a maior

ressalva fica por conta de se misturar humanas e exatas. O medo da ciência dura e fixa que está na Matemática e isso não é uma crítica a História, que é uma ciência de diversas vertentes e que possui diversificados campos de atuação. O objetivo é mostrar que desde os primórdios da evolução do homem e as primeiras estruturas sociais construídas, a matemática tem contribuído para o desenvolvimento das mesmas e assim, também, para se pensar na história, partindo dessas sociedades primitivas até a antiguidade clássica da Grécia. Na Grécia antiga estudar filosofia, ou como era mais comum, ter um mestre, significava estudar todas as “ciências”, uma vez que, no grego antigo, a palavra filosofia significa “amor a sabedoria”. A geometria de Pitágoras e Tales, estudadas até hoje e de grande importância no mundo matemático, assim como a lógica dedutiva de Platão a trigonometria e a geometria euclidiana. Todos esses nomes são de conhecimento de professores de matemática, de história e filosofia, muitas vezes até as ideias produzidas por esses pensadores entrava em consonância com suas descobertas matemáticas.

**Palavras-Chave:** Interdisciplinaridade. História. Matemática. Conhecimento. Contribuição.

---

## **A TERRITORIALIDADE E O TRANSTORNO MENTAL NO CAPS II INFANTO-JUVENIL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Beatriz Fidelis Rocha, Juliene Aglio Oliveira Parrao

Autor(a) curso de SERVIÇO SOCIAL - Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, Rua Alvíno Gomes Teixeira 495. Presidente Prudente - SP. beatrizfidelis@gmail.com

**Resumo:** O resumo tem por objetivo discorrer sobre o território como um fator agravante ou determinante para a vivência do sujeito e a sua saúde mental, para uma pesquisa em andamento. Dessa forma é necessário saber a relação entre eles, e qual a importância dessa possível relação do território com o sujeito, já que o território é determinado pelas diferentes funções espaciais e tem uma apropriação social que envolve política, econômica e social, sendo assim a pesquisa será realizada no CAPS II Infante-Juvenil (CAPSI). Crianças e adolescentes são seres em condição peculiar de desenvolvimento e sendo assim são seres que necessitam de atenção e cuidado, sendo um cuidado à sua totalidade, como à sua família, ao seu território, ou seja, ao que faz com que ele se sinta pertencido. Atualmente, o Brasil possui uma rede de saúde que abrange as necessidades de qualquer pessoa dentro de suas especificações, sendo assim, temos a rede atenção à saúde mental. No entanto, dentro dessa rede, não é definidas questões sobre territorialidade de forma específica, variando de acordo com os serviços de saúde, também será abordado como ela percorreu um longo caminho para ser o que é atualmente. A reforma psiquiátrica ficou conhecida como luta antimanicomial, sendo a influência para essa transformação da saúde mental, com a extinção do antigo modelo asilar psiquiátrico, resultando na Lei 10.216 promulgada em 2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica), repensando a política de saúde mental. Para se discutir sobre o processo de território e sua influência dentro de uma rede de saúde mental é necessário entender anteriormente como a rede de atenção à saúde funciona e a necessidade de se discutir o processo de como foi sendo definido um caminho de forma terapêutica para lidar com as questões do território. Por se tratar de um trabalho em andamento, os objetivos específicos serão analisar o território como um possível produtor de saúde mental; verificar o território vulnerável como um possível causador de transtornos mentais; levantar a compreensão do território frente às vulnerabilidades e o transtorno mental; levantar a contribuição que o território tem para preservação de saúde mental. A

metodologia, desta pesquisa será realizada no CAPS Infanto-juvenil de Presidente Prudente/SP, utilizando o materialismo histórico dialético, sendo um modo de apreensão da realidade, com os seguintes meios de pesquisa: pesquisa exploratória, explicativa e de campo, sendo de coleta de dados por secundários, como levantamento de dados da instituição referente à quantidade de crianças e adolescentes com transtornos, em conjunto com a pesquisa bibliográfica, para referenciar. O universo desta pesquisa são crianças e adolescentes com hipótese diagnóstica de transtorno em atendimento no CAPS i. O resultado esperado pela pesquisa é dizer a importância do território sendo ele uma ferramenta para ação em saúde, e como possível determinante social de condições de saúde expondo assim os fatores de risco, a exclusão socioespacial e outras desproteções em determinados grupos sociais, indo de encontro com a existência ou agravamento de transtornos mentais graves e persistentes em crianças e adolescentes.

**Palavras-Chave:** Transtorno. Criança. Adolescente. Território. Saúde Mental.

---

## **A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DO POVO INDÍGENA NO BRASIL**

Julia Emile Hirata, Marcos Martinelli

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Deputado Salles Filho, 762. Adamantina - SP. juliaemilehirata@gmail.com, dada\_hirata@hotmail.com

**Resumo:** O artigo reflete sobre três momentos da trajetória educacional dos povos indígenas no Brasil: a educação no período colonial que se inicia com a chegada dos jesuítas em 1549, terminada com a educação Pombalina; o segundo momento começa em 1910 e se concretiza com a Constituição Federal de 1988; o terceiro, finaliza com a escolaridade indígena nos dias atuais, com observações sobre a Lei nº 11.645, de março de 2008 e sobre dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2010 sobre a população indígena. A metodologia do estudo utilizou a seleção de artigos científicos, teses, dissertações, monografias, leis, livros e informações dos sites da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Museu do Índio, com os critérios de inclusão relativos à educação ou história dos nativos e de idioma português, no período de maio à outubro de 2019. As bases de dados consultadas foram: Scielo, Google Acadêmico, Periódicas da área da educação, Portal da Legislação, Ministérios da Cultura, Justiça e Segurança Pública e a Biblioteca Municipal de Adamantina, São Paulo. O estudo nos levou a concluir que se sabe muito pouco sobre a cultura e educação indígena em nosso país. E que a compreensão da educação praticada por esses povos pode contribuir para desenvolver novas formas de ensino-aprendizagem ao se diferirem do ensino tradicional que temos nas escolas atuais.

**Palavras-Chave:** História da Educação. Educação indígena. Trajetória educacional dos povos. Cultura indígena.

---

## **A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS SURDOS E SEUS IMPASSES NA INCLUSÃO SOCIAL NO SÉCULO XXI**

Gabriel Yago Cruz Moraes, Beatriz Aparecida Lino Leoni, Rosana Cristina Costa, Mateus Barroso Sacoman, Carina Rombi Guarnieri Alves

Autor(a) curso de HISTÓRIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua: Piauí, 161. Flórida Paulista - SP. gabrielmoraescicfai@hotmail.com, gabriel.ga99@hotmail.com

**Resumo:** A Língua Brasileira de Sinais, mais conhecida como Libras, principal língua usado pelos surdos brasileiros são signos com significados e estes fazem com que pessoas surdas possam se comunicar e viver em sociedade. É muito importante que os surdos sejam estimulados desde pequenos, tornando mais fácil a aprendizagem e sua inserção no cotidiano social e no mercado de trabalho. Neste contexto, o presente trabalho aborda a inclusão social do surdo. O grande problema abordado neste estudo é a exclusão relacionada a minoria de uma maioria que detém em maior quantidade os meios. Havendo diferenças de direitos e não direito as diferenças, permeando por ideias conservadores que mantêm desigualdades e exclusões, e anulam ou restringem as possibilidades de relações políticas e sociais democráticas. O objetivo desse trabalho em comento é de contribuir para a melhoria da inclusão dos surdos, como também uma consciência social da trajetória dos surdos. Foi utilizado nesse trabalho metodologia de revisão com base em livros e artigos científicos publicados acerca do tema de inclusão dos surdos. Com todas essas pesquisas o nosso objetivo é verificar qual é realmente a dificuldade enfrentada no processo de inclusão e como melhorar esse cenário. Para realização deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para compreender esse processo de inclusão de surdos, discutir pontos como as perspectivas do ensino de libras no Brasil e as dificuldades relacionadas ao ensino de libras, e a inclusão em aulas no aspecto das dificuldades dos professores. Conclui-se que as ferramentas de inclusão nos meios sociais têm de garantir os recursos necessários para inclusão do surdo.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Surdo. Social. Trajetória.

---

#### **AÇAÍ, GUARDIÃ, ZUM DE BESOURO, UM ÍMÃ!**

Bruna Saronardy Venceslau Leal, Caroline Cristina Santori Silva, Isabela Cristina Bosco de Oliveira, Luana Caroline Melari Machado, Thainá Gisele Gonçalves, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Francisco Rondon, 90. Valparaíso - SP. saronardybru@gmail.com

**Resumo:** O planejamento estratégico trata-se de competição por recursos mercados, clientes, pessoas e imagem atuando no contexto de mudanças conforme ocorrem na sociedade. Fatores internos e externos da organização onde cálculos de perdas e ganhos estarão presentes no meio estratégico. O objetivo do presente estudo foi a elaboração de um plano estratégico, para a empresa "Açaí da Barra" localizada na cidade de Adamantina, São Paulo. Fizemos um primeiro contato com a empresa, conversando diretamente com o gerente, apresentando a proposta de nosso estudo. A metodologia adotada foi o estudo de caso, iniciado com uma entrevista, através de um questionário com questões referentes á empresa, funcionários, produtos, estratégias, objetivos, entre outros. Juntamente com a finalidade de obtermos resultados para a conclusão do relatório e

indicar inovações para a empresa. Como uma franquia de Self Service de Açai, atuando no cenário alimentício com seu principal produto Açai, mas mantendo variedades entre os produtos como sorvetes, lanche natural, misto quente, crepe, queijo, bebidas quentes, vitaminas, sucos e milk-shake. A estratégia é sempre prestar um excelente atendimento e divulgações por meio das redes sociais, pois atualmente entrando no meio social tecnológico onde aclama a atenção dos consumidores, facilitando a forma de pedidos personalizados. A empresa hoje, se encontra em um plano de carreira regular, benefícios além daquilo que o mercado oferece uma boa carga horária, o fato de o funcionário acreditar na missão da empresa também é um fator motivacional, um ambiente onde funcionário se sintam bem. Respeitar e entender o setor no qual o funcionário se destaca e tem facilidade, contando com o bom relacionamento entre a os funcionários, visando sempre o trabalho em equipe e respeitando o limite de cada um. A empresa tem por objetivo atingir cada vez mais consumidores através de seu marketing, qualidade dos produtos e qualidade de atendimento e entregas tanto no propósito de cada empresa quanto na missão: de Fornecer ao consumidor uma variedade de seus produtos, na visão: Obter um ótimo custo benefício de seus produtos para alcançar ainda mais consumidores e nos valores: Fornecer produtos de qualidade. Considera-se a chance de inovar e expandir os meios de comunicação, facilitando cada vez mais os pedidos criando um aplicativo próprio da empresa, com opções de pagamento em dinheiro e aceitando as bandeiras de cartões crédito e débito. Treinar e contratar um funcionário para monitorar os pedidos deste aplicativo, tendo assim um controle e organização evitando futuros conflitos. Analisando todo o material coletado, sugerimos expansão da loja, para atingir um público consumidor maior. A empresa tem de investir mais no marketing, buscando parcerias com instituições de ensino e empresas, permitindo criar um programa de fidelidade para os clientes. Para os colaboradores, instituir um programa de incentivo financeiro, onde ao atingirem a meta de compras ganham uma premiação. Também podem realizar parceria com instituições de ensino, com desconto para os alunos ao consumir na empresa. Assim a empresa ganha visibilidade em meio ao marketing diante das empresas, instituições e times esportivos.

**Palavras-Chave:** Planejamento Estratégico. Empresa. Açai.

---

#### **ACESSIBILIDADE: UM DIREITO FUNDAMENTAL**

Juliana Alves Pardim, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da alta paulista, Av. Aristides Dinamarca, 186. Tupã - SP.  
julianaapardim@gmail.com, jspardim@hotmail.com

**Resumo:** O projeto de pesquisa tem o propósito de analisar a acessibilidade como um direito fundamental para pessoas portadoras de necessidades especiais. Desta forma, quais são as dificuldades ao se aplicar na prática o direito previsto em lei? O objetivo é demonstrar se existe certa discrepância entre o direito normativo e sua efetiva aplicabilidade, e neste caso, verificar onde se originam estas diferenciações teóricas e práticas, bem como quais são as consequências suportadas pelas pessoas que necessitam fazer uso desse direito, as dificuldades que enfrentam, o que vem sendo realizado para garantir esse direito e o que deve ser feito para melhorar e impulsionar cada vez mais, em que momento a sociedade percebeu a existência desse grupo de pessoas em seu meio e houve a necessidade de criar leis para melhorar a qualidade de suas vidas. As hipóteses que permeiam essa pesquisa são de que há descaso da sociedade em relação a acessibilidade de pessoas deficientes ou há falta

de punibilidade perante as pessoas que infringem esse direito. Este estudo possui natureza quantitativa através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo por meio de levantamento de dados. Após observar o que afirmam pesquisadores como Flávia Piovesan e Cristina de Oliveira considera-se, tendo em vista o estudo realizado, possível visualizar o necessário a ser aperfeiçoado na sociedade para que se torne pleno o direito de acessibilidade das pessoas com deficiência, as hipóteses até o presente momento formam confirmadas, o que torna mais evidente a importância de realizar de forma profunda o estudo do tema descrito.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade. Deficientes. Direito Fundamental.

---

## **ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL**

Cinthia Yukari Iasuki Takihara, Anderson Coradini Gabriel, Bianca Ribeiro Sanches, Cristian Romeira Vitoriano de Oliveira, Igor Ramazzini Sampaio, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Fioravante Sposito,6. Adamantina - SP. cinthia\_1998\_tak@hotmail.com, yutsuri@hotmail.com

**Resumo:** Emerge a partir da segunda metade do século XX, de um lado à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e, de outro, o desenvolvimento tecnológico e a globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior (burocrático). Na década de 70, a partir da crise do petróleo em 1973, uma grande crise econômica deu fim à era de prosperidade que se iniciara após a Segunda Guerra Mundial. O Estado que começava a se esfacelar em meio à crise dos anos 70 tinha três dimensões (econômica, social e administrativa), todas interligadas. A administração gerencial é importante, pois sua função é adequar as organizações públicas aos seus objetivos prioritários, que são os resultados. Busca identificação com os usuários e incrementar sua eficiência com mecanismos de quase-mercado ou concorrência administrada. Teria por apoio a administração burocrática, conservando alguns dos seus princípios, embora flexibilizados, mas teria por fundamentos a admissão segundo critérios rígidos de mérito, um sistema estruturado e universal de remuneração, carreiras, avaliação de desempenho realizada constantemente e treinamento sistemático. O objetivo deste trabalho é apresentar as características do modelo gerencial na gestão pública, suas vantagens e desvantagens e sua aplicação na gestão nos dias atuais. Metodologia adotada, para a elaboração do presente estudo, foi a revisão bibliográfica, com consultas a livros, e-books, sites especializados, artigos e demais fontes de consulta. O Estado marcado com uma administração gerencial é aquele que tem como objetivos principais atender a duas exigências do mundo atual: adaptar-se à revisão das formas de atuação do Estado; e atender às exigências das democracias de massa contemporâneas. A administração gerencial tem como objetivo uma gestão pública de qualidade, moderna e eficiente, direcionada essencialmente aos cidadãos, sendo assim os resultados têm maior importância, os quais são auferidos por meio da satisfação de seus clientes, usuários dos serviços prestados pelo ente público, assim, para o êxito do modelo gerencial, torna-se fundamental a busca pela eficiência, simplificação de processos, economicidade, adequada administração do patrimônio público e a prestação de serviços revestidos com qualidade, essencialmente, com foco no cidadão. Todavia, os problemas do nepotismo, corrupção e as disfunções burocráticas não permitiram o alcance da eficiência pretendida. A constatação de que o Estado era lento, ineficiente

e distante dos interesses dos cidadãos, fez com que alguns princípios do setor privado surgissem como alternativa às ineficiências do setor público. Conseguimos perceber que através das reformulações do paradigma gerencial, o Estado encontra-se num novo nível competitivo social e econômico, que permite maior eficácia nos processos administrativos do governo em relação à população. Esses conceitos são importantes, se levarmos em consideração que a administração pública gerencial foi implementada com a finalidade de melhorar os serviços públicos prestados à população, principalmente como forma de defesa do patrimônio público e dos direitos públicos que possuímos. Portanto, percebemos que a reforma do estado não envolve somente os aspectos políticos, econômicos e administrativos, mas também os conceitos de eficiência, flexibilização, controle finalístico, contrato de gestão e cidadão-cliente.

**Palavras-Chave:** Administração Pública. Modelo gerencial. Eficiência. Ações governamentais. Resultados.

---

## **ADOÇÃO À BRASILEIRA**

Elisangela Soares Francisco, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Bauru, 555 (fundos). Tupã - SP. elisangela\_97@hotmail.com, elis.so.angela.ares@gmail.com

**Resumo:** A possibilidade de incluir na lista de seus descendentes os “filhos de criação” e filhos adotivos fazem parte de uma inovação trazida pela sociedade vigente. A este ato de inclusão denominamos adoção, que é definida como um ato jurídico solene ao qual trás para uma família, na qualidade de filho, pessoa estranha, gerando-se assim uma relação jurídica de parentesco civil entre o adotante e o adotado, que se tornará efetivamente filho, de forma plena e irretroatável, observando o resguardo ao direito da criança e do adolescente, ao qual será o objetivo deste trabalho, que analisará a adoção no Brasil, em especial sobre a denominada “adoção à brasileira”, visto se tratar de objeto de repercussão entre juristas e entendimentos jurisprudenciais. Tipificada como crime pelo Código Penal Brasileiro, tal conduta tem sido frequente em casos de quando o pai assume filho de seu cônjuge ou companheiro como se seu filho fosse. Dentro dessa perspectiva, buscar-se-á discutir o trâmite legal do processo de adoção, bem como os avanços e regressos advindos pela legislação brasileira ao tratar este tema. A importância desta análise se dará pela oportunidade de melhorar o conhecimento ao indivíduo que está interessado em adotar, ao mesmo tempo em que proporciona informações a sociedade em geral, uma vez que a família é um pilar social e isso poderá contribuir para uma geração futura melhor, desviando-se da ocorrência de ato ilícito. Independentemente do motivo altruísta para a prática de tal adoção informal, tal modalidade deve ser evitada, uma vez que prejudica os processos legais de adoção. Para a elaboração do trabalho fora utilizado a metodologia de pesquisa bibliográfica, sites de pesquisa e levantamento bibliográfico junto à biblioteca da faculdade.

**Palavras-Chave:** Direito de família. Adoção. Adoção Irregular. Procedimento legal. Requisitos.

---

## **ADOCIMENTO, TRABALHO E DOCÊNCIA: UMA TRÍPLICE CADA VEZ MAIS FREQUENTE**

Tahire Ianhez Grabowski, Patrícia Nogueira Guelfi, Magda Arlete Vieira Cardozo

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Alameda Navarro De Andrade, 21. Adamantina - SP.  
tahiregrab@gmail.com, tahiregrab@gmail.com

**Resumo:** O estudo, de caráter quanti-qualitativo, visa identificar os principais adoecimentos de cunho psíquico entre os professores das Escolas da Rede Pública Estadual da região da Nova Alta Paulista, nos anos de 2017 e 2018. A relação entre trabalho docente e adoecimento tem trazido à tona a problematização a respeito da saúde integral do profissional da educação, além da emergência de um enfoque em relação à saúde psíquica de tais profissionais, diante de tantas transformações sofridas pela escola, pressionada por ter de modificar seus padrões de ensino e objetivos pedagógicos, frente aos novos desafios socioeconômicos e culturais. Através de uma perspectiva histórica da Educação no Brasil, é possível perceber as alterações dos papéis do ensino, do aluno e do professor e a culminância em uma realidade que evidencia o adoecimento dos participantes da Instituição Escolar. Mediante tal enquadre, é notório o crescimento de pesquisas sobre a tríplice docente, adoecimento e trabalho, uma vez que o campo da educação salienta os agravos relacionados à saúde dos professores e o respectivo comprometimento com a capacidade de trabalho, além de ser uma resultante dos impactos das transformações provenientes da sociedade e do mundo do trabalho. A realização desta pesquisa se deu por meio da análise dos dados fornecidos pela Diretoria Regional de Ensino de Adamantina, referentes às licenças para tratamento de saúde dos professores no período entre 2017 e 2018. A região da Nova Alta Paulista abrange 30 municípios, com 32 escolas estaduais de nível fundamental II e médio, envolvendo 1084 professores entre efetivos, admitidos e contratados. Constatou-se que 482 (44,46%) profissionais foram acometidos por doenças que levaram à licença para tratamento de saúde, sendo que 257 (53,32%) professores foram por doenças de caráter psíquico, sendo a Depressão a causa mais recorrente (23,8%), seguida de Outros Transtornos Psíquicos (22,8%), que não foram especificados nos dados fornecidos, e o Transtorno do Pânico (6,6%). Identificou-se, também, que 225 (46,68%) docentes obtiveram licença para tratamento de saúde de doenças orgânicas, havendo então, uma prevalência de 6,64% de adoecimento psíquico se comparado aos adoecimentos físicos. Conclui-se que se torna imprescindível a identificação dos aspectos relacionados ao sofrimento ou prazer intrínsecos na vivência do trabalhador, para que se possa compreender as relações entre adoecimento e trabalho, que vem sendo consideradas enquanto determinantes do processo saúde-doença, visando contribuir com futuras pesquisas e ações que possam colaborar com a redução dos fatores que levam a tal adoecimento em decorrência das condições e relações estabelecidas de e no trabalho.

**Palavras-Chave:** Trabalho. Educação. Docente. Saúde do trabalhador.

---

## ADOLESCENTES EM FASE DE DESLIGAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO POR MAIORIDADE NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Rafaela Jovial Citolino, Juliene Aglio Oliveira Parrao

Autor(a) curso de SERVIÇO SOCIAL - Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, Rua Marcílio Ligabone, 268. Presidente Prudente - SP. rafa\_citolino@hotmail.com, rcitolino@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por finalidade discorrer sobre o processo de desligamento de adolescentes do serviço de acolhimento devido a maioridade em Presidente Prudente. O município, em maio de 2018 publicou em seu Diário Oficial a Lei nº 9.683/2018 instituindo o benefício Bolsa Serviço de Acolhimento em República como uma alternativa ao serviço de acolhimento em República destinado a jovens entre dezoito e vinte e um anos, visto que o município não possuía o número de jovens suficientes e os recursos necessários para a estruturação de duas casas de república, uma masculina e uma feminina, conforme prevê a tipificação. Tal benefício consiste em um salário mínimo federal destinado a jovens entre dezoito e vinte e um anos, que estão em situação de vulnerabilidade social com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, sem perspectiva de reintegração familiar e que vivenciam o processo de desacolhimento, ou seja, a transição do serviço de acolhimento institucional à uma vida autônoma e em comunidade. Deste modo, para expor a análise feita objetiva-se em primeiro momento assimilar a Assistência Social como um direito a Proteção Social e como o serviço de acolhimento enquadra-se nessa Política, e então posteriormente analisar o processo de desligamento tanto em sua fase de preparação como após a saída do jovem do referido serviço em Presidente Prudente. Para tal, a metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica e pesquisa em meio eletrônico a fim de compreender a temática proposta, de que modo acontece este processo e qual o papel do assistente social durante ele.

**Palavras-Chave:** Assistência social. Acolhimento. Desligamento. Bolsa serviço de acolhimento.

---

#### **AGRONEGÓCIO: A DIFICULDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR DE SE MANTER NO MERCADO DE HORTIFRÚTI NO MUNICÍPIO DE TUPÃ**

Luana Ferreira Favaro, Amanda Ragazzi Fávaro, Fernanda Yamauchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Cecília De Alvarenga Freire Pimentel,602. Tupã - SP. luana\_favarock@hotmail.com, agricultorfamiliar@hotmail.com

**Resumo:** As dificuldades de inserção do agricultor familiar no mercado dependem de vários fatores que influenciam no processo de tomada de decisão e na manutenção do ambiente competitivo. Esses agricultores e seus problemas não começaram a surgir de uma hora para a outra, a história nos conta que na época da colonização, que é quando os estudiosos acham que surgiram os primeiros agricultores no Brasil. Eles eram considerados pela sociedade meras pessoas que cultivavam em pequenas partes de terras e só serviam para o fornecimento de alimentos para outras pessoas. Os anos foram passando e esses agricultores foram se tornando cada vez mais importantes para a sociedade e as pessoas começaram a perceber que eles são muito mais do que simples agricultores de terras e que passam por várias dificuldades para conseguirem sobreviver no dia a dia. Assim, o trabalho tem por objetivo demonstrar quais são as dificuldades dos agricultores familiares de hortifrúti em se manterem no mercado no município de Tupã (SP). Para os procedimentos metodológicos, a pesquisa foi dividida em duas etapas sendo a primeira qualitativa e a segunda uma pesquisa de campo de múltiplos casos na qual os dados foram obtidos através de entrevistas com agricultores familiares, para a análise dos resultados foi utilizada a abordagem qualitativa. Destes resultados foram levantados que fatores como as mudanças climáticas, controle de pragas e doenças, descarte de embalagens de adubos e venenos, mão de obra qualificada, oferta e demanda e a concorrência são os principais problemas descritos pelos

entrevistados. Dentre esses problemas, a partir das análises, foi diagnosticado aquele que possui maior influência como sendo a concorrência, pois há uma grande quantidade de produtores produzindo o mesmo tipo de produto em uma região pequena e isso influência em aspectos de oferta e demanda.

**Palavras-Chave:** Agricultura. Agricultura familiar. Agricultor familiar. Dificuldades agrícolas. Pequeno agricultor.

---

## **AIB: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO FASCISTA NO BRASIL**

Luiz Fernando Antônio Cabreira, Marcos Martinelli

Autor(a) curso de LICENCIATURA HISTÓRIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua São Carlos, 208. Lucélia - SP.  
luiz.cabreira13@gmail.com

**Resumo:** Os regimes fascistas têm por características o totalitarismo, o nacionalismo, culto a força física, censura, forte propaganda, anti-semitismo e antisocialismo. Os regimes totalitários são particularmente violentos especialmente com vozes que questionam sua hegemonia, apesar de não negar violência mesmo a aqueles que não discordam. Esses regimes apesar de criminosos contam com um largo apoio popular, pois manipulam as massas, isto é, com uma maioria silenciosa e aparentemente apática no que diz respeito a política e que são ignoradas pelos demais partidos políticos. (ARENDE, 1978, p. 393) Neste trabalho pretende-se analisar o principal movimento fascista brasileiro que foi o integralismo, chefiado por Plínio Salgado. Movimento político surgido no Brasil na década de 1930, foi fortemente influenciado pelos ideais e práticas fascistas que se desenvolveram na Europa após o fim da I Guerra Mundial. Este movimento de extrema-direita foi fundado com o nome de Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, quando o jornalista Plínio Salgado lançou o Manifesto de Outubro. Seu lema era “Deus, pátria e família” o que dá uma grande noção do motivo do movimento ficar conhecido como o fascismo brasileiro. Deus indica a influencia religiosa característica dos movimentos fascista e era colocado como a figura no topo da organização hierárquica social. A pátria era definida pelos integralistas como “nosso lar”. A pretensão era apresentar uma unidade da população brasileira dentro do território, principalmente como uma contraposição à divisão da sociedade em classes. Por fim a família que seria o “início e fim de tudo”, a garantia da manutenção da tradição, veiculada através dessa forma de organização social. Os principais símbolos do integralismo eram a letra grega  $\Sigma$ , o sigma, que na matemática significa a soma, indicando que através da união dos indivíduos e da família se garantiria a integração da sociedade, tendo por eixo o Estado; e o cumprimento com o braço levantado para o alto, utilizando a expressão “anauê”, palavra de origem tupi que significa “você é meu irmão”. A saudação integralista era muito semelhante à utilizada pelos nazistas alemães, os integralistas também se firmaram como anti-semitas ao perseguir judeus afirmando que eles faziam parte de uma conspiração de dominação global, baseado, principalmente, em um livro chamado Os protocolos dos sábios de Sião, além disso, combatiam a “ameaça comunista” que era representada no Brasil pelo Partido Comunista Brasileiro. Mas ao contrário do nazismo, os integralistas não se afirmaram como racistas, pois para eles a sociedade brasileira se fundou também na miscigenação das diferentes etnias que habitavam o território. Os integralistas eram ferrenhos opositores do liberalismo, do anarquismo e do comunismo.

**Palavras-Chave:** Integralismo. Fascismo. Totalitarismo. Manipulação das massas. Plínio Salgado.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE**

Cynthia Wahiany De Lima Souza, Beatriz Barbosa de Oliveira, Magda Arlete Vieira Cardozo

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Carlos Gomes, 49. Inúbia Paulista - SP. cinthiawahianylima@gmail.com, cinthia\_wahiany@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo descrever o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), problematizando suas características e influências no meio escolar, discutindo se o método pedagógico e a postura dos professores diante dos alunos podem minimizar os impactos causados por tal síndrome na vida escolar. O TDAH é uma síndrome caracterizada por distração, agitação, hiperatividade, impulsividade, esquecimento, desorganização e adiantamento crônico em intensidade alta o que, conseqüentemente, compromete o rendimento escolar e/ou social. Essa pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica nos sites indexados BVS-Psi Brasil, SciELO, Pepsic e Associação Brasileira do Déficit de Atenção, por meio das palavras-chaves TDAH, Aprendizagem e Inclusão. Foram selecionados sete artigos que estão sendo sistematizados pela Análise de Conteúdo. Dentro os trabalhos encontrados, há os que discutem se de fato existiria tal transtorno ou, ainda, se o grande número de diagnósticos de TDAH estaria correto. Por outro lado, há inúmeros estudos que atestam a existência do TDAH, bem como demonstram a melhora dos sintomas da doença com o uso de medicação. Sendo assim, vê-se a grande necessidade de aprofundar e abordar os assuntos referentes aos diagnósticos equivocados e generalizações da doença nas salas de aula que, por muitas vezes, podem comprometer a saúde integral do sujeito, sua aprendizagem, vida social e emocional, em decorrência dos professores e colegas serem influenciados por um diagnóstico mal elaborado. Constatou-se, ainda, que esse transtorno prejudica todas as áreas da criança causando prejuízos nas atividades acadêmicas e sociais, o estresse dos pais e dos professores que não sabem como lidar e tratar esse indivíduo, além de culminarem em estereótipos e exclusões do aluno. Verificou-se que o profissional que atua na área educacional precisa estar em constante atualização, para que a haja qualidade na metodologia aplicada no processo educativo dos alunos, pois, é por meio das competências e habilidades dos profissionais que se configura uma identidade própria e singular na vida dos alunos e da instituição. Conclui-se que os pais e professores tendem a cair na ideologia de que alunos que sofrem com desatenção contém o TDAH, o que leva ao preconceito e à estigmatização, sendo imprescindível a capacitação por parte dos profissionais, a orientação aos pais e as adaptações no contexto escolar para abranger os alunos com TDAH, pois, muitas crianças sofrem com os sintomas do TDAH, encontrando dificuldades com a adaptação e autorrealização em sala de aula e em todas as áreas da vida.

**Palavras-Chave:** TDAH. Inclusão Educacional. Escola. Docentes.

---

### **ALTERAÇÕES EMOCIONAIS NA GRAVIDEZ E INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS**

Vanessa Araújo De Oliveira, Maria De Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Brasil, 575. Dracena - SP. arajuovnessaoliveira@gmail.com

**Resumo:** A gravidez é um momento singular na vida da mulher, que traz mudanças consideráveis em sua vida, reorganizações e exigências de adaptação para o cumprimento das funções de maternagem. Diante disso, considerou-se importante compreender as alterações emocionais que acompanham a mulher na gestação em seus diversos períodos para, então, promover intervenções mais adequadas às necessidades individuais que cada mulher em sua vivência singular. Assim, o objetivo deste estudo foi identificar as alterações emocionais durante a gestação e quais as possíveis intervenções do psicólogo junto às mulheres no ciclo gestacional. A revisão bibliográfica foi empregada como metodologia de investigação, sendo que a coleta de dados foi realizada nas bases de dados científicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC) e Biblioteca Virtual em Saúde (SCIELO), e os descritores utilizados foram: Psicologia, Alterações Emocionais, Gravidez e Vivência. O período de publicação dos artigos foi delimitado entre os anos de 2000 a 2019, sendo considerados apenas os que estiverem na língua portuguesa e que sustentem o objetivo desta pesquisa. Para análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). A busca nas bases de dados recuperou 89 artigos, dos quais somente 13 eram apropriados para posterior análise. Na categorização dos resultados, identificamos cinco subcategorias no quesito Alterações Emocionais que ocorrem na gestação, sendo elas: Ansiedade e medo da dor, Gravidez entendida como momento de crise, Preocupação com a saúde do feto, Dificuldade de adaptação e Ambivalência: alegria e angústia. No que se refere à Intervenção do Psicólogo, sete subcategorias foram identificadas: Promoção de suporte emocional para a gestante e sua família, Educação sobre o parto e promoção de informações, Acompanhamento psicológico preventivo, Importância dos cuidados pré-natais, Planejamento do parto reduz ansiedade, Psicoterapia grupal de apoio parental, Acompanhamento e acolhimento. Por fim, no quesito Situações Adversas da Gestação, identificamos seis subcategorias: a maioria dos estudos trata de gestações saudáveis, enquanto que os demais abordam Gestação de risco, Gestação precoce, Gestação tardia, Gestação de cardiopatas e Gestação de mulheres com câncer. Notamos que a ansiedade e o medo são as alterações emocionais mais citadas, e que, em qualquer fase do ciclo vital que se dê a gravidez, sempre será uma experiência singular a chegada de um novo membro à família, e, portanto, mobilizadora de ansiedades e inseguranças, ou seja, é um momento de crise e readaptações bastante favorável para realizar intervenções. Também é comum a ambivalência de sentimentos entre o querer e o não-querer até a gestação finalmente ser aceita e entendida. Quando ocorre concomitantemente a outras doenças, as alterações emocionais podem ser ainda mais intensas. Sobre as intervenções psicológicas, temos como objetivo oferecer suporte à gestante e a família, com informações, pois tendo consciência da realidade futura que em breve será experimentada, a mulher se sentirá mais tranquila.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Alterações emocionais. Gravidez.

---

## ANÁLISE AMBIENTAL E URBANA DO CÔRREGO TOCANTINS NO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA-SP

Maria Clara Simionato Ambrósio, João Osvaldo Rodrigues Nunes

Autor(a) curso de ARQUITETURA E URBANISMO - Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT/UNESP, Av. Paulo Marcondes 190, Bloco 3 Apto 201. Presidente Prudente - SP. maria363ambrosio@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo realizar um estudo histórico dos processos que levaram à degradação do Córrego Tocantins, localizado no Parque dos Pioneiros, na cidade de Adamantina, SP, Brasil, para futuramente estudar a viabilidade urbana de uma canalização aberta no local, com métodos de infraestrutura verde e melhoramento da macro e microdrenagem do entorno do Parque. O início da execução de um novo projeto de canalização fechada em março de 2019, onde as tubulações subterrâneas de ferro galvanizado serão substituídas por aduelas de concreto, trouxe novamente o debate sobre o tipo de canalização adequada para a área de estudo, quando diversas regiões do terreno do parque cederam, formando enormes cavas, apresentando problemas desde 2013. A repetição da implementação do método fechado de canalização de córregos traz à tona o importante questionamento da eficiência deste método e dos impactos ao meio ambiente, indo no sentido contrário dos projetos implementados em países europeus há mais de 30 anos. Ainda, somado à desvalorização dos cursos d'água, há a negação de um urbanismo interativo e bem projetado para a população. Juntamente com esta questão, tem-se a deficiência da drenagem urbana e conseqüentemente, em período de alta pluviosidade, a formação de diversos pontos de inundação, uma vez que a área do Parque recebe o escoamento das águas pluvial de mais de três pontos principais da cidade. Portanto, este estudo visa analisar o histórico de intervenções na área estudada e a origem dos problemas de formação dos pontos de inundação, buscando criticar as medidas adotadas até hoje para o tratamento do Parque.

**Palavras-Chave:** Urbanização. Fundos de vale. Canalização. Drenagem urbana. Adamantina.

---

#### **ANÁLISE DAS BARREIRAS DO PROCESSO DE INOVAÇÃO: UM ESTUDO DE PRODUTORES DE AMENDOIM NA REGIÃO DA ALTA PAULISTA**

Luana Stefani dos Santos Silva, Taís Carolina da Silva, Fernanda Yamauchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - Faculdade da Alta Paulista, Rua Fukutaro Sato, 350. Bastos - SP. luanastefany2511@hotmail.com, taiscarolina25@gmail.com

**Resumo:** A busca por novas tecnologias de produção é extremamente necessária para se competir no mercado. Inovar permite olhar para frente para alcançar melhores resultados dentro de uma empresa, no Brasil a grande produção de amendoim encontra-se em São Paulo, cerca de 90% desse cultivo. O presente trabalho tem como objetivo analisar as barreiras do processo de inovação dos produtores de amendoim na região da Alta Paulista. O estudo apresenta uma abordagem qualitativa, destacando a pesquisa de campo e ao mesmo tempo cruzando levantamentos com a pesquisa bibliográfica já feita. Sendo assim, foi realizada uma análise aprofundada para alcançar o objetivo, através de uma pesquisa elaborada em duas etapas, a primeira etapa apresenta o tema, por meio de pesquisas bibliográficas, a segunda através da pesquisa de campo, e por fim foi realizada a análise dos dados coletados. Na pesquisa de campo, foram entrevistados cinco produtores através de entrevistas individuais, onde foram tratadas questões sobre características do produtor, produção e adoção de inovação. Partindo dos conceitos apresentados pelos autores, o trabalho analisou o perfil destes produtores, compreendendo as barreiras que eles

enfrentam para aderirem o processo de inovação em suas empresas e por meio dos levantamentos coletados identificou os tipos de inovações que eles buscam. As análises mostraram que a maior dificuldade encontrada pelos produtores na adoção da inovação vai além de máquinas e equipamentos, foi citado o clima\tempo, mão de obra, taxa de financiamento entre outros fatores. Com isso foi observado que os produtores buscam cada vez mais a tecnologia para suprir a insuficiência dos fatores citados, através de maquinários, equipamentos modernos e pesquisas para a melhoria do produto e sementes, trazendo avanços na produção e aumento da produtividade.

**Palavras-Chave:** Inovação. Barreiras. Produtores de amendoim.

---

## **ANÁLISE DAS INDÚSTRIAS DE PROCESSAMENTO DE MANDIOCA DA REGIÃO DE TUPÃ/SP**

Larissa Kiill Gasparoto, Gessuir Pigatto, Gessuir Pigatto

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - Campus de Tupã, Tupis , 177. Tupã - SP. larissasantarita@hotmail.com, larissasantarita08@gmail.com

**Resumo:** A região da Alta Paulista se encontra em um ponto estratégico de escoamento da produção de mandioca, havendo um grande volume de produção agrícola, e um número significativo de indústrias que processam a mandioca, transformando-a em fécula, farinha e derivados para diferentes ramos da indústria. Diante disso, o objetivo proposto para esse projeto foi identificar e analisar as indústrias processadoras de mandioca da Alta Paulista. De maneira específica, buscou-se identificar como é feita a produção tanto da fécula como da farinha de mandioca, o nível tecnológico necessário, que tipo de produto produzem, se produzem para consumidor final ou para indústrias intermediárias. Quanto ao objetivo, a pesquisa foi bibliográfica, com o uso de abordagem qualitativa, busca de informações disponíveis na homepage das empresas e/ou documentos técnicos e informativos disponibilizados por fontes secundárias. O resultado mostrou que a maioria das empresas foi fundada entre 1980 e 2000, já estando consolidadas no mercado; são em sua grande maioria de pequeno porte, usam baixa tecnologia, produzem e vendem para outras indústrias e não possuem estratégias de marketing voltadas para o fortalecimento de marca. Esse comportamento é esperado, uma vez que para atender a indústria de alimentos com fécula e/ou farinha de mandioca não existem barreira à entrada para novos concorrentes, a tecnologia de produção é de fácil obtenção. A única restrição é a necessidade de a indústria estar localizada próxima à produção, em função a alta perecibilidade da mandioca após a colheita. A partir desse estudo, foi possível identificar que o processo de fabricação da fécula e da farinha de mandioca é muito parecido, possuindo etapas iguais, a maior parte das indústrias localizadas na Alta Paulista opta por fazer o processamento dos dois produtos. Apesar da facilidade do processo produtivo, e a proximidade com a matéria-prima, a falta de investimento e de estratégias bem definidas pode ocasionar maior concorrência com atores melhor posicionados, estabelecidos em outros polos de produção, como o Paraná.

**Palavras-Chave:** Mandioca. Processamento. Indústria. Baixa tecnologia. Pequeno porte.

---

## **ANÁLISE DO INQUÉRITO POLICIAL SOBRE FAKE NEWS: TERIA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) USURPADO COMPETÊNCIAS?**

Davi Rogério Silveira, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdades Adamantinenses Integradas, Chácara Primavera, S/n. Irapuru - SP. dslogistica01@gmail.com

**Resumo:** O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta corte do Poder Judiciário brasileiro. Suas atribuições são definidas pela Constituição Federal de 1988, no artigo 102 e seus incisos, alíneas e parágrafos. A Suprema Corte é responsável pelo controle de constitucionalidade e seu objetivo é garantir a supremacia das normas constitucionais em relação ao sistema jurídico pátrio, devendo proporcionar segurança jurídica nas relações processuais e sociais. Assim, compete ao STF zelar pelo cumprimento da Lei Maior do Estado brasileiro e a efetivação dos direitos fundamentais definidos pela própria Constituição Federal. Os poderes atribuídos ao STF representam grandes responsabilidades, na medida em que suas decisões impactam diretamente a vida das pessoas e contribuem para a aproximação ou o distanciamento do direito em relação à sociedade. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da decisão tomada pelo atual presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, que no dia 14 de março de 2019, através da Portaria GP Nº 69, instaurou Inquérito Policial (IP) para apurar a existência de notícias fraudulentas, as denominadas Fake News, ou seja, “denúncias caluniosas, ameaças, e infrações revestidas de animus caluniandi, diffamandi e injuriandi, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros e familiares”. A Portaria foi fundamentada nos artigos 43 e seguintes do Regimento Interno da própria Corte, nomeando-se o Ministro Alexandre de Moraes para presidir o IP. O anúncio da instauração do IP foi feito na abertura de uma sessão colegiada da Suprema Corte e causou estranheza a todos, inclusive a alguns dos Ministros presentes, afinal, é incomum que um Ministro do STF determine a abertura de uma investigação e escolha a sua própria vontade o Ministro que vai presidir a investigação. Há controvérsias jurídicas sobre a legitimidade do ato, há posições no sentido de que tal atitude viola princípios fundamentais do sistema acusatório adotado pela Constituição Federal, como o artigo 144 da CF que trata da segurança pública, estrutura as polícias, atribuindo-lhes competência para investigação de infrações penais. Ademais, o artigo 129 da CF dispõe: “São funções institucionais do Ministério Público: I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei”). É pacífico o entendimento de que o Ministério Público tem poderes de investigação. Desta forma, poderia o Poder Judiciário instaurar e conduzir investigações? Nota-se também que a Portaria de instauração do IP não tem objeto e prazos definidos e não prevê a participação do Ministério Público. O presente estudo visa refletir sobre o impacto da instauração do IP pelo STF na sociedade, pois se trata do guardião da Constituição Federal que deve irradiar segurança jurídica e decisões constitucionais. Analisando os argumentos que fundamentaram a instauração do IP em estudo e as controvérsias jurídicas em torno do tema, este trabalho não tem o objetivo de esgotar a matéria, mas propor uma reflexão sobre o papel do STF e as possíveis consequências jurídicas, políticas e sociais de um ato incomum e, talvez, inconstitucional.

**Palavras-Chave:** Supremo Tribunal Federal. Competências constitucionais. Segurança jurídica . Princípio acusatório. Liberdade de expressão.

## **APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA FÉ NAS RELAÇÕES DE CONSUMO, FUNDAMENTADO NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.**

Maria Eduarda Zimiani, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Rio Grande Do Norte, 910. Parapuá - SP. dudazimiani2@gmail.com, anaelizagonsalves@gmail.com

**Resumo:** O projeto em discussão se trata do princípio da boa fé na relação de consumo, fundamentada no Código de Defesa do Consumidor. No qual a pesquisa foi realizada de forma qualitativa buscando ideias e conceitos distintos para melhor visualização da abordagem do tema do projeto, tendo como base fontes secundárias como bibliografias, documentos e artigos científicos. Antigamente, esse tema era pouco abordado e discutido, porém com a revolução histórica e o crescimento de demanda e também da sociedade, esse tema começou a ter mais relevância no mundo jurídico, trazendo os efeitos negativos e positivos, sendo assim criando forças para obter uma estruturação boa nas relações de consumo entre consumidor e fornecedor. Desta forma, o projeto foi feito com a finalidade de mostrar que a boa fé pode assumir uma grande força e importância no Código de Defesa do Consumidor, promovendo a melhor forma de equilíbrio e harmonização nas relações de consumo entre consumidor e fornecedor, seja com um produto ou serviço, visando à proteção de eventuais danos que possa vir a ter, sendo assim, não podendo nenhuma das partes agir de má fé. Tendo desta forma o intuito de conscientizar de várias maneiras tanto o consumidor como o fornecedor para que ambos ajam de boa fé nas relações de consumo, para que não tenham nenhum dano causado por alguma parte. Sendo assim chegando à conclusão que a boa fé deve ser vista como um dever de conduta para todos, em geral e em qualquer que seja o negócio contratual ou extracontratual, fazendo desta forma com que tenha uma melhor relação de consumo entre fornecedor e consumidor, podendo viabilizar uma boa relação consumerista.

**Palavras-Chave:** Boa Fé. Consumidor. Fornecedor. Defesa. Consumo.

---

## **APLICATIVO JURÍDICA EM CONTRATOS DE COMPRA E VENDA**

Lucas José Sena da Silva Minineli, Mário Furlaneto Neto

Autor(a) curso de DIREITO - Centro Universitário Eurípedes de Marília, Rua Osvaldo Zappaloli, N° 42. Pompéia - SP. lucasminineli@icloud.com

**Resumo:** O aplicativo em estudo tem por foco as relações contratuais de compra e venda e tem por objetivo, com o auxílio de inteligência artificial, fornecer informações sobre o alcance da cláusula contratual, propor modelos e interpretar contratos de compra e venda. Por meio de pesquisa aplicada e experimental, busca-se desenvolver o aplicativo a partir de problemas encontrados em transações contratuais que surgem devido a falta de conhecimento dos contratantes no momento de assinar o pacto, a fim de que, com o uso do aplicativo, referidos problemas possam ser evitados. Em multiplataforma, também possibilitará aos usuários enviar mensagens para contatar advogado especialista e obter assessoria jurídica especializada, a fim

de viabilizar a prestação de serviço de forma segura e confiável. O aplicativo apresenta uma ferramenta simplificada e objetiva que possibilita caminhos a serem seguidos pelos cidadãos, propondo uma mudança no cenário das transações contratuais de compra e venda, a fim de que a transação pactuada entre as partes se opere de forma segura. Composto por abas informativas, conterá artigos que tratam exclusivamente sobre as práticas na forma do contrato, visando facilitar o acesso a informações e Leis, de forma acessível e com linguagem simplificada, objetiva e clara, a fim de possibilitar segurança jurídica. Conclui-se que o aplicativo pode apresentar de forma objetiva e clara os caminhos a serem tomados no ato de formalizar o contrato de compra e venda, além de propor uma mudança no cenário das transações contratuais e assegura garantia jurídica ao negócio a ser celebrado.

**Palavras-Chave:** Contratos. Tecnologia. Aplicativo. Compra e venda.

---

#### **APOSENTADORIA ESPECIAL E INSALUBRIDADE**

Pedro Henrique Dos Santos Pagani, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua: São Luiz, 582. Parapuã - SP. pedrofadapdireito@gmail.com

**Resumo:** RESUMO O Presente Trabalho serve como instrumento de pesquisa para o conhecimento do benefício de Aposentadoria Especial. Apresentando o entendimento da doutrina e da Jurisprudência, sobre os temas abordador, que incluem o direito á aposentadoria especial, o enquadramento das atividades especiais, o direito à conversão de tempo especial em tempo comum, o direito adquirido dos assegurados à concessão do benefício e á conversão do tempo de serviço especial, a exigência de laudo técnico, o conceito perfil previdenciário, dentre outros. A aposentadoria especial por insalubridade é o benefício para quem trabalhou 25,20 ou 15 anos sob exposição de agentes nocivos a saúde, por conta dos riscos, sendo essa integral e sem fator de idade mínima Previdenciário, existindo duas regras para o reconhecimento do Benefício da aposentadoria especial: enquadramento profissional ou efetiva exposição a agentes insalubres, sendo que a primeira Regra trata das profissões que possuem presunção de insalubridade, sendo consideradas automaticamente atividade especial, e a segunda regra trata da exposição a Agentes insalubres, que atinge todo o trabalho que coloca a saúde do trabalhador em risco efetivo, tendo a Lei dividindo essa em agentes: Biológicos, que são aqueles expostos a vírus e fungos que prejudicam a saúde ou integridade física do empregado. Físicos, que são todos aqueles que causam impacto no trabalhador e por fim os agentes Químicos, previsto na norma NR15 dentre outras, os valores referentes serão de 10,20 e 40% na sua ordem de risco do menor para maior. Para a comprovação do enquadramento profissional e a exposição a agentes insalubre, se necessita de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), além de Laudos e Pericias O valor da aposentadoria será somada referente aos 80% dos maiores salários de contribuição, sem o fator previdenciário, a soma desses cálculos quase sempre Dara valor abaixo do que se recebe isto significando que a aposentadoria integral não é 100% atingida. Após a Reforma Previdenciária, passa a existir idade mínima de 60 de anos, e o valor da aposentadoria será de 60% da media aritmética dos salários +2% para cada ano de contribuição acima de 25 anos, até o limite de 100%. Conclui-se que se você trabalhou em

atividade considerada especial, ou seja, insalubre, ou já exerceu algum trabalho em contato com agentes perigosos prejudicial a saúde, independente do ano de atuação você pode conseguir os benefícios da Aposentadoria Especial .

**Palavras-Chave:** Aposentadoria. Especial. Previdenciária. Insalubridade.

---

## **ARTETERAPIA NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO**

Jaqueline Lourenço, Vanessa Araújo de Oliveira, Luís Santo Schicotti

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Francisco Alves , 1085. Mariápolis - SP.  
lourenco.jaque@hotmail.com, jaquelimao2014@gmail.com

**Resumo:** A partir da segunda metade do século XX, impulsionada principalmente por Franco Basaglia, psiquiatra, crítico das formas de tratamento designada aos denominados loucos, inicia-se uma transformação do saber, do tratamento e das instituições psiquiátricas. Nesse sentido, germina o movimento da Luta Antimanicomial, marcado pela idéia de defesa dos direitos humanos e de resgate da cidadania dos que "carregam transtornos mentais". Neste percurso, após décadas de lutas, surgem os Centros/Núcleos de Atenção Psicossocial (CAPS/NAPS), serviços da rede pública de saúde que visam como parte de uma rede comunitária, a substituição dos hospitais psiquiátricos, antigos hospícios ou manicômios. Os CAPS constituem um paradigma estratégico na concretização da atual política de saúde mental, que pretende oferecer uma rede de serviços substitutiva aos hospitais, capaz de, em tese, responder as necessidades das pessoas com sofrimento psíquico. Assim, visamos proporcionar atividades que estimulem a capacidade cognitiva, o trato interpessoal e o desenvolvimento de habilidades, motivando a aproximação, companheirismo e compartilhamento de sentimentos e emoções, levando em consideração relatos de experiências, promovendo qualidade de vida, resgate da autoestima e sentido, por meio de oficinas e escutas coletivas. Foram realizadas atividades previamente elaboradas, pesquisa bibliográfica e, através do método arte terapia, baseado no uso de formas de expressão artísticas, enfatizamos sobre a importância da intervenção ao se trabalhar com a promoção da saúde. Destarte, a escuta terapêutica emerge como uma ferramenta imprescindível, resgatando de modo simbólico, através da fala, onde a transferência ganha força no trabalho analítico, uma nova (re)significação. O público alvo de nossas ações apresenta dificuldades em realizar as atividades propostas, entretanto, observamos que alguns "menos regredidos", estão despertando seus corpos desejantes e tornando-os pulsantes de vida.

**Palavras-Chave:** Caps. Arteterapia. Psicologia. Escuta. Saúde mental.

---

## **AS EMPRESAS E O SISTEMA DE COTAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: AVALIAÇÃO DE EQUIDADE E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL EM SANTA FÉ DO SUL-SP**

Kalebe Camargo Lourenço Clemente, Regina Maria de Souza, Ederson Mella Ternerio

Autor(a) curso de ADMINISTRACAO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua 10 Nº 861. Santa Fe Do Sul - SP. kalebecamargojs@hotmail.com, kalebeclementejs@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar a inserção de portadores de necessidades especiais nas empresas de Santa Fé do Sul, com destaque para a possibilidade de maximização do desempenho organizacional das mesmas, por meio do enquadramento na lei de cotas para deficientes. A responsabilidade social estimula as pessoas a um nível de exposição maior para fora dos muros da organização, de forma a construir uma relação de benefícios mútuos com parceiros e colaboradores considerados pouco convencionais pela maior parte do mercado. Essa nova modalidade de vínculos, estimula a estruturação de uma perspectiva crítica sobre a cultura organizacional, gerando sua adequação a uma nova realidade. Verifica-se, dessa forma o desenvolvimento organizacional, que afeta as atividades da empresa, tornando-a melhor para seus consumidores e clientes, colaboradores e acionistas. A principal resistência à implementação de ações ou programas de responsabilidade social, tais como a contratação de portadores de necessidades especiais é o receio das transformações que esse processo pode gerar. As transformações precisam ser realizadas em um ritmo confortável para todos os integrantes da estrutura organizacional, de modo que os resultados foram positivos para as pessoas e para a organização. Como em todo processo de aprendizagem, ocorrem avanços e retrocessos. Dessa forma, há necessidade da crença de que o resultado é o desenvolvimento organizacional. A fim de verificar os benefícios e as demandas a serem atendidas para a inclusão de portadores de necessidades especiais, elegeu-se como foco de estudo, as empresas instaladas na cidade de Santa Fé do Sul-SP. O projeto será executado por meio de revisão de literatura, com consulta à livros, periódicos e sites de referência para a temática e também por meio de um estudo de caso, tendo como alvo os gestores das empresas da cidade de Santa Fé do Sul.

**Palavras-Chave:** Necessidades especiais. Equidade social. Eficácia organizacional.

---

#### **AS PIANISTAS: MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO ADAMANTINENSE NO AUGE DA CAFEICULTURA (1950-1980)**

Luzimara Dilibaltov, Ângela Christina Gomes Soares

Autor(a) curso de LICENCIATURA HISTORIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Alameda Kanematsu Munemassa, 47. Adamantina - SP. luzimara.dilibaltov97@gmail.com

**Resumo:** O trabalho possui por objetivos investigar o papel da mulher na sociedade adamantinense das décadas iniciais pós emancipação político administrativo de município, compreender como os movimentos feministas que ocorriam no Brasil e no mundo influenciaram nas dinâmicas que tangem à figura feminina, principalmente no âmbito trabalhista e identificar à resiliência dos movimentos sociais prol igualdade de gêneros das décadas de 1950 a 1980 adaptando-se aos contextos familiar, pioneiro, rural, provinciano, pós colonato, migratório e econômico no qual Adamantina encontrava-se inserida nesse recorte temporal de quatro décadas. O artigo usará de fontes primárias: fotos, relatos, documentos e também secundários: livros, artigos, dissertações, revistas, jornais e teses para embasar teoricamente e documentalente à dissertação acerca dos subtemas abordados no trabalho. Sabe-se por meio da história oral, fotografias e também em função de uma máquina de seleção de grãos de café que consta no acervo da sala de memória, na biblioteca adamantinense que as mulheres, em

diferentes faixas etárias auxiliavam na composição da renda familiar exercendo funções voltadas ao favorecimento do grão, o movimento periódico com a ponta dos dedos no intuito de seletar as sementes do dito “vinho da África” aproximava-se dos gestos de pianistas, que também manuseiam o instrumento de teclas com a ponta dos dedos, gerando a essas o pseudônimo generalizado: pianistas. Compreender o papel da mulher na sociedade adamentinense em seus primórdios permite-nos encontrar os vestígios e singularidades do município mediante o cenário macro, no que diz respeito ao tema abordado, gerando a possibilidade da discussão da construção histórica do feminino e da feminilidade no município de Adamantina, enquanto um pequeno recorte espacial do oeste paulista.

**Palavras-Chave:** Adamantina. Feminismo. Mercado De Trabalho. Cafeicultura. Pioneirismo.

---

## AS RELAÇÕES FAMILIARES COMO FATOR PROTETOR DA SAÚDE MENTAL DO IDOSO

Thalia Souza Nogueira, Maria De Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Avenida: São Paulo. Pacaembu - SP. tsnogueira02@gmail.com

**Resumo:** O envelhecimento pode ser compreendido como um processo natural do desenvolvimento humano, marcado por mudanças biopsicossociais específicas que estão associadas à passagem do tempo. As vivências nessa fase da vida são bastante particulares, visto que o processo de envelhecer é diretamente influenciado por determinações genéticas, de estilo de vida e do ambiente onde o sujeito está inserido. Entretanto, é uma fase marcada pelo declínio da saúde física, mental e social, o que pode gerar no idoso sentimento de desvalia que podem culminar na emergência de um quadro depressivo ou em outros agravamentos à sua saúde. A família que cuida do idoso também sofre com tais questões, visto que precisa se organizar entre seus integrantes para oferecer os cuidados necessários ao idoso que fica cada vez mais dependente, e, portanto, precisa ser orientada e acolhida nesse momento. Considerando estes aspectos, o objetivo deste estudo é abordar as relações familiares como fator protetor da saúde mental do idoso, diante da vivência do envelhecimento e isolamento. Tal proposta se justifica no sentido de produzir novos conhecimentos para os programas de saúde do idoso, incluindo a prática do psicólogo e suas contribuições na promoção de saúde mental, bem-estar e qualidade de vida do idoso. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e exploratória, em que as buscas foram realizadas em bases de dados como SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePsic (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e Portal da CAPES (Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que tiveram suas publicações compreendidas entre os anos de 2002 a 2019, a partir do cruzamento das seguintes palavras-chave: Psicologia, Saúde mental, Idoso, Família e Relações Familiares. Foram encontrados 152 artigos, entre os quais somente 10 foram selecionados para compor este estudo.. A análise dos dados foi realizada a partir da proposta da Análise de Conteúdo de Bardin (2006). Assim, os dados foram organizados, em duas categorias. A primeira categoria aborda o papel da família e demais fatores de proteção à saúde mental do idoso, e identificou cinco subcategorias, que foram: o bom convívio e aproximação da família; o engajamento em atividades sociais; a religiosidade; a atividade física e alimentação adequada; a menor prevalência de depressão em idosos institucionalizados. Na segunda categoria identificada, são abordados os fatores que impactam negativamente na saúde mental do idoso, organizados em cinco

subcategorias: inversão de papéis familiares e dependência para realizar as atividades da vida diária; isolamento social e emoções negativas; problemas com descendentes; auto-avaliação negativa da própria saúde; maior prevalência de depressão em idosos institucionalizados.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Saúde mental. Idoso. Família. Relações familiares.

---

## ASPECTO HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Cristiane Fernandes da Rocha, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua: São Paulo , 1067. Tupã - SP.  
cris\_\_fernandes@hotmail.com

**Resumo:** A responsabilidade civil acompanha a humanidade desde os primeiros povos dirimindo os conflitos existentes a época. Este instituto sempre desfrutou de um privilégio significativo para a sociedade, pois a partir do momento que vão surgindo aglomerados de pessoas automaticamente surgem conflitos de relacionamentos e paulatinamente iniciam-se os atritos peculiares, desequilíbrio da qual na época eram classificados como: crimes, disputas familiares e tribais. Esse tempo foi conhecido como período de talião em que a punição severa era aplicada de forma cruel para aquele que praticasse uma violência contra outrem e aqui não se distinguia se os delitos fossem eles na esfera penal ou cível. A aplicação da pena poderia ser igual ou maior a ofensa sofrida, pois a lei que operava era a lei de Talião da qual os fatos eram tratados como Olho por olho e Dente por dente, não havia um instituto que disciplinador da paz. Esse período se estendeu pelo Código de Hammurabi na Mesopotâmia antiga e perdurou até o início do segundo milênio antes de Cristo; em que predominava a ideia de vingança privada como forma de repressão ao dano sofrido na época. Durante a trajetória histórica da Responsabilidade Civil pode-se analisar que o Código de Manu da Cultura Hindu apresentou uma evolução em relação ao código de Hammurabi, pois ele trazia em suas leis a prevenção de multa e indenização a favor de quem tivesse sido prejudicado, sendo assim a pena corporal aqui era substituída por uma pena pecuniária, essa mudança tinha como objetivo a geração da paz superando a ideia de vingança, meio este utilizado para qualquer infração da época. Já no Direito Romano que é o espelho de qualquer estudo de Direito Privado, a lei das XII Tábuas de 450 a.C teve significativa influência da lei de Talião no que tange aos delitos da época. Porém a lei Romana previa pena pecuniária chamada poena, meio pelo qual um indivíduo delincente era obrigado a pagar uma indenização ao ofendido sendo assim um tornaria devedor e o outro credor. A poena veio substituir no sistema Romano a Vingança Privada; para que não houvesse confusão entre as penas públicas, uma vez que esses delitos eram tratados de forma processuais diferenciados com ritos especiais. Em Roma os atos ilícitos ou delitos eram considerados fontes do direito obrigacional, ao lado dos contratos, quase contratos e dos quase delitos fase essa atribuída ao direito Justinianeum; por se tratar de um direito escrito e sistematizado, da qual o direito Romano Justinianeum se sobrepôs ao direito costumeiro que seguia as tradições e meios de punições antigas. Nesse contexto é manifesto que o sistema do Código Civil brasileiro ser uma versão moderna ao que se refere as leis Romana no sentido que foram substituído os quase contratos pelos atos unilaterais, como no caso de promessa de recompensa, gestão de negócio, os quase delitos foram substituídos por conceitos intermediários de

ilicitude, como o abuso de direito que está tipificado na legislação nacional privada. Este instituto se aprimora com as necessidades do tempo e das sociedades.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade. Tutela. Atos ilícitos. Povos. Direito Civil.

---

#### **ASPECTOS DA CONSOLIDAÇÃO DA TELEVISÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Rogério Aparecido Astolfi Cova, Ieda Cristina Borges

Autor(a) curso de HISTÓRIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Constantino Rodrigues De Lima, 50. Osvaldo Cruz - SP. astolfirogerio@outlook.com, rogerio.ap2k18@gmail.com

**Resumo:** O crescimento no acesso de veículos de comunicação, como a televisão, apresentou um aumento significativo nas últimas décadas no Brasil. Este ambiente de comunicação de massa propicia em sua programação uma gama de informações diferenciadas e espaços publicitários que, em algumas situações, apresentam um abuso de doutrinas ideológicas e o apelo ao consumismo. Este trabalho tem por finalidade abordar, por meio de uma revisão de literatura, uma retrospectiva da televisão no Brasil envolvendo os seus aspectos sociais diante de sua influência no cotidiano nacional. O país apresenta altos índices de exclusão social, caracterizada pelo não acesso aos serviços essenciais tais como: saúde, educação, saneamento etc., desta forma, os telejornais e demais programas noticiosos desempenham um papel fundamental quando trazem em suas edições as notícias relacionadas a estas temáticas. Os índices de audiência controlam a permanência de programas nas grades das emissoras abertas uma vez que o faturamento atrela-se à área comercial. Esta dinâmica proporcionou investimentos em conteúdos especialmente, com a interatividade do telespectador com um papel até de decisão em alguns casos. Há uma variação de liderança na audiência entre as emissoras de canal aberto, de acordo com os horários da programação, mas a empresa do grupo Globo ainda lidera em termos de faturamento na televisão aberta, alternando com o grupo do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e grupo Record. A televisão ainda é destaque no cenário nacional e um grande meio veículo de comunicação da sociedade brasileira. A convergência midiática, neste século, possibilitou uma interação com as novas mídias.

**Palavras-Chave:** Televisão. Sociedade. Informação. Comunicação. Histórico.

---

#### **ASPECTOS GERAIS DA SÍNDROME DE TOURETTE**

Cynthia Maria Barbosa De Lima, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Juca De Castro, 19. Valparaíso - SP. pyarabarbosa@gmail.com

**Resumo:** A Síndrome de Tourette (ST) ou Síndrome de Gilles de La Tourette (SGLT) consiste de um transtorno neuropsiquiátrico caracterizado por tiques motores e vocálicos. As motivações para o desenvolvimento desta temática envolvem aspectos

familiares de convivência com pessoa diagnosticada com a ST, em relação aos comportamentos e os desafios constantes encontrados do dia-a-dia, visando compreender mais profundamente as formas de tratamento e contribuir na produção de conhecimento sobre a temática. Assim, este estudo tem como objetivo investigar aspectos gerais da ST buscando aprofundamento sobre o Transtorno. Em seu aspecto metodológico o estudo se caracteriza como uma revisão bibliográfica, em que a coleta de dados foi em plataformas de dados científicos como Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Literatura Científica e Técnica da América Latina e Caribe (Lilacs), Biblioteca Nacional de medicina dos Estados Unidos da América (MedLine), por meio de cruzamento de palavras-chave “síndrome de tourette AND psicossocial”; “aspectos gerais AND tourette”; “tourette AND aspectos gerais”; “síndrome de tourette AND qualidade de vida”. Os dados foram organizados em três categorias, aonde configura-se em aspectos clínicos visando as subcategorizações dos tratamentos clássicos, tratamentos alternativos, e as comorbidades relacionadas a ST; segunda categoria sob o desenvolvimento e compreensão das STs, visando as subcategorias: aspectos na perspectiva familiar, referenciais teórico-práticos, e, desenvolvimento da ST e complicações futuras; terceira categoria visa a qualidade de vida do indivíduo com ST, e suas subcategorias: a qualidade de vida, as comprovações para além do viés patológico, e, redirecionando-se as práticas sociais. Podemos considerar que o estudo apesar de parcos materiais encontrados pode-se compreender sobre o tratamento e que casos envolvendo o desenvolvimento difere entre a criança, adolescente e o adulto, nos quais interferem em cada uma das perspectivas os aspectos formais, ressaltando, ainda, a importância de desenvolver novos estudos sobre a temática, inclusive, direcionando também para os aspectos psicológicos e terapêuticos, visando a uma análise mais aprofundada dos aspectos em nossa área de concentração.

**Palavras-Chave:** Síndrome De Tourette. Aspectos gerais. Psicologia. Qualidade de vida. Comorbidades.

---

## **ASSÉDIO SEXUAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO CONTRA MULHERES**

Beatriz Da Rocha Gomes, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade da Alta Paulista, Rua Paraíba, 578. Parapuã - SP. [be\\_rochagomes@hotmail.com](mailto:be_rochagomes@hotmail.com)

**Resumo:** O trabalho de projeto de pesquisa trata-se, de um assunto muito atual, o qual teve uma grande ascensão, de antigamente até os dias de hoje. Irá abordar o tema de “Assédio Sexual na Relação de Trabalho contra Mulheres”, um assunto bastante polêmico e ainda pouco estudado, porém um assunto muito importante e de grande relevância social para todos. Insta salientar que o assédio sexual no local de trabalho sempre existiu, desde antigamente, porém hoje em dia teve um grande aumento, e é um assunto digamos mais abordado pela mídia, de maior conhecimento, e maior interesse das mulheres, pois antigamente e até mesmo nos dias atuais, as vítimas de tais condutas de assédio, não se sentem seguras para tornarem público que foram vítimas de assédio sexual no local de trabalho, e nos dias atuais as mulheres estão mais seguras para procurarem seus direitos, sendo assim tomando as medidas cabíveis para responsabilizar o agente que praticou tais condutas de assédio. Cabe ressaltar, que o assédio sexual, além de causar diversos problemas para as mulheres como por exemplo de saúde, e principalmente problemas psicológicos pelo trauma sofrido, também na maioria dos casos pode acarretar problemas na sua ascensão tanto em todo o mercado de trabalho, como também na própria empresa que está empregada. Acima foram

apresentados os objetivos do presente projeto de pesquisa, para que isto será utilizado pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa básica pura, pesquisa aplicada, pesquisa exploratória, pesquisa explicativa, estudo de casos que já ocorreram o assédio sexual, para que assim seja alcançado o real objetivo do trabalho.

**Palavras-Chave:** Assédio Sexual. Mulher. Trabalho. Prejudicar. Direito.

---

#### **ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE PROTEÇÃO AOS CEGOS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Mariana Albuquerque Ferreira, Beatriz Fidelis Rocha, José Artur Teixeira Gonçalves, José Artur Teixeira Gonçalves, Juliene Aglio Oliveira Parrao

Autor(a) curso de SERVIÇO SOCIAL - Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, Rua Zacarias Miguel, 84. Presidente Prudente - SP. mari\_pvh@hotmail.com, maarialbuquerque@icloud.com

**Resumo:** O trabalho é resultado de pesquisa realizada na Associação Filantrópica de Proteção aos Cegos de Presidente Prudente em março de 2018. Para o desenvolvimento do trabalho executamos um levantamento de dados e análise dos usuários atendidos na associação. Em um primeiro momento foi realizada uma visita institucional para conhecer a associação, para em seguida ser elaborado o roteiro de entrevista com a assistente social em busca de dados para complementar a análise, além da entrevista com a profissional foram utilizados dados secundários (fichas cadastrais) dos usuários. No momento da pesquisa a associação contava com 73 deficientes visuais, divididos em baixa visão, cego total, baixa visão e cego total. Os usuários realizam diversas atividades na instituição, as que mais se destacaram são: artesanato, grupo psicossocial e sorobã. A Associação Filantrópica de Proteção aos Cegos tem a missão de proporcionar condições de autovalorização e autodesenvolvimento aos deficientes visuais de Presidente Prudente e Região a fim de atingir sua participação na sociedade. E o objetivo de proporcionar condições de desenvolvimento integral às pessoas com deficiência visual, garantido assim uma vida com mais qualidade, com independência e a prática de seus direitos sociais. O papel do assistente social no terceiro setor é contribuir para o desenvolvimento das atividades e implementação de outras políticas públicas. As instituições do terceiro setor não fazem parte do estado, porém, trabalham em problemas sociais, ou seja, trabalhando na garantia em que o estado deveria prestar. O método de pesquisa foi o materialismo histórico dialético, teve como procedimento a pesquisa descritiva e explicativa com levantamento de informações com dados primários e secundários, com análise documental e pesquisa bibliográfica, utilizando também entrevista semiestruturada.

**Palavras-Chave:** Terceiro setor. Associação filantrópica. Baixa visão.

---

#### **AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

Ingrid Furlaneti Oliveira, Giovana Da Silva, Angela Christina Gomes Soares

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua San Remo , 422. Lucélia - SP. INGRYD\_FURLANETI@OUTLOOK.COM, mayla422@outlook.com

**Resumo:** Este trabalho envolve um estudo bibliográfico sobre a síndrome TEA (transtorno do espectro autista) e, a importância da inclusão de crianças com esta síndrome, na escola, pois sabemos que o acesso à escola e ao conhecimento, é um direito de todos os indivíduos, conforme a lei de diretrizes e bases da educação. O autismo, vem sendo estudado pela psicologia, que busca saber mais sobre este tema. A convivência entre as crianças que são portadoras desta deficiência, ainda é complicada pelo fato de não poderem ficar juntamente com as outras crianças. Esta síndrome, está se tornando comum, e com isto, levou as escolas a terem a sala de inclusão, ou até mesmo, incluir as crianças autistas, na sala de aula comum. É necessário, que os alunos e a sociedade entendam sobre o autismo. Para a sociedade respeitar e aceitar estas crianças com deficiências, precisamos trabalhar de forma mais social e envolvendo todas as pessoas, em um todo, para assim, estudar e dialogar de forma interdisciplinar. A inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares, ainda é suscita várias incertezas por parte das escolas e, falta de acolhimento das famílias. Entretanto, pelos achados da pesquisa, o convívio entre crianças com e sem deficiência se mostra rico em experiência para todos os envolvidos: crianças, professores, escola e família. A pesquisa, foi feita com base nos artigos bibliográficos e, de acordo com a LDB ( Lei de Diretrizes e Bases). Considerando as taxas expressivas de prevalência desse transtorno e suas especificidades clínicas, indivíduos com esse quadro, devem receber atenção especializada em seu processo de escolarização, haja vista que suas manifestações comportamentais, por vezes podem representar um entrave na inclusão escolar desses indivíduos, se não houver um ambiente adequado.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Educação. Desenvolvimento.

---

#### **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: EXIGÊNCIAS E COBRANÇAS NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Mariana Leite da Nóbrega, Ana Carolina Colnago Roco de Azevedo

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE, Rua Dos Cravos, 85. Parapuã - SP. marileite.99@gmail.com

**Resumo:** O trabalho busca discutir aspectos relacionados às exigências e cobranças no que se refere à avaliação, executada no âmbito da Educação Infantil. Trata-se de um trabalho de cunho bibliográfico, de origem qualitativa e que busca refletir sobre como esse processo vem se modificando a partir das novas tendências no cerne da Avaliação da Aprendizagem. Ressalta, ainda, a importância dos registros feitos pelos professores para avaliar as crianças na Educação Infantil. O referencial teórico pauta-se em Luckesi (2000), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) e ainda, em Barbosa e Horn (2008). Como resultado, percebeu-se a presença de diversos instrumentos avaliativos na Educação Infantil, como: o diário de campo, livro da vida, conversas, entrevistas e especialmente, os portfólios. Entretanto, tendo em vista que existem diversas maneiras para se avaliar, alguns pais ou responsáveis cobram outros instrumentos avaliativos que não são ideais para as crianças. Os portfólios, por sua vez, possuem maior predominância nas instituições infantis nos dias atuais, visto que se trata de uma documentação pedagógica que possibilita refletir sobre o desenvolvimento pleno das habilidades e competências das crianças. Os mesmos são

fundamentais, pois permitem a presença e a participação de todos (pais/ responsáveis, aluno e professor/educador) no seu processo de construção. No entanto, ressalta-se a importância da existência de parcerias entre a equipe gestora da escola, a comunidade local e os pais/responsáveis para buscar possíveis soluções e melhorias, além da necessidade de um bom planejamento que permita possíveis e constantes mudanças, tendo em vista o respeito às singularidades das crianças e as diferentes realidades encontradas no contexto infantil das mesmas.

**Palavras-Chave:** Avaliação da aprendizagem. Educação infantil. Portfólios.

---

### **BARBEARIA GOURMET E SUA EXPANSÃO NO MERCADO**

Matheus Ferreira Vinholo, Gabriel Francisco de Lima, Wilson José dos Santos Candido Júnior, Fernanda Yamauchi, Manoel Augusto de Freitas Alves

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua João Zanni, 137. Pompeia - SP. mvinholo@hotmail.com, matheus.vinholo@grupojacto.com.br

**Resumo:** O número de empreendimentos qualificados como barbearias gourmets, vêm crescendo ao longo do tempo, devido a maior preocupação dos homens com sua beleza e seu bem-estar. Assim o setor de beleza, mesmo com as dificuldades econômicas, tem apresentado um crescimento três vezes maior, se comparado ao PIB nacional. Deste modo, passa-se a pensar no problema de como inserir e manter uma barbearia no mercado da cidade de Tupã, pois certas barbearias enfrentam, após pouco tempo, a decisão de fecharem as portas de seu empreendimento. Visando identificar os problemas enfrentados pelos empreendedores, foram realizadas pesquisas de campo, com base na metodologia exploratória, utilizando entrevistas. Na cidade de Tupã/SP, existem cerca de vinte barbearias gourmets, que atuam dentro das formalidades, foram selecionadas cinco destas barbearias para a realização da pesquisa, sendo estas, as mais influentes na cidade, todos possuindo cerca de cinco anos atuando neste ramo de mercado. Assim extraindo informações relativas ao empreendimento quanto aos clientes. Por meio das entrevistas, pode-se verificar que para se iniciar o negócio, a falta de capital, bem como a concorrência, influencia nesta nova jornada. Para se manterem no mercado, é necessário oferecer serviços de alta qualidade, assim garantindo o retorno do cliente, tendo como diferencial oferecido o conforto para com o mesmo, garantindo um ambiente climatizado, entretenimento e em alguns casos, o fornecimento de bebidas, enquanto o cliente aguarda seu atendimento. O que define o sucesso na atuação neste nicho de mercado é a junção de vários fatores, sendo estes a divulgação nas mídias sociais, o ponto de empreendimento estratégico, o bom atendimento aos clientes e a qualidade dos serviços prestados.

**Palavras-Chave:** Barbearia Gourmet. Criação de Barbearia Gourmet. Dificuldades de manter uma Barbearia. Estratégia. Marketing.

---

### **BRASIL É DENUNCIADO NO SISTEMA INTERAMERICANO - CASO HERZOG**

Bruna Caroline de Souza Severino

Autor(a) curso de DIREITO - Universidade Santo Amaro, Rua Puerto Suarez. Sao Paulo - SP. vulgobcaroline01@gmail.com, lispesamba65@gmail.com

**Resumo:** No dia 25 de outubro de 1975, a morte do jornalista comunista Vladimir Herzog foi anunciada como suicídio. O que culminou para grandes manifestações sociais, pois a imagem divulgada pela mídia exibia o jornalista pendurado a 1,63m de altura em um cinto, o qual não é parte integrante do uniforme utilizado pelos presos da época. O jornalista foi assassinado após ser privado de sua liberdade, inquirido e executado no DOI-CODI/Exército II por militares em razão de seu vínculo com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Em razão da ausência de informações prestadas, a família Herzog procurou por reivindicações de seus direitos na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Não obstante, o uso da inteligência artificial na coleta de informações e na antropologia forense pode ser determinante para apontar mais detalhes desse evento sombrio, bem como servir de ferramenta para elucidar crimes semelhantes perpetrados na vigência dos chamados anos de chumbo. Objetivos: Analisar e compreender fatos que ocasionaram o caso que abriu portas para mais uma punição contra o Brasil nas organizações internacionais, especialmente a Corte Interamericana de Direitos Humanos, e procurar soluções para o problema apresentado, e ainda buscar ferramentas tecnológicas que contribuam com o objetivo principal, sempre tendo a dignidade da pessoa humana como fio condutor. Metodologia: Para melhores resultados de desenvolvimento, será utilizado métodos bibliográficos em fontes diretas e complexas, considerando informações dispostas pelo Instituto Herzog e pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Resultados: No dia 4 de julho de 2018, Brasil foi condenado pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos por violação de direitos da família do jornalista conhecer a verdade. Mesmo com a Lei da Anistia, o país foi obrigado a reabrir a investigação. Destaca-se também a atuação da medicina legal em ausência da coercividade, contando também com a aplicação da tecnologia para mecanizar esses processos de forma eficaz, o que é relevante no âmbito jurídico; o que foi exposto pela apresentação do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no III Encontro com os Ministros do STJ na Universidade Santo Amaro no dia 12 de setembro de 2019. Conclusões: Diante do tema exposto, pode-se concluir e destacar que há a necessidade da intensificação de segurança dos bens jurídicos tutelados no Brasil, bem como a vida e também a real garantia de direitos fundamentais e combate à violência estatal como forma de garantir a dignidade da pessoa humana.

**Palavras-Chave:** Vladimir Herzog. Corte Interamericana Dos Direitos Humanos. Direitos Fundamentais. Tecnologia.

---

## **BULLYING**

Luis Guilherme Cota Berti, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, R. Lucélia, 494. Tupã - SP. lguilhermeberti@outlook.com

**Resumo:** Este estudo tem o propósito de perscrutar os elementos que propiciem a gênese da prática abusiva, denominada como bullying. Ante o exposto, faz-se oportuno a realização da seguinte conjectura, que a opressão sofrida por um indivíduo aliada a omissão do Estado de Direito, influirá de modo relevante, para os recorrentes homicídios em recintos escolares. Haja

vista é cabível conceituar o fenômeno do bullying como sendo um infortúnio social trajado de um autoritarismo em ambiente escolar, aliado a um sistema de educação precário e de má gestão, devendo, portanto, ser tutelado e fiscalizado pelo Estado de Direito. O bullying ultrapassa as fronteiras escolares, tendo reflexo direto na vítima, colocando a mentalidade sã do receptor em risco, sendo assim, um problema urgente, iminente e atual, rogando a devida proteção e atenção jurisdicional. Tal problemática tem origem antiquíssima, todavia, tornara-se objeto de estudo mui recente, culminando em uma escassez de fontes de pesquisas bibliográficas e acadêmicas. Para o estudo foi utilizada a checagem em ambiente escolares, bem como a análise comportamental e averiguação estrutural da manutenção escolar, e a metodologia tanto quantitativa, sendo esta a que se designa no estudo referente aos dados e estatísticas, quanto a alcunhada qualitativa, destinada a esquadrihar e investigar as opiniões e emoções oriundas de tal escaramuça. Destarte, este imbróglio poder-se-á agravado ante a disparidade social, econômica, transformando-o bullying em um funesto transtorno cultural. Isto posto, em conclusão, saliento que fora sancionada a Lei 13.663/2018, promulgando a cultura da paz, com fito, de harmonizar os estudantes, educadores e operadores do direito, do mesmo modo que, frisar as garantias fundamentais previstas na Constituição Federal, com seu caráter humanitário.

**Palavras-Chave:** Bullying. Violência. Estado. Educação. Direito.

---

## **BULLYING: A PSICOLOGIA INTERVINDO E PROPORCIONANDO UM VOLTAR-SE PARA SI E PARA O GRUPO**

Thalysen Luan de Moraes Fernandes, Luís Santo Schicotti

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Da Liberdade, Bloco 209 Apto 33. Adamantina - SP. thalysen100@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho consiste em um recorte de práticas, no campo da psicologia educacional, onde se pautou em proporcionar práticas de intervenção frente ao bullying e oferecer mediação e esclarecimentos, referentes ao tema, à docentes e discentes, a fim de possibilitar um ambiente sociável. Quanto a formulação grupal na escola, é necessário se pensar o grupo segundo um todo dinâmico. Que apesar de ser um agrupamento de pessoas, não se limita a uma somatória de participantes, o que significa que qualquer mudança que ocorra em um dos integrantes vai interferir no estado do grupo como um todo, tendo como reguladores a coesão, padrões grupais e motivações individuais, objetivos do grupo e liderança. Pensando a questão de formul[ação] do grupo, o bullying é um forte fator de risco para comportamentos (anti)sociais individuais geradores de violência na sociedade, alterando assim a dinâmica grupal no contexto escolar. Relativo a metodologia, compomos a partir de duas dinâmicas, das seis, realizadas com duas salas do ensino médio, de uma escola estadual de Adamantina/SP, que tem como público alvo discentes do ensino fundamental II e médio. A temática das dinâmicas enfatizou um reconhecimento dos outros frente ao sujeito e suas objetivações e vivências de comportamento frente ao grupo. Foi possível observar novos parâmetros e olhares em relação ao outro e ainda questionamentos sobre si. Concluímos que, com o esclarecimento das questões intrapsíquicas e extrapsíquicas, referentes à questões do grupo, observou-se o surgimento de uma possibilidade de estabilidade do convívio deste, demonstrando assim a importância que têm o trabalho lúdico frente a resolução de algumas questões presentes no contexto educacional.

**Palavras-Chave:** Bullying. Psicologia Escolar. Grupos. Dinâmica.

---

## **BUROCRACIA PARA QUE?**

Jorge Guilherme Gasparotto E Silva, Chemel Amadeu Demiski Filho, Matheus Pereira Lima, Rafaela Crescimano Ferreira, Reinaldo De Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Hideshiro Shigumatsu, 72. Lucélia - SP. jorgegasparotto@hotmail.com

**Resumo:** Nas últimas décadas a Administração Pública, tem passado por diferentes fases. A teoria da burocracia teve como expoente Max Weber e começou a fazer parte da administração empresarial e pública mundial em torno da década de 1940. A burocracia surgiu para coibir os excessos do patrimonialismo. Apesar de hoje o termo burocracia ser utilizado como sinônimo de muitos papéis, formulários, normas excessivas e exaustivas, no seu surgimento o objetivo era de melhorar a eficiência das organizações. O objetivo do presente estudo é apresentar o modelo de gestão burocrática, os seus aspectos, as suas vantagens e desvantagens. A metodologia adotada para elaboração do presente estudo foi baseada em revisões bibliográficas, com leitura de livros, ebooks, sites especializados, entre outras publicações. Todo este aparato burocrático surgiu com o intuito de aumentar a eficiência organizacional (diferente do que comumente se pensa, a ideia de eficiência foi introduzida na burocracia). O controle na burocracia era priorizado e focado nos procedimentos. Ou seja, sob esta ótica, se uma instituição está seguindo as normas estabelecidas, então a eficiência está garantida. A Administração Pública burocrática, busca romper com o modelo anterior, patrimonialista, pois separa os interesses pessoais do detentor do poder e os instrumentos colocados à disposição do Poder Público para garantir a satisfação do interesse público. Tem como objetivo defender a sociedade contra o poder arbitrário do soberano. Nesse modelo são adotadas uma série de medidas cujo objetivo é a defesa da coisa pública. O modelo burocrático enfatiza aspectos formais, controlando processos de decisão, estabelecendo uma hierarquia funcional rígida, baseada em princípios de profissionalização e formalismo. Os procedimentos formais são feitos por funcionários especializados, com competências fixas, sujeitos ao controle hierárquico. Há a profissionalização do funcionário burocrático, que exerce o cargo técnico em razão de sua competência, comprovada por processo de seleção. Afasta-se o nepotismo e as relações de apadrinhamento. Atualmente, quando falamos da lentidão presente em alguns procedimentos observados tanto na administração pública quanto privada, nos referimos às disfunções geradas pelo modelo burocrático, não aos seus propósitos iniciais. Alguns exemplos de disfunções burocráticas são: o excesso de formalismo; perda da noção básica de servir a sociedade; o controle transforma-se na razão de ser do estado; ineficiência e auto-referência; clientelismo e fisiologismo. Como o modelo burocrático possui foco nos procedimentos, a missão básica de servir a sociedade acabou sendo perdida. Com o aparecimento das disfunções da burocracia, houve a necessidade de um novo modelo para ser utilizado na Administração Pública. Dessa forma, o gerencialismo emergiu com o foco do controle voltado para os resultados. A Administração Pública no Brasil, em linhas gerais, passou no decorrer dos anos de uma ótica patrimonialista para uma burocracia e, após diversas disfunções burocráticas, para o gerencialismo. A intenção da burocracia era melhorar a eficiência e combater o patrimonialismo,

separando o que é público daquilo que é privado. No entanto, como a burocracia possui seu foco no cumprimento de normas e procedimentos, com o passar do tempo houve a necessidade de uma nova forma de administrar a coisa pública.

**Palavras-Chave:** Burocracia. Administração Pública. Eficiência. Gestão. Processos.

---

## **CHINA EM TRANSFORMAÇÃO: TRANSIÇÃO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO-ECONÔMICAS E TRABALHISTAS**

Ida Márcia Moreira De Oliveira, Luciana Renata Rondina Stefanoni

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO RIO DE SANTA FÁZ DO SUL, Rua 03, 2510. Santa Fe Do Sul - SP. [passarella\\_boutique@hotmail.com](mailto:passarella_boutique@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo apresenta como objetivo central, examinar as estratégias de desenvolvimento e crescimento que foram usadas pelo governo chinês, tendo em foco as transformações na sua legislação trabalhista e revelar como elas vêm transformando a vida do trabalhador chinês, principalmente das mulheres, antes, totalmente sem voz ativa. Buscando primeiro, contar um pouco da história do único país do mundo, que mesmo tendo sofrido por séculos a selvageria dos japoneses, ingleses, mongóis e franceses, conseguiu manter as suas fronteiras intocáveis, sem alterações de formato ou tamanho, passando pelos fundamentos dos seus pilares religiosos e chegando ao governo reformista de Deng Xiaoping em 1978, que assumiu o governo após a morte de Mao Tse-Tung em 1976, de onde promoveu uma verdadeira reforma ao aumentar a participação na política internacional e promover a grande abertura econômica do mercado chinês, o que possibilitou a terceirização de empresas estrangeiras em chão de fábrica chinês. Compõe esse artigo, um estudo sobre o arcabouço jurídico e suas regulações trabalhistas, entre 1994 e 2008 do qual estão apontando os atuais rumos das condições de trabalho na China e das organizações de seus trabalhadores. É um tema muito controverso e que está redefinindo e desencadeando uma reconfiguração mundial na ordem das relações trabalhistas mundiais, apesar das artimanhas de algumas multinacionais que lutam para manter a mão de obra barata, com ameaças de se mudarem do país. Em termos de Leis Trabalhistas, as das China ganham de muitos países, inclusive dos EUA e do Brasil, com direitos e garantias em todas as áreas da vida do trabalhador. No campo trabalhista, porém, nos passam como utopia e não como realidade. O que nos deixa dúvidas se são verdadeiras as mudanças, ou mero pessimismo da mídia internacional, que ainda se baseiam em fatos antigos. Para a realização desse trabalho, foi usado o método indutivo, pautando as pesquisas em sites especializados sobre o tema. Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento político-econômico da China é real e concreto, pois ela se tornou a número dois do mundo. Quanto às discussões e debates sobre os direitos trabalhistas, estes estão apenas começando. Com certeza, é uma das leis trabalhistas mais completas e perfeitas do mundo, porém, sua aplicabilidade é uma incógnita.

**Palavras-Chave:** China. Legislação Trabalhista. Organização dos trabalhadores. País comunista. Desenvolvimento político e econômico.

---

## **CLÁUSULAS ABUSIVAS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE PLANOS DE SAÚDE**

Larissa Ferreira da Silva, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Paraná, 1017. Parapuã - SP. larissa.0708@hotmail.com, par.pua@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho se debruça sobre as cláusulas abusivas nos contratos que envolvem planos de saúde. Pretende-se com o mesmo discutir e apresentar as diversas maneiras de se esquivar-se deste tipo de situação, que afeta os consumidores. Partindo do pressuposto de que há aumento considerável de contratos abusivos em especial aos voltados aos planos de saúde, o estudo visa propiciar maior conhecimento aos consumidores sobre o que é uma cláusula abusiva, de que forma esta presente em um contrato e, principalmente, quais as possibilidades legais de evitá-la. Sabendo que cláusulas abusivas em contratos colocam o consumidor em desvantagem, destaca-se que há mecanismos de proteção como a lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que controla as abusividades das cláusulas, assim o Código de Defesa do Consumidor vem para proteger os direitos dos consumidores nas relações de consumo. A relevância da proposta dessa pesquisa se dá em razão de se tratar de direito fundamental, direito à saúde, garantido constitucionalmente pela Constituição Federal de 1988. De forma que, o consumidor ao defrontar-se com uma cláusula abusiva poderá se recorrer da tutela jurisdicional, no qual o poder judiciário vai atuar para a resolução do conflito aplicando os diversos mecanismos existentes. Portanto, a vista de tal importância, o presente trabalho objetiva elucidar os diversos aspectos que afetam a sociedade consumerista, e trazer os diversos mecanismos para a resolução da problemática que vem aumentando consideravelmente em nossa sociedade, com base em teorias e na legislação jurisprudencial. O método empregado para o desenvolvimento do estudo é a pesquisa bibliográfica, com levantamentos bibliográficos em bases de dados eletrônicas (Minha Biblioteca) e em acervo físico da FADAP-FAP. Por fim, nota-se que as cláusulas abusivas colocam o consumidor em exacerba desvantagem, porém o presente trabalho conclui que há meios para fugir dessas abusividades.

**Palavras-Chave:** Cláusulas abusivas. Planos de saúde. Consumidores. Contratos. Mecanismos.

---

## COLAPSO DO SISTEMA PRISIONAL

Amanda Manzano, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Chavantes 1596. Tupã - SP. amandamanzano100.am@gmail.com

**Resumo:** O tema do Trabalho de Conclusão do Curso será sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro no qual, até os dias atuais, existem diversas polêmicas e discussões acerca do assunto. Tal tema abordado está relacionado com o Direito Penal, sendo o ramo de Direito Público e dedica-se às normas emanadas pelo Poder Legislativo para limitar as delinquências de forma que, tem como consequência as penas e sanções, com intuito de constituir uma sociedade mais equilibrada e organizada. Este trabalho explora as características do Sistema Penitenciário Brasileiro. Expressa a essência do sistema penitenciário, do mesmo modo o progresso da pena. Os resultados característicos do cárcere juntando os problemas fundamentais das instalações

penais, à superlotação, à falta dos direitos humanos e inúmeros outros, que estabelecem obstáculo para uma ressocialização digna ao condenado. As circunstâncias incertas em que é avançada a pena na cadeia, trazendo assim, uma dor e ofensa a Constituição Federal e seu principal direito aos homens, à dignidade da pessoa humana. O colapso dos presídios impossibilita a execução de um recurso reeducativo eficaz diante de falta de um sistema digno onde exista atendimento a todos, de forma grandiosa e humana. As situações do sistema prisional e sua impotência diante das estruturas desumanas que os presidiários vivem hoje são de extrema violência e dor, seja entre os presos, por violência sexual, por exemplo, ou por doenças graves que proliferem, mas também do tratamento entre a instituição. E como os presídios viraram um depósito humano. Por fim, exploraremos algumas propostas para o melhoramento dessa ressocialização do condenado.

**Palavras-Chave:** Sistema. Violência. Colapso. Pena. Dignidade.

---

## **COMÉRCIO ELETRÔNICO E A DEFESA DO CONSUMIDOR NO DIREITO BRASILEIRO**

Luany Helena Roso Jafrone, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Travessa Bebedouro 91. Tupã - SP.  
luany.jafrone@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem por tema analisar as questões de relação jurídica nas compras realizadas no comércio eletrônico e a defesa do consumidor no direito brasileiro. O comércio eletrônico, que tem por seu intermédio a internet, vem em seu âmbito crescendo gradativamente dia após dia. Porém essas compras realizadas online, muitas vezes acabam se tornando dificultosas entre comprador e vendedor, pois traz consigo inúmeros questionamentos a respeito dessa relação de consumo virtual, sobre seu respaldo legal (quanto o consumidor estará protegido), os mecanismos pelos quais a relação jurídica se efetiva e a existência de lacunas inerentes ao direito do consumidor. Destaca-se que a relação jurídica mesmo virtual é relação de consumo, portanto o ambiente virtual é apenas um meio de materialização de uma relação jurídica real, sendo também regulamentada pelo código de defesa do consumidor. Desse modo, a partir deste entendimento o presente projeto tem como objetivo dissertar sobre os fundamentos jurídicos que permitem a aplicabilidade da legislação brasileira e do código de defesa do consumidor nas compras realizadas nos e-commerce, sobre o contrato eletrônico, os direitos do consumidor, a responsabilidade do provedor de acesso à internet e proteção de dados do consumidor, bem como, sobre a oferta e publicidade dos produtos online, da garantia legal, do direito de arrependimento, do descumprimento de prazos, preceitos norteadores da boa-fé objetiva, dentre outros. A metodologia da presente pesquisa foi desenvolvida por meio de leituras de artigos periódicos, quais as bases de dados foram Capes, Scielo, pesquisas bibliográficas, e estudo da Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC) e dos artigos do código citado. Essa pesquisa tem como porto de partida o princípio de que toda e qualquer prática de consumo deve ser realizada de acordo com as regras e leis vigentes, com o intuito de deixar o consumidor menos vulnerável.

**Palavras-Chave:** E-commerce. Direito do consumidor. Relação de consumo. Relação jurídica. Código de defesa do consumidor.

#### **COMPARATIVO ENTRE ALUNOS DO 1º E 5º ANO DO CURSO DE DIREITO DA UNIFUNEC ACERCA DOS DIREITOS ELENCADOS NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**

Marcelo Júnior Da Silva, Regina Maria De Souza

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua Goiás, 700. Marinópolis - SP.  
marceelo\_silva@hotmail.com, marcelojds@outlook.com.br

**Resumo:** O trabalho tem por proposta a análise do grau de conhecimento de alunos do 1ºano do curso de Direito em face dos conhecimentos dos alunos do 5º anodo mesmo curso e faculdade acerca dos direitos humanos e fundamentais, descrevendo sua natureza ora no plano internacional, ora no plano nacional, como comparativo para avaliar a evolução temporal dos aspectos relacionados aos referidos direitos enquanto evolução transversal na grade de ensino. Aplicada em 161 discentes, a Pesquisa de Opinião gerou a discussão no sentido de salvaguardar e tutelar direitos para a manutenção da paz social e da promoção da justiça, calcada na evolução social, subsistência, desenvolvimento e proteção do ser. O artigo reverberará, ainda, o caráter primaz da Organização das Nações Unidas (ONU) no processo de consolidação, estabelecimento e efetivação de tais direitos na esfera da comunidade internacional e a sedimentação do papel da referida organização no campo da instituição e tutela de direitos humanos, materializada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que é, hoje, base da luta universal contra a opressão, a discriminação de qualquer natureza e a desigualdade. A metodologia utilizada é a quantitativa, uma vez que o objeto pesquisado se utiliza de instrumental estatístico e de dados numéricos, e o método utilizado é o dedutivo, pressupondo a razão levantada nos dados para estabelecer os conhecimentos por eles emanados. Conclui-se com o presente trabalho que a ampliação do escopo de mecanismos e posições que delimitam a própria concepção de direitos humanos e fundamentais, devem ser ampliadas, haja vista a maneira como discentes do curso de direito externam tais concepções.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas. Pesquisa de opinião.

---

#### **COMPORTAMENTOS AUTODESTRUTIVOS EM ADOLESCENTES: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR**

Maria Clara Romão Moreira Bachi, Ana Laura dos Santos, Andrea Fernandes De Araújo Gasques

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Juvenal De Santis, 25. Adamantina - SP.  
mariabachi\_@hotmail.com, mariabachi1006@gmail.com

**Resumo:** Esta pesquisa discute acerca dos comportamentos autolesivos em adolescentes dentro do ambiente escolar bem como a atuação do Psicólogo frente à essas práticas e o desenvolvimento de possíveis medidas de intervenção. A adolescência

é um período do desenvolvimento que representa uma transição entre a infância e a fase adulta, em razão disso é uma fase de muitas alterações, tanto físicas quanto mentais e a busca pela construção de sua própria identidade. Levando em consideração o novo formato da pós-modernidade que é caracterizada por sujeitos desesperançosos, com sentimento de vazio, desamparo e perda de identidade, podemos considerar que essa nova configuração esteja contribuindo para o aumento dos comportamentos desviantes e patológicos, como a automutilação (Fensterseifer & Werlang, 2006). Devemos considerar que este jovem passa a maior parte da vida dentro da escola, a qual terá um importante papel na formação desses sujeitos, visto que a mesma não é só detentora do saber mas também prepara o indivíduo para viver em coletividade e na construção da sua identidade tanto socialmente, quanto subjetivamente. Para compor nosso trabalho pesquisamos artigos com as palavras-chave: adolescentes, comportamentos autolesivos ou suicídio e Psicologia, foram encontrados em bases de dados indexados como Scielo e Pepsic, no período de fevereiro a junho de 2019, 20 artigos dos quais utilizamos 08, além disso, para complementar nossa pesquisa foram utilizados 2 artigos com a palavra-chave: sublimação, o trabalho também foi baseado em 05 livros da literatura, que tratavam do mesmo assunto e do papel da Psicologia Escolar frente ao mesmo. Sendo assim, a nossa pesquisa é de caráter bibliográfica, de abordagem exploratória e qualitativa buscando, através dessas referências, atingir o objetivo proposto. O trabalho está em andamento, portanto os resultados são parciais. De antemão, observamos a escassez de produção científica no assunto, a não legalização da prática da psicologia no espaço Escolar, no entanto, uma conquista recente na Lei nº13.819/19 que diz da notificação dos casos, que embora remete a um aspecto informativo| quantitativo podem atentar para a gravidade do problema e consequentemente, chamar atenção das autoridades responsáveis o sentido de se propor políticas públicas frente a essa problemática.

**Palavras-Chave:** Adolescentes. Comportamentos autolesivos. Psicologia. Sublimação.

---

## COMPREENDENDO AS TÉCNICAS INTERVENTIVAS EM PSICOLOGIA PELA ÓTICA DA FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL

Leticia Ribechi Cardoso, Thalia Souza Nogueira, Vanessa Araújo ee Oliveira, Maria ee Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Manoel Bandeira,127. Adamantina - SP. leticia\_ribechi@hotmail.com, leticiapromais@hotmail.com

**Resumo:** Este resumo é parte dos estudos realizados durante as atividades de estágio clínico supervisionado na área da Psicologia, que se propõe a fazer intervenções na perspectiva fenomenológico-existencial, que teve como finalidade ampliar e aprofundar os conhecimentos e desenvolver novas habilidades e competências para a prática profissional. O estágio em psicologia clínica parte do pressuposto do acolhimento às demandas, promovendo a assistência terapêutica em consonância com as normas éticas e a competência no manejo da teoria e técnica da abordagem psicológica. As bases da filosofia existencial iniciam a partir da preocupação em compreender e explicar a existência humana, tendo como principais contribuições: Kierkegaard, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre e o método fenomenológico de Husserl. Assim, as psicoterapias de base fenomenológico-existenciais buscam entender o homem através da “verdade é existência e nela a existência precede a essência”, através da concepção que trazem, no cerne de sua filosofia, a ideia de um homem construtor de sua história dentro de suas possibilidades e nunca determinado a priori. Deste modo, o homem forma vaçpres e de sua filosofia o destino decorre

como consequência de escolhas na construção de si mesmo. Destaca-se pelos conceitos de exista ideia de um homem constituindo como uma orientação voltada para a pessoa enquanto totalidade concreta. No processo, será necessário ouvir atentamente a descrição de existência, a ideia de um cliente traz (abstenção de si), compreendendo a essência do problema e ampliar o enquadre, para que seja possível identificar os mecanismos mantenedores do problema (entrando na autoimagem). E as principais técnicas interventivas são: refletora de vivências emocional, refletora de comportamento não-verbal; refletora de conteúdo verbal; resposta de continuidade; inquisitiva; informativa; analogias; confronto de contradições expostas pelo paciente e por fim a colocação de limites. Nesta perspectiva, segundo Erthal (1994), conduzindo para um comportamento ciente de que uma pessoa sabe que possui ferramentas e equipamentos para lidar com os problemas e consciência em que possa.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Psicoterapia. Fenomenologia. Filosofia existencial. Técnicas interventivas.

---

## **CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO**

Thalita de Oliveira, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, João Rangel 170. Tupã - SP. thalita2757@gmail.com, thalita\_oliveiragirl@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo é demonstrar os pontos relevantes do tema abordado, ou seja, sua importância na resolução de problemas de cidadania e seu auxílio ao sistema judiciário. Vale ressaltar, que o tema apresentado passou por diversas mudanças até chegar ao nível de aceitação que hoje se encontra, tratando-se de uma ferramenta de extrema importância para a sociedade, mas que não era vista desta forma, sendo assim, este resumo irá apresentar tais fatos. No que tange a conciliação e mediação, pode-se afirmar que ambas tem a mesma função, porém são exercidas de modo diferente, mas são ferramentas necessárias ao âmbito jurídico, pois através delas é possível condicionar a demanda de processos no judiciário, tendo em vista, sua eficácia. A problemática central deste tema é o fato de que as pessoas veem essas ferramentas de uma forma prejudicial, pelo simples motivo de que se elas compuserem um acordo, não será necessário efetuar todos os trâmites processuais, ou seja, ali mesmo se encerra o litígio. Portanto, aos poucos esse pensamento foi sendo moldado, às pessoas passaram a aceitar e ver prática como algo benéfico, dando à conciliação e mediação uma visão mais ampla. Deste modo, a implementação deste recurso está sendo cada vez mais comum. O presente trabalho foi desenvolvido por meio de sites de referência para o tema. Pelas informações obtidas, houve vários debates com relação ao tema, até chegar ao modo satisfativo que hoje se encontra. Pode-se concluir ainda, que o conteúdo apresentado tem um papel de suma importância para a sociedade, o que fica evidenciado durante a leitura.

**Palavras-Chave:** Judiciário. Litígio. Sociedade. Leitura. Benéfico.

---

## **CONCORRÊNCIA DESLEAL POR MEIO DA PUBLICIDADE - CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS**

Aline de Moraes Pereira, Alceu Teixeira Rocha

Autor(a) curso de ADMINISTRACAO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, R. Luis Cecotti Neto,101. Adamantina - SP. ALINEMORAES.AMP@GMAIL.COM, ALINENIPOCRED@GMAIL.COM

**Resumo:** Concorrência desleal é: ato nocivo, contrário aos bons costumes e à lei, que seja executado com má-fé, numa situação de concorrência entre empresas (Loreto,2017). A concorrência tem crescido a cada ano, o mercado tem se expandido e várias novas empresas são abertas no Brasil, mas a questão é quem vai ganhar o mercado? Quem ficará com uma parcela considerável dele? A realidade que vivemos hoje é bem diferente de anos atrás, onde apenas poucas empresas conseguiam ser abertas no Brasil. Hoje a realidade é bem diferente, desde pequenos comércios em bairros até as grandes multinacionais vemos em todo canto do país, com esse surgimento, veio a necessidade de ganhar o público a qualquer custo, para ser visto e lembrado, surge então a publicidade, não que a mesma seja ruim, mas o seu mal uso , tem trazido várias consequências para o mercado. Em meio á tantas dúvidas e ganância por ganhar essa maior parcela do mercado, as empresas acabam por praticar a concorrência desleal através da publicidade. Segundo o site do SEBRAE, “A publicidade além de transmitir ideias, tem o propósito de influenciar e modificar atitudes e comportamentos de um determinado público consumidor”. O objetivo do presente trabalho consiste em abordar o tema concorrência desleal por meio da publicidade, bem como suas características e consequências, mostrar de maneira clara e objetiva o que é a publicidade e como se faz o seu uso. Para a execução do estudo foram utilizados os seguintes métodos: pesquisas bibliográficas, estudo de caso e pesquisas via web.

**Palavras-Chave:** Concorrência. Desleal. Publicidade. Empresa. Mercado.

---

## CONCURSO DE PESSOAS EM CRIMES CULPOSOS

Fernanda Brito De Carvalho, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Manoel Lucas Correa, 921. Tupá - SP. ferbrcarvalho\_13@hotmail.com

**Resumo:** A pesquisa tem por objeto de estudo o Concurso de Pessoas em Crimes Culposos que está amparado pelo Código Penal brasileiro especificamente na Parte geral. Tem por objetivo geral e específico, compreender quais os requisitos necessários, as teorias mais utilizadas e as modalidades existentes. Os métodos aplicados para a realização deste estudo estão subordinados aos procedimentos metodológicos de natureza qualitativos e técnicas de pesquisa bibliográficas, leitura de Doutrinas e artigos de Jurisprudência que mais se identifiquem com a proposta. Logo, na tentativa de se obter uma possível compreensão será abordado num primeiro momento o conceito de Concurso de Pessoas, apresentando os requisitos e conceituando-os, teorias existentes e a utilizada pelo ordenamento jurídico brasileiro, autoria e modalidades existentes. Em seguida será abordado os Crimes Culposos, Conceitos trazidos pelo Código de Penal, elementos essenciais para que se configure o crime e suas modalidades. Por fim, a junção entre o Concurso de Pessoas em Crimes Culposos, coautoria e participação culposa. Não menos importante, as considerações finais acerca do tema. Busca-se com a pesquisa mostrar aos estudantes,

operadores do Direito e a sociedade em geral, que o concurso de pessoas é definido pela participação ciente e voluntária de duas ou mais pessoas na mesma infração ou contravenção penal, tendo por requisitos a pluralidade de condutas, relevância causal de cada uma das ações, liame subjetivo entre os agentes e identidade de fato. A conduta dos coautores ou partícipes devem ser consideradas relevantes, pois sem ela não teria ocorrido a infração ou contravenção da maneira como ocorreu. Cada pessoa deve contribuir de alguma maneira para que o resultado naturalístico. Nos crimes dolosos, existe a vontade para que o crime se concretize. Assumindo conscientemente a possibilidade de que o fato ocorra, temos o entendimento pacificado entre a doutrina e jurisprudência de que é cabível o concurso de agentes. Já nos crimes culposos, o agente age com negligência, imprudência ou imperícia, violando o dever objetivo de cuidado a todos firmado, produzindo um resultado que não era desejado. Alguns requisitos são essências para tal modalidade do crime, dentre eles: pluralidade de agentes culpáveis, relevância causal das condutas para a produção do resultado, liame subjetivo entre os agentes, unidade de infração penal para todos os agentes e existência de fato punível. Acerca do tema existem algumas teorias que foram desenvolvidas pela Doutrina afim de caracterizar o concurso de agentes, com relação à autoria e participação. Dentre elas temos: Pluralística, Dualística e Monística. A teoria aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro é a Teoria Monística. Conclui-se portanto que todas as pessoas envolvidas no fato criminoso respondem pelo mesmo. A doutrina e jurisprudência nacional admite coautoria em crimes culposos, porém existem relatos de recusa quanto a participação. Isso se dá pela falta de fundamento teórico acerca dos crimes com ocorrência de concurso de pessoas na modalidade culposa.

**Palavras-Chave:** Co-autoria. Co-delinquência. Participação. Concurso de Agentes. Crimes culposos.

---

## CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NOS CASOS DE CODEPENDENCIA FAMILIAR

Jenner Spirandeli, Fulvia de Souza Veronez

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Chácara São José. Adamantina - SP.  
spirandelj@gmail.com, jspirandeli@outlook.com

**Resumo:** A codependência é um fenômeno que tem se observado cada vez mais frequente em pessoas vulneráveis, onde homens e mulheres passam a ser codependentes de outras pessoas, ou seja, uma dependência mútua onde um deles passa a conduzir o comportamento de outro, controlando-a em diversos aspectos e sendo reforçado a manter essa atitude pelo dependente que procura em tudo atender suas necessidades, anulando-se em sua individualidade. O dependente se sente suprido em suas necessidades emocionais, e menos responsável pelas próprias atitudes, o que colabora para reforçar seu comportamento. A codependência foi uma expressão que originalmente utilizada para relatar a relação entre o drogadicto e seus pares. Atualmente o termo adquire novo contexto e passa a definir de forma mais geral a relação entre indivíduos do mesmo grupo familiar para os quais se estabelece uma relação de dependência emocional, para a qual transfere toda a expectativa sobre diversos aspectos de sua vida. O codependente não se sente mais capaz de sentir-se bem ou feliz sem a aprovação do outro, possuindo necessidade de ser cuidado, o que leva a comportamentos de submissão, necessidade de aprovação, inclusive preocupações irreais de consequências de não atender às expectativas que lhe depositam. O presente trabalho tem objetivo de apresentar as formas de intervenção psicoterapêutica à luz da Psicoterapia cognitiva e

Comportamental para casos de codependência emocional. O método utilizado foi uma revisão bibliográfica em bases de dados científicas de acesso público, publicados entre 2000 a 2019, buscando-se o termo codependência familiar, psicoterapia e cognitiva-comportamental. Utilizou-se apenas resultados em língua portuguesa. Os resultados parciais apontam que quando acontece no grupo familiar, todos são afetados e retroalimentados. A abordagem busca identificar sinais de codependência e analisar funcionalmente as consequências dos comportamentos produzidos. A aplicação de técnicas de fortalecimento da autoconfiança e ampliação de repertório tem trazido resultados satisfatórios.

**Palavras-Chave:** Codependência. Tcc. Família. Psicoterapia.

---

### **CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL**

Jhenifer Fernanda Gusmão Valentin, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Joao Capioto, 247a. Tupã - SP. jheny35@gmail.com, DIEGODLVM@HOTMAIL.COM

**Resumo:** O trabalho tem por seu objeto analisar, elucidar, esclarecer e compreender o aumento dos crimes contra a dignidade sexual contra crianças e adolescentes que ocorre no Brasil. Esse trabalho busca expor os aspectos dessa problemática, entender a legislação vigente e avaliar se é o suficiente para inibir os agressores da constante violência e captar a razão pela qual a maioria esmagadora das vítimas são as crianças e adolescentes. A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa e será realizada por meio de pesquisas bibliográficas, estudos de documentos e doutrinas, que proporcionará ao decorrer da pesquisa depreender o porquê que crianças e adolescentes são as mais violentadas no aspecto sexual. Possivelmente, isso se dá por serem extremamente vulneráveis, frente aos adultos, ainda mais quando o adulto tem autoridade sobre elas, e consegue as controlar de certa forma, como pais, padrastos, avós e tios a incidência de estupro com esse tipo de agressores são muito maiores. Durante o trabalho pode-se perceber também que um dos fatores para o crescimento desses tipos de crimes é a impunidade, por mais haja leis regulando essa conduta, não há punição, o Estado não tem condições, verbas para punir todos aqueles que infringirem as normas. Essa é uma questão que definitivamente deve ser mudada, pois não resolve a problemática fazer leis e mais leis sem que haja a devida punibilidade, somente dessa forma o Estado irá conseguir inibir os aliciadores e proporcionar a devida segurança e tutela tanto para as crianças como para sociedade em geral.

**Palavras-Chave:** Sexual. Crianças. Adolescentes. Punibilidade. Agressores.

---

### **CRIMINAL COMPLIANCE COMO FORMA DE PREVENÇÃO AO CRIME DE INSIDER TRADING**

Letícia Aguiar Almeida Yamanari, Regina Maria de Souza

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÊ DO SUL, Rua Marfim 47. Santa Fé Do Sul - SP. aicitel2@hotmail.com

**Resumo:** Existem vários mecanismos de prevenção ao crime de insider trading, dentre elas podemos citar o Chinese Wall, o Formulário de Referência, que são enviados à Comissão de Valores Mobiliários obrigatoriamente, e, os programas de conformidade, também chamados compliance. O termo compliance vem ganhando cada vez mais espaço no direito brasileiro, fala-se até em Direito de Compliance, tem como fundamento a legalidade e a ética e teve sua ascensão no Brasil com a lei anticorrupção. Inúmeros são os dispositivos legais que trazem a autorregulação como um aliado da Governança Corporativa. No mercado de valores mobiliários como também em outros ramos empresariais, as empresas que possuem programas de conformidade efetivos, garantem maior credibilidade e benefícios frente as que não a possuem, principalmente no âmbito penal, o criminal compliance, visto o aumento e a complexidade dos crimes econômicos, servindo até mesmo como parâmetro na etapa de dosimetria das penas. A proposta do presente artigo é analisar como os programas de integridade, mais precisamente o criminal compliance podem ser utilizados para prevenir o crime de insider trading, um dos crimes que mais abalam a credibilidade do mercado financeiro, tanto no Brasil quanto no mundo, mas, antes, faz-se necessário analisar a modificação trazida pela Lei 13.506/17, que ampliou o sujeito ativo do crime, responsabilizando penalmente tanto o insider primário quanto o insider secundário, ou seja, o sujeito ativo do tipo penal, não mais está relacionado somente com quem tem o dever de guardar sigilo como também com qualquer pessoa que use de uma informação privilegiada para obtenção de lucros para si ou para outrem. Para garantir a efetividade dos programas de conformidade, é necessário que exista uma mudança da cultura organizacional da instituição e daqueles que com ela contratam. É de fundamental importância o estudo mais aprofundado por meio da criminologia econômica para que se garanta a efetividade na aplicação dos programas de compliance, conhecendo as causas das infrações e obtendo o controle do comportamento socialmente danoso. Necessário também se faz a capacitação dos profissionais atuantes na esfera criminal, como dito anteriormente, o direito penal da atualidade e de um futuro bem próximo, não estará mais condicionado somente à defesa do agente que cometeu um crime, a sociedade evoluiu celeremente, e acompanhará esta evolução o profissional que apresentar preparo suficiente para que se evite o cometimento de ilícitos por seus clientes. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura.

**Palavras-Chave:** Insider Trading. Criminal Compliance. Direito Penal Econômico. Compliance.

---

#### **CRIPTOMOEDAS: (RE)CATEGORIZAÇÃO COMO OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS**

Anthony Speretta Clé, Ana Beatriz de Souza Corrêa, Ana Julia Pereira, Beatriz Evangelista Justino, Janine Santiago Romano, Jose Eduardo Lima Lourencini

Autor(a) curso de DIREITO - Centro Universitário de Adamantina, Rua Meyer , 414. Pacaembu - SP. anthonyscle@hotmail.com, comprando\_mercadorias@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho aborda a relação entre as obrigações pecuniárias e as criptomoedas, que consistem em um conjunto de códigos de programação, reunidos e registrados em um banco de dados global e não centralizado, geradas, portanto, através de computadores. Tais moedas possuem valor monetário, mas não são materializadas em cédulas, o que impossibilita o controle estatal. Segundo Fobe (2016, p. 53), a principal questão que permeia as criptomoedas é a sua total independência de uma autoridade central, dispensando a existência de um banco estatal ou qualquer outro ente organizador que promova a

emissão e o controle de seu valor. As criptomoedas são arquivadas através de Exchanges, espécie de corretoras onde todas as ações são criptografadas em códigos únicos pela tecnologia Blockchain, cuja moeda mais conhecida é o bitcoin. O Bitcoin-moeda é, hoje, a mais famosa dentre as criptomoedas. Muito da sua relevância se deve ao fato de que ela constitui o primeiro meio de pagamento completamente virtual e descentralizado. (Fobe, 2016, p.59). Visto se tratar de uma moeda virtual, é utilizada em transações via internet e vem ganhando cada vez mais popularidade, já sendo uma realidade em países como os Emirados Árabes Unidos, Estônia e Singapura e empresas multinacionais, tais como: Dell e SoundCloud. Embora se trate de um tema da mais alta relevância no mundo jurídico, as criptomoedas ainda carecem de regulamentação em nossa legislação e a partir deste aspecto, analisando seus conceitos de forma analógica com aqueles presentes no Código Civil, especialmente os definidos nas chamadas “Obrigações Pecuniárias” que por sua vez como conceitua o código como a obrigação de solver as dívidas, obrigações de pagamento, será realizada uma análise dos efeitos atuais das criptomoedas e sua aplicação no cenário atual assim como as disposições do código civil de 2002 sobre o referente tema. A pesquisa presente será de caráter documental, no âmbito de uma revisão bibliográfica, analisando seus conceitos, requisitos gerais e específicos, para que se consiga chegar a uma forma de abarcar também as chamadas criptomoedas. Com a finalidade de conseguir criar um pareamento entre as novas moedas digitais e a nossa legislação vigente, podendo ser definido onde se encontram as maiores lacunas, assim como também compreender até onde a nossa legislação consegue regulamenta-las.

**Palavras-Chave:** Obrigações Pecuniárias. Criptomoedas. Bitcoin. Código Civil. Internet.

---

## **DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE: DAS RESPOSTAS CABÍVEIS ANTE A INÉRCIA DO RÉU**

Luiz Guilherme De Freitas, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de Direito da Alta Paulista, Chácara Bela Vista. Lucélia - SP.  
luizguilherme\_freitas@outlook.com, guiluz39@gmail.com

**Resumo:** Na atual conjuntura processualista civil, o recém-promulgado diploma abrange em vasta disposição a possibilidade de concessão da tutela de urgência ante o preenchimento dos requisitos legais, de modo que o pedido pode ser dar em caráter incidental ou antecedente. Neste último, em sendo concedida e não impugnada pela parte contrária, bem como inexistindo emenda à inicial sumarizada, a tutela tende a estabilizar-se no tempo, que continuará a produzir os seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada. Pelo cenário exposto, advieram inúmeras situações práticas não dispostas pelo texto legal, as quais fomentam vultosa inquietação aos operadores do Direito, vez que, ao passo quando se deparam novas problemáticas, se veem diante de inúmeras possibilidades a serem seguidas sem que alguma delas apresente uma saída que se sobressaia às demais sob a ótica positivista, ou seja, com base na disposição do Novo Código de Processo Civil. O objetivo desse trabalho foi estudar as possibilidades prático-processuais cabíveis ante a ocorrência da estabilização da tutela de urgência requerida em caráter antecedente, a fim de determinar a peça prática que deva ser elaborada pelo profissional. A metodologia utilizada fundou-se na exploração em artigos publicados em periódicos disponíveis em base de dados CAPES e Scielo. A primeira roga pela inercia do autor, que assim deveria se comportar visando extinção do processo sem julgamento de mérito, vez que seu

pedido já fora atendido pelo Judiciário. Já a segunda, defende a elaboração de petição técnica endereçada ao juiz competente, na qual haveriam duas possibilidades, a de emendar a inicial, requerendo o julgamento de mérito do processo ou, também, de o autor requerer a extinção do procedimento sem julgamento de mérito. No mesmo sentido é o entendimento das Cortes Judiciais, que corroboram a extinção do processo sem julgamento de mérito ante a inércia do autor ou, havendo manifestação escrita, que o procedimento siga seu trâmite regular a fim de uma sentença definitiva. Por todo exposto, o resultado obtido pela pesquisa foi no sentido de que o desfecho processual é delimitado pela atitude do autor, ou seja, caso mantenha-se inerte ante o deferimento da tutela o processo será extinto sem julgamento de mérito ou, caso ative-se em peticionar no processo, que escolha entre o regular trâmite processual a fim de uma sentença resolutiva ou a extinção sem julgamento do mérito, encerrando-se por ali a presente lide.

**Palavras-Chave:** Tutela Antecipada. Direito Processual Civil. Estabilização. Resposta Do Autor. Novo Código De Processo Civil.

---

#### **DA LEI FEDERAL Nº 9.434/97 E SEUS ASPECTOS GERAIS**

Jamile Fernandes Pereira, Maria Cristina Dias

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Luiz Rigato, 51. Adamantina - SP. jamilefernandes@gmail.com, jamilefernandes@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho se refere a Lei Federal nº 9.434/97, sendo ela responsável por disciplinar e regularizar a remoção de órgãos e tecidos do corpo humano tendo como fins de transplantes e tratamentos. Destarte, a referida lei supriu não só a necessidade de disciplinar os cuidados e a formas dos transplantes, mas também, esta trouxe em seu bojo uma seção penal, onde tipificou penalmente e criou sanções administrativas. Quando o tema tráfico de órgãos é abordado depara-se com diversos problemas relacionados ao assunto, primeiro a falta de informação referente ao procedimento cirúrgico e o pós-operatório. Além do mais, a falta de estrutura dentro de hospitais de pequeno porte é imensa, resultando em desfecho de diversos pacientes, onde acaba que algumas pessoas não podem se tornar doadores de órgãos devido à burocracia e a falta de profissionais e equipamentos necessários. No entanto, o intuito do capítulo V da mencionada lei foi demonstrar que o ordenamento jurídico brasileiro está preparado para promover e garantir a maior segurança para as realizações de transplantes dentro da legalidade, todavia, de forma indireta e inconsciente não perceberam que contribuíram com um suposto cenário de abertura à mercantilização clandestina de órgãos e tecidos para transplantes, uma vez que o mercado de órgãos e tecidos humanos para transplantes se fortalece cada dia mais através de pequenas lacunas legais que se encontra na lei e mais, principalmente com o desespero e a miséria que cerca a população, no qual não tendo outra alternativa a não ser recorrer para a prática ilegal da comercialização de partes do próprio corpo

**Palavras-Chave:** Lei Federal Nº 9.434/97. Transplante. Tráfico. Órgãos. Brasil.

---

#### **DANO MORAL POR DECORRÊNCIA DA COBRANÇA INDEVIDA**

Amanda Sabino Masson, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Terezinha Modesto , 35. Tupã - SP.  
amanda.masson2309@hotmail.com

**Resumo:** Trata a presente pesquisa do dano moral por decorrência da cobrança indevida. O principal intuito do estudo surgiu da necessidade de mostrar todos os danos sofridos pelo lesado. Estes danos são ocasionados por cobrança vexatória, ameaça, práticas abusivas e principalmente o constrangimento. Pretende-se demonstrar todos estes momentos mencionados, e as formas que o lesado se enquadra como consumidor amparado pelo Código de Defesa do Consumidor por conta de seus exercícios regulares do direito que tornam-se prejudicados. Os danos causados ao indivíduo, denominado consumidor é feito através de cobranças indevidas bem como cadastramento de seus dados aos Órgãos de Proteção ao Crédito de forma que prejudique sua honra e imagem. Ocasionalmente que seja impossibilitado de adquirir produtos ou serviços por conta da inadimplência que não existe. Os principais lesados são principalmente os indivíduos acima de sessenta anos, por conta de sua inocência e vulnerabilidade acabam sendo enganados através de contratos ou ligações telefônicas onde autorizam descontos de suas contas bancárias, sem ao menos saber do que realmente se trata. Tendo em vista que não recebem a informação adequada. Informação esta, que é de pleno direito do consumidor e se encontra prevista no artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor. Neste sentido o interesse é em demonstrar todos os prejuízos causados pelos Fornecedores após usarem sua força na relação consumerista diante do consumidor que se encontra em uma situação desfavorecida. Podemos conceituar o dano moral como sentimentos negativos causados contra o consumidor, que se sente inferior e tem sua personalidade e honra atingida. Através de todos esses exemplos é que a lei 8078 que entrou em vigor no dia 11 de Setembro de 1990, é que ampara totalmente o consumidor contra todos os tipos de práticas abusivas.

**Palavras-Chave:** Direito do Consumidor. Dano Moral. Cobrança Indevida.

---

## **DAS DIRETAS JÁ AOS CARAS PINTADAS - AS MANIFESTAÇÕES POPULARES NA REDEMOCRATIZAÇÃO 1978-1992**

Larissa Maria Dos Santos, Bruno Pinto Soares

Autor(a) curso de HISTÓRIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Orlando Pessine, 55. Osvaldo Cruz - SP.  
lari.1598f@gmail.com

**Resumo:** O artigo relata as manifestações populares ocorridas no Brasil a décadas atrás, mostrando o quanto a democracia é importante para uma sociedade, e o quanto esses protestos ocorridos por todo o país influenciaram na redemocratização e no que o Brasil se tornou. Em todo mundo, atos democráticos ficaram marcados na história e no Brasil a população estava desgastada com o regime militar. Em 1984, período onde o país estava passando pelo processo de Abertura Política, houve um grande movimento que tomou conta de todo o país. O movimento "Diretas Já" buscava a conquista do voto direto para Presidente da República, excluindo o colégio eleitoral e dando direito aos cidadãos escolherem seu presidente. O congresso não aprovou, e no ano seguinte o colégio eleitoral escolheria novamente o presidente, porém, as manifestações que

aconteceram no ano anterior, fizeram com que os membros do colégio sentissem o impacto disso até mesmo entre os candidatos. O processo de redemocratização foi lento, e frustrante para os brasileiros, o primeiro presidente civil depois de 21 anos, não toma posse e seu vice até pouco tempo antes era um apoiador do regime militar, uma nova constituição é promulgada em 1988, dando o direito ao voto direto e o primeiro presidente eleito pelo povo, sofre com um impeachment dois anos depois. Foi um período historicamente marcado, pela corrupção e pela instabilidade econômica. A pesquisa descritiva foi feita através de grandes obras que mostram a importância histórica do país e que contam e que mostram os principais fatos que de alguma forma mudaram a sociedade ao longo do tempo. Para isto, a pesquisa foi baseada em livros dos autores: Boris Fausto; Thomas Skidmore; Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Staling, entre outros que elaboram pesquisas relacionadas ao assunto. Entre 1978 até 1992 o Brasil saiu de uma ditadura militar, atingiu o objetivo que as diretas já propuseram, voltou a viver na democracia, elegeu pela primeira vez em 29 anos um presidente da república, e em menos de dois anos depois voltou as ruas em busca de dar um fim aquele governo

**Palavras-Chave:** Democracia. Manifestações. Redemocratização. Ditadura Militar. Impeachment.

---

## **DESAPROPRIAÇÃO**

Thiago Ruiz de Oliveira Amorim, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Bororós, 1412. Tupã - SP. t.r.o.a188@gmail.com

**Resumo:** A desapropriação se dá pela supremacia do interesse público que sempre vai prevalecer sobre o privado. É um ato administrativo pelo qual o Estado de forma compulsória, transforma um bem imóvel ou móvel privado em público, desde que, é claro, haja a indenização prévia e justa que, via de regra, se faz em dinheiro. É um instituto usado pelo Estado como forma de intervenção na propriedade privada. Os bens sobre os quais podem incidir o instituto da desapropriação podem ser imóvel, móvel, corpos humanos para estudo em faculdades, semoventes (animais), água, subsolo, espaço aéreo, posse, usufruto e domínio útil. Entretanto, há bens os quais a desapropriação não alcança como é o caso do dinheiro, haja vista que a moeda corrente de um país não pode ser vista como moeda de troca, a não ser que se trate de desapropriação de coleção de moedas ou notas raras, visto que não se trata de moeda corrente. A desapropriação de uma maneira geral, se baseia em um tripé, ou seja, três fundamentos. Existe a desapropriação para necessidade pública, ou seja, existe a necessidade urgente da aquisição de um bem privado para atender o interesse público. Ao contrario sensu, a desapropriação para utilidade pública não tem esse caráter emergencial ou indispensável, mas quando se trata de interesse conveniente e oportuno. Já a desapropriação por interesse social, se processa como um meio punitivo para reparar uma necessidade social como é o caso da reforma agrária e urbanística, sendo que ambas são as únicas formas de desapropriação que não exigem o pagamento de indenização em forma de dinheiro. Os efeitos da desapropriação no mundo jurídico e fenomênico dão ao Estado, por exemplo, o direito de entrar na propriedade para fazer medições, bem como, a decretação das condições do bem para o pagamento da indenização, sendo que benfeitorias feitas em momento posterior a decretação da desapropriação, não serão consideradas para efeito de indenização, exceto em caso de benfeitorias necessárias que serão acrescentadas na indenização. Se for benfeitoria útil, o Estado deverá autorizar.

**Palavras-Chave:** Desapropriação. Estado. Público. Móvel. Imóvel.

---

## **DESDOBRAMENTOS DA PRÁTICA DE SHARENTING NO ÂMBITO JURÍDICO: PRIVACIDADE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA**

Erika Ferreira Barbieri, Regina Maria De Souza

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Av. Antonio Pavan, 1637. Jales - SP. erikabarbieri16@gmail.com

**Resumo:** O artigo possui o objetivo de analisar os desdobramentos da prática do sharenting, no âmbito jurídico em frente a sociedade contemporânea brasileira. Com o avanço do uso da internet o Estado se viu na obrigação de regulamentar as conexões online, as redes sociais se tornaram ferramentas do cotidiano para manter-se presente na vida de pessoas distantes. A prática de sharenting se enquadra na obsessão da exposição da imagem da criança nas redes sociais dos pais. Neste contexto, os pais estão exercendo sua liberdade de expressão, em contrapartida a privacidade dos filhos está sendo violada e ambos os direitos são assegurados pela Constituição Federal. O método aplicado foi revisão de literatura, utilizando-se como base pesquisa a sites, artigos acadêmicos que discutem o tema. A problemática decorre do tempo em que os dados pessoais das crianças permanecem nas redes, como também quem pode acessar esses dados específicos. Os vídeos, as fotos, as publicações, por mais “inofensivas” que os pais acham que seja, podem impactar negativamente não só na infância, mas também na adolescência e na vida adulta. Na infância esse conteúdo pode ser usado por terceiros em plataformas ilegais como a pornografia infantil ou futuramente essa criança quando chegar à adolescência pode sofrer bullying ou cyberbullying decorrente dessas postagens publicadas por seus responsáveis. Conclui-se que na legislação vigente não existe nenhuma norma que regularize um possível caso concreto de sharenting, a solução do conflito seria a conscientização para a prevenção dos tutores que ao compartilhar uma informação com a esfera digital, se inicia um ciclo e cria-se no um rastro que marcará a trajetória dos menores positivamente ou negativamente.

**Palavras-Chave:** Sharenting. Privacidade. Liberdade de expressão.

---

## **DIFICULDADES DA UTILIZAÇÃO DE EPI'S EM UMA GRANJA DO MUNICÍPIO DE BASTOS-SP NO SETOR DE CLASSIFICAÇÃO DE OVOS**

Renato Henrique de Oliveira, Gustavo Henrique Secco, Thiago Hideki Arashiro, Fernanda Yamauchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Jacob Ferreira Ferro, 50. Bastos - SP. Renatoliveira2017@hotmail.com, grtadm@Outlook.com

**Resumo:** O ramo da avicultura é um dos que mais emprega no Brasil, devido ao destaque internacional tanto em produção de carne de frango quanto em ovos, sendo assim, uma das atividades remuneradas que mais necessita de mão-de-obra,

principalmente nos depósitos, onde é realizada a classificação de ovos. Esse setor possui vários agentes nocivos à saúde, no entanto o que mais chama a atenção é a rejeição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que visa reduzir os riscos que afetam diretamente a saúde do colaborador. Portanto, esse trabalho teve como objetivo estudar as principais causas da falta de uso dos Equipamentos de Proteção Individual em uma granja no município de Bastos-SP, no setor de classificação de ovos. Foram aplicados questionários tanto para o avicultor quanto para os colaboradores, abordando questões referentes ao incômodo, treinamento e esclarecimento da utilização de EPI's. Entre os equipamentos mais reclamados, encontram-se os óculos de proteção, pelo fato de provocar embaçamento da lente e distorção da visão, e os abafadores de ruídos por causarem dores na face e reduzir a capacidade auditiva. Por esse motivo, uma das principais medidas a ser tomada pela parte administrativa, seria ajustar cada EPI, individualmente, ao colaborador, evitando assim, transtornos e incômodos na realização de suas atividades laborais. Além disso, há a necessidade de treinamento e conscientização, periodicamente, para que os novos colaboradores tenham acesso a essa informação e com isso, reduzir eventuais acidentes. Dessa forma, conclui-se que a importância da utilização dos EPI's, bem como sua conscientização, se faz necessária, não somente como uma obrigação, mas também para evitar riscos, perdas permanentes, e tornar um ambiente de trabalho seguro e agradável.

**Palavras-Chave:** Segurança do trabalho. Acidente de trabalho. Avicultura. EPI's.

---

## **DIREITO DIGITAL E E-COMMERCE NO BRASIL**

Aline Aparecida Rossim do Amaral, Regina Maria de Souza

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua 9, 392,- Santa Fe Do Sul - SP. aline.amaralsfs@gmail.com, alineamaral-@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por finalidade analisar o crescimento e a realidade atual do E-commerce no Brasil, diante da expansão significativa nos últimos anos desta atividade e o impacto dela frente à sociedade contemporânea. A maneira que o comércio digital tem influenciado na vida das pessoas, bem como as redes sociais e as ferramentas digitais têm sido fortemente utilizadas pelos setores comerciais para persuadir na decisão de compras dos consumidores via E-commerce, pelos meios eletrônicos. Quais são os pontos positivos e negativos do comércio online, destacando as principais dificuldades ainda enfrentadas, o que o consumidor busca nesse meio, como lidar com os problemas que envolvem a pré e o pós-venda, além de, abordar sobre o Direito Digital. Destacar sobre a existência das legislações brasileira, que amparam as relações de consumo e regulam as atividades eletrônicas, e o acesso a elas. Com base em artigos e nas legislações, visa esclarecer como funciona o E-commerce no Brasil, identificar questões pouco debatidas nesse ramo, ressaltar aquilo que falta para engajar ainda mais essa atividade no país e, ainda, levantar posicionamentos de como o fornecedor e o consumidor podem evitar prejuízos e insatisfações neste nicho de mercado, solidificando o ramo na área comercial, engajando a economia comercial. Através de uma pesquisa de opinião com estudantes do 1º semestre do curso de Direito da Unifunc, no ano de 2018, apresentamos resultados reais e esclarecedores sobre o acesso, as experiências e o conhecimento das pessoas frente a estas legislações consumeristas, em especial, em relação ao Direito Digital e E-commerce no Brasil.

**Palavras-Chave:** E-commerce. Vendas Online. Comércio eletrônico. Direito digital. Direito do consumidor.

---

#### **DIREITO DO CONSUMIDOR - FRAGILIDADE DO CONSUMIDOR**

Fabio Luis Zaratín, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Euclides Alexandre Dos Santos, 547. Tupã - SP.  
fabiozaratín@ig.com.br, zaratínfabioluis@gmail.com

**Resumo:** O desenvolvimento interno econômico e financeiro de um país é em muito estabelecido pelas relações econômicas que movimentam o referencial monetário. Por semelhança, compara-se um país a uma empresa, em que deve ser bem administrada, ter uma boa utilização de recursos e aplicabilidade correta de investimentos para obtenção de progresso. Para que este objetivo seja alcançado deve ocorrer a conjunção de 2 fatores, a oferta e a procura. Define-se que a oferta é representada pela figura do fornecedor, e a procura pela figura do consumidor. Da intenção destas duas personalidades, surge a relação consumerista, relação de consumo. No entanto, essa relação deve ser satisfatória a fim de atender às necessidades dos dois lados. Como fruto da relação de consumo, não pode ocorrer de um lado ser prejudicado e o outro apenas beneficiado. A relação deve ser justa, equitativa, não onerosa e nem de difícil cumprimento, e sempre prezando pela honestidade de negociação, tanto para o que vende como para o que compra. Ocorrem casos em que uma parte, por necessidade ou ademais, se torna vulnerável e se sujeita às condições da outra parte, e essas condições quando são onerosas e injustas, resultam em uma desigualdade. Para dirimir essas diferenças, essas questões problemáticas, foi implementado o Código de Defesa do Consumidor, cujo objetivo principal é o de proteger a parte vulnerável na relação de consumo, protegendo seus direitos, possibilitando que se pratique uma igualdade na relação consumerista. E o CDC reconhece a vulnerabilidade do consumidor, quer pelo fato dele desconhecer os direitos que a legislação lhe concede, ou pelo desconhecimento específico pelo produto ou serviço que há de obter. Este direito de proteção é uma garantia concedida pela Constituição Federal Brasileira, é uma norma cogente. Esta proteção que a lei oferece é inerte, só age quando solicitada, depende de manifestação do interessado para que possa vir a atuar em seu favor.

**Palavras-Chave:** Vulnerável. Desigualdade. Consumidor. Fornecedor. Fragilidade.

---

#### **DIREITO FUNDAMENTAL DE INCLUSÃO DO AUTISTA NA EDUCAÇÃO**

Patrícia Locatti Bortolato, Wania Campoli Alves

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉDO SUL, Avenida Rio Parana, 612. Santa Fe Do Sul - SP.  
graera@gmail.com, fernandes.graziele11@gmail.com

**Resumo:** A Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), trouxe como conceito de autismo: síndrome reconhecida por uma deficiência persistente, clinicamente relevante

da comunicação e da interação social descrita por deficiência, marcada de comunicação verbal e não verbal usada para o convívio comum, referências negativas e repetitivas de conduta de interesses e ocupações. Ações afirmativas envolvem um conjunto de atitudes com a finalidade de proporcionar meios que objetivam a integração e conscientização da sociedade de forma diversificada, alcançando a educação inclusiva baseada no princípio de igualdade. No que tange ao tema abordado, quando aplicado o que está estabelecido na referida Lei, e trabalhado de forma adequada com os alunos autistas, a inclusão escolar tem sua eficácia alcançada e o desenvolvimento social e intelectual do aluno é visível. O objetivo deste artigo, é investigar a atuação do Poder Judiciário em amparar e auxiliar a permanência do direito do autista à educação, sem afrontar a origem do Estado Democrático. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura por meio do método dedutivo, com pesquisas em doutrinas, revistas jurídicas, artigos científicos e legislação. Nesse sentido, o autista atingiu razão com a vigência da Lei nº 12.764/2012, que sem a participação da família na vida acadêmica do Autista a efetivação desse direito está intrínseca à insensatez e ao desagrado. Conclui-se então, para que o desenvolvimento do autista ocorra de fato, é necessária uma união de alterações, que interligadas, sucederiam avanço no sistema educacional, captando, também o âmbito jurídico, um elo entre família, educadores e acompanhamento médico, para que, enfim haja o respeito à distinção de maneira voluntária e não mais atingida pela “força de lei”.

**Palavras-Chave:** Direito. Educação. Autismo. Inclusão. Ações-afirmativas.

---

#### DIRETAS JÁ!

Milena Carolina Nonato Esteves da Silva, Camila Taina Lucena Benhos, Gabriela Lemos dos Santos, Joice Mayume Arakaki, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de - , R. Carmem Miranda , 1169. Adamantina - SP. milenacarolinasilv@hotmail.com

**Resumo:** Administração direta é formada por um conjunto de órgãos públicos, sem personalidade jurídica, e, em sua maioria, ligados a um dos três poderes, ou seja, caracteriza a administração, quando o próprio ente da federação executa os serviços públicos de forma direta. Como por exemplo: atendimento ao SUS. Na administração direta ocorre a descentralização onde as atribuições são repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica. O objetivo do presente estudo é caracterizar a descentralização e desconcentração administrativa evidenciando suas diferenças, vantagens e desvantagens. A metodologia adotada, para a realização do presente estudo, foi à revisão bibliográfica, com consultas a livros, e-books, artigos científicos. Exemplos de desconcentração são os Ministérios da União. A União de fato, e uma pessoa jurídica de direito público, constituída por uma infindável quantidade de órgãos públicos, o que se pode dizer dos demais entes da federação. O nascimento de novos órgãos públicos, o que determina a dúvida de competências dentro de uma pessoa jurídica, recebe o nome de desconcentração. A administração direta é formada pelos órgãos subordinados diretamente ao poder central. No âmbito federal, colocamos os Ministérios como um dos exemplos. A administração direta e indireta é conhecida também como centralizada e descentralizada. Centralizada se refere à administração direta no qual seu objetivo é prestar os seus serviços adequadamente, ou seja, quando o próprio estado centraliza as suas atividades, já a descentralizada (indireta), consiste em repassar a execução e a titularidade, ou só a execução de uma pessoa para outra, não havendo

hierarquia. Vale ressaltar que não se confunde a descentralização com a desconcentração, pode-se afirmar que ambas são formas de distribuição de competências. Todavia, na concentração, a função administrativa é exercida no âmbito interno de cada entidade (política ou administrativa), por apenas um órgão público, sem qualquer divisão. E na desconcentração, a função administrativa é exercida também no âmbito interno de cada entidade (política ou administrativa), porém por mais de um órgão público, que divide competências. Na descentralização essa distribuição se dá externamente, ou seja, de uma entidade para outra. Podemos concluir que os princípios norteadores da administração pública têm como escopo a realização ótima da administração. Uma das vantagens da descentralização é que o gestor não precisa fazer todas as decisões e, com isso, pode se dedicar a outros aspectos da sua função até então negligenciados. O ponto chave é perceber que conceder autonomia de decisão para os colaboradores, delegando tarefas, é algo que possibilita ao gestor ficar centrado nas atividades da gestão em si. Já as suas desvantagens consistem em uma comunicação menos eficiente; dificuldade de localizar responsáveis; dificuldade de controle e avaliação. As vantagens da desconcentração consistem no aumento da eficiência dos serviços públicos, maior rapidez de resposta às solicitações, melhor qualidade de serviço por se permitir a especialização de funções. Suas desvantagens se baseiam na eventual inviabilização da atuação harmoniosa da administração; risco de especialização se converter em desmotivação; eventual diminuição da qualidade do serviço pela atribuição de responsabilidade a indivíduos menos preparados.

**Palavras-Chave:** Administração. Poder Público. Desconcentração. Descentralização.

---

## DIRETRIZES DO DIREITO DIGITAL E OS MECANISMOS PARA ORGANIZAÇÃO DE PROJETO PILOTO EM STARTUP JURÍDICA

Priscila Danielle Barbosa de Almeida, Leticia Lourenço Sangaletto Terron

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua Doze, 1300. Santa Fe Do Sul - SP. prisciladanielleb@yahoo.com.br, profpriscilabarbosa@gmail.com

**Resumo:** A ciência jurídica desde a sua criação apresenta funcionalidade essencial para o desenvolvimento humano e equilíbrio social. Para acompanhar a mobilidade da sociedade em tempo real, o Direito passa atualmente por uma inovação em seus sistemas operacionais e na formação de seus operadores. Essa mobilização é disruptiva e dela resulta a Advocacia 4.0, a qual apresenta características da 4ª Revolução Industrial e da própria Indústria 4.0, atuando com as sofisticadas Startups, que são empresas conectadas, enxutas e desenvolvidas para solucionar problemas. No Direito, as Startups recebem os nomes de Lawtechs e Legaltechs e atuam em diversas áreas, contribuindo e impactando o mercado jurídico, o advogado individual, o corporativo e os escritórios. Diante desses conceitos e de dados que mostram que o Brasil concentra um enorme número de processos ajuizados com número insuficiente de advogados e demais profissionais para resolvê-los. Acompanhando a atuação promissora das Startups Jurídicas para desafogar o Judiciário, surge a problemática dessa pesquisa, que consiste em colaborar com a esfera jurídica na descoberta de resolução problemas jurídicos tributários em massa por meio da celeridade de uma startup jurídica. Com isso, os objetivos se afinam em compreender como criar essa Startup Jurídica que atue como solução aos profissionais de Direito e às respectivas partes envolvidas nos processos envolvendo arrecadação tributária pública e identificar as diretrizes do Direito Digital que promovem o desenvolvimento dos softwares e plataformas utilizados nas

Startups. Após finalizada a pesquisa, os dados servirão de subsídio para se montar efetivamente o projeto piloto em startup jurídica, já com o produto mínimo viável (MVP) definido para lançamento nos próximos anos da pesquisa. Os resultados parciais mostram as características específicas das startups jurídicas, suas maiores áreas de atuação, os riscos, a estrutura organizacional, física e as formas de legalização. A metodologia apresenta abordagem qualitativa, envolvendo referências epistemológicas de forma exploratória e explicativa. Para a coleta de dados, aplicar-se-á técnica de consulta à profissionais que pertencem ao campo da pesquisa (relacionados ao Direito e à Tecnologia), assim como, ampla pesquisa bibliográfica em periódicos, doutrina, lei seca e afins. A conclusão será alcançada por meio da aplicação do método dedutivo. Contudo, há o consenso de que as soluções tecnológicas não vão substituir os advogados, mas inovar em relação a procedimentos antigos que já não encontram mais lugar em ambientes de constante mudança, bem como a incorporação da agilidade das resoluções de lides, que por meio dos softwares jurídicos, lawtechs e inteligência artificial possibilitam maior satisfação e equilíbrio social nas relações humanas.

**Palavras-Chave:** Direito Digital. Startup. Lawtech. Soluções Jurídicas.

---

## **DO SURGIMENTO DA ESQUERDA EM ROUSSEAU NO SÉCULO XVIII AOS TEMPOS ATUAIS**

Gabriel Aparecido Miranda Silva, Marcos Martinelli

Autor(a) curso de HISTORIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Abílio Miguel Sapag. Tupã - SP.  
gabriel\_silva2011@live.com

**Resumo:** Do surgimento da esquerda em Rousseau no século XVIII aos tempos atuais. Este trabalho pretende abordar o livro Do Contrato Social de Jean-jacques Rousseau publicado em 1762, obra que se tornou fundamental sobre os direitos políticos e civis dos cidadãos e o exercício de sua liberdade. Rousseau acreditava que todo o homem é bom, porém o meio, isto é, a sociedade o corrompe, tornando-o mal e egoísta. Para este filósofo, a gênese de toda a maldade é oriunda da propriedade privada. Como a sociedade é dominada pelos proprietários, todo o ordenamento jurídico é regido pelas leis as quais sofrem brutal e direta influência de quem a proprietário. O autor segue moldando seu pensamento afirmando que, quando é a força que faz direito, o efeito se modifica com a causa, isto é, a força que modifica e influencia o corpo inerte, como descreveu Isaac Newton em sua Segunda Lei, torna-se responsável em fazer as alterações uma vez que usada para estabelecer um direito todo o resultado muda conforme a origem, ou por assim afirmar, surgindo a Democracia o seu resultado mudar-se-á pelo o princípio sobre o qual fora estabelecida. A Democracia é uma ideia dos gregos, mas no Ocidente adotou um significado de inclusão e socialização, integrando uma sociedade a um sistema político de participação ampla e eleitoral de representatividade. O último requisito apresentado demanda igualdade no que tange as pessoas, ou melhor, para que se viva em sociedade e que ela funcione e atenda a todos, dever-se-á criar mecanismos dentro da Vontade Geral para sua aplicabilidade, independentemente de quem a use. Rousseau segue, em seu Livro Terceiro no capítulo IV Da Democracia, ressaltando a importância de estabelecer-se leis de interesse público, visando o aniquilamento de questões particulares que corrompem a substância do Estado e traga a mente do legislador, pertencente a um poder, fazendo-o interpretar-las em detrimento do povo que por sua vez deve manter a vigilância às suas condutas. Diante desse breve resumo, o trabalho buscará responder e explicar algumas das contradições que

há em um sistema em que se busca a igualdade, mas que na sua base está o poder e a influência de quem o controla através de mecanismos nada republicanos e saudáveis às liberdades humanas. De lá para cá, século XXI, agravou-se e muito a situação da Democracia que é golpeada tanto pela esquerda como pela direita, pois ambas querem monopolizá-la e não poderão porque o regime não admite autoritários na sua composição, mas fica fragilizado e suscetível à banalização.

**Palavras-Chave:** Rousseau. Democracia. Direito. Igualdade. Vontade Geral.

---

## **DUMPING E COMERCIO INTERNACIONAL**

Júlia Rios Ayala Mataran, Otávio Augusto Ruiz Silva, Alceu Teixeira Rocha

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Itirapina, 703. Adamantina - SP.  
julia\_girls@hotmail.com, aanonimato14@gmail.com

**Resumo:** O assunto estudado pelo grupo foi o conceito Dumping e sua influência no comércio internacional, sendo assim, o objetivo do trabalho e o interesse pelo assunto vieram por identificar quais as influências do Dumping no mercado nacional e internacional. Para chegar as conclusões, foram utilizadas pesquisas on-line por palavras chaves, para acessar matérias sobre o assunto. Com isso, conseguimos identificar que a palavra Dumping é um termo em inglês que define a prática de venda de algo abaixo do preço de mercado para derrotar a concorrência. O Dumping se trata da exportação de um produto, a prática pode acabar colocando empresas do ramo do país importador em risco, já que o preço do produto estará mais baixo que a média, podendo até provocar na extinção dessas mesmas empresas. O Brasil por exemplo se mostra reticente aos métodos antidumping, sendo assim é comum observar várias falhas na economia do país. Conclui-se então que está prática pode levar a falência de empresas dentro do país importador, pois elas não oferecem um custo melhor do que o produto importado, isso inclui também os gastos que o país tem com a empresa, a prática Dumping é colocada como um prática de venda desleal devido, por esse motivo a algumas medidas judiciais que punem aqueles que a utilizam. Por fim, gostaria de agradecer o professor Alceu Rocha por nos propor a ideia de tema e por abrir a nossa curiosidade pelo assunto, já que esse era desconhecido por nós autores do trabalho, ficamos gratos pelos resultados encontrados.

**Palavras-Chave:** Economia. Dumping. Comércio.

---

## **ECOPEDAGOGIA: UMA EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE**

Juliana Camilla Nitcheperenco Vasconcelos, Franciele Ruiz Pasquim

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Caingangs, 2040. Tupã - SP.  
julianacamilla@outlook.com, julianacamillanv@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho analisa em forma de pesquisa bibliográfica sobre o conceito de Ecopedagogia e inserção da mesma no ambiente escolar. Ao observar os problemas ambientais crescentes e a falta de conscientização das pessoas, a escola vem como uma importante solução para criar nos alunos uma consciência ambiental, pensar em uma pedagogia ecológica é de imediato pensar na ação do Homem com o mundo. Uma relação que deve ser transformada para que o estar-no-mundo não acabe prejudicando de forma irreversível o mundo natural, tal qual, o conhecemos hoje. O consumo exagerado de recursos naturais, desperdício de água, exploração de animais, dentre outras coisas nos mostra que o ser humano vem destruindo a natureza ao longo dos anos, essas ações acontecem porque na maioria das vezes ele não tem a consciência de que também faz parte do meio ambiente e que ao destruir a natureza as pessoas destroem a si mesmas. Tendo em vista que as consequências dessas ações são graves, qual seria a solução? Temos como objetivo principal desse trabalho analisar como a Ecopedagogia pode proporcionar por meio da reflexão e da prática a construção de uma consciência ambiental, que se reflita em valores, interesse ativo e atitudes que possam contribuir para a preservação do meio ambiente e a construção de uma sociedade sustentável. Apresento neste trabalho as chaves pedagógicas que irão nortear as práticas pedagógicas em sala de aula, essas chaves são de extrema importância ao realizar qualquer atividade para garantir a legitimidade e intencionalidade dos processos. A Ecopedagogia prepara as pessoas para formação de uma sociedade sustentável e para isso acontecer devemos observar os indicadores de processo, pois eles irão apontar os valores da sociedade atual.

**Palavras-Chave:** Ecopedagogia. Educação Ambiental. Meio Ambiente.

---

## EDUCAÇÃO CONTINUADA NA TERCEIRA IDADE NO BRASIL

Ana Beatriz dos Santos Ribeiro, Thais Nunes Pizani, Magda Arlete Vieira Cardozo

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Amador Rodrigues, 1176. Pacaembu - SP. anabeatrizalr@gmail.com, calhasribeiropac@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo investigar a educação continuada na terceira idade no Brasil, a fim de verificar seus benefícios biopsicossociais, além de descrever as oportunidades de educação continuada das universidades brasileiras, apontando os programas desenvolvidos. A expectativa de vida tem aumentado gradativamente nos últimos anos em muitos países, sendo o Brasil um deles, cujo fenômeno é denominado envelhecimento demográfico, demandando estudos acerca da velhice, seus impactos e necessidades. Cada vez mais tem-se buscado proporcionar uma melhor vivência nessa fase do ciclo vital. Com base na pesquisa bibliográfica realizada foram encontradas quatro universidades que realizam programas voltados à terceira idade: a UFRGS, que desenvolve a UNITI (Universidade para a Terceira Idade), apresentando oito subprojetos, nos quais o público alvo são idosos à partir de sessenta anos de Porto Alegre/RS; a UNESP de Assis, que desenvolve a UNATI - Universidade Aberta à Terceira Idade, contendo trinta e dois cursos diversificados destinados à pessoas acima de sessenta anos; a USP, Campus de Piracicaba, que apresenta o programa UATI - USP Aberta à Terceira Idade, contendo nove cursos, englobando um público alvo de pessoas com mais de sessenta anos, e a PUC, que apresenta a Universidade Aberta à Maturidade, no Campus Ipiranga e no Campus Monte Alegre, onde são desenvolvidas sete oficinas, que abrangem um público alvo de ambos os sexos à partir de quarenta anos. Os programas estabelecem espaços de socialização, proporcionando ao

idoso novos vínculos e experiências, sendo o principal objetivo a divulgação de conhecimento sobre a saúde, mas que também estabelece um importante papel na integração do idoso com as novas tecnologias. Conclui-se que a participação do idoso na educação continuada auxilia na aceitação de novos papéis na terceira idade, tornando-se mais fácil alcançarem uma boa velhice, além de reduzirem os riscos de desenvolvimento de adoecimentos psicológicos.

**Palavras-Chave:** Saúde Mental. Educação Continuada. Envelhecimento.

---

## ELABORAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Stefani Marinho Rocha, Reinaldo De Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - UNIFAI, Rua Manoel Bandeira, 29. Adamantina - SP. stephany\_marinho@hotmail.com, stehmarinho\_rocha@hotmail.com

**Resumo:** O planejamento estratégico tem evoluído ao longo da história, tanto em sua forma como em sua concepção, em especial na medida em que a sociedade avançava da era industrial para era da informação e, dessa, para a era do conhecimento. A palavra gestão é derivada da administração ou gerenciamento que é a utilização de técnicas teóricas e práticas, para gerenciar e melhorar todos os aspectos empresariais no que concerne a melhoria, motivação e lucro. O planejamento estratégico apresenta-se como uma ferramenta de gestão que auxilia a operacionalização da estratégia. Por meio desse processo de gestão, a organização passa a conhecer as oportunidades e ameaças do ambiente externo bem como os seus pontos fortes e fracos. A partir deste conhecimento, estabelece-se o propósito de direção que a organização deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar ou minimizar as ameaças a fim de obter vantagem em um ambiente competitivo e dinâmico e melhorar o desempenho organizacional. O planejamento financeiro também pode ser incluído em uma forma de planejamento estratégico. É de grande importância para a empresa, sendo que remete para a previsão das receitas e despesas, criando uma estimativa dos meios financeiros que serão necessários para o futuro e manutenção da empresa. Existem três níveis de planejamento: estratégico, tático e operacional. Em uma empresa de sucesso, estes três níveis funcionam em conjunto e ocorrem na seguinte ordem: estratégia, tática e operação. O planejamento estratégico tem um longo alcance e é executado pelos responsáveis máximos da empresa, que determinam os objetivos dentro de um prazo temporal (curto, médio ou longo prazo). O planejamento tático tem um escopo médio na empresa e consiste no pensamento de como os meios ou recursos disponíveis podem ser utilizados para alcançar um resultado favorável. Normalmente este planejamento é uma tarefa de gestão, muitas vezes executada por administradores. O planejamento operacional de alcance curto está diretamente ligado com a área técnica de execução de um determinado plano de ação. Desse modo, o presente trabalho tem como finalidade propor uma elaboração do planejamento estratégico em uma pequena empresa pertencente Fred Monteiro Confecções e Serviços – EIRELI de Lucélia, que fabrica e comercializa produtos em jeans e os distribui através da venda direta, considerando as especificidades da pequena empresa, a fim de avaliar a sua aplicabilidade e facilidade de uso. Diante da pesquisa, concluiu-se que o planejamento estratégico auxilia na gestão e desenvolvimento de uma empresa, já que otimiza o processo de tomada de decisão, melhora o aproveitamento das oportunidades, maximiza os lucros e antecipa as ameaças. As ameaças apontadas na pesquisa, através da análise SWOT, estavam ligadas à falta de pesquisa de mercado, falta de

monitoração dos concorrentes e à ausência de planejamento estratégico formal, impactando na falta de preparo da empresa, deixando-a mais vulnerável às instabilidades do mercado.

**Palavras-Chave:** Planejamento Estratégico. Empresa. Organização. Gerenciamento. Resultado.

---

## **EMBATE ENTRE O DIREITO A VIDA E A LIBERDADE RELIGIOSA QUANTO A RECUSA DE TRANSFUÇÃO SANGÜINEA NO CASO DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ**

Aline Angélica Caldeira, Eliana Kátia Pupim, Gabriel Cunha Salum

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua José Maria Paiva,16. Lucélia - SP.  
aline\_ac2010@hotmail.com

**Resumo:** O projeto de pesquisa tem por tema um assunto muito atual e que ainda hoje é alvo de grandes discussões, abordando o embate entre o Direito a vida e a liberdade Religiosa quanto à recusa das Testemunhas de Jeová a se submeterem a transfusão sanguínea. Esse tema ainda gera acalorada discussão já que a crença deve ser respeitada segundo a própria Constituição, para as Testemunhas de Jeová o tratamento através de transfusão de sangue ante qualquer situação é fato que contraria os preceitos de sua religião, causando essa transfusão à perda da vida digna. O fato da não aceitação de transfusão sanguínea é visto por uma grande parcela da sociedade como ato suicida. O Brasil antes da Constituição Federal de 1988 vivia a fase da ditadura militar, no qual o Estado era o responsável por controlar o Direito Público, bem como o Direito Privado, cabendo ao cidadão pouco ou nenhum poder de decisão, com o advento da Constituição cidadã e do Estado Democrático de Direito, o poder do Estado passou a ser limitado, frente as garantias e direitos propiciados e conferidos as pessoas, porém podemos concluir que os direitos individuais não são absolutos, não sendo o cidadão livre para dispor desses direitos de forma indiscriminada. Por ser a Constituição um sistema com normas e princípios abertos, muitas vezes esses direitos fundamentais se chocam, colidem-se, havendo assim a necessidade de interferência do poder estatal como mediador. Há na temática abordada pelo presente projeto de pesquisa, diante de casos de extremo perigo, a limitação da autonomia da vontade em detrimento a vontade do Poder Estatal que passa a exercer o seu poder de proteção. Muitas vezes sob a escusa de proteger o direito a liberdade religiosa e a autonomia da vontade na recusa da transfusão sanguínea dos professos das Testemunhas de Jeová, optam por impedir a atuação limitadora do Estado, se valendo de meios como o Consentimento livre e esclarecido, que, no entanto não poderá esbarrar no Direito a vida. A resolução dessa controvérsia será delimitada em uma discussão sobre os direitos individuais garantidos pelo Estado e a intervenção desse poder Estatal em meio a possíveis riscos, delineando quando caberá ao Estado interferir na escolha do paciente que se justifica através da liberdade religiosa, versando como se fará a ponderação de valores desses direitos fundamentais. Traçados os objetivos da pesquisa, discriminados acima, a metodologia utilizada fundou-se em doutrinas constitucionais e civis e artigos confiáveis, como os portais CAPES e Scielo, além de julgados de casos concretos.

**Palavras-Chave:** Direitos Fundamentais.. Transfusão Sanguinea. Direito à Vida. Testemunhas De Jeová. Liberdade Religiosa.

## **EMPREENDEORISMO FEMININO: DIFICULDADES ENFRENTADAS**

Gustavo Elias Carvalho Lopes, Andrezza Cristina Mota, Fabiano Pinto Neves

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - FACULDADES FACCAT, Eulene Mariano De Souza, 122. Pompeia - SP. gustavo080194@gmail.com

**Resumo:** Mesmo com todo o progresso observado ao longo dos tempos no que diz respeito ao empreendedorismo feminino, o cenário atual nos mostra que ainda existem muitas barreiras ou desafios a serem quebrados. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as dificuldades que as mulheres vêm enfrentando na região de Tupã - SP. A pesquisa consiste em analisar os problemas encontrados ao longo do processo empreendedor. A metodologia de pesquisa utilizada foi: quanto aos fins em forma de pesquisa descritiva expondo característica ou correlação sobre o tema, e através de pesquisas aplicadas afim de demonstrar os problemas enfrentados. Pode-se perceber que a maior dificuldade durante o seu período empreendedor foi a conquista de clientes juntamente com a falta de experiência devido ao fato de serem empreendedoras novas no mercado brasileiro. Pode-se admitir, ainda, que as mulheres empreendedoras da região de Tupã-SP com os diferentes perfis, escolaridades, segmentos empresariais e dificuldades, chegaram a uma mesma constatação: ir atrás do sonho de empreender vale a pena. O perfil empreendedor e sua crescente evolução no mercado brasileiro são assuntos que chamam a atenção na área de administração para serem pesquisados ou estudados. (METZ, 2015). Atualmente o perfil feminino vem se destacando significativamente no mercado de trabalho, passando por cima das dificuldades e conquistando sua carreira independente. Essa pesquisa pretende mostrar que o perfil feminino está cada vez mais presente no cenário empreendedor, essa evolução deve-se ao fato de que as mulheres vêm buscando mais experiência profissional, espaço no mercado e qualificação, se destacando como líderes e empreendedoras de grande sucesso. O objetivo geral desse estudo é analisar as dificuldades enfrentadas no empreendedorismo feminino na região de Tupã-SP e tem como objetivo específico identificar o perfil das mulheres empreendedoras, o setor de atuação e os possíveis preconceitos enfrentados. Sabendo que o empreendedorismo feminino é uma atividade que vem crescendo muito é importante investigar e compreender quais os principais fatores que vem contribuindo para que ocorra esse crescimento e assim analisar as dificuldades e as barreiras que o público feminino vem enfrentando atualmente na região. (SILVA, 2013). Pode-se perceber que a maior dificuldade durante o seu período empreendedor foi a conquista de clientes juntamente com a falta de experiência devido ao fato de serem empreendedoras novas no mercado brasileiro. Verificou-se também que a maior parte das empreendedoras femininas sofreu preconceito por aparência, relatando fatos que a marcaram durante todo seu processo empreendedor. Pode-se admitir, ainda, que as mulheres empreendedoras da região de Tupã-SP- com os diferentes perfis, escolaridades, segmentos empresariais e dificuldades, chegaram a uma mesma constatação: ir atrás do sonho de empreender vale a pena.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo. Gestão Empresarial. Gênero Feminino. Empreendedorismo Feminino.

---

## **ENLACES TRANSFERENCIAIS E A POSIÇÃO DO ANALISTA: TRATAMENTO E MANEJO DA TRANSFERÊNCIA EM ANÁLISE**

Mayara Vilas Boas, Bruna Gonçalves Arantes, Guilherme Chidichimo, Matheus Soares Munhoz, Wesley Lutero Mendes da Silva, Leandro Anselmo Todesqui Tavares

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdade da Alta Paulista, Rua Piratinins, 530. Tupã - SP. mayaravilasboas2@gmail.com, mayaravb12@gmail.com

**Resumo:** Trabalho realizado pelos alunos do 4º ano de Psicologia da Faculdade da Alta Paulista de Tupã, SP, em estágio de Psicologia Clínica Psicanalítica, com suporte teórico em Lacan e Freud. Destacamos os aspectos mais relevantes identificados por meio da escuta analítica desenvolvida, em especial a negação, bem como, o estabelecimento de uma transferência positiva e erótica com relação a estagiária. O paciente trata-se de um homem, de trinta e dois anos, que estabeleceu, desde o início, um vínculo de cunho positivo com a estagiária que o atendeu. A transferência positiva, segundo Freud ([1912]/1996, p. 140), se dá pela projeção de sentimentos bons para com a figura (ímagô) do analista, e pontua que: “A transferência positiva é ainda divisível em transferência de sentimentos amistosos e afetuosos, que são admissíveis à consciência, e transferência de prolongamentos desses sentimentos no inconsciente”. Assim, não somente as representações de conflitos constituem conteúdos para possíveis transferências, mas, sobretudo, a questão do desejo em sua amplitude (pulsões e defesas), que se apresenta como um todo na relação analítica, afinal a transferência só pode ser a realidade do inconsciente posta em ato (LACAN, [1964]/1998). Neste sentido, de uma transferência positiva inicial identificou-se uma branda intensificação, que em algumas vezes, pareceu representar o desenvolvimento de uma transferência, também, erótica (paixão) com relação à estagiária. Muitas das vezes o paciente descrevia seu ideal de parceira sexual-amorosa com traços de qualidades similares à estagiária que o atendia, e em certa ocasião, a presenteou com um chocolate justificando não ter namorada, como se assim, não houvesse ninguém mais a quem pudesse presentear. Lembremos que transferência de busca de saber (LACAN, [1960-1961]/1992) vem sempre amalgamada a uma demanda de amor (desejo de desejo) e neste sentido o analista figura como objeto (fálico) para o desejo do paciente (transferência), o que implica uma necessária capacidade de suportar angústia (projeções do outro) sustentando a posição do analista enquanto posição de escuta (do sujeito do inconsciente), sobretudo, a partir da “regra de abstinência” (FREUD, [1915]/1996). No lugar de um saber estruturado o analista subverte a transferência a partir de sua escuta, e oferece a falta-à-saber, promovendo uma sustentação do vazio em função de enigma, encarnando e exercendo uma função de objeto a (causa de desejo) (LACAN, [1964]/1998) para o paciente, na medida em que a falta que estrutura a própria relação analítica (castração de ambos: paciente e analista) deve ser o motor de busca pelo não-sabido. A passagem ao divã foi efetuada promovendo maior liberdade ao paciente e melhores condições de escuta à estagiária, aprofundando o tratamento inicial (psicoterapia psicanalítica) para a situação de análise propriamente dita. Embora o progresso do atendimento estivesse em evolução, o paciente manifestou desejo em encerrar o tratamento, justificando estar se sentindo melhor e que não teria nada mais a ser dito. Mesmo diante da desistência do sujeito, há nítidas evoluções clínicas percebidas no decorrer do tratamento, como o desaparecimento dos sintomas ansiosos que o levaram a psicoterapia, tendo o paciente descrito melhorias em sua qualidade de vida decorrentes desse fator.

**Palavras-Chave:** Transferência. Posição do Analista. Neurose. Divã. Psicanálise.

---

## **ENTENDER QUAL É A PRIMEIRA FORMA DE INVESTIMENTO DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS PRESENCIAIS NO MUNICÍPIO DE TUPÃ**

Gabriel da Silva Arruda, Otavio Aurélio de Moraes Braga, Thiago Enz Gazineu, Roberto Yoshifumi Kawasaki

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Colômbia,90. Tupã - SP. gabrielarruda0298@gmail.com, otavio.aurelio.braga@gmail.com

**Resumo:** No mundo capitalista, o modo que o homem administra seus ganhos é algo que intriga até os dias atuais, pois a partir do momento em que as oportunidades e recursos surgem o fator que difere um dos outros é a forma como é destinada esses lucros oriundos do trabalho diário. Objetivos Analisar os fatores que influenciam na tomada de decisão no primeiro investimento, em alunos de instituição de ensino superior privada presencial no município de Tupã. Metodologia O presente trabalho pode ser classificado como uma pesquisa exploratória, que tem por objetivo explorar um assunto específico no ambiente universitário, pressuposto na área de aplicações financeiras, para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados, serão coletados dados que comprovem as hipóteses através de pesquisas de campo dentro do âmbito universitário, mais precisamente nas dependências das faculdades FACCAT no município de Tupã. As informações serão obtidas através de questionários utilizando a plataforma Formulários Google e o resultado dessa pesquisa de campo será representado em forma de gráficos e tabelas, no mesmo estará presente as perguntas e respostas realizadas com alunos de diferentes cursos, a fim de averiguar seus conhecimentos pertinentes ao tema abordado. Resultados relativos aos dados da pesquisa A pesquisa de campo dentro das instituições de ensino superior FACCAT teve um número significativo de entrevistados, com o número aproximado de 107 alunos. As questões selecionadas para coleta de dados foram fundamentadas em aspectos culturais, familiar, financeiros, educacionais e alguns quesitos que tangenciam o assunto especulado. Após os dados analisados foi possível constatar o quão defasado é o conhecimento do universitário em relação de como lucrar com suas reservas financeiras. Contudo a forma como foi explorado os dados, foi nítido o quanto influências familiares impactam na decisão do primeiro investimento, ou seja, em ambientes onde a informação e cultura financeira são escassas. Infelizmente geram indivíduos um pouco quanto cômodos nesse assunto, limitando-os apenas a uma forma de aplicação. Os cursos que colaboraram de forma voluntária suas informações para com a pesquisa foram: 37 Administração 31 Pedagogia 3 Sistemas de informações 9 Engenharia de Produção 1 Educação Física 11 Ciências Contábeis 15 Arquitetura e Urbanismo Considerações finais Feita a análise dos dados obtidos, foi possível constatar que em sua maioria, os universitários apesar de estarem inseridos em um ambiente coletivo com um fluxo de informações constantes, mesmo que inerentes ao seu curso de formação acadêmica são em sua maioria incapazes de realizar aplicações mais rentáveis devido a sua tímida cultura familiar. No entanto como base nos resultados isso não justifica essa incapacidade, pois os próprios entrevistados afirmam que não acompanham diariamente veículos de informações relacionados a economia.

**Palavras-Chave:** Investimento. Aplicações Financeiras. Influências Familiares. Cultura Financeira. Recursos.

---

## **ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Fernando da Cruz Souza, Nelson Russo de Moraes

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - Campus de Tupã, Potiguaras, 789. Tupã - SP.  
fernandotraduz@gmail.com, fernando.cruz@unesp.br

**Resumo:** A austeridade permanente e a disputa de quem ganha o quê, quando e como, lógica intrínseca às políticas públicas, colocam as políticas sociais brasileiras em constantes testes. O universalismo tentativo iniciado com a Constituição de 1988 pareceu caminhar para uma ampliação da cidadania social no país, mas tem sofrido constantes ataques por falta de um compromisso de classes em torno de um projeto de país mais ou menos homogêneo. Diante dessa falta de precisão no estabelecimento do bem-estar à brasileira, em especial, pelo recrudescimento no investimento público previsto para os próximos anos e com os governos mais alinhados a maior mercadorização dos serviços sociais, torna-se importante revisar a trajetória do Welfare State e da cidadania em suas origens e objetivos, a fim de compreender como chegamos até aqui, o que podemos esperar do futuro e quais as intervenções necessárias para que nos aproximemos de uma inclusão sensível do grande contingente de pessoas ainda sujeitas a uma cidadania de segunda classe no Brasil. Para atender a esse objetivo, este trabalho realizou uma revisão bibliográfica convencional sobre o Estado de Bem-Estar Social, elencando a partir dela as razões históricas do surgimento do bem-estar social, a tipologia de Esping Andersen, a noção de funcionamentos e capacitações de Amartya Sen e as categorias de análise do que configura um sistema de proteção social e como esse vem se constituindo no Brasil. São abordados os três momentos da construção dos Welfare State no Brasil, focando na evolução de duas políticas públicas setoriais importantes: seguridade social (previdência social, assistência social e saúde) e educação.

**Palavras-Chave:** Proteção Social. Desenvolvimento. Direitos Sociais.

---

#### ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA AGROINDÚSTRIA DE AÇÚCAR MASCAVO ORGÂNICO EM ADAMANTINA – SP

Caroline Cristina Santori Silva, Bruna Saronardy Venceslau Leal, Isabela Cristina Bosco de Oliveira, Luana Caroline Melari Machado, Thainá Gisele Gonçalves, Rogério Buchala, Ieda Cristina Borges

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - Centro Universitário de Adamantina, Rua Vereador Antonio Pizolito, 184. Mariápolis - SP.  
kahlorenabeatriz@gmail.com

**Resumo:** O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, produto de grande importância para o agronegócio brasileiro. As grandes áreas cultiváveis, condições climáticas e os solos favoráveis à cana-de-açúcar, tornaram o Brasil um país importante no segmento de exportação de etanol e açúcar. Sendo assim, o presente estudo tem como finalidade analisar a viabilidade econômica e financeira de uma pequena agroindústria de açúcar mascavo orgânico no município de Adamantina- SP. Esse empreendimento é uma alternativa de geração de renda para os agricultores do município. Justifica-se então a escolha desse tema, uma vez que há a possibilidade de agregar valor em derivados da cana-de-açúcar, por ser uma cultura de predomínio na região além do fato de que o açúcar mascavo é um produto com 90%, no mínimo, de sacarose, livre de fermentação, isento de

matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais, portanto, mais saudável. Atualmente uma parcela significativa da população prefere produtos orgânicos na alimentação diária. Para desenvolvimento das análises contidas neste estudo utiliza-se da metodologia fundamentada em pesquisas bibliográficas realizadas em sites, livros, legislações e em outros trabalhos acadêmicos além de consultas de preços e orçamentos reais, cálculos realizados no Excel, e pesquisas efetuadas em uma empresa que atua na produção desse produto. Para verificar a viabilidade econômica e financeira do projeto em questão, serão feitas análises a respeito dos cálculos e índices financeiros, apurações dos custos, previsões e projeções para os investimentos. Buscou-se efetivar uma opção de investimento ao pequeno proprietário de terra ou simplesmente investidor que queira fazer parte da cadeia produtiva do agronegócio.

**Palavras-Chave:** Açúcar Mascavo. Viabilidade Econômica. Viabilidade Financeira. Expansão De Mercado. Empreendimento.

---

## **ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DA INSTALAÇÃO DE UMA MICRO CERVEJARIA ARTESANAL NA CIDADE DE ADAMANTINA- SP**

Chemel Amadeu Demiski Filho, Jorge Guilherme Gasparotto E Silva, Matheus Pereira Lima, Rafaela Crescimano Ferreira, Rogério Buchala

Autor(a) curso de ADMINISTRACAO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Sonia Maria Campagnone, 278. Lucélia - SP. ch.demiski@gmail.com, ch\_amadeu@hotmail.com

**Resumo:** O estudo pretende analisar a viabilidade econômica e financeira de uma micro cervejaria artesanal. O “perfil sensorial” da cerveja produzida no país tem sido gradualmente modificado e, como resultado, chegou-se a uma cerveja mais leve, mais refrescante além de menos incorporada e amarga. Visando inserir um novo produto no mercado regional, pretende-se analisar esse segmento e todos os desafios encontrados, desde a abertura até a posta em marcha, análise do consumo per capita, que tem demonstrado significativo crescimento nos últimos anos, linhas de crédito entre outros obstáculos a serem vencidos pelos investidores. Em função das condições climáticas brasileiras não serem favoráveis à agricultura do lúpulo, entra no palco das decisões problemas como importação de matérias-primas, câmbio etc. O Planejamento de um negócio é uma importante ferramenta para a obtenção de recursos operacionais, parceiros, fornecedores e clientes, permitindo que todos os envolvidos conheçam os objetivos, a missão e o propósito dos investimentos. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas a respeito da história da cerveja, sobre a produção no Brasil, no estado de São Paulo comparando o mercado da cerveja artesanal com a industrial, buscando entender o perfil e necessidades dos consumidores. O estudo abrange as características essenciais de pequenas empresas, especificamente das micros cervejarias artesanais. Com os perfis dos consumidores pesquisados, pretende-se desenvolver um produto diferenciado além de estratégias de publicidade como forma a impactá-los positivamente. Na sequência o estudo buscará, como objetivo principal, comprovar se existe viabilidade econômica e financeira para o investimento em uma micro cervejaria na cidade de Adamantina, destacando a importância desse método de engenharia econômica como ferramenta para análise de empreendimentos produtivos.

**Palavras-Chave:** Micro cervejaria. Pequenas Empresas. Cerveja Artesanal. Mercado Consumidor. Plano de Negócio.

### **ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE CALÇADOS DO TIPO RASTEIRINHA NA CIDADE DE ADAMANTINA-SP**

Vanessa da Silva Trinca, Alana Silva Xavier, Jéssica de Oliveira Dantas, Luana Ribeiro Marassi, Ieda Cristina Borges

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua. Ary Barroso, 1057. Adamantina - SP. vanessa\_trinca@outlook.com

**Resumo:** Os calçados podem ser considerados como essenciais na forma de vida das pessoas, pois são complementares em nosso dia a dia, uma vez que vão além de calçar e proteger os pés, apresentam outros significados que permeiam o imaginário feminino: poder, sonho, beleza e sedução (FERREIRA, 2010). Ferreira (2010) explica que o homem pré-histórico fez uso dos mais variados materiais para proteger os pés, tais como: madeira, couro cru, palha e tecidos. O couro de cachorro ou cabra era cortado, de maneira geral de espessura fina, o tamanho era próximo ao pé e as tiras utilizadas para prendê-las ao pé eram feitas de fibras ou papiro. Já o solado era confeccionado por couro de cavalos ou bois, e em alguns casos os solados eram feitos em madeira. Entre os primeiros calçados criados pelo homem, encontra-se as sandálias. A sandália é a forma mais simples de calçados, consistindo de uma sola presa ao pé usando uma configuração de tiras. Sandálias podem ser utilitárias e compradas de um vendedor ambulante ou ser sofisticada projetada por algum design de moda, custar caro e ser vendida em alguma loja sofisticada. As sandálias foram feitas de todos os materiais possíveis - madeira, couro, têxtil, palha, metal e até pedra - e apreciada por todas as classes sociais em quase todas as culturas do mundo (BARROS, NAHUM, 1991). Sandálias são os tipos de calçados mais antigos e comumente encontrados em todo o mundo para cobrir os pés. Exemplos arqueológicos, descobertos da cultura Anasazi do sudoeste americano, datam de 8.000 anos. Estas sandálias trançadas por tecidos proporcionavam uma sola protetora flexível e utilizavam uma correia simples em forma de V.

**Palavras-Chave:** Sandália. História do Calçado. Evolução do Calçado.

---

### **ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA DE RECICLAGEM DE ÓLEO VEGETAL DE COMESTÍVEL NA CIDADE DE ADAMANTINA-SP**

Camila Taina Lucena Benhos, Gabriela Lemos dos Santos, Joice Mayume Arakaki, Milena Carolina Nonato Esteves da Silva, Rogério Buchala

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Fazenda Santo Antonio, 023. Adamantina - SP. camilalucena480@hotmail.com

**Resumo:** O óleo vegetal comestível foi desenvolvido com o intuito de facilitar a vida das pessoas, todavia, a maioria desse produto, após ser utilizado, é descartado de forma incorreta causando impacto ambiental. O objetivo deste trabalho é o estudo da viabilidade econômica e financeira da montagem de uma recicladora de óleo vegetal comestível, reinserindo esses produtos

no mercado de matérias primas e, ao mesmo tempo, solucionando o problema de descarte inadequado. Buscou-se dados sobre a legislação, descarte dos rejeitos, métodos de como devem ser descartados, informações sobre as quantidades produzidas anualmente além dos dados referentes as quantidades que são recicladas. O referido trabalho propõe uma solução sustentável para o meio ambiente, onde os clientes e a empresa se beneficiam com o processo de reciclagem. A empresa com o lucro enquanto o cliente com troca do óleo inservível. A captação de matéria prima deve ser programada e, através de propaganda e um plano de marketing, estabelecer pontos de captação nos supermercados da região, facilitando a conexão do público fornecedor com a empresa recicladora. Até o momento o empreendimento mostrou-se viável, porém, somente com o término da pesquisa é que poderá se traçar todos os índices financeiros acerca dos investimentos necessários para a posta em marcha da empresa.

**Palavras-Chave:** Óleo Vegetal. Reciclagem. Conscientização. Viabilidade. Poluição.

---

## **ESTUDO DE VARIÁVEIS PSICOSSOCIAIS FAVORÁVEIS AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Larissa Castilho Lopes, Magda Celia Cadamuro Pereira, Fulvia de Souza Veronez

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁ RIO DE ADAMANTINA, Av. Pedro Antônio Gomes 428. Inúbia Paulista - SP. larissacastilholopes@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo apresentar os estudos clínicos a respeito da violência familiar e os efeitos psicológicos e sociais nos pacientes a luz da Teoria Cognitivo Comportamental (TCC). A metodologia utilizada foi a partir de pesquisa bibliográfica em base de dados indexados como Scielo e Pepsic, uma discussão ampliada e apresentação de casos clínicos à partir da experiência de estágios em uma clínica-escola. Neste estudo foi analisado o perfil do agressor identificando o uso de bebida alcoólica, ciúmes, etc., da vítima, geralmente mulheres jovens/adultas, com idade entre 30 e 40 anos, vulneráveis emocional e culturalmente, com filhos e sem muita escolaridade, e as variáveis psicossociais que favorecem tal violência como as crenças distorcidas, contexto sócio-histórico, julgamentos e condições de dependência fazendo com que os comportamentos permaneçam, tornando cada vez mais um relacionamento abusivo. Com base na Teoria Cognitivo Comportamental (TCC) podemos utilizar técnicas como psico-educação e focadas na ressignificação de eventos traumáticos e na redução de sintomas de ansiedade, diminuir e/ou prevenir futuras revitimizações, trabalhar o ciclo da violência doméstica, discutindo e esclarecendo a sintomatologia e o tratamento. O impacto negativo gerado, pelo agressor, na vida da vítima tem resultado em transtornos de humor, transtorno de ansiedade, dores crônicas, isolamento social e o prejuízo pode refletir também nos filhos do casal. Conclusão: A vítima enfraquecida, ameaçada e com crenças disfuncionais instaladas não consegue se posicionar e tomar as devidas providências cabíveis na Lei 11340/06, reforçando ainda mais os comportamentos disfuncionais do agressor dando à ele a confirmação de poder sobre a mesma.

**Palavras-Chave:** Violência doméstica. Variáveis psicossociais. Clínica-escola.

---

### **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA A INSTALAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA DE RECICLAGEM DE PET NA CIDADE DE ADAMANTINA-SP**

Anderson Coradini Gabriel, Bianca Ribeiro Sanches, Cinthia Yukari Iasuki Takihara, Cristian Romeira Vitoriano De Oliveira, Igor Ramazzini Sampaio, Rogério Buchala

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Cassimiro De Abreu , 40. Adamantina - SP. anderson\_coradini@hotmail.com, ANDERSON\_CORADINI@HOTMAIL.COM

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é demonstrar a viabilidade econômica e financeira para a instalação de uma indústria de reciclagem de garrafa pet na cidade de Adamantina. O descarte de resíduos sólidos na região da Nova Alta Paulista é, ainda, aquém do que a legislação exige das cidades paulistas. Não existem recicladoras na região, o que tornam os lixões e aterros como as únicas opções para sucumbir estes resíduos. O plástico é o material mais utilizado hoje na cadeia produtiva alimentícia, fazendo com que seu percentual nesse descarte per capto seja significativo, atingindo, em determinadas épocas do ano, próximo de 65% desse total. Pesquisas realizadas por instituições empresariais CEMPRES (Compromisso Empresarial para Reciclagem) aponta que, cada habitante produz cerca de 1,2 kg de resíduos diários. Os métodos e materiais utilizados para elaboração do trabalho foram livros, artigos científicos, sites, entrevistas com pessoas que atuam no setor e, até o momento, os resultados obtidos foram satisfatórios. A quantidade de resíduos produzidos na região é acima da média nacional, o que significa a existência de matérias primas suficientes para suprir a demanda do empreendimento. Toda a pesquisa já realizada aponta para viabilidade econômica, porém, dado ao fato do trabalho não estar concluído, ainda não existem índices financeiros definitivos.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade. Econômica. Reciclagem. Pet. Indústria.

---

### **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA-SP**

Richard Morales de Souza, Aparecido Afonso Ribeiro Leal, Caio Cardoso Camargo, Gustavo Garcia Lopes Ribeira, Sérgio Gabriel Maia, Reinaldo De Oliveira Nocchi, Rogério Buchala

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Al. Dos Expedicionarios , 46. Adamantina - SP. ri-moralessouza@hotmail.com, daniele\_bisterco@hotmail.com

**Resumo:** Com o desenvolvimento acelerado da construção civil nos últimos anos no Brasil, em decorrência do crescimento econômico e dos projetos sociais voltados a obtenção da casa própria. Novos métodos de construção, no que tange a padrões, bem como a tecnologia envolvida nos materiais utilizados nas obras, tem mostrado que a indústria construção, precisou evoluir, para atender esse mercado em expansão. Os materiais pré-moldados são um exemplo das novas formas e materiais utilizados na construção, e tem como vantagem a qualidade, trazendo rapidez e organização na construção da obra planejada. O presente estudo será sobre a viabilidade da implantação de uma fábrica de pré-moldados de concreto, na cidade de

Adamantina-SP. A produção e a revenda de desses produtos, que vão desde a caixa de inspeção até lajes residenciais, sendo essenciais para o processo de construção. A justificativa do tema se dá devido ao grande número de construções residenciais vigentes na cidade e na região, com a abertura de loteamentos, casas populares entre outras construções. O objetivo do presente estudo é analisar a viabilidade de implementação de uma fábrica de pré-moldados de concreto na cidade de Adamantina. A metodologia utilizada será do estudo descritivo, no qual os dados coletados serão úteis para a análise de mercado, do ambiente interno e externo, elaboração do planejamento estratégico e realização de estratégias de marketing e negócios. Analisar o mercado, na busca de resultados que evidencie a demanda por produtos pré-moldados nas construções, pois o desenvolvimento de novas áreas urbanas é um indicativo que há espaço para o produto em questão. As empresas de pré-moldados também querem uma fatia desse mercado, e tem marcado presença nas construções, tornando-se comum a construção de obras com esse tipo de produtos.

**Palavras-Chave:** Construção. Materiais. Administração. Concreto. Produtos.

---

## **ESTUDO DOS ESPAÇOS LIVRES E ÁREAS DE LAZER NA CIDADE DE CASTILHO/SP**

Jucielen Possebon,, Taisa Mendes Camata, Márcio Fernando Gomes

Autor(a) curso de ARQUITETURA E URBANISMO - Unitoledo- Centro Universitário Toledo, Rua Aguapeí, 164. Araçatuba - SP. jucielenpossebon@gmail.com, jucielenpossebon@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho teve por objetivo estudar os espaços livres e áreas de lazer na cidade de Castilho-SP-, com o uso de técnicas de geoprocessamento, sensoriamento remoto e dados do censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2010. O trabalho realizou um diagnóstico dos espaços públicos voltados ao uso da população castilhense, considerando como espaço de lazer e livre, apenas os locais que apresentaram mobiliários urbanos de apoio para atividades de recreação. Apresentando a sua distribuição espacial, os raios de influência dessas áreas e a qualidade dos espaços, bem como efetuou o cálculo do Índice de Espaços Livres e Áreas de Lazer (IELAL). Para a realização da pesquisa foi utilizada a metodologia proposta por Gomes (2016), com mapeamento elaborado em uma base Ortofotos do ano de 2010, no software QGIS (versão 2.18) e idas a campo. Segundo a metodologia adotada, os resultados demonstraram que a cidade possui um total de 10 unidades de espaços livres e áreas de lazer, 40.787,42m<sup>2</sup>, 3,0m<sup>2</sup>/hab. e abrangem 73,24% da área urbana. A cidade apresentou um padrão de distribuição espacial de espaços livres e áreas de lazer desigual, com índices mais elevados na região central e ao norte da cidade e baixos índices na zona sul. O diagnóstico realizado pelo trabalho funciona como um dos medidores de qualidade de vida de Castilho-SP-, e contribuiu para compreensão da situação dos espaços livres e áreas de lazer da cidade relacionado, assim podem subsidiar novos estudos, o planejamento urbano e o desenvolvimento de políticas públicas locais.

**Palavras-Chave:** Espaços Livres. Áreas de Lazer. Qualidade de Vida. Espaço Público. Urbanismo.

---

## **ESTUPRO DE VULNERÁVEL**

Larissa dos Santos Menezes

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Dos Tucanos, 48. Bastos - SP. lylysantos24@hotmail.com, lyly\_lagoa\_@hotmail.com

**Resumo:** O tema abordado busca de forma ampla demonstrar a vulnerabilidade da criança vítima do estupro. Estando presente na sociedade desde a antiguidade causando grande repugnância e forte comoção, pode-se dizer que a violência sexual representa uma das maiores ameaças a humanidade e esse fenômeno encontra-se no contexto social, cultural e principalmente no âmbito familiar, sendo, portanto, presente em todas as fases históricas da civilização humana, nesse contexto há necessidade de adaptação e interpretação do Direito devido às transformações socioculturais, devendo adequá-lo de forma clara levando em conta os valores sociais e justo, fazer-se necessário o Estado de Direito Democrático, visar à proteção e o bem-estar das vítimas dos abusos sexuais, afastando a interpretação rígida das normas vigentes e procurando como objetivo o estudo da pessoa vulnerável, que não consegue exercer resistência contra o seu estupro, sendo, portanto, vítima de diversos atos sexuais. Enxergando a pessoa e sua necessidade para uma nova integração no seio da sociedade depois da violação sofrida em desfavor a sua dignidade sexual. E não tratando a vítima como objeto de investigação e meios de provas. Como já pode observar este trabalho é elaborado com o principal intuito de buscar evitar uma interpretação gramatical do crime de estupro regulada pelo nosso ordenamento jurídico em vigor artigo 217-A do Código Penal Brasileiro, mas com o objetivo de aprofundar nas formas e meios de solucionar os problemas gerados pela aplicação da letra seca da lei um critério objetivado para determinar a ocorrência ou não do crime de estupro de vulnerável, apenas no fato da sua ocorrência e não nos resultados e feridas ocasionados na vítima. Muitas vezes figura no polo passivo os próprios pais como autores do crime de estupro ou a realização desse crime ocorre com o consentimento destes deixando a criança ou o adolescente sem o devido amparo e proteção de quem deveria lhe proporcionar. Ainda que com a implantação da lei 13.715/18, em alguns casos a legislação falha no critério de proteção permitindo estes se manter na guarda dos filhos no decorrer do processo, os suspeitos do crime cometido contra a vítima tem fácil poder de influência sobre eles. O abuso sexual cometido pelo estupro configura-se quando o indivíduo se aproveita da fragilidade da criança, praticando atos libidinosos diversos da conjunção carnal ou a própria penetração do pênis na vagina ou ânus, para satisfazer os seus anseios sexuais. O abuso pode ocasionar inúmeras consequências irreparáveis à vítima, como lesões físicas, psicológicas e emocionais, muitas vezes chegando a causar-lhe a prática do suicídio, tendo em vista de que o abuso intrafamiliar pode pendurar por anos devido à dificuldade de ser descoberto pelo fato de que na maioria das vezes a única testemunha é a própria vítima do estupro. O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 2º determina que criança é a pessoa até 12 anos incompletos, portanto a criança abaixo de doze anos de idade ainda não possui completo discernimento claro e objetivo sobre o tipo da grave violência sexual que estão sendo submetidos.

**Palavras-Chave:** Estupro De Vulnerável . Âmbito Familiar. Dignidade Sexual. Vítima Criança. Proteção.

---

**FALÊNCIA NA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Patrick da Silva Pinto, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua João Vicente Daniel, 435. Tupã - SP.  
patricksilva\_333@hotmail.com, patricksilva333@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho apresenta enquanto questão principal a análise da ocorrência do processo de falência do empresário individual de responsabilidade limitada (EIRELI), objetivando compreender questões em que se envolvam a forma de execução do patrimônio do empresário dentro do processo de falência e também de procedimentos que auxiliam a cumprir o objetivo da falência. A EIRELI, por ser uma modalidade de empresa, que responde de forma “limitada”, em que o patrimônio da empresa é separado do patrimônio do empresário, respondendo em caso de dívidas somente o patrimônio da empresa. Em alguns casos, o empresário ao perceber que poderá perder bens da empresa, com finalidade de satisfação das dívidas, ele de forma fraudulenta, pega bens da empresa e passa para o seu próprio nome, nessa hipótese, poderá ocorrer o procedimento de desconsideração da personalidade jurídica, fazendo com que os bens da pessoa física, do empresário, respondam pela dívida, ou seja, quando ocorre essa confusão patrimonial, entre a empresa e empresário, a responsabilidade dos bens, no caso da EIRELI, deixa de ser limitada, e será “ilimitada”, haja vista que responde tanto os bens da empresa, quanto os bens do empresário até o limite da dívida. Diante desse contexto, vemos que existem formas de satisfazer a dívida da empresa, no processo de falência, evitando com que o empresário aja de má-fé contra os seus credores. A metodologia utilizada no trabalho foi desenvolvida de forma quantitativa tendo como base principal a leitura de doutrinas, de leis pertinentes ao assunto e artigos com assuntos específicos para a construção do tema.

**Palavras-Chave:** Eireli. Desconsideração da personalidade. Falência. Dívida. Patrimônio do empresário.

---

## FONTES DE INFORMAÇÕES PARA O SETOR ASSOCIATIVO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Natalia Cristina Rodrigues Ferreira, Jacquelin Teresa Camperos-Reyes

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - Campus de Tupã, Rua Marília. Tupã - SP.  
nataliacrisfer25@gmail.com

**Resumo:** São diversos os polos ligados à economia solidária, entre eles os empreendimentos solidários, e neles o setor associativo. A conformação de uma associação para os pequenos produtores é de suma importância visto que são diversas as vantagens como compra de insumos, equipamentos, maquinarias, bem como canais de venda mais eficazes. Entendo que ter acesso à informação marca diferencial entre um e outro produtor rural, este estudo centra-se em fontes de informações disponíveis para o setor associativo. O objetivo é narrar a visão de um pequeno produtor do estado de São Paulo à luz da disponibilidade de fontes de informações no contexto da associatividade. A pesquisa é exploratória, e utiliza como procedimentos metodológicos revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada. Realizou-se revisão bibliográfica na Google Scholar, tendo como descritores “Pequeno Produtor Rural”, “Economia Solidária”, “estado de São Paulo”, “Setor Associativo”, com coleta efetuada o 26 de julho de 2019. Os dados foram analisados mediante o uso de planilha eletrônica para classificar os

documentos recuperados e observar neles discussões sobre acesso a fontes de informações. A entrevista semi-estruturada foi realizada a um pequeno produtor da região. Com o filtro de pesquisa foram coletados 203 artigos sendo que somente dois documentos possuem relação direta com o objetivo desta pesquisa, indicando neles um contexto de políticas públicas na economia solidária, destacando em espaços criados pelo governo para a divulgação de informações, mas, com pouca universalização para o setor. Os demais artigos abordaram assuntos como conceitos e legislação em associações e cooperativas. Obtida a visão de um pequeno produtor vinculado com uma associação, foi observado que no relacionado a fontes de informações disponíveis ainda há muito por disponibilizar para o plano associação/associado. Tendo um panorama de escassa literatura que aborda a temática de acesso a fontes de informações para a economia solidária, aparece uma situação também de escassez de fontes distinguidas no nível associado, demarcando e justificando pesquisas que aprimorem o panorama de acesso a recursos de informação nesse setor da economia no Brasil.

**Palavras-Chave:** Setor Associativo. Pequeno Produtor. Acesso À Informação. Fontes de Informação.

---

#### **FORMAÇÃO CONTINUADA: O HTPC ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA OS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Jefferson Martins Costa, Ariadne de Sousa Evangelista

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT/UNESP, Noberto Valim 465. Presidente Prudente - SP. jeffin\_martins@hotmail.com

**Resumo:** Com o intuito de mostrar a importância da formação continua no âmbito da HTPC, o presente artigo visa refletir sobre a formação continua em uma escola municipal de Presidente Prudente, situadas na zona norte, periférica, em um distrito caracterizado por abrigarem uma população considerada de classe média – baixa, sendo a mão de obra da mesma bastante diversificada e não qualificada. Identificar a partir da experiência oportunizada pelo estágio obrigatório, como ocorre a formação de professores desenvolvida na unidade escolar de forma a propiciar a formação continua dos professores dos anos iniciais do Ensino fundamental. O objeto de estudo deste artigo centra-se nas seguintes questões: O que é o horário de trabalho pedagógico coletivo - HTPC? Será que está acontece no espaço escolar? Se sim, de qual forma? Dessa forma, o objetivo geral com esse trabalho foi identificar a partir da experiência oportunizada pelo estágio, se a HTPC é desenvolvida na unidade escolar de forma a propiciar a formação continuada dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, o trabalho encontra-se organizado em quatro partes, sendo a primeira introdutória descritiva, na sequência a metodologia utilizada, o desenvolvimento contendo o suporte teórico adotado articulando com as observações realizadas no estágio, as considerações finais abrangendo as minhas reflexões suscitadas durante o decorrer do trabalho e, por último, as referências bibliográficas. Concluímos que uma das possibilidades que compõem as ações de formação continuada são as HTPCs, visitas nas salas de aula, visita aos grupamentos e observação do caderno de planejamento, caderno do aluno e plano de anual de cada agrupamento e atendimento individual.

**Palavras-Chave:** Formação de professores. Htpc. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

## **FORMAÇÃO DOS DOCENTES NO CONTEXTO DAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Debora Dos Santos Felix, José Luiz Vieira De Oliveira, Ieda Cristina Borges

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Av. Capitão Jose De Oliveira. Adamantina - SP. deborasantofelix1999@gmail.com, smara7316@gmail.com

**Resumo:** A pesquisa destaca a Educação especial e a educação inclusiva com a necessidade de formação continuada de professores para atuar no atendimento escolar a alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino publica da rede estadual paulista. Por meio de uma pesquisa Bibliográfica, acontecendo no período de 16 meses, de Agosto/2018 a Dezembro/2019. Partindo de informações de bases de dados Scielo e Google acadêmico, anais de congresso científico da área de Educação Especial e livros relacionados à área para a reflexão da temática proposta. O estudo tem como objetivo analisar as dificuldades sobre questões dos desafios da inclusão e os motivos pelos quais os professores precisam ampliar seu conhecimento para que possa melhorar a inclusão. Levando em consideração a importância do professor com alunos em turmas em processo de inclusão, verificando possíveis adaptações curriculares. Destacam-se os desafios da educação inclusiva que precisam ser enfrentados. A importância que cada um deve ter para se manter dentro do assunto em sala. A relevância das adaptações curriculares que se dá ao professor a liberdade para modificar o currículo. Trazem os dois tipos de professores aptos a assumir o magistério. E o trabalho coletivo entre a escola, professores e familiares para alunos. Destaca também as possibilidades das tecnologias assistiva e de reconhecer que o conhecimento de tecnologia precisa ser algo presente dentro das escolas, como uma necessidade na nossa sociedade moderna que evoluiu cada vez mais e a importância das Tecnologias da informação e comunicação (TICs) como ferramenta mediadora entre ensinar e aprender.

**Palavras-Chave:** Educação. Educação Especial. Tecnologia a Escola. Formação dos Docentes.

---

## **FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE**

Isabela Alves Ruiz, Eliana Kátia Pupim.

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Gumerindo De Paula Machado, Nº 305. Tupã - SP. isabelaruizz@hotmail.com, ijr-ruiz@hotmail.com

**Resumo:** A função social da propriedade está relacionada diretamente com o direito de propriedade, o qual é fundamentado no interesse público, priorizando o interesse coletivo e buscando excluir o caráter essencialmente individualista, excludente e absoluto o qual foi implantado ao longo da Idade Moderna. O princípio da função social da propriedade surgiu no cenário brasileiro com o advento do Estatuto da Terra, tratando de temas importantíssimos para que a função social da propriedade seja exercida, como o cooperativismo, colonização, a política agrária e reforma agrária, uso e posse da terra. A Constituição Federal de 1946 promoveu mudanças em relação aos ideais que vinham da Idade Média, em preâmbulo ao princípio que

advinha com o Estatuto da Terra, contudo, podemos destacar que o Estatuto da Terra surgiu no decorrer do primeiro ano do regime militar, e que durante esse tempo nenhuma reforma agrária chegou a ser implantada. No entanto, a Constituição de 1988 trouxe avanços nos conceitos emitidos sobre a função social da propriedade, especialmente em seus artigos 5º, XXIII, 170, III, 184 e 186, onde autorizam a desapropriação das terras rurais de terras que não cumprem sua função social, sendo estas destinadas a reforma agrária. A Reforma Agrária objetiva a eliminação de pobreza no meio rural, garantia de condições de melhoria de vida para todas as pessoas, acesso de todos a terra e a permanência no meio rural, criação de novos campos de trabalho, produção de alimentos, combate à degradação da natureza e desigualdade social, preservação da biodiversidade vegetal, animal e cultural em todas as regiões no país. Conjuntamente, a Política Agrária, Fundiária e Reforma Agrária, são um conjunto de normas que tratam do aproveitamento do imóvel rural, regulando a relação jurídica entre o homem e a terra, disciplinando toda a estrutura de distribuição e fiscalização para que a propriedade cumpra sua devida função social e contribua com a justiça social e progresso do país.

**Palavras-Chave:** Função Social. Reforma Agrária. Política Agrária.

---

## **GESTACÃO NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR**

Rafael Lima Cervelheira de Oliveira, Isabela Toso, Magda Arlete Vieira Cardozo

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Augusto Padovan , 15. Adamantina - SP. cervelheiralima@gmail.com, rafa\_cerve@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho teve como objetivo investigar e discutir como uma gestação durante o período da adolescência, onde estima-se que tal jovem esteja vivenciando seu período escolar, pode estar relacionado com os índices de evasão escolar, caracterizando a Pesquisa em Educação para obtenção da Licenciatura em Psicologia. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados indexadas BVS-Psi Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil) e SciELO (Scientific Electronic Library Online), buscando artigos científicos de autores que explanam os assuntos, por meio das palavras-chaves Adolescência, Escola, Gestação, Parto e Puerpério e Evasão Escolar. Constatou-se que, para muito além do preconceito e das discriminações que a jovem pode enfrentar durante a gestação, o momento que produz maior impacto nos estudos é o pós-parto, quando a jovem torna-se mãe propriamente dita e terá que passar grande tempo cuidando de seu recém-nascido que, aos primeiros meses de vida, depende integralmente de cuidados para sobreviver, exigindo grandes adaptações biopsicossociais por parte da mãe. É neste marco que a hipótese da evasão escolar torna-se realmente preocupante, quando, ao tentar retomar suas atividades escolares, muitas mães adolescentes, diante da grande quantidade de conteúdos perdidos que precisaram ser revisados e repostos, optam por interromper os seus estudos. Levando-se em consideração, ainda, as condições socioeconômicas em que os brasileiros vivem, demandando rearranjos financeiros diante de um novo integrante na família, bem como os desafios enfrentados pelo sistema de ensino atual, concluiu-se que uma gravidez, com todas as complicações que esta condição traz para a adolescente durante sua experiência escolar, realmente pode estar relacionada aos índices de evasão escolar, uma vez que a maternidade demanda muito investimento físico e afetivo da jovem mãe, solicitando grande dedicação necessária para sua saúde e também a do bebê, tornando-se, a prioridade momentânea. Ressalta-se que a

evasão escolar pode representar a interrupção dos estudos, não significando, necessariamente, o fim da vida escolar, mas apenas uma pausa.

**Palavras-Chave:** Adolescente. Gravidez na Adolescência. Educação. Evasão Escolar. Escolaridade.

---

### **GESTÃO PÚBLICA PATRIMONIALISTA**

Bruna Saronardy Venceslau Leal, Caroline Cristina Santori Silva, Isabela Cristina Bosco de Oliveira, Luana Caroline Melari Machado, Thainá Gisele Gonçalves, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Francisco Rondon, 90. Valparaíso - SP. saronardybru@gmail.com

**Resumo:** A Gestão Pública Patrimonialista originou-se em função da revisão do papel do Estado e tem como finalidade a não distinção entre o que é patrimônio público e o que é patrimônio privado. Caracterizou-se pela forte presença do nepotismo, corrupção e corporativismo, onde o interesse interpessoal ganha mais espaço do que o interesse do cidadão que é deixado de lado, culminando como uso indevido de verbas públicas, pelos agentes públicos afetando a sociedade. O objetivo do presente estudo visa analisar o modelo de Gestão Pública Patrimonialistas, suas características, suas peculiaridades e as influências que o aludido modelo trouxe para o Estado brasileiro. Para elaboração do presente estudo, utilizamos-nos do método da revisão bibliográfica, com consulta a livros, e-books, artigos, sites e demais publicações sobre o assunto. Este modelo foi o primeiro a ser adotado no Brasil, seguindo do período colonial até a República Velha. Foi implantado com a vinda da família real que trouxe ao país um modelo onde não havia diferença entre bens públicos e privados. Sendo assim, baseado em um sistema que a dominação tradicional girava em torno de troca entre governantes e servidores prevalecendo os interesses particulares. Os resultados de nossas pesquisas mostram que algumas características desse modelo ainda vigoram na Gestão Pública contemporânea do país, quando nos deparamos com fatos ligados à corrupção, nepotismo e apego de políticos e agentes públicos a um modelo que perpetua privilégios. A realização do presente estudo permite concluir que a compreensão deste modelo de gestão e, sua principal função foi fundamental para que pudéssemos realizar uma análise clara sobre as contribuições que o modelo trouxe para a construção da sociedade brasileira.

**Palavras-Chave:** Gestão Pública. Patrimonialismo. Servidores. Estado.

---

### **GRUPO PSICOTERAPÊUTICO COM DEPENDENTES QUÍMICOS EM UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO: RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, SOFRIMENTO PSÍQUICO E SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS**

Andressa Dourado de Oliveira, Iago Yan de Carvalho Vieira, Magda Arlete Vieira Cardozo

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rodolfo Zarus, N 1057. Osvaldo Cruz - SP. andressadouradooliveira@hotmail.com, andressadouradoo@gmail.com

**Resumo:** O trabalho refere-se às práticas de estágio curricular em Psicologia do Trabalho, realizado ao longo do ano de 2019 por uma dupla de estagiários em um hospital psiquiátrico em um município da Nova Alta Paulista, que objetivou propiciar um espaço de escuta e acolhimento para compreender e refletir acerca das funções das substâncias psicoativas, e toda sua complexidade biopsicossocial, diante dos dilemas vivenciados em relação ao trabalho e o afastamento desse em decorrência da adicção. Sua realização se deu por meio de dinâmicas de grupo de frequência semanal, nas quais foram utilizadas fotografias como mediadoras e disparadoras de discussão, trazendo histórias, vivências e reflexões sobre as vidas dos sujeitos que estavam internados. Tratavam-se de dois grupos abertos, com 3 a 6 pacientes por encontro, sendo um com mulheres e outro com homens. Constatou-se que a dependência química representa um grande impacto na vida do sujeito e de quem está ao seu redor e que vários fatores correlacionados podem levar o indivíduo a chegar em uma situação crítica, como aspectos sociais, psicológicos, culturais, econômicos e o trabalho está entre tais fatores. O Trabalho, por si só, é um elemento de transformação da vida psíquica e social. Nas organizações ocorrem processos psicossociais que influenciam na vida dos indivíduos e a Psicologia do Trabalho tem por objetivo estudar o fator humano dentro da organização, enquanto resgata as condições e relações estabelecidas de e no trabalho e seus impactos na vida do sujeito, que por vezes incluem o afastamento das atividades laborais. Nesse percurso, o processo de desintoxicação pode envolver períodos de internação em alguma instituição, que pode variar conforme a gravidade e a política de cada instituição. As internações podem ser voluntárias ou compulsórias, sendo determinadas por um juiz. Conclui-se, portanto, pela importância de proporcionar ao indivíduo um ambiente seguro e acolhedor durante sua hospitalização, onde possa compartilhar suas experiências e vivências, entrar em processo de reflexão sobre sua existência e vínculos, e assim, ir gradualmente configurando uma nova perspectiva de enfrentamento e manejo da dependência química, para além da abstinência e remissão, mas o resgate de sua identidade, sua autoestima e o cuidado integral de seu quadro clínico.

**Palavras-Chave:** Hospitais Psiquiátricos. Alcoolismo. Psicologia . Toxicomania.

---

#### **GUARDA COMPARTILHADA**

Tatyelen Larissa Ferreira Forte, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Rua Pedro Antonio De Oliveira, 1155. Tupã - SP.  
Tatyelenlarissa17@gmail.com

**Resumo:** O tema tem por finalidade apresentar um estudo sobre a guarda compartilhada, diante da lei n°13058 de dezembro de 2014, ao qual essa modalidade busca priorizar o melhor interesse social do menor, incluindo o bem estar físico e emocional, como também suas garantias constitucionais, essa modalidade não extingue nenhum direito e dever que os pais tem em relação ao filho. A aplicação da Guarda compartilhada se dá após a ruptura do casamento, surgindo então a dúvida de com quem as crianças ficaram após a separação conjugal, no qual se tornou necessário a busca de um novo modelo de guarda, que prioriza uma relação harmoniosa entre os genitores e que irá beneficiar o bem estar do menor, essa modalidade de guarda possui suas próprias desvantagens sendo uma delas a falta de estabilidade com a mudança de rotina de uma casa para a outra. Contudo, o objetivo desse estudo abordando as problemáticas que existem no âmbito familiar, compreender como se dá a

aplicação da guarda compartilhada em nosso ordenamento jurídico brasileiro, compreender as modalidades de guardas que existem e qual a sua relevância social para a sociedade. A metodologia da presente pesquisa foi desenvolvida por meio de leituras de artigos periódicos, quais as bases de dados foram capes e Scielo, pesquisas bibliográficas, estudo da lei que rege a guarda compartilhada nº13058/14 e sites de referências para o tema. Diante desse contexto o tema tem como preceito demonstrar a importância da sua aplicação, mostrando que sempre irá priorizar o melhor interesse do menor e a harmonia entre os pais, assim o Instituto da Guarda compartilhada vem para regular a falta que existe em outras modalidades de guarda.

**Palavras-Chave:** Âmbito Familiar. Guarda. Separação. Harmonia.

---

#### **GUARDA COMPARTILHADA: ABUSCA PELO INTERESSE DO MENOR**

Leandro Cipriano Da Silva, Eliana Kátia Pupim.

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Rodrigo Francisco de Lima. Rancharia - SP.  
leandro.cipri07@gmail.com, leandro185brasil@hotmail.com

**Resumo:** A monografia tem como objetivo analisar um estudo sobre a Guarda Compartilhada diante da promulgação da lei nº 11.698 de 13 de junho de 2008, sobre aspectos de melhor interesse do menor. Trata-se de uma pesquisa para analisar a Guarda Compartilhada e sua aplicabilidade com perecimento da relação de seus genitores, ou se assim houve uma relação conjugal. Apresenta-se inicialmente uma introdução ao tema, com as hipóteses abordadas e suas possíveis confirmações, a metodologia que foi usada e a justificativa. Dos três capítulos que serão apresentados no primeiro será apresentado o Poder Familiar, a origem da família e os Direitos Fundamentais. Objetivo de estudo do segundo capítulo será apresentado as modalidades de Guarda. E, no terceiro e último capítulo, a parte conceitual legal de Guarda Compartilhada, com seus efeitos positivos e negativos no ordenamento jurídico brasileiro. O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da ruptura conjugal e os efeitos em relação ao menor, a aplicabilidade do instituto para a busca pelo melhor interesse do menor, permitindo que ela conviva com o pai e a mãe mesmo com o perecimento conjugal destes. Em conclusão ao tema analisado, depois de feitas a busca de elementos constitutivos ao tema abordado ficou com a ideia de que o menor, ou seja, a criança ou adolescente que sofre o dano causado pela ruptura conjugal e que sim tem que haver o maior cuidado possível para que com esse litígio conjugal não tome proporções negativas na vida futura do menor, necessário insistentemente que, na decisão seja sempre a busca pelo interesse do menor.

**Palavras-Chave:** Poder Familiar. Guarda Compartilhada. Direitos Fundamentais. Busca pelo Interesse do Menor.

---

#### **HARMONIA ENTRE OS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO?**

Vanessa da Silva Trinca, Alana Silva Xavier, Jéssica de Oliveira Dantas, Luana Ribeiro Marassi, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua. Ary Barroso, 1057. Adamantina - SP. vanessa\_trinca@outlook.com

**Resumo:** Muitos estudiosos e filósofos discutiam sobre a política e sua organização, entretanto, foi o filósofo político e escritor francês Charles Louis de Secondat(1689-1755), quem desenvolveu no século XVIII, a teoria da separação dos poderes. Em sua obra "O espírito das leis", a teoria apresentava a divisão dos poderes políticos e seus campos de atuação. A república brasileira atualmente formada por três poderes: executivo, legislativo e judiciário, cada um atua em determinada área do estado e não pode pelo menos em teoria interferir nas ações do outro. A ideia central é favorecer um estado mais justo, democrático e igualitário para todos os cidadãos. O poder legislativo brasileiro é exercido pelo congresso nacional e pelas assembleias legislativas estaduais que por sua vez, é composto pela câmara dos deputados e pelo senado federal. As duas casas possuem poder equivalente, mas características distintas. A câmara de deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos por voto proporcional isto é de acordo com a população de cada estado. Os membros do senado também são eleitos por voto direto, mas majoritário e não proporcional, ou seja, cada estado tem três senadores igualmente eles representam a unidade federativa e não a população daquela unidade, cada senador é eleito com dois suplentes. Nos estados o poder legislativo é representado pelas assembleias legislativas, compostas por deputados estaduais. Já nos municípios os representantes do legislativo são os vereadores, que compõem a câmara de vereadores. O segundo papel que o legislativo realiza é a fiscalização contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial do poder executivo. Para o cumprimento das funções desse poder, deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente por quais quer de suas opiniões, palavras e votos. Já o poder judiciário a atividade administrativa exercida por ele dentro do chamado sistema de "freios e contrapesos", onde também se verifica a atividade regulatória (típica do poder legislativo), ao dispor sobre as matérias que lhe dizem respeito diretamente, Para a consecução de seus objetivos, o judiciário executa todas as atividades meio que seja necessária a prestação de jurisdição, como concursos, contratação e treinamento dos servidores, executarão de obras e compra de materiais de consumo. Esse poder possui autonomia administrativa e financeira garantidas pela constituição, em relação aos demais poderes. Desta forma esse poder é composto por diversos tribunais como STF, sua principal função é garantir o cumprimento das leis nos pais e respeito à constituição no âmbito federal. Conclui-se que a importância do poder legislativo decorre da criação de normas que afetam toda a sociedade brasileira a população em geral e a população compartilhada dentro de cada estado membro e distrito federal, e do fato de que fiscaliza outro poder de modo a conter os excessos dele como no caso do poder executivo, já no poder judiciário podemos concluir que cabe aos poderes públicos a realização dos direitos fundamentais com a maior eficácia possível. Portanto, é dever da administração pública desenvolver e aplicar políticas públicas, com a finalidade de atender o interesse público e cumprir a constituição.

**Palavras-Chave:** Poder Legislativo. Administração Pública. Modelos de Administração. Poder Judiciário.

---

## HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO

Dhaynara Medina, Samanta Aparecida Zubinha Maciel, Bruno Pinto Soares

Autor(a) curso de HISTÓRIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Pará, 565. Parapuã - SP.  
dhaynaramedina@hotmail.com, dhaynaramedina@gmail.com

**Resumo:** O trabalho em questão é um estudo de caso sobre o uso da ferramenta História em Quadrinhos como recurso pedagógico. Visa explicar a introdução da arte em bandas no cenário brasileiro e como esse mecanismo contemporâneo pode ser desenvolvido no meio educacional. Foi um meio muito perseguido, em especial na década de 1950, quando foi caracterizado como prejudicial a criança e ao adolescente, somente nos anos 90 foi abordado na LDB como linguagem que deveria ser utilizada, porém encontra muitas barreiras ditadas pela ignorância no trato desse meio, cabendo apenas como ilustração complementar e não como foco. Através desse estudo buscamos apontar a pluralidade de formas a qual a HQ pode transmitir o saber, além de analisar como o aluno interage com ela em sala de aula. Nossos dados foram recolhidos por meio do projeto Residência Pedagógica, na cidade de Osvaldo Cruz, com alunos do 8º ano do Ensino Fundamental, no qual diagnosticamos dificuldade na interpretação de imagens e linguagem figurada. Os quadrinhos mostram-se como valiosos aliados nessa questão, abordando o oral e o visual, além de fazer parte do cotidiano do aluno como ferramenta lúdica, permitindo que o professor alcance o estudante que está cada vez mais afastado das linhas mais tradicionais, vale frisar que o presente trabalho não cogita um substituto aos textos escritos, livros didáticos e demais formas de estudo, cada ferramenta apresenta suas vantagens, as histórias em quadrinhos são apenas uma das diversas formas de se trabalhar e podem obter resultados diversos dependendo da clientela disponível no ambiente escolar.

**Palavras-Chave:** História Em Quadrinhos. Educação No Brasil. Estudo de Caso. Charge. História Nova.

---

#### **ICMS: GUERRA FISCAL E SUA TRIBUTAÇÃO**

Pedro Henrique Plaça De Oliveira, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Brasil, 1270, Apto 48. Tupã - SP.  
pedrohenrique.vendas80@gmail.com, pedro.oliveira@proeste.com.br

**Resumo:** No Brasil é frequente a guerra fiscal entre os Estados e Distrito Federal em relação ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como a mesma competição ocorre entre os municípios, onde se recolhe o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). A disputa pode provocar desequilíbrios na concorrência não só entre os entes da federação como entre os contribuintes que se encontram na mesma situação e são tributados diferentemente. A guerra fiscal se caracteriza por concessões unilaterais, pelos Estados e Distrito Federal de benefícios e isenções de natureza fiscal relativas aos impostos (ICMS ou ISS). Estas medidas objetivam tornar atrativo o território de Estados e Municípios, através da redução do ônus tributário, com concessões de vantagens para sociedades que estejam instaladas. As políticas públicas de incentivo concedidas pelos Estados e Municípios se caracterizam pela redução ou eliminação, direta ou indireta da tributação. Tais políticas podem até consistir na redução do imposto, porém, visam o aumento de investimentos, ampliações dos postos de trabalho entre outros benefícios para a região. No que tange o desenvolvimento econômico e social de um ente da federação, a Guerra Fiscal pode ser prejudicial, pois diminui a arrecadação e provoca disputas jurídicas entre Estados. Em razão do

exposto, a questão que motiva o desenvolvimento deste projeto é saber se a Guerra Fiscal beneficia ou prejudica os Estados e Municípios? Como hipótese crê-se que a unificação de tributos preservaria a igualdade entre todos os Estados dentro da ordem nacional, por fim, sugerindo a extinção da Guerra Fiscal e a colocação de um sistema mais justo para todos, sem que haja disputas entre Estados e Municípios. O trabalho optou por uma abordagem qualitativa, empregando o método de pesquisa bibliográfica, sendo que o corpus da literatura analisada foi coletado no Portal de Periódicos da CAPES, e Scielo empregando os descritores “guerra fiscal”, “impostos”, “Estados e Municípios”, “isenção tributária”, “Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)”, “Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)”.

**Palavras-Chave:** Imposto. Guerra Fiscal. ICMS. Isenção tributária. Tributos.

---

### **IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA BÁSICA NA PERMANÊNCIA DE PEQUENOS EMPREENDIMENTOS NO MERCADO COMERCIAL.**

Paula Francisco Escalianti, Jacqueline Pereira dos Santos Souza

Autor(a) curso de TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL - Adamantina, Rua Santa Catarina, 475. Adamantina - SP. efpaula@hotmail.com, paulaescalianti@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por propósito discursar sobre a necessidade de aprofundamento de formação do indivíduo no quesito de administração financeira, a fim de proporcionar estabilidade na inserção de empreendimentos de pequeno e médio porte no mercado. Recentemente tem-se notado o constante desenvolvimento de ações comuns cotidianas, dentre eles o da consciência financeira. A questão interfere diretamente nas decisões sobre consumo, orçamento doméstico, qualidade de vida, investimentos, em suma todas as ações corriqueiras financeiras. Frequentemente, pesquisas quantitativas são realizadas em relação a esta temática, principalmente, por um dos órgãos privados que acompanham a iniciativa de empreender no Brasil, o SEBRAE; a expansão acelerada de empresas, essa caracterizada principalmente por microempresas, empresas de pequeno porte e, principalmente, microempreendedores individuais; juntamente com a ânsia do exercício vem a bagagem de responsabilidades e obrigações dentro do negócio. A questão adveio no momento em que se observou o gradativo encerramento dessas empresas em um curto período e motivos pelas quais interromperam seus ofícios. As pequenas e médias empresas têm papel fundamental de participação na economia brasileira, daí a preocupação de contribuir nesse plano. Enfim, diante da pesquisa realizada, pode-se perceber que a temática da educação financeira, se elencada para a realidade dos estudantes, dos empresários e toda a sociedade na atualidade, pode atuar de maneira significativa para o crescimento de pequenos empreendimentos, tendo em vista que este setor possui representatividade significativa para a sustentação da economia brasileira. Enfim, identifica-se uma possibilidade de melhoria no desempenho desses pequenos empreendedores, ao tornar as informações sobre conteúdos básicos de finanças podem influenciar em bons resultados, tanto para micro e pequenos empreendedores, no que tange a adoção de novas práticas de gestão e consolidação no mercado comercial, como também para o desenvolvimento econômico da sociedade de maneira geral.

**Palavras-Chave:** Educação Financeira. Micro e Pequenas Empresas. Administração Financeira. Empreendimentos.

## INDIRETAS JÁ!!!

Stefani Marinho Rocha, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - Unifai, Rua Manoel Bandeira, 29. Adamantina - SP. stephany\_marinho@hotmail.com, stehmarinho\_rocha@hotmail.com

**Resumo:** A expressão Administração Pública possui vários sentidos, é o conjunto de pessoas jurídicas, órgãos e agente públicos que exercem a função administrativa, portanto, corresponde ao “quem” exerce tal função de como se atingi as finalidades do Estado. A administração indireta do Estado é o conjunto de pessoas jurídicas que, vinculadas à administração direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada. Seu objetivo é a execução de algumas tarefas de interesse do Estado, através de pessoas jurídicas. Quando não pretende executar certa atividade através de seus próprios órgãos, o Poder Público transfere a sua titularidade ou execução a outras entidades. A metodologia adotada para realização do presente estudo, foi a revisão bibliográfica, com consulta a livros, ebooks, sites especializados e demais documentos. As entidades políticas podem criar entes descentralizados, as chamada entidades administrativas, que são entes com personalidade jurídica própria. No Brasil, os entes administrativos são: autarquias, fundações públicas, empresas publicas e sociedade de economia mista. É de extrema importância que a criação das entidades da Administração indireta seja efetuada através de leis específicas. No tocante à personalidade jurídica, todas as entidades da Administração indireta são criadas como pessoas jurídicas, podendo ser tanto de direito público como de direito privado, sempre de acordo com o caso. Tais entidades têm capacidade específica para melhorar a execução de determinados serviços, auxiliando o Poder Público. Além disso, para sua regulação, estabelece o art. 4º do Decreto-lei 200 que as entidades serão vinculadas ao Ministério cuja área de atuação estiver enquadrando sua principal atividade, de modo que haverá um intenso controle estatal exercido pelo Poder Executivo, com a única finalidade de garantir que a entidade criada não se desvie dos fins para os quais foi designada, e por isso, sujeita-se ao princípio da especialização. No âmbito federal esse controle denomina-se supervisão ministerial. Já no âmbito estadual e municipal as entidades descentralizadas recebem o controle das secretarias, e denomina-se de tutela administrativa. De todo modo, é necessário que estas entidades tenham autonomia administrativa, mas também que sejam ligadas ao Estado, logo elas têm, para tanto, patrimônio próprio e orçamento público. Assim, como têm parte do patrimônio composto de orçamento público, devem se submeter às regras da licitação e os servidores à realização de concurso público. Com efeito, antes a elevada quantidade de serviços e atividades que não seriam realizados de maneira adequada por uma única pessoa, a descentralização administrativa traz diversos benefícios para a Administração Pública. E esta hipótese independe da comprovação de dolo ou culpa do responsável pelo dano, bastando, para a indenização, que seja comprovado o nexo de causalidade entre o evento e o dano. As entidades devem, por fim, obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade eficiência, por serem os pilares de sustentação de toda Administração Pública. Portanto, podemos concluir que Administração Publica indireta uma vez que serve não só para substabelecimento de atribuições burocráticas, mas também enquanto fonte integradora da suprema área em torno mais rápido aos procedimentos administrativos nas entidades, havendo um melhor funcionamento.

**Palavras-Chave:** Administração Pública Indireta. Poder Público. Poder Executivo. Entidades. Pilares.

---

#### **INFLUÊNCIA DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL**

Matheus Gabriel Capaldi Iorino, Ana Julia Aparecida Silva, Ana Paula Barbosa de Carvalho, José Carlos Dias de Lima, Paulo Henrique de Souza Matos, Alceu Teixeira Rocha

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Avenida Adhemar de Barros, 45 . Adamantina - SP. matheus.iorino@hotmail.com

**Resumo:** Capital estrangeiro é todo aquele investimento que vem de fora do país. Seja ele feito por pessoas físicas ou pessoas jurídicas. Toda entrada de recurso estrangeiro deve ser registrada no Banco Central. demonstrar seus principais aspectos, fazer comparações entre os países que são adeptos a esse estilo de economia, mostrar pontos favoráveis e desfavoráveis sobre esse capital. O objetivo do trabalho é disponibilizar informações sobre as influências do capital estrangeiro no Brasil e no mundo, priorizando o nosso país e salientar pontos positivos e negativos do tema, expondo informações que facilitem o entendimento. Como o tema está bastante explícito nesses últimos anos, principalmente neste ano (2019), abordaremos informações atuais, e destacaremos também o possível acordo entre MERCOSUL e União Europeia, que está totalmente ligado ao nosso tema. Durante quatro anos o Brasil foi convencido de que, na era da globalização, o que valia era o capital, sua eficiência e sua competitividade, que a preocupação com o emprego, razão que deve ser suprema para todo governo, era antiquada e desnecessária, enquanto o Estado e a soberania seriam reliquias de um passado ruim. Na base de tudo, estaria agora o capital - sem pátria, abundante, progressista e capaz de tudo resolver - desde que fosse tratado sem distinções e que não se colocassem restrições aos seus movimentos. Portanto, a disciplina dos movimentos de capital por taxas, como proposto por Tobin, ou pelo Fundo Monetário Internacional, tal como este existe ou reformado, advogada por economistas e políticos, em geral da periferia, não deverá ocorrer em tempo previsível, pois os países que controlam de fato e de direito o FMI não parecem ter interesse maior em sua reforma, ou na imposição de disciplina aos seus próprios capitais.

**Palavras-Chave:** Capital . Estrangeiro. Brasil. Investimento. Banco Central.

---

#### **INICIATIVA DO POPULISMO PENAL E SUAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Flávia Marques dos Santos, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Princesa Isabel 583. Herculândia - SP. marquesflaviasantos@gmail.com, marquesisabelsantos@gmail.com

**Resumo:** O trabalho de projeto de pesquisa trata-se, de um fenômeno onde maioria da população brasileira expressa sua indignação em casos de grande comoção social e luta pelo o apoio de políticas públicas que abrange o legislativo e o judiciário. Irá abordar o tema de "Iniciativa do Populismo Penal e Suas Alterações na Legislação Brasileira", onde ocorre também a

mitigação pelas garantias e direitos constitucionais resguardadas a população, bem como o aumento da pena e da repressão da condenação criminal do indivíduo que comete crime na sociedade. Verifica-se, entretanto que o objetivo é elencado em verdadeiras discussões capazes de melhorar e resguardar a segurança jurídica no nosso sistema dentro do ordenamento penal brasileiro. Insta salientar que tal pressão social sempre existiu, há e importantes relatos históricos abordados pela mídia e que repercutiram intensamente para grandes problemas de políticas públicas serem solucionados pela alteração na legislação. No entanto na esfera criminal, o tema tratado é abordado com intensidade, tendo em vista que o emaranhado de artigos que existem no Código Penal não é de total abrangência a todos os crimes, ou um ato que até então não tenha sua figura tipificada, e se caracteriza pela busca de apoio popular ao endurecimento penal. Cabe ressaltar que foram apresentados os objetivos do projeto de pesquisa, onde será utilizada bibliografia gráfica, pesquisa básica pura, pesquisa documental, pesquisa aplicada, pesquisas explicativas de casos em que o populismo penal se efetivou em prática, pra que sejam alcançados os objetivos do pré-projeto de pesquisa.

**Palavras-Chave:** Solução. Indignação. Políticas Públicas. Legislação Criminal. Segurança Jurídica.

---

#### **INTERFACE DO DESGASTE EMOCIONAL DA MULHER MODERNA: AS EXAUSTIVAS JORNADAS DE TRABALHO E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL**

Lucimara Sousa dos Santos, Vitoria Demarque Medeiros, Claudia Regina Parra

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - FACULDADE DE DRACENA, Rua Virgilio Pagnozzi , 51. Dracena - SP. lucimarasousa13@hotmail.com, pjjunqueiropolis@bol.com.br

**Resumo:** O estudo descreve a influência das questões de gênero nas relações sociais, destacando os desafios que as mulheres perpassam para transcender alguns espaços de conquistas e ganhar visibilidade. O objetivo é compreender o impacto da exaustiva jornada de trabalho na saúde mental da mulher moderna. Para tanto, utilizou-se um estudo de natureza bibliográfica a partir de materiais já elaborados permitindo uma melhor investigação dos processos e resultados. Foram selecionados 22 artigos, abordando os temas: mulheres empoderadas, tripla jornada, saúde mental da trabalhadora no período de 1949 a 2019. Após a análise desses materiais e classificação por similaridade foram apontados caminhos que poderão contribuir para uma melhor reflexão da temática. Percebe-se que grandes avanços conquistados pelas mulheres apontam pensamentos divergentes. Se por um lado os acúmulos dos múltiplos papéis registrados mediante pesquisas demonstram que as mulheres estão acometidas pela sobrecarga física e emocional apresentando cada vez mais episódios recorrentes de dores físicas, como por exemplo, LER e sofrimento psíquico, como depressão, outros estudos consideram que atuação da tripla jornada beneficia a saúde física e mental e garantia de bem-estar, apontando que, apesar das responsabilidades, do esgotamento físico e ou/mental ainda assim a tripla jornada proporciona benefícios à saúde, ganho em poder o que torna possíveis sentimentos de independência, controle e autoestima elevada. Este estudo marca a importância do profissional de saúde estar atento e sensível a acolher a pluralidade dos sujeitos, oportunizando a discussão do trabalho como processo de saúde e doença. Os dados levantados nesse estudo em geral, têm como principal importância sugerir a necessidade da ampliação da

disponibilidade de serviços de assistência aos sujeitos em sofrimento por ter relativamente pouco estudo sobre as causas do aumento do adoecimento psíquico nos dias atuais e tornar como um tema de visibilidade.

**Palavras-Chave:** Saúde mental. Mulheres. Relações. Tripla jornada.

---

## **INTERVENÇÃO CLÍNICO SOCIAIS JUNTO A PACIENTES COM COMPORTAMENTOS AUTOLESIVOS E SUAS FAMÍLIAS**

Leonardo Ribeiro Elias, Daiane Aparecida Costa dos Santos, Erica Fernanda Pereira, Leticia Durães de Souza, Magda Celia Cadamuro Pereira, Ana Vitória Salimon Carlos dos Santos

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Geronimo Ravagnani, 440. Lucélia - SP. ribeiro.lre@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apresentar experiências e reflexões sobre intervenção clínico-social em uma clínica-escola, junto a pacientes com comportamentos autolesivos e suas famílias. O número de comportamento autolesivos vem aumentando no Brasil e no mundo, diferentes modalidades de intervenções preventivas como posventivas se fazem necessárias. O projeto ao qual pertencemos nomeado como Rede Promover Vida, é um espaço de interlocuções e ações que visa a ampliação de conhecimentos, competências e atitudes para a promoção da saúde, prevenção ao suicídio e outras violências.. Uma das intervenções do projeto é o atendimento ao público na clínica-escola, pelos estagiários de psicologia institucional/social a partir de uma perspectiva clínico-social. O comportamento autolesivo pode apresentar-se sem intenção suicida ou caracterizar-se como um comportamento suicida. Utilizaremos como método relato de experiência e reflexões a partir de vivências no estágio em psicologia institucional/social, nos atendimentos, supervisões, contatos com a comunidade e com órgãos da rede articulada pelo projeto Promover Vida na cidade de Adamantina/SP. A intervenção Clínico-social foi escolhida como modalidade de atendimento ao público, pela possibilidade de articulação com o social quando do atendimento individual a pessoas e familiares em situação de crise, que apresentam comportamentos autolesivos e outras formas de violência. Os atendimentos são oferecidos toda a semana no Núcleo de Psicologia da Unifai, incluindo atendimentos a família e parcerias com profissionais de outros serviços, atendendo demandas encaminhadas de órgãos e instituições de toda região. A proposição inicial foi a implementação do pronto atendimento, oferecendo de uma a quatro sessões, porém, observou-se a necessidade do aumento das sessões em casos de autolesão e de encaminhamentos em crise. Portanto, foi adotada a prática com a psicoterapia breve focal, oferecendo de cinco a dez sessões até o paciente ter condições de ser encaminhado para serviços de atendimento clínico individual ou em grupo. A falta de vagas para encaminhamentos a outros dispositivos e órgãos da rede de saúde, faz com que pacientes permaneçam mais tempo em atendimento na área institucional/social, resultando em poucas possibilidades de atendimentos comparadas a demanda da região. Ao notar-se essas dificuldades, a implementação dos dispositivos grupais se torna alternativa não só para maiores possibilidades de atendimentos, mas como ferramenta preciosa para aprender a conviver com o outro, e suas diferentes formas de pensar e de sentir. No presente resumo apresentamos reflexões, possibilidades e dificuldades das intervenções clínico-sociais junto a pacientes com comportamentos autolesivos e suas famílias, tema importante devido ao seu impacto social e a falta de políticas públicas frente a crescente demanda.

**Palavras-Chave:** Autolesão. Intervenção Clínico-social. Serviço-escola de Psicologia. Crise. Estágio.

---

#### **JOVEM APRENDIZ: CONTRATAÇÃO DE JOVENS APRENDIZES**

Paloma Godinho de Souza, Daiane Oliveira Silva, Paula Daiane dos Santos, Fabiano Pinto Neves, Fernanda Yamauchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Dos Cedros, 79. Lucélia - SP. palomagsouza2010@hotmail.com, tccjovemaprendiz2019@gmail.com

**Resumo:** Jovem aprendiz, menor aprendiz, ou aprendiz legal foi uma lei aprovada no Brasil em 2000 e regulamentada em 2005 que rege a contratação de jovens aprendizes por empresas de médio e grande porte. O trabalho tem por objetivo analisar as dificuldades que as empresas têm na contratação de jovens aprendizes, identificar projetos de formação para jovens aprendizes na região da Alta Paulista e verificar junto às empresas quais são as maiores dificuldades que elas encontram na contratação de jovens aprendizes. Para esse trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, a pesquisa bibliográfica foi realizada através de consultas por meio de sites, revistas, livros e documentos. A pesquisa de campo foi realizada com empresas de médio e grande porte, que são, por lei, obrigadas a terem em seu quadro de funcionários jovens aprendizes e empresas recrutadoras de jovens. Essas pesquisas aconteceram com empresas da cidade de Tupã e Herculândia, de diversos ramos do mercado. Através da pesquisa foi possível perceber que cada empresa tem sua maneira particular de lidar com os Jovens Aprendizes. A pesquisa aponta que os jovens têm dificuldades em relação aos problemas pessoais e familiares o que acaba prejudicando no ambiente de trabalho. Dada a importância do assunto, tornam-se necessários projetos para amadurecimento emocional desses jovens aprendizes, assim proporcionando facilitar o momento em que ingressam na empresa e também auxílio aos empregadores de como lidar com a falta de maturidade, buscando assim melhorar o relacionamento dos empregadores com os jovens aprendizes contratados.

**Palavras-Chave:** Qualificação. Jovens. Profissão. Dificuldade. Aprendizes.

---

#### **JUSTIÇA ENQUANTO EQUIDADE E PENSAMENTO SISTÊMICO COM FUNDAMENTOS PARA REFORMAS INSTITUCIONAIS**

Pedro César Sousa Oliveira, Leticia Lourenço Sangaletto Terron

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua 7, 318. Santa Fe Do Sul - SP. pedro.cesar@outlook.com, pedrocesar.contato@gmail.com

**Resumo:** O Estado Brasileiro, vinculado por meio de seu ordenamento jurídico, possui como dever a promoção dos direitos fundamentais para todos os indivíduos. Contudo, embora positivado, essa obrigação distancia-se de muitos cidadãos em distintas partes do país. Considerando o atual cenário de desequilíbrio fiscal e inefetividade de políticas públicas, bem como da necessidade de teorias sociais que proponham soluções potencialmente efetivas para os problemas nacionais, o presente trabalho tem como objetivo analisar comparativamente a aplicabilidade dos escritos de John Rawls e Peter Senge na estrutura

administrativa brasileira em busca de novas contribuições para o debate acerca do tema. Para alcançar o objetivo geral do trabalho utiliza-se de uma pesquisa descritivo-explicativa, com abordagem qualitativa, de vertente jurídico-dogmática. Adotou-se o método comparativo, por meio de revisão documental e bibliográfica. Em um primeiro momento, foi realizada a análise da teoria social neocontratualista de John Rawls. Posteriormente, a averiguação da teoria organizacional de sistemas de Peter Senge. Após, verificou-se eventual desenvolvimento da junção de ambas teorias, a chamada justiça equitativa sistêmica, com a estrutura jurídica brasileira e se elas fornecem contribuições para o debate de efetividade dos direitos fundamentais. Os resultados alcançados demonstram que, por parte da justiça como equidade rawlsiana, os procedimentos equitativos podem ser pensados para o desenvolvimento de uma justiça institucional no processo constitucional, legislativo, fático e a sequência de quatro estágios pode suportar a comparação com o aparato estatal brasileiro, uma vez que o Estado, nos moldes constitucionais atuais, representa o mesmo pretense pacto inicial, percorrendo o caminho habitual, corroborando por um ordenamento jurídico conforme o ideal rawlsiano. Porém, verificando a insuficiência da teoria rawlsiana para lidar com os processos internos da administração pública, alocou-se os escritos de Senge para o desenvolvimento das cinco disciplinas das organizações sistêmicas adaptadas para o conteúdo jurídico da gestão da administração pública. Após o panorama proposto com base na bibliografia selecionada, indagou-se o como seria o desenvolvimento de tal estrutura, mesclando ambas teorias com o modelo federalista tripartite. Averiguou-se que seria necessária uma divisão entre aplicação lato e estrito sensu. No âmbito lato, seria aplicada a estrutura procedimental rawlsiana, baseada na sequência de quatro estágios, adaptada para a administração, ao passo que, no estrito, seriam realizadas modulações conforme o Pensamento Sistêmico e as demais disciplinas. Sendo assim, conclui-se que, aplicadas à administração pública, ambas teorias podem trazer contribuições para o debate, proporcionando potenciais melhorias para a gestão de pessoas e recursos, e, conseqüentemente, ampliando a efetividade dos direitos fundamentais.

**Palavras-Chave:** Filosofia Do Direito. Administração Pública. Justiça.

---

## **JUSTIÇA RESTAURATIVA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

Graziele Bortolato Fernandes, Luciana Renata Rondina Stefanoni

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Avenida Rio Parana, 612. Santa Fe Do Sul - SP. fernandes.graziele11@gmail.com, grazih97@hotmail.com

**Resumo:** A justiça restaurativa é adotada no Brasil há cerca de 10 anos, e tem como fundamento a resolução de conflitos entre as partes, por um processo colaborativo, onde se coloca em um ambiente guardado de segurança jurídica, buscando a solução não apenas da punição, mas também a reparação de danos emocionais ocasionados com a conduta do infrator. Nessa linha de raciocínio, a justiça restaurativa começou a ser implantada nos delitos de menor potencial ofensivo, operado na Lei nº 9.099/95, seja na composição de danos ou na transação penal. Sob este prisma, surge a justiça restaurativa, que propõe uma nova forma de resolução dos conflitos, mais humano, legítimo e democrático, proporcionando a reflexão, o diálogo e o empoderamento entre as partes para uma verdadeira solução. A justiça restaurativa tem como maior benefício atingir a pacificação das relações sociais de forma mais efetiva do que uma decisão judicial, sendo, desta forma, uma alternativa para o

sistema penal brasileiro, bem como a mediação de conflito por promover a autocomposição resguardada na autoria e na responsabilidade de cumprir o que foi acordado entre as partes. Nesse sentido, a justiça restaurativa além de ser um complemento para a justiça retributiva, que é a forma como o Estado tem de punir o infrator perante a conduta praticada por ele, tendo como objetivo castigar o ofensor. No entanto, a justiça restaurativa foi desenvolvida para restaurar a quebra do relacionamento sofrido pelo ato infracional entre infrator e vítima, diante da sociedade em que vivem. O objetivo deste projeto é analisar a possibilidade de aplicação da justiça restaurativa no sistema penal brasileiro, como forma alternativa de solução de conflito. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura através do método dedutivo, com pesquisas em doutrinas, revistas jurídicas, artigos científicos e legislação.

**Palavras-Chave:** Justiça Restaurativa. Mediação. Resolução de Conflito. Sistema Penal.

---

### **JUSTIÇA RESTAURATIVA E SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: É POSSÍVEL TROCAR AS LENTES?**

Maria Lúiza Bueno Dalaqua, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdades Adamantinenses Integradas, Avenida Antônio Chavareli, 1677. Lucélia - SP. maludalaqua@hotmail.com, malu.dalaqua@gmail.com

**Resumo:** O trabalho aborda sobre o movimento da Justiça Restaurativa, surgido em meados dos anos 70 em países da América do Norte e Europa Ocidental, propondo o resgate de antigas tradições pautadas em diálogos pacificadores e construtores de consenso dos povos indígenas, africanos e aborígenes. O objeto em estudo aborda a aceitação da Justiça Restaurativa no sistema jurídico brasileiro. Trata-se de um estudo amplo e complexo, englobando desde o seu surgimento à aplicação nos casos concretos, o que exige a quebra de vários paradigmas, ou a “troca das lentes”, pois a Justiça Restaurativa compreende o conflito não só como a violação da lei penal e sua consequente necessidade de punição, conforme o atual modelo de Justiça Retributiva, e sim como um dano decorrente da violação das relações interpessoais para, a partir daí, procurar a efetiva reparação, ou pelo menos, a amenização dos prejuízos sofridos pelo ofendido e a posterior reintegração do ofensor a comunidade local, restabelecendo a convivência saudável e harmônica. A análise acerca dos quadros brasileiros de crime e reincidência, assim como o atendimento que o Estado presta às vítimas e a satisfação das mesmas, demonstra estatísticas desanimadoras que evidenciam os problemas do modelo retributivo, diminuindo a confiança da sociedade nas suas Instituições e contribuindo para agravar diversas crises, principalmente a do sistema carcerário. Entretanto, apesar da complexidade do tema e das dificuldades decorrentes de qualquer processo de mudança, acredita-se que é possível mudar esse cenário, sugerindo uma reavaliação do fenômeno criminológico desde suas causas, passando pela aplicação da justiça até suas consequências futuras. Por isso, reforça-se a relevância da Justiça Restaurativa para reagir ao crime de forma eficaz e coerente, de forma a restaurar ao máximo todos os tipos de violações ocorridas.

**Palavras-Chave:** Justiça Restaurativa. Justiça Retributiva. Solução de Conflito. Paradigma. Sistema Jurídico Brasileiro.

---

### **JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM NOVO OLHAR PARA A VÍTIMA**

Bruna Lima Levon, Fernanda Cristina da Silva, Vitoria Carolina Rodrigues, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Taro Mizutori , 12. Lucélia - SP.  
brunalevon@gmail.com

**Resumo:** O trabalho analisa o olhar da Justiça Restaurativa em relação às vítimas, observando seus princípios e valores, bem como abordar as principais diferenças da Justiça Retributiva. Embora ainda não seja muito conhecida em nosso país, a Justiça Restaurativa já está no Brasil há mais de uma década. Está regulamentada através de resoluções, sendo as principais a Resolução 225/16 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução 2002/12 da Organização das Nações Unidas. Trata-se de um método de justiça instituído por princípios e valores, como o princípio da voluntariedade e consensualidade, objetivando, principalmente, o empoderamento da vítima e a reparação dos danos eventualmente causados. As práticas desse modelo de justiça são através de círculos restaurativos, que são compostos pelas partes envolvidas, a comunidade quando necessário e o (a) facilitador (a), que é a pessoa capacitada para conduzir o círculo. Diferentemente da Justiça Retributiva, que é nosso sistema penal atual, a Justiça Restaurativa é voluntária, ou seja, as partes envolvidas devem querer participar dos círculos restaurativos, não sendo em nenhum momento obrigadas a realizar qualquer ato. Além disso, não haverá julgamento por nenhuma pessoa presente nas práticas restaurativas, haja vista que autoridades como Magistrados, Ministério Público e Policiais, não participam dos círculos, a não ser que essas sejam uma das partes ofendidas ou ofensor. No mais, todos os atos terão o consenso de todos os envolvidos. Para a Justiça Restaurativa a vítima merece ser reconhecida como tal, e para tanto abre espaço para que possa ser ouvida. Outrossim, uma das finalidades é a reparação dos danos causados à vítima, e em alguns casos à comunidade, seja ele material ou moral, pois em nosso sistema penal atual a vítima fica desamparada, sem ao menos saber o andamento do processo instaurado contra o ofensor, haja vista que o Estado, através do Ministério Público, atua representando a vítima nos processos judiciais. Nesse sentido, a prática restaurativa pretende empoderar a vítima, a fim de que ela possa ter voz, e fazer parte, caso queira, de todas às práticas restaurativas, para que obtenha o sentimento de justiça.

**Palavras-Chave:** Justiça Restaurativa. Vítima. Práticas Restaurativas. Empoderamento. Reparação de danos.

---

### **JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM NOVO OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES HUMANAS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Henrico Quecada Pereira, Natan César Ferreira Buassali, Vitor Hugo Silva Marcheti, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO RIO DE ADAMANTINA, Rua Antonio Facco, 427. Inúbia Paulista - SP.  
hquecada@gmail.com, 35617@fai.com.br

**Resumo:** Com a prática de um ilícito penal, surge para o Estado o jus puniendi, uma vez que atos de violência (lato sensu) devem ser combatidos para preservar a convivência, a vida harmoniosa e a ordem social. Temos, pois, como vigente no ordenamento jurídico pátrio o sistema penal punitivo-retributivo, este que, malgrado seja dotado de reflexos evolutivos que trazem garantias (v.g. o expoente maior de que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença

penal condenatória” constante no art. 5º, inciso LVII da Constituição Federal), assegurando o devido processo legal, a segurança jurídica e a presunção de inocência dos indivíduos, conciliados a uma gama de tantos outros princípios estruturantes e norteadores do sistema, influenciados pelo fenômeno do pamprincipiologismo, certo é que tal sistema deixou de tutelar os anseios sociais. Justifica-se em razão de que os principais protagonistas diretamente assolados pela prática delitiva, por vezes, funcionam como meros “instrumentos processuais”, para que, com eles, segundo as provas produzidas, o fim último seja alcançado, qual seja, a responsabilização do autor do fato com a “justa retribuição” pelo ilícito praticado, aplicando-lhe uma sanção penal, esta que (desvirtuada de sua finalidade teleológica) não atende ao seu propósito, incluindo o agente, assim, em um círculo despicendo e vicioso. Restando, assim, uma perspectiva geral de que a aplicação da pena repercute a frustração e desilusão do sistema penal adotado, em razão da ineficiência e inefetividade das medidas aplicadas, assoladas por vezes, com realidades degradantes e desumanas. Tem-se a Justiça Restaurativa como uma abordagem por meio de um conjunto de medidas complexas, que visa sua aplicação concomitante e sem perspectiva de substituição do sistema penal vigente, mas, consoante a todo o exposto, visa à solução alternativa dos conflitos que eclodiram, identificando a responsabilidade social e comunitária decorrente da prática delituosa, restabelecendo os vínculos e relações jurídicas outrora afetadas. Neste cenário, sustenta-se o desenvolvimento e escopo principal da abordagem do presente trabalho, salientando que a Justiça Restaurativa não visa à desconstituição do sistema penal vigente, haja vista que não nega a responsabilização do agente diante do ilícito penal e a aplicação da pena prevista em Lei, não visando assim, o abolicionismo ou descriminalização (como correntes doutrinárias sustentam), mas que suscita aspectos segundo a vitimologia, pois resgata a concepção e cerne de amparo às vítimas do delito, não sendo tão somente o Estado o afetado diante da prática do ato típico, antijurídico e culpável. Concebe e visa à construção coletiva de uma resposta aos danos sofridos e vivenciados, restaurando as relações afetadas. Para tanto, diferentemente do que preconiza o sistema punitivo-retributivo, cuja aplicação da pena se dá pelo meio impositivo e coercitivo, na Justiça Restaurativa, a responsabilização voluntária do autor do delito é estruturante para a conjuntura do sistema preconizado. Evidencia os anseios, causas e consequências relacionadas ao delito, reconhecendo a legitimidade sobre tais, objetivando a compreensão e, sobretudo, a reparação dos danos causados, internalizando a efetiva responsabilização pelos agentes envolvidos, com possibilidade de pacificar as relações e, assim, romper o ciclo da violência.

**Palavras-Chave:** Justiça Restaurativa. Sistema Penal Punitivo-retributivo. Vitimologia. Reparação de danos. Responsabilização Coletiva.

---

#### LAMUNET LATITUDE 21. MUSEU VIRTUAL REGIONAL DA NOVA ALTA PAULISTA

Victor Hugo Silva Souza, Daniel Vicente Da Cruz, Luan Calderaro Costa, Luíz Gabriel Camilo Lucas, Luzimara Dilibaltov, Izabel Castanha Gil

Autor(a) curso de HISTORIA - Unifai, Rua Vi, N°390. Pauliceia - SP. profvictor97@gmail.com, profvictor2019@outlook.com

**Resumo:** Apresenta-se uma proposta criada por dez alunos e ex alunos para a criação de um museu virtual disponibilizando nova linguagem para a sistematização da história e da geografia da área denominada Nova Alta Paulista. O presente trabalho apresenta como objetivos: i) valorizar a cultura e a história local e regional dos municípios que integram a Nova Alta Paulista, ii)

disponibilizar fontes primárias para pesquisas em ambiente virtual, iii) democratizar, por meio da rede informacional, conteúdos de natureza iconográfica, vídeos, documentos e registros de áudio tratando dos municípios do território delimitado, que atendam novas demandas didático-pedagógicas e o desejo de qualquer pessoa em investigar e interagir com a sua história; iv) recriar em 3D ambientes virtuais que ilustrem a Nova Alta Paulista em diferentes períodos de sua história, v) gerar um novo canal de marketing para os produtores, artesãos e comerciantes regionais. Após levantar junto à comunidade regional fontes primárias de caráter histórico, o material será devidamente organizado, seguindo critérios taxonômicos históricos usados na museologia para a categorização e apresentação dos arquivos. Por meio dos relatos e fotos levantadas, buscar-se-á a reconstrução de diferentes períodos da área em 3D no ambiente virtual, por meio do software de modelagem, animação e construção de ambientes 3Ds Max. Aplicando-se pesquisa de mercado constatou-se a viabilidade do projeto, sendo que 100% dos entrevistados demonstraram interesse em contribuir com a disponibilização de material e em interagir no ambiente virtual. Outro indicador aponta que 48% têm interesse em apoiar financeiramente o museu virtual. Professores de todos os graus de ensino terão uma ferramenta atual e interativa para animar as suas aulas.

**Palavras-Chave:** Museu Virtual. Identidade Regional. Novas Linguagens didático-pedagógicas. Nova Alta Paulista. Locadorismo Cultural.

---

#### **LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE: UMA ANÁLISE DOS VETOS PRESIDENCIAIS E O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL.**

Henrico Quecada Pereira, Natan César Ferreira Buassali, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Antônio Facco, 427. Inúbia Paulista - SP. hquecada@gmail.com, 35617@fai.com.br

**Resumo:** Indubitavelmente, para o bom funcionamento do Estado Democrático de Direito, faz-se necessário que haja limitações entre os Poderes estatais e, conseqüentemente, seus respectivos membros, os quais exercem funções públicas, cujo mister traduz-se no desempenho de sua função, nos termos da lei, visando o interesse público, isto é, o bem da coletividade. Entretanto, inegável que no exercício de suas atividades tais agentes, por vezes, possam extrapolar quanto ao exercício do poder que lhes é delegado pelo Estado, configurando lesão ou ameaça a direito alheio. Para tanto, afigura-se indispensável a existência de previsão legal para coibir e quiçá punir, quando preenchidos os requisitos legais, os agentes que extrapolem no uso de suas atribuições. Nesse diapasão, o presente trabalho tem por fito a análise dos vetos presidenciais que foram rejeitados pelo Congresso Nacional relativos aos artigos 9º, parágrafo único, I, II, III, art. 10, art. 19, art. 20, art. 27 e seu parágrafo único, art. 30, art. 32, art. 33, art. 36, 37 e art. 43, todos da Lei n.13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade). Os dispositivos legais mencionados são objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 6236, proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. O objeto do presente estudo é analisar os possíveis efeitos da Lei em referência, haja vista sua recente aprovação pelo Congresso Nacional, principalmente quanto ao combate do crime organizado no Brasil. Delimitada a controvérsia da presente pesquisa, passa-se a analisar a definição dada às organizações criminosas nos termos da Lei 12.850/2013, art. 1º, §1º, e, assim, tem-se que em razão do exponencial crescimento e evolução do crime organizado no Brasil,

vislumbra-se como um retrocesso a edição de uma norma em cuja essência contenha previsões genéricas e amplas, tratando-se de tipos penais abertos, passíveis de interpretação extensiva, que poderão criminalizar possíveis atitudes que venham a ser tomadas por agentes públicos no combate ao crime organizado. Ora, fato que não se pode olvidar é que, no combate às organizações criminosas, conflitar-se-ão direitos particulares e direito da coletividade, ocasião em que esse sobrepuja-se àquele, fazendo com que medidas tipificadas pela nova Lei, ora em comento, possam se demonstrar necessárias, tais como “dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente”ou “Negar ao interessado, seu defensor ou advogado acesso aos autos de investigação preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, assim como impedir a obtenção de cópias, ressalvado o acesso a peças relativas a diligências em curso, ou que indiquem a realização de diligências futuras, cujo sigilo seja imprescindível”, conforme preveem os artigos 30 e 32, respectivamente, da referida Lei de Abuso de Autoridade. Malgrado o objetivo da Lei n.13.869/2019 seja, em síntese, coibir e punir práticas de abuso de autoridade, em determinados artigos nela contidos há manifesta lesão a princípios básicos estruturantes do ordenamento jurídico brasileiro, tal como a segurança jurídica, fazendo com que sua aplicação possa configurar incompatibilidade com disposições constitucionais brasileiras e com a segurança da sociedade.

**Palavras-Chave:** Lei de Abuso de Autoridade. Vetos Presidenciais. Combate Ao Crime Organizado. . Direito Particular Versus Comercial. Inconstitucionalidade.

---

## LIMA BARRETO E A CRÍTICA A INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Diego Shigueu Ikeizumi, Marcos Martinelli

Autor(a) curso de HISTORIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Alécio Romano, 481. Osvaldo Cruz - SP. shigueu@gmail.com

**Resumo:** Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881 na cidade do Rio de Janeiro filho de um tipógrafo (João Henriques de Lima Barreto) e de uma professora primária (Amália Augusta) que falece quando o jovem escritor tinha apenas sete anos. Com a ajuda de seu padrinho Visconde de Ouro Preto, Lima consegue completar o curso secundário e se matricular na politécnica que logo abandonaria no ano de 1903. Nesse meio tempo seu pai enlouquece e é recolhido a colônia de alienados. O autor então passa a trabalhar como amanuense da Secretaria da Guerra e inicia sua carreira literária escrevendo na imprensa da época. Como escritor afrodescendente Lima Barreto produz uma literatura militante caracterizada pela denúncia da condição do negro na primeira república bem como a crítica sarcástica a elite brasileira que via na abolição da escravidão e no advento da República a modernização de um país ainda arcaico. Nesse contexto o autor desnuda a complexidade existente nas relações sociais na primeira república mostrando a frivolidade do meio intelectual brasileiro que muitas vezes dava mais importância aos títulos e a ornamentações estéticas advindas do parnasianismo deixando de lado a realidade social precária existente no país. Para Bosi (1979, p. 357) a biografia de Lima Barreto, a sua "origem humilde, a cor, a vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense, aliadas a viva consciência da própria situação social, motivaram aquele seu socialismo maximalista, tão emotivo nas raízes quanto penetrante nas análises". Segundo o materialismo histórico, a

literatura é a expressão de uma visão de mundo e como tal é um fato social, e não individual. No entanto, alguns autores conseguem expressar melhor essa visão de mundo, tornando-se dela representante. Nesse sentido “a literatura para Lima, não significava apenas escrever bem e tratar de coisas belas. Ele a definia como uma “atividade espiritual”. Um trabalho que precisava se conectar com seu tempo, com sua origem e condição” (SCHWARCZ, 2017 p.428) . Entendendo dessa forma a literatura produzida pelo autor vemos a importância de conhecer e compreender a crítica que o autor faz ao meio educacional e intelectual de sua época.

**Palavras-Chave:** Lima Barreto. Literatura nacional. Cultura na Primeira República. Intelectualidade brasileira. Afrodescendente.

---

#### **LIMITE DA CONVENÇÃO PROCESSUAL SOBRE AS PROVAS**

Diego de Lima Valentin de Moura, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Joao Capioto,247. Tupã - SP. diegodlvm@hotmail.com, JHENY35@GMAIL.COM

**Resumo:** O trabalho tem por seu objeto analisar, expor e descrever os limites da convenção processual sobre a prova, demonstrando que a convenção processual pode beneficiar o processo ou também prejudicar a convicção do juiz. A metodologia utilizada neste trabalho é a qualitativa que é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado e será feita por meio de pesquisa bibliográfica que engloba a lei, a doutrina e artigos científicos. Ao decorrer dos estudos é possível observar que as partes tem total liberdade para convencionar desde que não limite a formação da convicção do juiz, mas independentemente do que for acordado entre as partes se o juiz achar pertinente ele pode requerer a prova visando sempre a segurança jurídica. Vale salientar que as partes não devem achar que a finalidade do processo é garantir seu interesse pessoal, mas sim buscar a resolução do mérito tendo em vista o compromisso com a Constituição, com a sociedade e com o desenvolvimento do direito. O novo texto do Código de Processo Civil da maior liberdade para as partes atuarem no processo, mas é primordial que está autonomia deslumbre o princípio da cooperação visando a celeridade processual com decisão de mérito justa e efetiva. Assim, o controle judicial sobre a declaração de vontade das partes será sempre essencial para a produção de efeitos no processo, ainda que limitado ao aspecto de sua validade também para impulsionar o feito. Desse modo, competirá ao juiz efetuar a devida conferência quanto aos limites e à existência de vícios materiais e processuais.

**Palavras-Chave:** Prova. Processual. Convenção. Limite. Partes.

---

#### **LINGUAGEM CORPORAL: ASPECTOS SIGNIFICANTES PARA A LIDERANÇA ORGANIZACIONAL**

Paula Cristiane da Silva Caires, Jerson Joaquim da Silva.

Autor(a) curso de GESTÃO EMPRESARIAL - Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente, Rua Maria Fernandes. Presidente Prudente - SP. pcaires.job@gmail.com, paula.caires@fatec.sp.gov.br

**Resumo:** A comunicação é o eixo central das relações interpessoais, por meio dela, criamos conexões, partilhamos ideias e pensamentos e buscamos uma interação social, que nos possibilite conviver em sociedade. As formas de comunicação podem ocorrer de modo verbal ou não-verbal, tema este do nosso estudo, e se justifica pela busca em compreender como a linguagem não-verbal pode ser uma facilitadora das relações interpessoais quando utilizada de forma complementar a comunicação verbal entre líder e liderados. O mercado é cada vez mais competitivo e a constante busca por resultados, exige planejamento e estratégia, e parte desse trabalho recai sobre a figura do líder. Deste modo, o presente trabalho, possui como objetivo apresentar o conjunto de sinais mais presentes no líder organizacional e como eles podem refletir em uma liderança mais assertiva e eficaz, para o sucesso da equipe. O desenvolvimento deste estudo, que se dá através de pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, buscou-se abordar o tema com respaldo em livros, artigos científicos, monografias e demais instrumentos de pesquisa acerca do tema. Embora esta pesquisa ainda não tenha sido finalizada, é possível apresentar neste momento, resultados parciais consolidados com amparo da psicologia, o qual foi possível compreender comportamentos presentes no líder. Por meio da pesquisa bibliográfica consultada até o momento, pudemos detectar um perfil que apresentasse maior assertividade na comunicação, como um caminhar firme e suave, cabeça com queixos direcionados na altura dos ombros, troncos voltados para seu receptor, que indicam confiança, assim como direcionar o olhar e acenar positivamente com a cabeça demonstrando interesse. Por fim, buscou-se integrar a aplicação da linguagem não-verbal como um instrumento essencial para o sucesso e fortalecimento das relações interpessoais e consequentemente como forma de reconhecimento do líder.

**Palavras-Chave:** Comunicação. Desenvolvimento. Liderança. Linguagem Corporal.

---

## **LUTOS, UMA PERSPECTIVA DIFERENTE DO SOFRIMENTO E SUA SUBJETIVIDADE**

Danilla de Jesus Coffani, Ana Vitória Salimon Carlos dos Santos

Autor(a) curso de - , Siqueira Campos, 384. Adamantina - SP. danylla\_coffani@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é especificar quais os tipos e importância de 'lutos'. Evidenciar sua importância em todas as suas formas e tipos. Para esse trabalho será usado metodologia de revisão bibliográfica, dos últimos 10 anos, com base de dados de Scielo, BVSPsic, PePSIC, CAPES. Pra falar de 'Luto', inicialmente precisamos defini-lo: O que é Luto? Muito se questiona sobre o que permitido no luto, de qual forma é permitido sofrer, qual seu tempo e como deve-se agir perante pessoas que estão em luto. Afinal, como definir a morte além de um poético suspiro final? Segundo o Google, do ponto de vista genérico, a morte é o fim das atividades vitais de um organismo. No caso da realidade humana, a definição vigente do ponto de vista médico e legal refere-se à cessação de toda a atividade cerebral, sugerindo também que esta paralisação seja completamente irreversível (2019). Como a forma bem sucinta, podemos entender que o processo de luto é bem mais complexo que o de morte, os processos dos enlutados é distinto em cada um, existindo vários conceitos e tipos de lutos. Kovacs (2005) afirma que

morte faz parte do desenvolvimento humano desde a sua mais tenra idade e acompanha o ser humano no seu ciclo vital, deixando suas marcas. Junto com o morrer, vem a morte para quem fica, e há o processo de perda, que depende de cada subjetividade e da forma que ocorreu essa despedida. Santos (2017) nos ilustra bem isso quando afirma que as perdas por morte podem mobilizar ampla gama de sentimentos, desorganizando a capacidade de enfrentamento do indivíduo diante da perda, retirando os enlutados da zona de conforto cotidiano. A partir desse pressuposto é possível afirmar que a dor do luto pode ser a mais profunda fonte de sofrimento psicológico para um ser humano. Parkes (1996 apud Doka 1989, p 163) afirma que há uma categoria de luto 'especial', onde se encaixa o 'luto não autorizado', que é o objetivo desse trabalho, que define um grupo de 3 subgrupos; o luto de relacionamentos não conhecido, que consiste em vínculos extraconjugais, relacionamentos homoafetivos, excônjuges, pais biológicos de filhos adotivos e equipe multiprofissionais que se vinculam a pacientes; o luto de perdas não reconhecidas, mortes perinatais, abortos, devoluções de adoções e disponibilidade de filhos para adoção, morte de animal de estimação, perda social e psicológica sem morte, casos de diagnóstico de doenças graves e degenerativas; e o luto não aceito como luto, com crianças consideradas pequenas, ou idosos e pacientes com alguma dificuldade de aprendizagem. Com isso, podemos afirmar que há um grande adoecimento social, o desamparo perante tal situação e que mais estudos sobre o caso sejam colocados em prática, há um despreparo tanto do lado profissional de equipes multiprofissionais, quanto social que não sabem lidar com perdas. Mesmo que tradicionalmente há o amparo religioso quando se trata de luto (Parker, 1998), há a necessidade latente de uma conscientização social, uma sensibilização que parte de uma mudança cultural, a qual não estamos tão distantes.

**Palavras-Chave:** Luto. Luto não identificado. Luto marginalizado. Luto não reconhecido.

---

## **MAPEAMENTO DA EVOLUÇÃO DO USO DAS TERRAS NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO MATADOURO EM BIRIGUI/SP: 2002, 2010 E 2017**

Gabriel Farid Redondo, Márcio Fernando Gomes.

Autor(a) curso de ARQUITETURA E URBANISMO - Centro Universitário Toledo, Rua Nove De Julho, 496, Apto 1301. Birigui - SP. gabriel.farid@gmail.com

**Resumo:** O conhecimento do uso e ocupação das terras é essencial para auxiliar no planejamento e gestão do território. O objetivo deste trabalho foi mapear e diagnosticar a evolução do uso e ocupação das terras nas áreas de preservação permanente da bacia hidrográfica do Córrego Matadouro, localizado na cidade de Birigui-SP, entre os anos de 2002, 2010 e 2017. O mapeamento do uso e ocupação das terras foi realizado com base em fotografias aéreas e a utilização do software QGIS. Os resultados demonstraram transformações no uso e ocupação das terras nas áreas de preservação permanente na bacia hidrográfica do córrego Matadouro entre os anos de 2002 e 2017, com destaque para o aumento das áreas ocupadas por vegetação arbórea, que passaram de 0,3ha para 4,4ha e tiveram sua representatividade elevada de 1,94% para 25,99% da área total. Tudo isso como reflexo do processo de urbanização ocorrido na área, que através a implantação de novos loteamentos, fazendo com que a vegetação rasteira, anteriormente usada como pastagem, passasse a compor parte da mata ciliar do córrego Matadouro. Os resultados também demonstraram crescimento das áreas permeáveis, que passaram a representar

89,78% das áreas de preservação permanente da bacia, a área impermeável, composta de vias e edificações não sofreu mudanças consideráveis e ocorreu o detrimento de áreas destinadas á hortas e corpos d'água. Os resultados deste estudo podem servir como subsídios para o planejamento ambiental e desenvolvimento de políticas públicas na área da bacia hidrográfica do córrego Matadouro, no município de Birigui-SP.

**Palavras-Chave:** Área de Preservação Permanente. Uso Da Terra. Bacia Hidrográfica. Geoprocessamento. Espaço Urbano.

---

## **MATERNIDADE E PATERNIDADE SOCIOAFETIVA: REFLEXOS E CONSEQUÊNCIAS LEGAIS**

Isabele Fantacussi Ruiz, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Conceição Pannes Ponce, 39. Tupã - SP.  
isabele\_ruiz@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por objeto de análise os casos de famílias socioafetivas e o aumento de tais casos. No mais, tem como objetivo compreender a questão da maternidade e paternidade socioafetiva, trazendo os direitos e deveres dos pais socioafetivos em relação aos filhos, se tais direitos e deveres são os mesmos dos parentes biológicos e se há sobreposição de alguma forma de parentalidade sobre a outra. A metodologia empregada para a elaboração do estudo foi a de pesquisa bibliográfica, sendo a coleta de dados efetuada nas bases de dados Portal de Periódicos Capes, no portal de periódicos nacionais Scielo, na biblioteca eletrônica Minha Biblioteca e no catálogo Sophia da IES vinculada, não delimitando período de tempo. Os descritores utilizados nas buscas foram "Parentalidade", "Maternidade", "Paternidade" e "Socioafetiva". A partir da análise da literatura sobre o tema, pode-se compreender que a formação da maternidade e da paternidade socioafetiva, se dá na maioria das vezes por conta da constituição de novos relacionamentos após separação ou abandono de uma das partes, e dessa forma, a pessoa cria um vínculo afetivo com a criança, sendo desta forma uma figura materna ou paterna, presente na vida do filho. Durante o decorrer do trabalho, pode se perceber que nem todos os parentes socioafetivos são reconhecidos juridicamente, visto que às vezes não possuem conhecimento de tais direitos, ou presumem que os direitos de parentes socioafetivos são inferiores aos dos biológicos. Ressalta-se dessa forma, que os direitos e deveres de ambas as parentalidades são os mesmos, não havendo nenhuma distinção. Ademais, no momento de uma decisão judicial, o magistrado sempre levará em conta o bem estar da criança, devido o vínculo afetivo que mora nessa relação, evitando assim, sofrimentos para ambas as partes, entretanto, não exclui a questão da parentalidade biológica caso o parente queira ser presente na vida do filho. Por fim, tal assunto tem suma importância, pois deve haver conhecimento amplo sobre o tema, de forma que os pais que possuem o desejo de serem reconhecidos juridicamente como "pais" possam tomar ciência de seus direitos e deveres, para que o fato seja concretizado.

**Palavras-Chave:** Maternidade. Paternidade. Parentalidade Socioafetiva. Parentalidade Biológica. Vínculo Afetivo.

---

## **MEDIDA PROVISÓRIA NO DIREITO TRIBUTÁRIO**

Luis Felipe da Costa Pelegrinelli, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua São Paulo, 513. Junqueirópolis - SP.  
felipecolegrinelli@outlook.com, felipecolegrinelli@gmail.com

**Resumo:** O Princípio da Legalidade é fundamental para o Estado Democrático de Direito. Assim, nos termos do artigo 150, inciso I da Constituição Federal (CF), “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”, trata-se do Princípio da Legalidade em matéria tributária. No Sistema Tributário Nacional existem cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuição de melhoria (artigo 145 da CF), empréstimos compulsórios (artigo 148 da CF) e contribuições especiais (artigo 149 da CF). Cada uma das espécies tributárias tem características próprias, disciplinadas pela legislação tributária, mas, em regra, todas estão sujeitas ao Princípio da Legalidade. Há algumas exceções expressamente previstas no texto constitucional, trata-se da mitigação ao Princípio da Legalidade que permite que o Executivo Federal, por ato normativo infraconstitucional, altere alíquotas dos Impostos sobre Importação, Exportação, Produtos Industrializados e Operações Financeiras (artigo 153, § 1º da CF), além dos casos trazidos pela Emenda Constitucional nº 33/2001 (CIDE- Combustível e ICMS-Combustível). Diante da inegável importância do Princípio da Legalidade, as exceções decorrem da própria Lei Maior. Ocorre que entre as espécies normativas previstas no artigo 59 da Constituição Federal, está a medida provisória, que, nos termos do artigo 62 da CF, poderá ser editada pelo Presidente da República em casos de urgência e relevância e entra em vigor com força de lei, devendo ser submetida à imediata apreciação do Congresso Nacional. O presente trabalho visa abordar a utilização da medida provisória em matéria tributária, os seus limites e as suas consequências. O artigo 62, §2º, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001, permite a utilização de medidas provisórias em matéria tributária, mas estabelece limites: medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. Ademais, o artigo 62, § 1º, III da CF veda a edição de medida provisória sobre matérias reservadas à lei complementar. No Brasil, as regras gerais de tributação estão disciplinadas pelo Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25/10/1966), parcialmente recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Todavia, o artigo 146, III da CF passou a exigir lei complementar para edição normas gerais de tributação, de forma que o Presidente da República não poderá editar medida provisória para alterar o Código Tributário Nacional ou instituir um novo Código. Da mesma forma, não poderá haver instituição, pela via da medida provisória, de Empréstimo Compulsório (artigo 148 da CF), impostos residuais (artigo 154, I da CF) e do Imposto sobre Grandes Fortunas (artigo 153, VII da CF), pois todos estão sujeitos à lei complementar. Constata-se, portanto, que é possível a utilização de medida provisória em matéria tributária, dentro dos limites constitucionais, mas apenas em casos de relevância e urgência, pois o meio normativo adequado para tratar da relação jurídico-tributária é a Lei. A Medida Provisória, apesar de entrar em vigor com força de Lei, não é Lei, pois não é originária do Poder Legislativo, razão pela qual deve ser utilizada excepcionalmente.

**Palavras-Chave:** Princípio da Legalidade. Medida Provisória. Estado Democrático de Direito. Sistema Tributário Nacional.

---

## MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS

Jessica de Sena Sandrus, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Minas Gerais, 585. Adamantina - SP.  
jessicasenasandrus@hotmail.com

**Resumo:** Este projeto de pesquisa tem por objetivo primordial analisar se a aplicação das medidas executivas atípicas acarreta violação aos direitos fundamentais. Para o estudo a pesquisa buscou opiniões de diversos doutrinadores e juristas especialistas na área de Direito Processual Civil, utilizando como técnica o levantamento bibliográfico em diversas plataformas. Na Constituição Federal Brasileira de 1988 contem inúmeros direitos e garantias fundamentais, dentre eles apresenta-se o princípio da demanda, que nada mais é do que o direito que o cidadão possui ir até Poder Judiciário para dirimir conflitos. Todavia a prestação jurisdicional não tem sido efetivada a contento, pois, apesar do Estado dizer o direito solucionando a lide, este não possui instrumentos hábeis para aplicá-lo no mundo concreto. No Código Civil de 1973 havia medidas executivas que estavam discriminadas de forma exaustiva na lei, à vista disso foram denominadas medidas executivas típicas, porquanto estavam tipificadas na lei. Medidas executivas típicas são as ferramentas fornecidas ao Estado-Juiz para forçar o devedor a cumprir sua obrigação, quando este não o faz voluntariamente. Contudo, tais medidas não mais se mostravam aptas a efetivar o direito do credor. Com esse desafio o legislador, ao elaborar o Novo Código de Processo Civil, tentou fornecer aos intérpretes da lei instrumentos capaz de sanar tal lacuna, surgindo assim, as medidas executivas atípicas. O conceito encontra-se no artigo 139, inciso IV, do Novo Código de Processo Civil, asseverando que é possível determinar todas as medidas necessárias para assegurar o cumprimento de uma ordem judicial; com essa possibilidade o juiz poderá desde a aplicação de uma multa até a suspensão do passaporte. Com isso, surgiu a preocupação em diversos doutrinadores de que tais medidas pudessem violar direitos fundamentais, como é o caso da liberdade e o da locomoção. Inquietação que provocou a discussão entre juristas e doutrinadores e, apesar de inúmeros posicionamentos dissonantes, restou firmado entre eles que a liberdade concedida ao Estado-Juiz deve ser utilizada de forma responsável e com fundamentação, sempre observando os princípios da adequação ao caso concreto e da necessidade. Portanto, haja vista o cenário atual, ante o resultado inócuo das medidas típicas percebe-se que a alteração ocorrida era mais do que necessária para efetivação dos direitos. Porém, o Estado-Juiz ao aplicá-las deve analisar o fato concreto, decidindo de forma fundamentada, respeitando sempre os princípios da adequação e da necessidade.

**Palavras-Chave:** Direitos Fundamentais. Medidas Executivas Atípicas. Instrumentos. Novo Código De Processo Civil. Efetivação.

---

#### MEDIDAS EXECUTÓRIAS ATÍPICAS: A BUSCA PELA EFETIVIDADE FRENTE AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Damaris Leite Costa, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Rua Floriano Peixoto, 149. Rancheira - SP.  
damaris\_l.costa@hotmail.com, damarislcosta97@gmail.com

**Resumo:** O estudo propõe trazer à tona uma visão crítica e holística acerca de questões principiológicas trazidas à baila especificamente conforme o Princípio da Efetividade em detrimento da Proporcionalidade nas Medidas Executórias Atípicas, presentes no artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, como forma de objetivar o adequado sopesamento diante da aplicabilidade no escopo da execução. Perquirindo como se tem dado o desenvolvimento do tema em questão – em face de tamanha novidade trazida à legislação –, o qual tem sido causa de grande alvoroço no meio jurídico e doutrinário, não estando pacificado, causando grandes debates frente à possibilidade de ferir princípios Constitucionais e Processuais. A construção desta pesquisa será orientada a partir da análise qualitativa doutrinária e legislativa sobre a atipicidade das medidas executivas, como meio de se obter resposta ao seguinte questionamento: “As medidas executórias atípicas podem relativizar o Princípio da Proporcionalidade em detrimento da efetividade da execução?”. Para análise do presente estudo partiu-se dos seguintes pressupostos: para a aplicabilidade das medidas executórias atípicas baliza-se entre princípios constitucionais, fazendo-se necessário, portanto, sopesar tais princípios; não há de se falar em efetividade quando não se pode de fato utilizar-se das medidas trazidas pelo Novo Código de Processo Civil; por fim, a relativização do Princípio da Proporcionalidade pode trazer consequências severas ao executado. O intuito é construir um raciocínio crítico acerca da aplicabilidade das Medidas Executórias Atípicas, capaz de proporcionar o entendimento acerca do assunto, gerando uma conclusão individual com base doutrinária, esclarecimento de como funcionam os princípios no processo de execução e como balizam-se entre eles. O método utilizado será a análise qualitativa, com estudo da doutrina e legislação sobre as Medidas Executórias Atípicas, para compreender o posicionamento doutrinário acerca da aplicabilidade e efetividade que finda o processo de execução, através do conceito de proporcionalidade e seus meios de análise ao caso concreto. A apresentação deste projeto trará visões doutrinárias de como tem sido o entendimento teórico e prático, através de jurisprudências, trazendo também uma análise minuciosa quanto aos princípios que norteiam o processo de execução e que trazem segurança jurídica ao executado, resguardando seus direitos individuais fundamentais. O proposto é demonstrar se a relativização constitui ou não um óbice apriorístico, de maneira que o sopesamento principiológico torna-se a saída defronte à colisão alavancada. O entendimento que tem prevalecido baseado nas garantias constitucionais e os princípios norteadores do processo é a de que os direitos fundamentais têm se sobressaído à efetividade da execução. Por fim, cabe ao juiz efetivar o sopesamento final ao caso concreto, estabelecendo a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em stricto sensu, para formação da efetividade da execução, vez que não há que se falar em direito efetivo se não há aplicabilidade da norma legislativa. Estabelecendo, para tanto, uma correlação à qual faz-se necessária a efetividade do processo para que se alcance o direito, causando uma relação de interdependência, visando cumprir os pressupostos que a Constituição Federal em seus princípios, juntamente com o Código de Processo Civil nos traz.

**Palavras-Chave:** Atipicidade. Execução. Princípios. Efetividade. Proporcionalidade.

---

## MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA O MUNICÍPIO DE PAULICEIA-SP

Diego Fonseca do Nascimento

Autor(a) curso de HISTORIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Av Das Indústria, 1581. Pauliceia - SP. diegofonseca079@gmail.com

**Resumo:** A pesquisa usará de revisão bibliográfica e de técnicas da História oral, valendo-se de entrevistas com os migrantes nordestinos, pois boa parte desses migrantes de ambas as fases, estão ainda vivos. Além das fontes secundárias: livros, revistas, jornais, dentre outros. O trabalho usará de técnicas de estudo da história local e regional e terá caráter comparativo, os dados poderão ser apresentados de forma qualitativa e quantitativa. Dentre as muitas etnias que colonizaram a área denominada Nova Alta Paulista, localizada no extremo oeste paulista, mais especificamente no espigão divisor rio Peixe/Aguapeí, muitos estudos já foram realizados acerca das etnias italiana e japonesa, todavia há uma ampla gama de etnias que compõe a demografia dessa área: espanhóis, portugueses, suíços, alemães, russos, búlgaros, negros, nordestinos entre outros. Em um dos trinta municípios da área, Pauliceia, fundada em 1947, um grande movimento migratório marcou num primeiro momento de sua formação a construção do município, pois a maior parte dos colonizadores da cidade eram de origem nordestina, eram alagoanos, pernambucanos, cearenses que junto a uma colônia japonesa de tamanho significativo deram início na construção do município. O presente trabalho buscará comparar as duas fases distinta da imigração desses Nordestinos rumo a Pauliceia, a integração desses migrantes na comunidade local e os vestígios da terra natal que muitos desses imigrantes ainda carregam consigo em seus vocabulários, músicas, gastronomia, religião dentre outros.

**Palavras-Chave:** Migração. Nova Alta Paulista. História Local.

---

## MINISTROS DO STF: REQUISITOS PARA A NOMEAÇÃO

Taila Danieli Ribeiro Lobo Andriotti, Joici Fernanda Ribeiro Lobo, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Avenida Circular, 2445. Flórida Paulista - SP. tailadrlobo@gmail.com, tailalobinha@hotmail.com

**Resumo:** Consoante previsão do artigo 101 da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal compõe-se de 11 membros, uma vez empossados, passam ser Ministros com imediata vitaliciedade. Os requisitos constitucionais para ser ministro do STF são: ser brasileiro nato; idade entre 35 a 65 anos; estar no gozo dos direitos políticos; possuir notável saber jurídico; e ter reputação ilibada. Qualquer pessoa que preencha, esses requisitos poderá ser escolhida pelo Presidente da República, sendo escolhido deverá ser sabatinado pelo Senado Federal, ter aprovação da maioria absoluta de seus membros. Após tal aprovação, o Presidente da República poderá proceder à nomeação. A composição atual do STF é: Ministro Dias Toffoli- atual Presidente, Ministro Luiz Fux- atual Vice-Presidente, Ministro Celso de Mello- Decano, Ministro Marco Aurélio Mello, Ministro Gilmar Mendes, Ministro Ricardo Lewandowski, Ministra Cármen Lúcia, Ministra Rosa Weber, Ministro Luís Roberto Barroso, Ministro Edson Fachin, Ministro Alexandre de Moraes. Não se aplica ao STF o quinto constitucional do artigo 94 da Constituição Federal, que implica dizer que não há obrigatoriedade de haver Ministros que sejam oriundos do Ministério Público e da Advocacia. Todavia, também não há obrigatoriedade de haver Ministros oriundos da carreira da Magistratura. Registre-se atualmente a maioria dos Ministros não foram Juizes concursados (apenas 02 foram Juizes concursados: Ministro Luiz Fux e

Ministra Rosa Weber). Outros 02 Ministros ingressaram na carreira da Magistratura pelo quinto constitucional (Ministro Marco Aurélio Mello e Ministro Ricardo Lewandowski). Os demais Ministros são originários da Advocacia e do Ministério Público. O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a forma de nomeação dos Ministros do STF, pois embora seja a mais alta Corte de Justiça do Brasil e o órgão de cúpula do Poder Judiciário, não há uma quantidade mínima de vagas reservadas a membros da Magistratura. Entende-se que a presença de representantes das diversas carreiras jurídicas no STF é salutar à Democracia, mas pelos requisitos constitucionais atuais corre-se o risco do órgão de cúpula do Poder Judiciário não ter nenhum Magistrado de carreira em sua composição. Compete ao STF, a guarda da Constituição, conforme art. 102 da Constituição da República. O STF tem competências jurisdicionais: originária, recursal ordinária e recursal extraordinária. Trata-se de competências que implicam julgamentos essenciais para a sociedade e as decisões vinculam todos os Juizes e Tribunais. Ressalte-se que se presencia no Brasil uma fase de intensa judicialização e um protagonismo do STF, motivando reflexões sobre o órgão responsável pela jurisdição constitucional. É evidente que todos os Ministros citados atenderam aos requisitos constitucionais e as nomeações são legítimas, mas se a Constituição Federal reservasse um número mínimo de vagas no STF para membros originários da carreira da Magistratura, os caminhos para a nomeação poderiam se tornar mais objetivos, técnicos e menos sujeitos a influências incompatíveis com o exercício das funções inerentes ao Poder Judiciário. É necessário pensar na composição do STF a forma de nomeação dos Ministros, as suas decisões refletem em toda sociedade. Seria o caso de alterar o texto constitucional, para estipular um número mínimo de Ministros originários da carreira da Magistratura?

**Palavras-Chave:** Supremo Tribunal Federal. Ministros. Nomeação. Jurisdição Constitucional.

---

## **MOBBING: O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS**

Larissa Da Silva Pinheiro, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Prefeito Arnaldo Pozzetti, 1888. Lucélia - SP. pinheiro-lara@hotmail.com

**Resumo:** O projeto de pesquisa tem por finalidade analisar o assédio moral sofrido nas relações trabalhistas, o assédio moral é uma realidade e deve ser levada em consideração pelas Empresas, mídia, Legisladores, e por toda a sociedade. Com o passar dos tempos, esse tipo de assédio vem tomando grandes proporções e com isso é necessário que as pessoas/vítimas e também a sociedade tenham conhecimento sobre esta temática, de como ele é caracterizado, bem como, quais as atitudes e condutas dos agressores para com as vítimas. Estes agressores, não são caracterizados tão somente por superiores hierárquicos, mas também por colegas de trabalhos, estes têm o intuito de menosprezar, atacar e desestabilizar psicologicamente suas vítimas, na forma de pequenos e repetidos ataques, por agressões verbais, desprezo, humilhação, constrangimento, maus tratos e entre outros. Outro modo de assédio moral, se caracteriza de forma muitas vezes sutil, onde nem sempre são percebidos de imediato por quem está sendo agredido, tampouco por aqueles que presenciaram os ataques. Apesar do assédio moral nas relações trabalhistas ter tomado grandes proporções nas últimas décadas, a legislação brasileira ainda se encontra precária no que condiz o regramento do assédio moral. O ordenamento jurídico carece de uma legislação pátria para o assunto. O Poder Legislativo deve acelerar a aprovação de leis específicas para a matéria, possibilitando aos empregados brasileiros uma

proteção mais ampla contra os abusos psicológicos. Enquanto isso, as empresas, sindicatos e Ministério Público do Trabalho, devem motivar medidas preventivas para este tipo de ataque. Para que assim, as vítimas de assédio moral tenham mais coragem e voz para denunciar seus agressores.

**Palavras-Chave:** Assédio Moral. Trabalho. Mobbing Laboral. Direito do Trabalho. Psicoterrorismo Trabalhista.

---

## **MULTIPARENTALIDADE E GUARDA COMPARTILHADA**

Isabella Gasparoto Fernandes, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Avenida Sílvio Bolcato, 331. Tupã - SP. isa.fernandes@live.com, lrmmartelo@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por escopo analisar a evolução do instituto familiar, da filiação, guarda e, especialmente, o que se refere à multiparentalidade. O conteúdo atrelado à família sofreu diversas modificações ao longo da história, sendo considerado, pelo direito contemporâneo, o local em que colocamos em prática nossos mais importantes valores, intrínsecos e extrínsecos, visando à realização do bem estar de cada membro que compõe determinada sociedade. Nessa sintonia, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foram reconhecidas a filiação socioafetiva, que se finca no estado de filho afetivo, que leva em consideração o afeto propriamente dito, bem como a filiação biológica, oriunda dos laços de consanguinidade. Não obstante, tomando por base que o instituto do Direito de Família é alicerçado na Teoria Tridimensional do Direito, na qual o ser humano é visto dentro de uma tridimensionalidade existencial, oriunda da somatória dos atributos genérico, afetivo e ontológico, a multiparentalidade surge como solução para o reconhecimento de todas as relações filiais que compõem a história de vida do indivíduo, autorizando a existência de mais de um pai ou de uma mãe simultaneamente no assento civil, com todos os efeitos jurídicos dela decorrentes. Partindo desses pressupostos, inclusive do entendimento sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário n. 898.060/SC, estudar-se-á a aplicação do instituto da guarda compartilhada na multiparentalidade, sob o enfoque dos melhores interesses do infante, em especial no campo afetivo, baseando-se nos elementos de convivência e da responsabilidade parental compartilhada entre os pais biológicos e afetivos, incluindo as consequências jurídicas geradas pelo seu reconhecimento e seus possíveis efeitos legais. É tema bastante relevante e pertinente, justamente porque a multiparentalidade, apesar de resolver o conflito existente entre os pais biológicos e afetivos, possibilitando o duplo registro em prol do melhor interesse da criança, não traça um critério objetivo para fixação da guarda compartilhada, abrindo campo para o estudo de cada caso concreto, devendo o julgador, sempre que possível, optar pela solução que melhor favorecer os interesses da criança, de forma a garantir a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana, especialmente no que tange à identidade pessoal e familiar dos entes envolvidos.

**Palavras-Chave:** Filiação Socioafetiva. Filiação Biológica. Teoria Tridimensional. Multiparentalidade. Guarda Compartilhada

---

## **MÚSICA, JOGOS E BRINCADEIRAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS DE 0 À 5 ANOS**

Patrícia Ventura da Silva Dias, Athália Akemi Tanaka, Karen Regiane Soriano

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Cedro, 191. Adamantina - SP. pattynishiura@hotmail.com

**Resumo:** Durante a etapa da Educação Infantil, os conteúdos curriculares são trabalhados por meio dos seguintes campos de experiências: 1) o eu, o outro, o nós; 2) corpo, gestos e movimentos; 3) escuta, fala, pensamento e imaginação; 4) traços, sons, cores e imagens; e 5) espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, todos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Especificamente neste estudo, os campos foram compreendidos por meio da música, dos jogos e das brincadeiras, levando-os em consideração para os eixos de desenvolvimento socioafetivo, cognitivo, da linguagem e comunicação e psicomotor. Diante destes dados, o objetivo deste estudo, ainda em curso, é identificar nas bases nacionais, trabalhos relacionados à música, jogos e brincadeiras no contexto da Educação Infantil e com ênfase nos eixos de desenvolvimento de crianças em idade pré-escolar. A fim de alcançar o objetivo proposto, está em curso uma pesquisa de revisão sistemática de literatura, baseada em produções nacionais publicadas nos últimos dez anos (2010-2019) e que tiveram como proposta o uso de algum destes elementos no contexto da Educação Infantil e voltados para o desenvolvimento de crianças de 0 à 5 anos de idade. É importante ressaltar que, embora a BNCC ainda esteja sendo implementada, alguns dos campos de experiência têm semelhança com os antes abordados e trabalhados pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e, por isso, são encontrados em muitas das pesquisas produzidas na última década. De forma geral, o estudo espera contribuir para a identificação de práticas pedagógicas que possam ser utilizadas por educadores e que visem contribuir para o desenvolvimento integral da criança em idade pré-escolar.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Desenvolvimento Infantil. Base Nacional Comum Curricular.

---

## **NÚCLEO DE EMPREENDEDORISMO DA FATEC PRUDENTE: ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS DE GESTÃO APLICADAS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Maísa Gomes Dos Santos, Carolina Martins Fernandes

Autor(a) curso de GESTÃO EMPRESARIAL - Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente, Rua Simão Carlos Pimenta, 152. Presidente Prudente - SP. maisa\_gomessantos@hotmail.com, maisarcp02@gmail.com

**Resumo:** O empreendedorismo toma cada vez mais espaço no mercado devido ao alto interesse das pessoas em serem proprietárias de um negócio, fazerem seus próprios horários, ganharem independência pessoal e financeira e trazer para o cenário econômico algo inovador. Paralelo à vontade, o empreendedor busca nas oportunidades atender a suas necessidades e realizar seus sonhos. Em contrapartida, muitos empreendedores sentem o peso da ansiedade quando vêem seus negócios não progredindo, os níveis de conhecimento tácito acabam não sendo suficientes para que a empresa avance com sucesso, o que

leva o empreendedor a carecer de conhecimento teórico sobre gestão, organização e administração de uma empresa. A falta desse conhecimento leva o empresário a não atender a base de uma gestão estruturada com a capacitação, gerenciamento e eficiência associadas às práticas em gestão, essas três bases são fundamentais para que a empresa siga fortalecida a partir de seus primeiros anos de existência. Para isso a participação das universidades como cooperadora é importante, pois todo embasamento teórico a ser aplicado ao empreendedor virá delas, bem como a agregação de estudantes ao contexto empresarial. Buscando sanar essas necessidades, o projeto em questão visa à elaboração de um Núcleo de Empreendedorismo dentro da FATEC Prudente, para atender ao público acadêmico e a sociedade como um todo, buscando auxiliar o micro empresário através de mentorias, cursos e/ou palestras instrutivas com os conteúdos aplicados em sala de aula por meio de professores e alunos, para assim compartilhar conhecimento informações pertinentes a gestão de empresas. Através do Núcleo, os discentes terão contato direto com o universo das empresas e suas práticas. A instituição trará algo novo para dentro de seu ambiente, atendendo as necessidades da sociedade dos microempreendedores em ter um local onde possam ser auxiliados sem a necessidade de consultorias específicas e um determinado segmento. E atenderá também do curso de Gestão Empresarial em ter em sua estrutura um ambiente para a prática, em sua grade, do estudo dos aspectos teóricos e práticos da gestão de um empreendimento. Uma vez desenvolvido o Núcleo, os microempresários terão a oportunidade de aprender sobre o gerenciamento empresarial para fortalecimento nos primeiros anos do empreendimento, bem como a inserção e participação no cenário econômico local, desenvolvendo as práticas de gestão e organização de seus empreendimentos. Por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, o projeto levantou uma base de dados necessária para identificar quais os principais pontos a serem seguidos para assim realizar proposta do Núcleo. Através da metodologia qualitativa pautada na pesquisa exploratória, busca-se analisar por meio da coleta de dados de uma amostra da população total do curso de Gestão Empresarial, os aspectos que levam a necessidade de um Núcleo de Empreendedorismo ativo na instituição.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo. Gestão Empresarial. Micros Empresários. Núcleo de Empreendedorismo. Administração.

---

## **O ADOECIMENTO MENTAL COMO DEMANDA HOSPITALAR**

Nathália Cristine Silva, Claudia Regina Parra

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - FACULDADE DE DRACENA, José Mega 39. Dracena - SP. nathalia.cristine1@hotmail.com

**Resumo:** O estudo procura compreender a demanda de saúde mental que está cada vez mais presente no contexto hospitalar, onde pacientes com diagnósticos inconclusos se encontram muitas vezes em quadros de somatização. A presença de pacientes em leitos hospitalares com sintomas sem uma base orgânica correspondente ocorre em todas as áreas da medicina e é recorrente há muitos anos. Percebe-se a necessidade de que essa questão receba a atenção necessária quando pacientes e equipe médica possam olhar para os possíveis aspectos emocionais que envolvem as queixas no contexto hospitalar. Para a realização desse trabalho utilizou-se de um relato de experiência advinda de um estágio vivenciado no ambiente hospitalar em um hospital público na cidade de Dracena localizada no interior do estado de São Paulo, perfazendo 15 horas de visitas aos leitos da enfermagem feminina. Objetivando fazer uma comparação do conteúdo observado a luz de referenciais teóricos que pudessem subsidiar e dar mais sustentação aos dados coletados. Durante a realização do estágio, alguns casos se destacaram,

onde questões emocionais se faziam muito presentes na fala de pacientes e os exames médicos não apresentavam nenhuma alteração, assim ficando sem um diagnóstico fechado, um fato que trazia muita angústia e sofrimento para aquelas pessoas que ouviam dos médicos que “não estavam doentes”, ficando perdidas e confusas sobre sua situação. Pires (2014) pontua que pesquisas realizadas demonstram que pensamentos e emoções influenciam diretamente as condições de funcionamento da imunidade do corpo, assim podendo ser determinantes para a condição de estar saudável ou enfermo. Nesses momentos se torna indispensável a presença do psicólogo hospitalar para que ele possa acolher e pensar juntamente com a equipe e paciente, em novas possibilidades frente a esses casos. A partir desse estudo, nota-se que vivemos uma sociedade onde as pessoas buscam e se baseiam em diagnósticos, advindo de um modelo médico tradicional que se interessava em diagnosticar e medicar, assim verifica-se a necessidade de um novo olhar para o paciente que chega a um contexto hospitalar com queixas psicossomáticas e muitas vezes estão em grande sofrimento devido a fatores emocionais, com isso entendemos que o psicólogo nesse contexto tem um papel muito significativo para que essas queixas sejam recebidas e acolhidas de uma maneira satisfatória.

**Palavras-Chave:** Somatização. Adoecimento mental. Psicossomática. Saúde Mental. Psicólogo Hospitalar.

---

## **O CONTROLE EXTERNO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA: UMA FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA**

Bruna Loybia Alves Bazzanini, Ademir Gasques Sanches

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua 22, Número 1.220. Santa Fe Do Sul - SP. [brunaloybia@hotmail.com](mailto:brunaloybia@hotmail.com), [bassa.pai@hotmail.com](mailto:bassa.pai@hotmail.com)

**Resumo:** O estudo objetiva analisar os efeitos desinentes das irregularidades no provimento dos cargos de livre nomeação, ou seja, cargos em comissão e funções de confiança, bem como o papel do Ministério Público como agente fiscalizador da Administração Pública, mormente em relação à regularização destas ocupações. Tais cargos em fidúcia representam uma excepcionalidade no quadro do funcionalismo estatal brasileiro ao dispensarem prévia aprovação em concurso público: trata-se de ocupações desprovidas de estabilidade, sustentadas pela confiança arbitrada pelo agente público. Ademais, os atos administrativos representam a própria Administração e são regidos por princípios delimitadores da atuação da gestão pública, bem como de seus agentes: qualquer comportamento do administrador que não se enquadre à norma se sujeita a controles internos e externos. Por conseguinte, se a Administração, em sua governança, não trilha um caminho paralelo ao regime jurídico e aos princípios constitucionais, afasta-se de seu cerne consistente na firmação de garantias de interesse público e coletivo. E isso, porquanto o fornecimento de serviços públicos eficientes é basilar ao bom convívio social, de modo que a quebra de expectativa em relação a estes pode acarretar uma crise institucional. Contrariando esse preceito, no entanto, a miríade de provimentos irregulares e os ruidosos desvios de finalidade nas repartições públicas do país têm comprometido não apenas a qualidade dos serviços públicos, como também a gestão pública. Cediço tal cenário, o governo federal viu-se compelido a profissionalizar sua gestão. O Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, por exemplo, determinou critérios, perfil profissional e os procedimentos para preenchimento dos cargos em comissão e funções de confiança em nível do Executivo

Federal. Partindo-se desse cenário, as razões para o presente trabalho assentam-se na necessidade de explorar os motivos da crescente intervenção de órgãos de controle na Administração Pública, em virtude de múltiplas irregularidades nos cargos ora analisados, bem como pela carência de produção textual nessa linha de pesquisa. O presente estudo desenvolveu-se com embasamento na pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, utilizando-se de fontes de pesquisa tais quais jurisprudências, doutrinas, artigos científicos, notícias e textos, isto é, pesquisa documental com método indutivo. Diante do panorama normativo, depreende-se que o Ministério Público qualifica-se como órgão exercitador de controle da função administrativa estatal. Dessa forma, em face de situações tais quais a provisão irregular de cargos ad nutum, não se palia na condição de custos legis. Pelo contrário, é legítimo para atuar de maneira direta, tanto judicial quanto extrajudicialmente – e com isso, acolitar a gestão pública brasileira. Processos administrativos, instauração de inquéritos, celebração de Termos de Ajustamento de Conduta ou a realização de audiência públicas: o Parquet goza de autonomia funcional na aplicação da lei, exercendo um controle, invariavelmente, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais. Concluiu-se, destarte, que o controle exercido pelo órgão ministerial configura fator essencial à fiscalização, correção e conscientização quanto aos vícios culturais inseridos nos provimentos dos cargos em fidúcia, restabelecendo-se, assim, a qualidade ansiada pela população em relação aos serviços e gestão públicos.

**Palavras-Chave:** Administração Pública. Cargos de Livre Provimento. Ministério Público. Controle Externo. Gestão Pública.

---

## O E-COMMERCE, E COMO AJUDOU NA LOGÍSTICA

Flavia Rocha Galindo da Silva, Marcela Ariane Alves, Alceu Teixeira Rocha

Autor(a) curso de ADMINISTRACAO - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Jose Garcia Cavalheiro , 186. Mariápolis - SP. flaviarocha742@gmail.com

**Resumo:** E-commerce é todo e qualquer tipo de comércio realizado de forma online, ou seja, vendas feitas sem contato humano direto, por meio de dispositivos e plataformas digitais, tais como computadores, tablets e smartphones. E-commerce geralmente está associado à venda online de produtos físicos. Ou seja, a compra é feita online e o produto é recebido fisicamente, por diversos meios de entrega, como Correios, transportadora, motoboy, etc. Atualmente, é possível vender praticamente qualquer tipo de produto pela internet, incluindo alimentos, automóveis e imóveis, por exemplo. Como resultado, muitas empresas tradicionais do varejo físico estão investindo no e-commerce próprio para reforçar a presença digital, acompanhar as tendências do mercado e oferecer ao público soluções mais práticas e tecnológicas. Podemos definir a importância da logística no e-commerce como parte do gerenciamento de uma loja virtual encarregada de planejar e controlar o armazenamento e o fluxo dos produtos, assim como informações relativas a eles. No comércio eletrônico a logística engloba as seguintes tarefas: Estocagem dos produtos no galpão Possivelmente, uma das etapas mais importantes na gestão de um e-commerce é a logística. Sua relevância para o funcionamento da loja é inegável, já que ela está relacionada à cadeia de processos que organizam desde o estoque até o envio de um produto ou serviço comprado em uma loja virtual. Portanto, se você deseja que seu negócio conquiste um lugar de destaque no mercado e também oferecer uma excelente experiência de compra para seus clientes, você definitivamente vai precisar investir na logística para e-commerce. Assim, para acertar e ter

uma logística afiada, não existe segredo: é preciso mapear detalhadamente suas etapas e elementos principais a fim de escolher as estratégias mais inteligentes e apropriadas para ajudar a promover sua loja virtual.

**Palavras-Chave:** Logística. E-commerce. Logísticas Afiada. E-commerce na atualidade . Produto.

---

## **O IMPACTO DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA OPERAÇÃO LAVA JATO**

Ricardo Alves de Mira, Diego Ginevro, Giovana Vasques Silva, Olimpio Benite de Cinque Junior, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Salviano Simão De Souza, 199. Flórida Paulista - SP. ricardomira59@gmail.com

**Resumo:** O Brasil vive um momento de intensa luta contra a corrupção. Desde o ano de 2014, presencia-se a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve, trata-se da Operação Lava Jato. Foram cumpridos mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. Com ela, o clamor da sociedade pelo fim da impunidade, sobretudo nos crimes envolvendo dinheiro público, tem sido mais bem atendido, haja vista que pessoas detentoras de poder econômico e político estão respondendo por seus atos. Neste cenário, o presente trabalho tem como objeto analisar duas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), órgão de cúpula do Poder Judiciário, proferidas em 2019, que impactam negativamente a Operação Lava Jato. O STF é detentor de competências constitucionais que lhe permite emitir decisões que vinculam as instâncias jurisdicionais inferiores e afetam toda sociedade. As decisões do STF analisadas no presente estudo sobrevêm pelas suas competências constitucionais em matéria penal, seja na competência originária na competência recursal, nos termos do artigo 102 da Constituição Federal. Recentemente, o STF, no Agravo Regimental interposto no Inquérito Policial nº 4.435, decidiu que crimes comuns conexos com crimes eleitorais devem ser julgados pela Justiça Eleitoral e não pela Justiça Federal. A decisão não foi unânime, dentre os 11 Ministros do STF. A referida decisão significa um impacto negativo para a Operação Lava Jato porque a Justiça Federal detém melhor estrutura e mais preparo do que a Justiça Eleitoral para julgar os processos judiciais em questão. A segunda decisão foi proferida no Habeas Corpus nº 166.373, em que, por maioria de votos, o STF firmou o entendimento de que réus delatados têm o direito de apresentar alegações finais por último nos processos em que também há réus delatores e anularam a condenação da instância inferior que se tratava de uma sentença do então juiz e atual Ministro da Justiça e da Segurança Pública Sérgio Moro. Em que pesem os argumentos sobre os Princípios da Ampla Defesa e do Contraditório (artigo 5º, inciso LV da CF), é notório que não houve violação do Código de Processo Penal e que a ordem das alegações finais não afetam as provas dos autos, como registraram os Ministros que discordaram da maioria. Tal decisão recente pode afetar mais de uma centena de sentenças proferidas em Ações da Operação Lava Jato, anulando casos já julgados. É necessário que o STF defina com clareza o alcance da referida decisão para que ela não venha causar insegurança e incertezas jurídicas, descrença da sociedade no Poder Judiciário e a impunidade dos detentores do poder no Brasil. Deve-se considerar que o combate à corrupção mais do que um processo judicial representa a esperança de justiça social.

**Palavras-Chave:** Supremo Tribunal Federal. Operação Lava Jato. Segurança Jurídica. Combate A Corrupção. Justiça Social.

---

## O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jaqueline Lourenço, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁ RIO DE ADAMANTINA, Rua Francisco Alves , 1085. Mariápolis - SP.  
lourenco.jaque@hotmail.com, jaquelimao2014@gmail.com

**Resumo:** Este estudo tem por tema “Lúdico e a educação infantil”, cujo objetivo foi identificar estratégias e recursos lúdicos utilizados na educação infantil. A atividade lúdica consiste de uma ação expressada por meio de brincadeiras e jogos. O ato de brincar pode ser conduzido independentemente de tempo, espaço ou de objeto, proporcionando à criança a possibilidade de criar, recriar, inventar e usar sua imaginação, o que torna o espaço escolar mais atrativo. Além disso, o “brincar” poderá ajudar a criança a ter mais desenvoltura, aprender a conviver em grupo e ter ideias próprias. Caracterizada como uma pesquisa de revisão bibliográfica a coleta de dados foi realizada em bases de dados científicas como Bibliotecas Virtuais de universidades, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde de psicologia (BVSpsi), no período compreendido entre 2000 e 2018, utilizando-se as seguintes palavras-chave: “Educação infantil”, “lúdico” e “brincar”. Os dados foram organizados de acordo com a análise de conteúdo de Bardin, sendo formadas três categorias: A Mídia, A Natação e os Instrumentos pedagógicos (jogos). Na categoria Mídia, traz um aprendizado para a criança através dos noticiários, das propagandas, dos eventos, dos desenhos, das novelas e filmes, aonde as crianças acabam absorvendo informações, com a identificação com os personagens. Já na categoria Natação, traz a estratégia de que a natação infantil acaba se tornando um espaço de lazer, de ludo pedagogia, em que a criança realiza expressões corporais, além da autonomia. E para finalizar uma das categorias mais importantes para o ensino-aprendizagem - os Instrumentos Pedagógicos (jogos), que promove a aprendizagem por meio dos materiais lúdicos no processo educativo, que abarca todas as áreas da educação infantil. É desenvolvida por meio de Brincadeira, Brinquedo e Jogos, aonde a criança se expressa, aprende a lidar com as regras sociais, desenvolve sua imaginação, aprende até mesmo as operações matemáticas e a ler.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Lúdico. Brincar. Aprendizagem.

---

## O MÉTODO BIOGRÁFICO NA PSICOTERAPIA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL

Camila Fernanda Rúbio Macaria, Andressa Cristina De Brito Rocha, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua 09 De Julho 2818. Mirandópolis - SP.  
camilamacaria0@gmail.com

**Resumo:** Este resumo é parte dos estudos realizados durante as atividades de estágio clínico supervisionado na área da Psicologia, que se propõe a fazer intervenções na perspectiva fenomenológico-existencial, que teve como finalidade ampliar e

aprofundar os conhecimentos e desenvolver novas habilidades e competências para a prática profissional. O estágio em psicologia clínica parte do pressuposto do acolhimento às demandas, promovendo a assistência terapêutica em consonância com as normas éticas e a competência no manejo da teoria e técnica da abordagem psicológica. A Clínica Fenomenológico-Existencial o paciente é visto enquanto ser-no-mundo e deve ser compreendido a partir de seu ambiente físico, material, social, dando ênfase em sua biografia, ou seja, à constituição histórica dessas relações. A psicoterapia ajuda o paciente a aceitar os riscos e a responsabilidade diante de suas escolhas e decisões e a compreender a liberdade de ser capaz de usar suas próprias possibilidades de existir. O Método Biográfico,, criado por Henry Lefebvre, ou método progressivo-regressivo, foi retomado por Sartre. A biografia tem uma importante contribuição a dar para dimensão técnica da psicologia, pois descortina um método para a compreensão objetiva da pessoa em seu movimento no mundo, possibilitando elucidar o projeto de ser do paciente, tornando conscientes suas escolhas, o fio que as une e a responsabilidade por elas. Este vincula três etapas: o momento descritivo, o analítico-regressivo e o progressivo-sintático, ou seja existe a compreensão das percepções que o cliente tem de seus problemas (descrição fenomenológica); Há um movimento analítico-regressivo (regressão à história do cliente) para atingir a compreensão do seu ser-no-mundo, e; posteriormente, um movimento progressivo-sintático, que movimenta-se do passado para o presente, numa tentativa de se compreender o presente em direção ao futuro, elucidado pelo processo fenomenológico (descrição, redução e interpretação). Assim, este método se caracteriza por um contínuo vaivém, que articula a existência do sujeito por meio de seu discurso singular com o mundo, permitindo atingir o vivido em sua profundidade, possibilitando, dessa forma, compreender seu projeto de ser, tecendo assim sua história, ou seja, há um movimento constante que articula passado, presente e futuro com uma dinâmica nos aspectos singulares e universais. O processo de transcender em direção ao futuro, Sartre denomina de Projeto de Ser pelas condições que definem a existência de um homem. É gestado desde a infância, estabelece-se como um processo no qual o sujeito, ao mover-se em direção a certo futuro, vai definindo seu ser.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Psicoterapia. Fenomenologia. Método biográfico. Existencialismo.

---

## **O MÉTODO CLÍNICO QUALITATIVO APLICADO NO ESTUDO DE UM ACIDENTE DO TRABALHO**

Leonardo Ribeiro Elias, Cassiano Ricardo Rumin

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Geronimo Ravagnani, 440. Lucélia - SP. ribeiro.lre@gmail.com

**Resumo:** O objetivo do trabalho é apresentar a utilização do método clínico qualitativo na abordagem ao sofrimento psíquico de um trabalhador. O acidente de trabalho no Brasil é um problema de saúde pública, um grande desafio pelo tamanho impacto tanto à saúde quanto na mortalidade da população -direta ou indiretamente- permeando o âmbito pessoal, econômico e social. Portanto, é fundamental pensar alternativas e métodos para abordar as complexidades desse fenômeno. O método Clínico-Qualitativo é a combinação do método qualitativo junto a um posicionamento da medicina clínica, onde o pesquisador utilizará de conhecimentos da psicanálise para analisar fenômenos da interação afetiva entrevistador-entrevistado, com as teorias psicodinâmicas na interpretação dos significados e aspectos dinâmicos do psiquismo do indivíduo em seu setting natural, afim de uma apreensão profunda dos fenômenos. Os resultados foram agrupados de acordo com as

atitudes propostas pelo método de investigação, sendo elas: existencialista, clínica e psicanalítica. A partir da análise existencial proposta pelo método é possível perceber os significados atribuídos a organização do trabalho e ao sofrimento do trabalhador decorrente dos mecanismos de controle instalados no contexto organizacional. Os diversos afetos do trabalhador e a relação conflituosa do aparelho psíquico à tarefa foram abordados pela investigação clínica, verificou-se o desconforto do trabalhador em relação às condições ambientais no trabalho, conflitos relacionais com figuras de poder e entre os pares, ansiedades relacionadas às atividades laborais e angústias aos diversos mecanismos de alienação. A atitude psicanalítica mostra-se como instrumento de valorização do trabalhador, pois, ao analisar os significados das comunicações entre entrevistador e entrevistado alcança-se o sofrimento que está sempre ligado à degradação das condições de discussão e de intercompreensão. Com o método, é possível reconhecer o sofrimento dos trabalhadores (atitude existencial) acolher os afetos (atitude clínica) e interpretar significados oriundos dos discursos (atitude psicanalítica), demonstrando sua utilidade para ações de reintegração ao processo de trabalho. Como método de pesquisa e intervenção nos contextos de acidentes de trabalho, possibilita que a organização do trabalho, as condições de trabalho e a insatisfação possam ser delimitadas para que posteriores rearranjos no contexto organizacional sejam efetivados.

**Palavras-Chave:** Estudo de Caso. Acidente de Trabalho. Método Clínico-qualitativo. Psicodinâmica do Trabalho.

---

## O MITO DO AMOR MATERNO

Letícia Durães de Souza, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Tietê, 165. Pacaembu - SP. LEHDS29@GMAIL.COM

**Resumo:** A proposta de estudar o tema “O Mito do Amor Materno” funda-se numa ideologia que atravessa décadas, em que o papel da mulher na sociedade era casar-se, cuidar do lar, dos filhos e do marido, tendo plena capacidade para a procriação. Esta temática nos reporta ao bastante discutido no senso comum, “o mito do amor materno”. Seria mesmo, uma verdade isso? Há realmente um instinto materno? Visando buscar respostas, foi realizada uma revisão bibliográfica em bases de dados científicas como: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal da CAPES), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVSPsi), a partir das seguintes palavras-chave: Mito do amor materno, Psicologia, Amor Materno. Nesta busca foi possível localizar 11 artigos, publicados entre o ano de 2003 e 2018. Utilizando-se a proposta de Bardin (2006), os dados coletados foram organizados em três categorias. Na primeira categoria foram encontrados artigos que revelaram não haver um desejo inato de que as mulheres carregam um instinto materno, como se a mulher já tivesse nascido preparada para ser mãe, pelas funções do corpo feminino, se unindo ao que é biológico, para justificar a presença desse instinto. Em seguida, na segunda categoria, o papel da mulher é visto de forma restrita, com o papel de cuidar da casa, da família, do marido e dos filhos e, por fim, devido ao histórico e discurso social, na terceira categoria cria-se uma ideia de como a mulher deve ser e agir, amando seus filhos incondicionalmente, sendo ternas e acolhedoras.

**Palavras-Chave:** Mito do Amor materno. Psicologia. Amor Materno.

---

## **O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**

Ingridi Lilian De Melo Araujo, Leandro De Oliveira

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - União das Instituições Educacionais da Alta Paulista, Sitio Takata. Junqueirópolis - SP.  
ingridimelo.19@gmail.com, leandrooagro@gmail.com

**Resumo:** A temática da relação família-escola tem sido pouco pesquisada no contexto brasileiro pela psicologia e, especialmente, pela psicologia escolar. Apesar de a família e a escola serem os principais contextos de desenvolvimento humano, poucos estudos científicos têm-se dedicado a compreender de forma sistemática a relação existente entre ambas (Oliveira, 2010). Este artigo retrata às possíveis causas do fracasso escolar na alfabetização e como ser trabalhados corretamente. Antigamente as crianças eram excluídas do ambiente escolar por conta de uma sistema tradicional de ensino, onde as instituições de ensino visava somente que a voz do professor e os alunos eram sujeitos passivos. O presente trabalho teve como objetivo mostrar como a educação brasileira tem passado por grandes problemas de aprendizagem devido a métodos arcaicos que não atraem os alunos ao processo ensino-aprendizagem, pois os educadores colocavam que a culpa da falta de interesse é dos alunos e não dos professores. O professor precisa ter um olhar diferenciado sobre seu aluno, buscar sempre está auxiliando. O docente precisa buscar vários métodos de ensino em seu trabalho acadêmico com a intenção de estimular os alunos a interagir em sala de aula, a serem críticos, a resolver problemas, a trabalharem em grupo, a construir conceitos e a consciência ambiental e social. O trabalho mostrou como preparar as crianças do ensino infantil antes do processo de alfabetização. Na instituição de ensino que estagio Centro Educacional Infantil permite trabalhar e incentivar as crianças de várias formas em seu brincar num ambiente favorável. Trabalha a interação da família no ambiente escolar no processo de desenvolvimento dos alunos. Os pais colaboram para poder obter o sucesso de seus filhos dando estímulos e participação na vida escolar, sendo uma ferramenta importante no estímulo dos alunos, principalmente no ensino infantil. Além disto, foi visto através de pesquisa que a criança vive em um mundo letrado, vai a escola com uma bagagem vivenciada, sendo assim o professor tem que saber trabalhar corretamente com a criança, dando mais estímulos e sabendo intervir nos meios das atividades. Para ter um maior sucesso no aprendizado da criança a presença dos responsáveis é fundamental.

**Palavras-Chave:** Fracasso Escolar. Incentivar. Educação Infantil. Participação. Família.

---

## **O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ESTUDANTE E NA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR FORMAL: UM ESTUDO DE CASO**

Wesley Lutero Mendes da Silva, Cristiane Pereira Marquezini

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Paineira, 440. Osvaldo Cruz - SP.  
ev.wesleyluterohotmail.com, ev.wesleyluterowl@gmail.com

**Resumo:** Narramos estudo de caso realizado por aluno do quarto ano do curso de graduação em Psicologia da Faculdade da Alta Paulista de Tupã (SP). O estágio tem sido efetuado na área de Psicopedagogia Clínica, sendo realizado no Núcleo de Pesquisa e Psicologia Aplicada (NPPA) da Faculdade supracitada. Justificamos a importância do acompanhamento psicopedagógico, em função do alto número de crianças que fracassam no processo de escolarização formal. Dessa forma, nosso projeto objetiva auxiliar o aluno atendido na busca de um melhor desempenho na vida acadêmica e nas suas interações sociais. No presente caso, o graduando realizou diagnóstico e, em seguida, intervenções com um aluno de quinze anos de idade, do sexo masculino e que frequenta o nono ano do Ensino Fundamental II. O paciente foi encaminhado pela escola e levado pela mãe, cujas queixas foram as dificuldades escolares. Dentre estas, destacamos os problemas com a pronúncia correta das palavras e a limitação na leitura e na escrita. De acordo com Fernandes (1991), o fracasso escolar pode estar relacionado a questões externas e/ou internas, estas, originárias da estrutura familiar e constituição subjetiva do aluno. Conforme Aberastury (1982), Freud “descobriu que se uma criança brinca é porque necessita elaborar situações traumáticas”. Entendemos, assim, que por intermédio lúdico, torna-se possível a análise da projeção de questões internas. Estas, possíveis contribuintes para as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo citado paciente. “A aprendizagem é um processo cuja matriz é vincular e lúdica e sua raiz corporal; seu desdobramento criativo põe-se em jogo através da articulação inteligência-desejo e do equilíbrio assimilação-acomodação.” (FERNÁNDEZ, 1991, p. 48). Aportados nestes autores, foram utilizados como métodos, técnicas e instrumentos de diagnóstico e intervenção, a observação, a entrevista, o desenho e partidas com jogos de regras. Para ilustrar tais metodologias, dissertaremos acerca de uma das técnicas utilizadas. Durante o diagnóstico, foi solicitado pelo estagiário que o aluno desenhasse a escola onde estuda e, em seguida, escrevesse sobre ela no verso do papel. Após minuciosa análise do desenho (realizada conjuntamente com outros procedimentos psicodiagnósticos) traçamos hipóteses sobre os significados que a instituição escolar possui para o menino, além disso, foi plausível, também, identificar alguns traços da personalidade, tais como introversão com baixa autoestima, insegurança e agressividade. Conjecturamos que o paciente possui uma representação negativa da escola, entendendo-a como espaço árido e desprovido de afetos, locus onde predomina, apenas, o desenvolvimento das funções cognitivas dos aprendizes, e, portanto, carente de significações. Supostamente estes fatos podem estar relacionados com as suas dificuldades de aprendizagem. Na intervenção, propriamente dita, estamos utilizando-nos de atividades psicológicas, pedagógicas e psicopedagógicas, com intuito de desenvolver a fala, ampliar sua capacidade de leitura e de escrita e, por sua vez, estender estas aquisições à personalidade do adolescente, objetivando melhorar sua autoestima. Mesmo estando ainda em atendimento, o paciente vem apresentando considerável melhora, tanto na pronúncia das palavras quanto na leitura e escrita. Assim, reiteramos, a importância da psicopedagogia para o desenvolvimento integral do sujeito e para a resignificação dos processos de ensino e aprendizagem realizados no âmbito das instituições escolares.

**Palavras-Chave:** Psicopedagogia Clínica. Desenvolvimento Humano. Dificuldades de Aprendizagem. Educação. Fracasso escolar.

---

## O PLANTÃO PSICOLÓGICO NO CONTEXTO ESCOLAR

Naiara Lima Ventura, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua São Paulo 145. Flórida Paulista - SP.  
naah\_ventura@hotmail.com

**Resumo:** Este estudo se refere ao trabalho de conclusão de curso da área de Psicologia, com a temática Plantão Psicológico em contextos escolares. O interesse neste tema está relacionado à experiência vivida em estágio de Psicologia Escolar, em que se questionou sobre as contribuições do Plantão Psicológico nas escolas. O objetivo baseia-se em verificar quais as principais queixas psicológicas e emocionais encontradas em Plantão Psicológico no contexto escolar. O ambiente escolar é constituído por pessoas de variadas faixas etárias, classes sociais, raça, constituição familiar, entre outros. Dessa forma, várias demandas surgem nesse tipo de instituição. A escola por sua vez, nem sempre oferece ferramentas para lidar com as demandas e, muitas vezes, culpabiliza o aluno por seu fracasso escolar. Neste sentido, o Plantão Psicológico poderá beneficiar à clientela escolar, no sentido de promover um olhar diferenciado sobre seus alunos. Caracterizado como uma Revisão Bibliográfica, os dados foram coletados nas bases: Scientific Electronic Library Online - Scielo, Biblioteca Virtual de Psicologia - BVSPsi, O Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia – PEPSIC, O Portal dos Psicólogos – Psicologia PT e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde-Lilacs, utilizando-se as seguintes palavras-chave: Psicologia, Plantão Psicológico, Contexto Escolar, no período compreendido entre 1998 a 2018. Como resultados, foram recuperados 117 artigos, sendo selecionados cinco para compor as análises. Os dados coletados foram organizados em quatro categorias: queixas relacionadas aos conflitos familiares, queixas escolares, queixas relacionadas ao corpo e outras queixas. Na primeira categoria, obteve-se as queixas de briga entre os pais, separação dos pais, violência doméstica, relação marido-mulher e doença do filho. Na segunda categoria, foi possível encontrar queixas sobre sentimento de humilhação, desmotivação para ir à escola, queixas de aprendizagem, conflitos escolares e dificuldades no estudo. A terceira categoria aborda a aceitação corporal, distúrbios alimentares, sexualidade e automutilação. A última categoria traz queixas como, relações interpessoais, problemas externos à escola e curiosidade. A pesquisa ainda encontra-se em desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Plantão Psicológico. Contexto Escolar.

---

## O PROCESSO DE LUTO NA MORTE DE UM FILHO

Aparecida Pavani Pascoaloto, Claudia Regina Parra

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades de Dracena, Avenida Presidente Vargas,100. Dracena - SP.  
cidinhapascoaloto@gmail.com

**Resumo:** A vida e a morte caminham juntas em nosso cotidiano. Perder é um acontecimento recorrente e inerente na vida do ser humano. Dentre as perdas, há as simbólicas como saúde, juventude, beleza, oportunidades, entre outras, como a perda por morte e esta é algo que desafia a condição humana e causa dor e tristeza. O conceito de “luto” está naturalmente associado ao processo posterior à morte. A negação é a primeira fase do luto. A definição de “Processo de Luto” é bastante complexa, e cada

peessoa vivencia de forma diferente o que também influencia a forma como esse luto vai ser elaborado. O processo costuma ser mais complexo quando o ente querido perdido altera a ordem natural da vida, ou seja “filhos morrem antes dos pais”, nestes casos o “mundo presumido” é severamente abalado, o enlutado precisará reelaborar suas crenças e verdades para que ele possa reaprender a viver. Objetivamos com este estudo explorar o processo de luto pela perda de um filho, as mudanças, e como essas influenciam na dinâmica familiar. Este estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica referente ao tema proposto. Recorreu-se a artigos científicos divulgados entre 2007 e 2018 sobre o assunto finalizando com uma discussão e conclusão sobre o tema abordado. O assunto morte, ainda é algo negado, velado. As pessoas não costumam desenvolver a consciência da finitude. No caso da perda de um ente querido, em especial de filho jovem é interpretada como interrupção no seu ciclo biológico, e isso provoca, frustração, tristeza, dor, sofrimento intenso e muita angústia. O sofrimento é intenso e complexo. A intensidade da sintomatologia e duração do processo de luto parental frequentemente difere dos processos de luto por outros tipos de perda. Muitas consequências negativas podem ser geradas na vida dos pais, em especial no relacionamento social e conjugal. Diante disso os pais precisam se reorganizar psicologicamente. Para que isso ocorra é preciso vivenciar a crise que se instaura devido à carga do luto e os desdobramentos dos papéis desempenhados na família. A experiência de enlutamento pode fortalecer e trazer maturidade aqueles que até então estiveram protegidos de desgraças. Resignificar a dinâmica familiar, encontrar um novo lugar para o ente querido é uma das formas de conceber uma adaptação à nova vida após a perda. Não obstante, reconhecer que cada pessoa tem uma reação em relação ao luto e um tempo para vivenciá-lo é fundamental. Os níveis de negação, evitação, estresse e temor podem contribuir para o distanciamento do assunto. Podemos dizer que as pesquisas e discussões sobre a questão da morte possuem uma trajetória de conquistas e avanços, mas também um horizonte de muitos desafios. Todas essas variáveis parecem estar envolvidas no modo como se encara este assunto. Daí a necessidade de se estudar o assunto. Dessa forma, acredita-se que os profissionais da área da saúde mental poderão estarem se preparando para tal situação, podendo oferecer o cuidado necessário nestas ocasiões.

**Palavras-Chave:** Luto. Perda De Filho Jovem. Morte Prematura.

---

## **O QUE DIZEM TESES E DISSERTAÇÕES DO PPGE/FCT/UNESP SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Jefferson Martins Costa

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT/UNESP, Noberto Valim 465. Presidente Prudente - SP.  
jeffin\_martins@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho intitulado “O que dizem teses e dissertações do PPGE/FCT/UNESP sobre a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental” tem como objetivo central refletir e analisar os resultados das produções do PPGE/FCT/UNESP que abordam a formação do professor dos anos iniciais do ensino fundamental. Considerando o objetivo deste artigo desenvolvemos a abordagem da pesquisa qualitativa e a pesquisa bibliográfica com o intuito de refletir sobre o papel da universidade pública no contexto educacional brasileiro. E fundamentado nas pesquisas do tipo “estado da arte” realizaremos a análise crítica da produção acadêmica defendida no PPGE/FCT/UNESP no período de 2000 a 2017, priorizando a

temática “formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental”. Em síntese, no decorrer de sua história, o Programa de Pós-graduação se constituiu como relevante para a formação de professores, na área de educação tendo em vista número e a qualidade significativa de produções acadêmica defendidas, até então, no seu âmbito. Conforme nossa análise, os autores das dissertações e teses revelam uma preocupação com os caminhos da formação de professores e enfatizam a necessidade de uma proposta de formação continua que seja permanente, em serviço e que considere as necessidades formativas dos docentes. Além de enfatizarem a luta por políticas públicas direcionadas a qualidade do ensino público e a valorização do profissional professor. Identificamos também que todos os trabalhos analisados concluíram que há necessidade de uma formação continuada/serviço, que busque cada vez mais uma formação de professores que possibilite que eles se desenvolvam como profissionais crítico-reflexivos.

**Palavras-Chave:** Pós-graduação em educação. Formação de professores. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

---

## **O SUICÍDIO E AS MÍDIAS SOCIAIS: UMA REFLEXÃO ENTRE JOVENS**

Uly David Durante, Mayra Thaianne Santana de Souza, Claudia Regina Parra

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades de Dracena, Rua Januário Bonito, 1903. Dracena - SP. ulydurante@hotmail.com

**Resumo:** A temática referenciada neste estudo traz a tona a questão a ocorrência do uso das redes sociais na comunicação de ideação suicida em especial com jovens. Trata-se de um estudo de revisão de literatura. Em 2017 surgiu nas mídias sociais brasileiras o desafio virtual Baleia Azul, cujo objetivo final era levar o jogador a cometer o suicídio e as vítimas na maioria eram jovens. Outro caso foi a série da Netflix “13 Reasons Why” que conta a história de uma garota que cometeu suicídio e seus passos. Objetivamos investigar nas redes sociais, os usuários frente a ideação suicida e ao suicídio propriamente dito. Este trabalho foi elaborado seguindo o modelo de levantamento bibliográfico, onde foi pesquisada a gênese da ideação suicida, em seguida as mídias que abordam o assunto. Posteriormente procedeu-se uma análise qualitativa dos dados de forma reflexiva, atribuindo-lhes significado. Os jovens são os usuários mais frequentes na Internet sendo 65% das pessoas com até 25 anos. Dentre as redes sociais virtuais mais utilizadas facebook prevalece com 83%. Em levantamento feito em Maio de 2019 na plataforma do facebook encontramos a página Suicídio, Tristeza e Dor que possui 28.343 seguidores. O presente trabalho faz um recorte do papel das mídias sociais no incentivo ao suicídio, identificando os fatores e comportamento suicida, mais especificamente a rede social facebook. Até o momento desta pesquisa e de acordo com os aportes teóricos consultados observa-se os efeitos das mídias sociais no comportamento suicida principalmente entre os jovens devido a maior vulnerabilidade e facilidade no acesso à comunicação. Pelos dados preliminarmente coletados, vê-se de imediato a importância de aumentar a visibilidade dos sites de prevenção do suicídio, pois na internet o tema tem relação ambígua, pois da mesma forma que existem sites direcionados para a prevenção, também existem sites que auxiliam no encorajamento ao ato suicida. Torna-se urgente uma reflexão dos caminhos mais adequados para conter ou diminuir essa prática que tanto desconforto traz para as famílias que a vivenciam.

**Palavras-Chave:** Suicídio. Mídias. Rede Social.

## **O TRABALHADOR E O CONTEXTO PENITENCIÁRIO: UM RELATO DE ESTAGIO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO**

Thalysyn Luan de Moraes Fernandes, Evelyn Yamashita Biasi

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Da Liberdade, Bloco 209 Apto 33. Adamantina - SP. thalysyn100@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem o intuito de explorar as práticas no Estágio de Psicologia do Trabalho I, desenvolvido no primeiro semestre letivo de 2019, tendo como objetivos oferecer atendimento psicológico aos trabalhadores do sistema penitenciário, trabalhar as questões de prisionização vivenciadas no cotidiano dos trabalhadores e proporcionar através do plantão psicológico a elaboração da tensão vivenciada diante o fechamento institucional do contexto Penitenciário. Para que possamos pensar nestes contextos, é necessário que voltemos a relação homem-trabalho como é posto por (DEJOURS, 1994), que o sujeito tem necessidade de criação para que ocorra regulação psíquica e física a função desenvolvida pelo mesmo. Tendo em vista que o trabalho penitenciário consiste em uma atividade monótona de constante vigília para com os aprisionados com pouco espaço de criação e atribuição de subjetividade. Tendo o trabalhador que se dispôr a encarar situações conflituosas do trabalho prescrito e real. Para que fossem realizadas as atividades dentro o âmbito penitenciário foram utilizados na metodologia o plantão psicológico que consiste segundo, (SOUZA e SOUZA, 2006) uma escuta para os trabalhadores que necessitam apelar qualquer angústia imediata, decorrente ou não de situações do trabalho, todavia que afetam o bem-estar atual do sujeito e dificultam o processo laboral. Num segundo momento é oferecido atendimento psicológico que tem como interface a psicoterapia breve psicanalítica (HEGENBERG, 2004) tendo como objetivo investigar os mecanismos de defesas desenvolvidos pelos sujeitos para lidarem com o sofrimento laboral e a resignificação desses conteúdos. Frequentemente, os conflitos relacionados aos trabalhos de maneira encoberta na fala dos trabalhadores a partir dos mecanismos inconscientes da racionalização e da negação. Quantos aos resultados e discussões ressaltam-se a quebra de racionalização perante duas situações o primeiro consiste no acidente de trabalho já na outra situação refere-se a frequência nos atendimentos oferecidos, demonstrando a importância do acompanhamento psicológico. O plantão psicológico ainda executa a função de contenção de angústias imediatas dos trabalhadores que, por estarem expostos a vivência exacerbada de persecutoriedade, não confiam em partilhar suas angústias. Sendo assim, concluímos que o atendimento a trabalhadores do sistema extrema importância, visto que, com o mesmos os sujeitos, podem atribuir novos sentidos para a sua execução laboral e contenção de angústias imediatas para que se tenha um norteamento e contenção das mesmas.

**Palavras-Chave:** Saúde do Trabalhador. Instituição Prisional. Psicanálise. Prática de Estágio. Plantão Psicológico.

---

## **O TRANSTORNO DO SONO E A QUALIDADE DE VIDA**

Camila Aparecida Crepaldi, Maria de Fátima Belancieri.

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, R. Prof. José Rocha Junqueira, 7. Flórida Paulista - SP. camila.crepaldi@outlook.com, camila2crepaldi@gmail.com

**Resumo:** Este estudo tem por tema “O Sono e a Qualidade de Vida”, com o objetivo de verificar as relações entre o transtorno do sono e a qualidade de vida. O sono é uma função biológica natural na vida do sujeito, sendo fundamental para a consolidação da memória, da visão binocular, termorregulação, conservação e restauração da energia. Já a qualidade de vida se refere à percepção subjetiva e está relacionada à autoestima e ao bem-estar pessoal. Os transtornos do sono provocam consequências na vida das pessoas por diminuir seu funcionamento diário, aumentar a propensão a distúrbios psiquiátricos, déficits cognitivos, surgimento e agravamento de problemas de saúde, riscos de acidentes de trânsito, absenteísmo no trabalho, comprometendo a qualidade de vida. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, em que os dados foram coletados nas seguintes bases de dados: SCIELO-Scientific Eletronic Online, Portal UFG, Pergamum Univale, Repositório da Universidade Federal da Bahia, Unisalesiano, Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Revista de Enfermagem Universidade Federal de Pernambuco e Revista Oficial da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, a partir das seguintes palavras-chave: “Transtorno do Sono” e “Qualidade de Vida”, no período compreendido entre 1998 e 2018, foram selecionados 17 artigos. O método foi o de análise de conteúdo de Bardin, em que foram organizadas três categorias: Aspectos relacionados à Dimensão Biológica, Aspectos relacionados a Dimensão Psíquica, e Aspectos relacionados a Dimensão Social. Na Dimensão Biológica, com cinco artigos, os aspectos estão relacionados com a saúde física, constituído de queixas como dores de cabeça e de estômago e doenças cardíacas. Em relação à segunda categoria, os Aspectos Psíquicos, foram selecionados três artigos, que estão relacionados ao cansaço, fadiga, falhas de memória, dificuldade de atenção, concentração, hipersensibilidade. E na terceira categoria, Aspectos da dimensão social estão relacionados ao trabalho, a família, ao lazer, trânsito e desemprego. Este estudo encontra-se em andamento.

**Palavras-Chave:** Transtorno do Sono. Qualidade de vida. Sono. Psicologia.

---

## ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E FACÇÃO CRIMINOSA

Fernanda Djovanna Martinez da Silva, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua São Pedro, 122. Tupã - SP. fernanda\_\_martinez@hotmail.com

**Resumo:** Nas últimas décadas, as organizações criminosas têm tomando destaque em todo território nacional, aumentando a preocupação dos legisladores assim como tem ganhado pauta na preocupação dos movimentos populares. O trabalho pretende demonstrar evolução associativa criminal, assim como a evolução do Estado perante a esta para-sociedade que se desenvolve nas margens dos seus limites e criam suas regras e ordenamentos contra a própria estrutura estatal. Tendo em vista a problemática do crime organizado a pesquisa procura abordar desde sua origem, evolução e a estrutura organizacional que tal crime possui atualmente, a fim de apontar seu surgimento desde os tempos mais remotos até as atuais organizações as quais possuem verdadeiras estruturas empresariais a serviço do crime organizado. Realiza-se, e então um estudo baseado em

pesquisas bibliográficas relativas ao tema. Diante disso verifica-se que o crime organizado atua organizando-se de forma piramidal, formando suas bases invariavelmente em locais onde as pessoas são menos favorecidas socialmente, facilitando assim, o recrutamento de seus integrantes, os quais se envolvem por falta de oportunidades dignas de vida e necessidade de sobrevivência e que jamais conhecerão os que estão no topo da organização e que realmente lucram com a prática das ações criminosas. O que impõe a constatação de que para que haja efetividade das ações de combate ao crime organizado é preciso o total conhecimento de todos os envolvidos, sobretudo a Polícia Militar que desempenha sua função atuando na linha de frente, sobre como se dá a organização estrutural das várias vertentes do crime organizado.

**Palavras-Chave:** Organizações Criminosas. Crime Organizado. Política Criminal.

---

## **OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Reneide de Oliveira Silva, Izabela Juliane Martins, Mateus Barroso Sacoman

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Jose Frizão , 251. Adamantina - SP. reneidesilva04@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho aborda um pouco do aspecto histórico e a importância da música para educação infantil, mostrando como é essencial a música para o desenvolvimento do ser humano. É um processo de construção do conhecimento que desperta nas crianças o prazer pelas diversas áreas do conhecimento através da música, contribuindo a mesma na organização da memória, da percepção e do pensamento, sendo também um instrumento facilitador do processo de ensino aprendizagem, uma linguagem muito importante, pois é um meio de expressar sentimentos e ideias. A criança desde o nascimento vive em um meio onde descobre coisas a todo momento, pois sua educação no desenvolvimento nas habilidades infantis, autodisciplina, paciência, sensibilidade, coordenação, capacidade de memorização e de concentração são valorizadas para o estudo da música. Para tanto, buscou-se verificar a importância dos benefícios da música na Educação Infantil, identificando as dificuldades existentes para a aplicação da mesma. É de grande importância que o aluno tenha esse conhecimento, a música não vai auxiliar somente no comportamento, mas também nas demais situações ao longo de sua vida, formando cidadãos melhores que foram educadas através da música. Levando – nos a repensar na forma de ensinar música, e qual o seu objetivo, na vida do professor e na do aluno. Foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, com subsídio de livros, textos e trabalhos que tratam do tema. Sendo assim, foi concluído que a música é um instrumento desencadeador de aprendizagem, que promove o equilíbrio, bem-estar, onde é trabalhado o raciocínio, o tornando mais lúdico e prazeroso o desenvolvimento infantil.

**Palavras-Chave:** Musicalização. Educação Infantil. Criança. Aprendizagem.

---

## **OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS REFUGIADOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Josilaine Alexandre Polvere, Leticia Lourenço Sangaletto Terron

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉDO SUL, Rua Angelo Nardi, 822. Santa Fe Do Sul - SP.  
josilainealexandre17@gmail.com

**Resumo:** Este é um estudo sobre a crise dos refugiados no Brasil, e uma análise sobre a legislação brasileira para refugiados. Refugiado é o estrangeiro que deixar o seu país por fundados temores, violação de seus direitos, como ameaça à sua vida ou liberdade, perseguições políticas ou religiosas, e toda condição que estiver expressa no Estatuto dos refugiados. Diante da vulnerabilidade em que os estrangeiros deixam seu país buscando refúgio em outros países, eles colocam suas vidas em risco, para tentar salvar-se dos conflitos, fogem em situações precárias e sem segurança. Considerando que em um primeiro momento estão tendo seus direitos violados, quando chegam no Brasil, o país por ser membro da Organização das Nações Unidas; tem o dever de garantir seus direitos e garantias fundamentais, por esta razão a pesquisa se justifica, uma vez que, tem como objetivos analisar o posicionamento do Brasil ante aos refugiados, e analisar se a Lei N° 9.474 de 22 de Julho de 1997, atende as necessidades dos refugiados no Brasil. A metodologia se deu por meio de pesquisa documental e revisão bibliográfica. Os materiais utilizados para este estudo foram: Constituição Federativa do Brasil de 1988; Estatuto dos Refugiados Lei N° 9.474/97; Pacto dos Direitos Humanos de 1948; A Carta das Nações Unidas; livros, sites e artigos científicos relacionados. O posicionamento do Brasil ante aos refugiados está em consonância com os princípios da Organização das Nações Unidas, que tem como base a paz e segurança por meio da promoção do respeito aos direitos humanos, visando a dignidade da pessoa humana. A contribuição do Brasil na questão da crise dos refugiados acontece por meio de órgãos específicos, que foram criados pela Organização das Nações Unidas e pela Lei 9.474/97; o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, e o Comitê Nacional para os Refugiados, que, com o apoio de órgãos não governamentais tem dado assistência legal e social aos refugiados. Contudo, devem-se reconhecer as deficiências no processo de acolhimento, assim como a demora em avaliar os pedidos de refúgio e a inserção ao mercado de trabalho, à vista disso, deve-se considerar a abertura de novos projetos e a criação ou expansão de órgãos complementares para acelerar os processos e melhor atender aos refugiados. A legislação brasileira promove ainda soluções duradouras, como a repatriação, o reassentamento e a integração local. Por haver conflitos de difícil resolução nos países de origem dos refugiados, a repatriação é de menor acesso, por este motivo o Brasil passa a ter maior atuação na integração local. Comprovou-se com a pesquisa que a Lei N° 9.474/97, atende as necessidades dos refugiados no Brasil, mas necessita de evoluir para acompanhar o aumento populacional dos refugiados no país, assim como expandir ou criar novos órgãos complementares específicos em assistência aos refugiados.

**Palavras-Chave:** Refugiados. Direitos Fundamentais. Direitos Humanos. Legislação Brasileira. Crise.

---

## OS FATORES QUE DIFICULTAM A QUITAÇÃO DE CREDITO FINANCEIRO DA PESSOA FÍSICA, NO MUNICÍPIO DE TUPÃ - SP, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Jessica Bonifácio Torres, Bruna Cristina Martins Silva , Fabio Augusto De Araujo, Roberto Yoshifumi Kawasaki, Fernanda Yamauchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Nicola De Molla, 51. Tupã - SP. torres-jessica@hotmail.com, tcccreditofinanceiro@gmail.com

**Resumo:** Atualmente no Brasil o número de consumidores inadimplentes, devido uma não quitação de crédito financeiro está aumentando cada vez mais, tornando o país uma das maiores taxas de inadimplência econômica mundial, visando identificar como podemos melhorar essa taxa, utilizando uma amostra no município de Tupã - SP o artigo a seguir tem por finalidade, identificar os fatores que dificultam a quitação de crédito financeiro da pessoa física, no município de Tupã - SP, nos últimos dez anos. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo, sendo a pesquisa de campo realizada de forma com que a abordagem seja quantitativa para a realização da mesma, por meio da aplicação de questionário, sendo aplicado de forma aleatória, para uma amostra representativa de 60 pessoas, com o consentimento dos participantes. Dessas aceções, os resultados apresentam que no município de Tupã - SP cerca de 65% dos participantes do questionário, fazem solicitação de crédito financeiro para a aquisição de bens, contra 35% dos participantes que fazem esta solicitação para a quitação de dívidas, já no momento da quitação deste crédito foi apurado que cerca de 80% dos participantes foram inadimplentes, motivados pela falta de planejamento, seguidos de 10% que foram motivados pela crise econômica que se deu entre os anos de 2014 e 2016, e outros 10% que acabaram em inadimplência por desemprego. Conclui-se assim que as análises demonstram existir uma má orientação financeira, causando a alta taxa de inadimplência para com os municípios de Tupã - SP em relação a planejamento financeiro para o pagamento de suas devidas aquisições de bens.

**Palavras-Chave:** Crédito Financeiro. Aquisição de Bens. Quitação de Dívidas. Planejamento Financeiro.

---

## OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Leticia Aparecida Dantas de Sousa da Silva, José Luiz Vieira de Oliveira

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Aurélio Bernardes , 136. Flórida Paulista - SP. ledantas2017@gmail.com, leticyadantas@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por finalidade, mostrar através de um estudo bibliográfico, discorrer sobre as diversidades de jogos e brincadeiras ao decorrer dos anos, e a importância da educação, no campo de tecnologia da informação buscando meio, que ajude na formação do desenvolvimento crítico em massas entre crianças e adultos, pensando no seu uso consciente. Tais princípios e conceitos visam mobilizar, e valorizar as informações que o mesmo recebe no seu cotidiano, tendo como foco principal, a criança que além de estudar, tem seus totais direitos segundo as leis da Constituição de 1988, e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), tendo em vista que o mesmo deve ser tratado como criança, que brinca ,corre, pula, e deve ter cuidados maiores. E ao brincar, ela estará expressando seus sentimentos, conflitos, desenvolvendo assim o seu processo de ensino-aprendizagem, manifestando conseqüentemente sua imaginação e a ludicidade. Este estudo tem por ponto norteador mostrar a suma importância da educação nos jogos e brincadeiras na educação básica brasileira, valorizando a bagagem prévia que os alunos se encontram no meio crítico da sociedade e do sistema escolar, quebrando barreiras hierarquias do mesmo e gerando uma conscientização eficaz desse ensino-aprendizagem, seja em jogos ou brincadeiras. Segundo as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei nº 9.394/96, que abrange soluções educativas, superações e reflexões didáticas para profissionais que atuam no meio pedagógico, trabalhar com seus alunos. Através disso a criança passou a ser reconhecida como sujeito de direitos, um ser social, cultural e histórico, mostrando um olhar diferente em

relação ao cuidar na infância, tornando importante o progresso da criança, reconhecendo o seu ingresso no âmbito escolar e em creches, que a instituição, além de fornecer uma educação de qualidade e dar suporte colaborando efetivamente no progresso da criança.

**Palavras-Chave:** Ensino-aprendizagem. Educação. Tecnologia Da Informação. Ludicidade. Educomunicação.

---

## **OS LIMITES DO DISCURSO RELIGIOSO NA RETÓRICA POLÍTICA FRENTE À DEFESA DA LAICIDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

Jorge Luís dos Santos Lourençon, Ana Maria Ortega Alonso

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua Perimetral Oeste, 1241. Santa Fe Do Sul - SP. jorgelourencon@outlook.com

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo questionar os limites do discurso político no que tange à utilização de argumentos religiosos por figuras públicas no Estado Democrático de Direito, bem como contribuir com os estudos escassos sobre Estado laico no país. Nesse sentido, pergunta-se: é legítimo o uso de ideias religiosas em cargos públicos, quando o Estado afirma sua separação e autonomia em relação a elas? A Democracia e o debate político, que é pautado pela retórica, podem se valer da religião? Em que momento um político deve se desvincular da argumentação religiosa para respeitar a laicidade do Estado? O discurso político é marcado pela retórica, conceituada como a arte de convencer por meio da argumentação. Agentes políticos utilizam-se, desse modo, da religião para persuadir. Em campanha ou no exercício da função, a fé é tema recorrente na política, servindo, outrossim, como fundamentação para ações estatais. O Brasil, por outro lado, é Estado laico, consoante artigo 19, inciso I, da Constituição Federal, em que há separação entre os domínios do poder civil e os domínios da mitologia. O presente estudo revela-se imprescindível ao questionar os excessos da argumentação religiosa por representantes do povo, colaborando com a construção da Democracia tal qual prevista pelo Texto Maior. A metodologia empregada é a revisão bibliográfica, sob o método dedutivo. A laicidade é garantia da liberdade religiosa, devendo ser respeitada. O discurso de figuras políticas deve observar o ordenamento jurídico, em que a separação da fé e do Estado constitui limite à fala desses representantes. Dessa forma, em campanha ou no exercício da função, agentes políticos não devem se referir à religião para convencer ou fundamentar ações do Estado, haja vista não se tratar de tema pertinente ao cargo. O ordenamento jurídico, conclui-se, dita os limites à retórica política. A persuasão, inerente à atividade, não é absoluta, e a religião não pode ser manipulada, com finalidade de convencimento, em um Estado laico. Caminhos que concretizem a secularização devem ser buscados; pelo Direito Comparado, há normas eleitorais portuguesas e mexicanas a servir de parâmetro, as quais vedam, a título de ilustração, a candidatura de ministros religiosos. No Brasil, a interpretação das leis segundo o Princípio da Laicidade precisa de aprofundamento. O artigo 242 do Código Eleitoral, que veda meios capazes de criar artificialmente, na propaganda eleitoral, estados mentais, emocionais ou passionais na opinião pública, considerando esses como os efeitos da crença, revela-se, também, como alternativa

**Palavras-Chave:** Estado Laico. Retórica. Limites. Religião. Agente Político.

## **OS MUROS INVISÍVEIS NO ESPAÇO INSTITUCIONAL – A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS**

Nathália de Oliveira Lorenzon, Angel Martins de França, Jhonatan Elvis Souza da Silva, Luana Valera Bombarda

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdade da Alta Paulista, Santa Cecília; 120. Osvaldo Cruz - SP. natholiveira009@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo discutir a prática da psicologia realizada em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) através das possibilidades e limites em uma intervenção psicossocial realizada, destacando as demandas que surgiram. A intervenção iniciou a partir da observação e construção do diagnóstico institucional, realizadas pelos estagiários em Psicologia Institucional e Comunitária. É considerada idosa a pessoa a partir de 60 anos. Segundo o IBGE (2017) a expectativa de vida em 2016 aumentou para 75,72 anos. Essa população caracteriza-se pela tripla carga de doenças com forte predomínio das condições crônicas. Segundo Goffman (1961), as ILPIs podem ser consideradas um espaço para o cuidado a pessoas incapazes e inofensivas. Os asilos oferecem serviços de acolhimento pelas mais diferentes situações, no entanto, é fato que essa instituição opera da mesma maneira há muito tempo, limitando o envelhecer de forma saudável (NOVAES, 1997), visto que instituição total é aquela que possui controle dos indivíduos, substituindo possibilidades de interações sociais externas, pelas internas. Goffman (2015) contribuiu para a compreensão da produção de subjetividade a partir de sua análise institucional com foco em elementos macro e micro dos fenômenos, nítido em estabelecimentos fechados. O diagnóstico institucional possibilitou compreender a dinâmica da instituição, o movimento das relações desenvolvidas, levantamento das necessidades, que apesar de residirem no mesmo local em média à nove anos, não se conhecem e não apresentam vínculo e pertencimento do local. As intervenções pautaram-se em: escutas; caminhada comunitária e participação de piquenique na praça central, visita a chácara da instituição e comemoração dos aniversariantes do mês, jogos de tabuleiro e jogo da vida; atividades grupais com objetos, pinturas e diálogos terapêuticos; decoração da Festa Junina. Essas propostas tiveram como objetivo interação entre os internos, compreensão do processo de institucionalização e potencialização da lógica do cuidado. Cada atividade pôde proporcionar aos idosos que ressignificassem diferentes conteúdos, contribuindo para o resgate da subjetividade e vínculo grupal. A caminhada comunitária e o piquenique possibilitou ao idoso o movimento físico, escutas e interação com a sociedade; a chácara e festa junina possibilitaram aos idosos vivências culturais e progressas. No espaço institucional atividades desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento do vínculo, resgate de conteúdos infantis e compreensão dos sentimentos. Apesar das potencialidades apresentadas pelos idosos, alguns limites também foram encontrados, como a dificuldade de interação, isolamento social e recusas em participar das intervenções. Tais situações puderam ser verificadas em atividade, cujo objetivo era o relacionamento. Chamou a atenção que alguns idosos, apesar do tempo de internação, não se conheciam, o que nos faz pensar na resistência a aderir ao novo espaço de convivência, como também desenvolver o sentimento de pertença. Diante disso, pode-se concluir que a psicologia deve estar nos mais diferentes espaços institucionais, contribuindo para a qualidade nas relações, desenvolvimento de potencialidades, qualidade de vida psíquica e atuar nas limitações e resistências, proporcionando espaços de elaboração para um envelhecer saudável.

**Palavras-Chave:** Envelhecimento. Instituições. Pertencimento. Ressignificação.

### **OS TRANSEXUAIS ADOLESCENTES E O CONTEXTO FAMILIAR**

Ester de Farias Barbosa, Regina Maria de Souza, Ana Paula dos Santos Prado

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua 8 2058. Santa Fe Do Sul - SP.  
ester\_fbarboss@hotmail.com, anapaula.educaon@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar as consequências sofridas por adolescentes transexuais no âmbito familiar em vista de sua condição de gênero e personalidade. A falta de aceitação por parte da família implica tanto em um sentimento de não pertencimento quanto em sua inserção social, acarretando a possibilidade de o mesmo se tornar um jovem inseguro e com baixa autoestima. O sofrimento psíquico vivenciado pode comprometer seu desempenho escolar, causando danos como depressão, ansiedade, insatisfação deste modo estimulando as tentativas de suicídio. O trabalho foi produzido por meios de revisão de literatura, com consulta a livros periódicos e textos de referência para a temática. Com base nas informações obtidas foi possível constatar que adolescentes transexuais sofrem danos psíquicos normalmente causados pelo bullying, iniciado no contexto familiar e prosseguindo na socialização secundária. Pode-se mencionar ainda, a ocorrência de assédio moral e desrespeito aos direitos da personalidade humana. A sexualidade é entendida, no contexto atual, como uma condição particular de cada indivíduo, mas a discriminação, intolerância e a não aceitação da família, continuam presentes no cotidiano dos indivíduos. Devido ao grande número de adolescentes com problemas na delimitação de sua identidade de gênero, verificam-se problemas psíquicos causados pela cobrança excessiva da família. Nesse contexto, os adolescentes apresentam dificuldades na discussão e aceitação de suas questões de gêneros. A família, que deveria receber as diferenças e acolher, em muitos casos, acaba por disciplinar e excluir, o que acaba por refletir na construção da identidade do mesmo. No ambiente escolar implica na ocorrência de situações de violência, exclusão e discriminação.

**Palavras-Chave:** Discriminação. Sexualidade. Sofrimento Psíquico.

---

### **PABLO PICASSO: SOB UM OLHAR DA PSICOLOGIA ANALÍTICA JUNGUIANA**

Amanda Elias Lima, Felipe da Silva Bazílio, Luís Santo Schicotti

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Líbero Badaró, 222 Ap. 41. Adamantina - SP.  
manda\_el@hotmail.com, thoorns@gmail.com

**Resumo:** Esta pesquisa diz respeito a uma análise/metáfrase de um recorte da obra de Pablo Picasso, que para melhor compreensão, foi dividida por períodos, os quais, têm por objetivo compreender o processo criativo do pintor, por meio de algumas pinturas, advindo da ótica Junguiana. Picasso (1881-1973), reconhecido pintor espanhol, foi um marco para o período moderno, sendo considerado, de acordo com Silva (2017), um precursor da estética contemporânea, devido sua obra ter produzido profunda comoção, em âmbito mundial, baseando-se na sua temática diversificada, ligada geralmente a conteúdos

políticos e pessoais. Diante do exposto, parte-se da ótica Junguiana, que segundo Silveira (1997), concebe o processo artístico em duas vertentes, sendo estas a arte dos sentidos, a qual preconiza o exterior, afetando-nos através dos sentidos e a arte da imaginação, a qual é pautada pelas fantasias, focalizando o interno do artista, podendo-se apresentar de forma irrealista, delirante e abstrata. Salientamos que a psicologia analítica, disposta por Jung, não tem como objetivo a estética aparente de uma obra e nem mesmo a explicação do fenômeno “arte”, mas sim, de como tal representação interfere na relação arquetípica que tal obra representa para a sociedade. Foram utilizadas 14 obras, entre pinturas e gravuras, divididas em 2 obras por período, relevantes por repercussão, sendo estes: antes de 1901, fase azul, fase rosa, fase africana, cubismo analítico, cubismo sintético, classicismo e surrealismo, que foram relacionados com eventos marcantes de sua trajetória. Têm-se a relação entre as obras e o conceito arquetípico, proposto por Jung, e a questão da situação de sua organização psíquica, no processo de execução das obras.

**Palavras-Chave:** Psicologia Analítica. Jung. Pablo Picasso. Obras de Arte. Arquétipos.

---

#### **PACIENTE COLOSTOMIZADO: INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS E QUALIDADE DE VIDA**

Marisa Emiko Miyata, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Aguapei, 511. Pacaembu - SP.  
marimiyata@hotmail.com, rm\_miyata@hotmail.com

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo investigar as possíveis intervenções do psicólogo, visando contribuir para a qualidade de vida do paciente colostomizado. A indicação de bolsa de colostomia traz mudanças biopsicossociais na vida dos pacientes, que muitas vezes não estão preparados para lidar com tais mudanças, acarretando sofrimento e dificuldades na adaptação à bolsa coletora. Nesse sentido, acreditamos que as intervenções psicológicas podem contribuir na promoção da saúde e conseqüentemente na qualidade de vida do paciente colostomizado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sendo as buscas realizadas nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual de Psicologia (BVS-Psi), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), no período entre 2008 a 2019, utilizando-se as seguintes palavras-chaves: qualidade de vida, ostomia, colostomia, psicologia. Os dados foram analisados a partir da técnica Análise de Conteúdos de Bardin. No total foram encontrados 108 artigos, sendo que 41 foram descartados por serem duplicados e 24 por não se adequar aos objetivos deste estudo, restando 35 artigos. Ao ler os resumos, destes, 25 foram descartados por não atenderem ao objetivo proposto e com a leitura na íntegra foram descartados mais 16, restando apenas 4 artigos que estavam em acordo com os objetivos. Todos os artigos são de caráter qualitativo, dois são do tipo de estudo observacional, um documental e o outro estudo exploratório/descritivo. Pode-se observar que o lapso de tempo entre as publicações dos artigos é grande, o primeiro foi publicado em 1998 e o último em 2019, uma lacuna de 21 anos, o que ressalta a falta de estudos voltados para esta área. Pode-se perceber que a área preponderante nos artigos é a psicologia hospitalar, visto que a maioria dos trabalhos analisados a intervenção é realizada antes e depois da cirurgia; bem como, após a alta hospitalar. Os autores apontam que o psicólogo faz parte de uma equipe multidisciplinar envolvendo médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e psicólogos para que haja uma melhor adaptação e reabilitação, tanto do paciente ostomizado quanto de sua família. Outro ponto importante a

observar é que o profissional precisa capacitar não só o paciente, mas também a família, visto que são fundamentais para uma boa adaptação do paciente, e também é preciso enfatizar que o psicólogo trabalha visando uma melhor comunicação na tríade, paciente, família e equipe, em que muitas vezes surgem os conflitos. Em relação aos atendimentos psicológicos, foram utilizadas as técnicas de acolhimento, a psicoeducação e o fortalecimento de estratégias de enfrentamento adaptativas. Por meio das intervenções psicológicas, grande parte dos pacientes obteve uma boa adaptação em relação ao procedimento, alcançando maior qualidade de vida e autonomia, além de voltar às atividades diárias.

**Palavras-Chave:** Qualidade De Vida. Ostomia. Colostomia. Psicologia.

---

### **PEDRINHAS PAULISTA - UMA EVIDÊNCIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL**

Eduardo Garcia Dainese, Bruno Pinto Soares

Autor(a) curso de - , Rua Tsunekishi Sakai, 240. Adamantina - SP. eduardogarcia18anos@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem como fundamento analisar a cidade de Pedrinhas Paulista, localizada no interior de São Paulo, que tem uma história muito importante para se entender a vinda dos imigrantes italianos no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, pois é uma cidade que tem sua história pautada na cultura, no trabalho e nas características arquitetônicas italianas. A sua história começa quando, a partir de 1949, o Governo italiano encaminhou a Missão Técnica Agrícola para realizar estudos de reconhecimento territorial e de fertilidade em áreas rurais de diversos países da América, inclusive do Brasil, onde foram escolhidas Joinville em Santa Catarina, Santa Tereza em Goiás, e uma extensa área do interior de São Paulo. A Companhia Brasileira de Colonização e Imigração ficou encarregada da tarefa de construir casas, pontes, estradas e dotar o pequeno núcleo de infraestrutura capaz de receber os primeiros imigrantes que iriam trabalhar a terra, trazendo quase nada além da roupa do corpo. Com vontade de vencer e conquistar iniciaram os trabalhos de lavrar a terra que a tinha como prometida e abençoada e aos poucos foram transformando tudo ao seu redor. Foi nesse contexto em que, no ano de 1952, foi criada a colônia de Pedrinhas Paulista, que recebeu um grupo de imigrantes italianos composto de 28 famílias, vindos das regiões de Vêneto e da Lombardia. Como a grande maioria dos imigrantes, os italianos deixaram a Itália para fugir da crise econômica e social pela qual muitos países europeus passavam principalmente por conta dos conflitos que originaram a Primeira Guerra Mundial. No caso específico da Itália, a população, principalmente a rural, tinha dificuldades para sobreviver depois de tantos anos de luta para unificação do país e o alto crescimento demográfico.

**Palavras-Chave:** Imigração Italiana. Interior De São Paulo. Fundação. Cultura. Arquitetura Italiana.

---

### **PERCEPÇÃO DO CONSUMO DE PRODUTOS AGROALIMENTARES COM SELOS DE REPUTAÇÃO LOCAL E SOCIAL**

João Augusto Rodrigues, Andréa Rossi Scalco

Autor(a) curso de ADMINISTRACAO - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - Campus de Tupã, Rua Otávio Andreassa, 20. Iacri - SP. joaorodriguesepmk@gmail.com, joaorodrigues\_epmk@outlook.com

**Resumo:** Nos últimos anos, percebeu-se uma mudança de comportamento dos consumidores, devido os acontecimentos, como: escândalos alimentares, problemas com a má nutrição e obesidade, a partir do consumo de produtos inseguros. Em face de tal desconfiância, uma nova geografia de alimentos alternativos vem sendo projetada, baseada em cadeias regionais, ou cadeias curtas de abastecimento de alimentos (CCAAs), a qual possibilita ao consumidor novos vínculos com o local de produção, cuja relação pauta-se na identidade do produto e sua procedência, a qual é firmada por meio de selos e certificados, que possuem o intuito de carregar informações intangíveis importantes para colaborar com a tomada de decisão dos consumidores. Sendo assim, o objetivo do estudo, foi de identificar os atributos de qualidade que são predefinidos pelos consumidores de produtos agroalimentares com selos de reputação local e social. Inicialmente, desenvolveu-se, uma revisão bibliográfica sistemática (RBS) para melhor compreensão acerca da temática. Além disso, elaborou-se um formulário, cuja aplicação foi realizada com uma amostra de 140 consumidores de dois estabelecimentos comerciais da cidade de São Paulo. A partir dos dados coletados, de início realizou-se, uma análise descritiva, a fim de levantar o perfil do consumidor, além de uma breve análise nas respostas obtidas por meio das assertivas. Realizou-se, também, a análise fatorial exploratória (AFE), no software SPSS, para compreender melhor a dimensionalidade dos construtos e dos itens que o compõem. Então, para identificar os atributos intangíveis ao produto e que são valorizados pelos consumidores desses produtos, foi construída uma escala e validada, resultando nas variáveis, as quais formam os construtos de Estima, por meio das variáveis (amizade, empatia, aprendizado e ecológica), Cívica (qualidade de vida, meio ambiente, economia, desenvolvimento e comunicação), Doméstica (história, tradições, processo e produto artesanal), Formal (local de origem, produtor e sem agrotóxicos) e de Mercado (status, produto caro e produto barato). Com o uso da AFE, chegou-se a um modelo que capta as motivações dos consumidores de produtos agroalimentares, o qual iniciou com 26 variáveis e finalizou com 19 variáveis, todas correspondendo às Convenções da qualidade conforme apontado na RBS. Destaca-se que a qualidade dos produtos agroalimentares é percebida de maneira intangível, a qual, insere um contexto social, local e cultural, que vão além do preço pago pelo produto. E neste sentido, o modelo proposto para avaliar as motivações de consumo de produtos com selos de reputação social e local se mostrou viável para ser aplicado.

**Palavras-Chave:** Cadeias de Abastecimento Alter. Identidade do Produto. Indicação Geográfica. Produção Local. Teoria das convenções da qualidade.

---

## PERDAS E DEPRESSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL

Natália Fernanda Varini, Bruna Gomes Carvalho, Andréa Frizo de Carvalho Barbosa

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - FACULDADE DE DRACENA, Rua Ângelo Carpi , 195. Dracena - SP. natalia\_fernanda123@hotmail.com, brunagcarvalho@outlook.com.br

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi ampliar os conhecimentos sobre o impacto emocional gerado pela perda de um ente querido ou alguém próximo e sua relação com a depressão. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a depressão é atualmente a quarta causa incapacitante de pessoas no mundo e surge por diversos motivos, tais como, consequência de outras patologias, perda de um ente querido ou de algo, traumas físicos ou psicológicos, separação conjugal, excesso de trabalho, problemas financeiros, entre outros. Para ampliar os conhecimentos sobre o tema, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos disponíveis na base de dados Scielo e livros da biblioteca física ou virtual das Faculdades de Dracena. Os principais descritores utilizados foram depressão, perda, luto e terapia Cognitiva Comportamental. Através dos estudos desenvolvidos constatou-se que pessoas que sofreram com perdas ou que ainda vivem o processo de luto podem manifestar distúrbios psicológicos mais sérios, como o transtorno de depressão. No cuidado psíquico dessas pessoas, a terapia cognitiva comportamental aparece como sendo uma das mais utilizadas, já que suas técnicas contribuem para a desconstrução dos pensamentos negativos resultantes de algumas crenças disfuncionais muito presentes em pessoas enlutadas. Conclui-se que a perda de entes queridos ou pessoas próximas, é sempre uma vivência muito dolorosa e pode desencadear ou estar envolvida em quadros psíquicos que podem comprometer o comportamento do indivíduo, tais como, a depressão. Neste contexto, faz-se de suma importância o atendimento psicológico e o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento e tratamento dessa doença, sendo a terapia cognitiva comportamental uma das propostas mais aplicadas neste sentido.

**Palavras-Chave:** Depressão. Perda. Luto. Terapia Cognitiva Comportamental.

---

#### **PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NA CIDADE DE TUPÃ-SP**

Ana Beatriz de Oliveira, Caio Kanji Pardo Aoki, Isabela Aparecida Jacobs, Fabiano Pinto Neves

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Avenida Tamoios N º1383. Tupã - SP. beatriz.oliveira\_2014@hotmail.com

**Resumo:** Na cidade de Tupã a procura pela abertura de uma MEI (Microempreendedor Individual) vem ganhando bastante espaço, com isso a busca por informações sobre o perfil dos microempreendedores individuais, os possíveis gatilhos para sua formalização e todos os benefícios que são gerados, não somente para o empreendedor, mas para a sociedade em geral está cada vez mais presente no dia a dia da população. Visto isso, o presente trabalho visa analisar o perfil do microempreendedor individual e suas características, assim verificando os possíveis desafios enfrentados atualmente. Para isso o levantamento dos dados foi realizado junto ao SEBRAE para auxiliar nas características do perfil dos Microempreendedores, além disso, uma pesquisa bibliográfica por meio de fontes secundárias como livros, revistas, jornais e internet. Na presente pesquisa os procedimentos metodológicos utilizados partem de uma abordagem exploratória e descritiva, tendo sido aplicado um questionário na população com interesse em realizar a abertura de uma MEI e o resultado foi satisfatório. A formalização dos microempreendedores, com a Lei Complementar nº 128/2008, contribui muito para a arrecadação de tributos e regularizando suas atividades para poderem emitir nota fiscal, ter benefícios sociais, realizar empréstimos entre tantas outras facilidades que o mesmo pode obter estando regularizado. Este trabalho é resultante de um estudo realizado com os trabalhadores informais na cidade de Tupã. O objetivo era identificar o perfil da MEI quanto a formalização/regularização de suas condições de

trabalho. Por meio da aplicação de questionários individuais elaborados SEBRAE de Tupã, foi possível constatar impacto positivo da MEI quanto à formalização dos trabalhadores, tornando-os microempreendedores individuais. Por fim, destaca-se a importância da MEI quanto ao microempreendedorismo na região de Tupã.

**Palavras-Chave:** Microempreendedor individual. Benefícios. Perfil.

---

## **PERÍODO JOANINO: METAMORFOSES E CONTRADIÇÕES DE UMA CORTE NO RIO DE JANEIRO - 1808 À 1821**

Bruno Fonseca Francisco de Sá, Bruno Pinto Soares

Autor(a) curso de HISTORIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua José Roperro Arroio, Nº10. Panorama - SP. brunofonseca441@gmail.com, brunofonseca442@gmail.com

**Resumo:** No decorrer dos processos históricos brasileiros, a independência do Brasil proclamada em 7 de setembro de 1822, de fato não ocorreu por meio de um corte revolucionário com a antiga metrópole europeia, mas devido a algumas mudanças e notáveis continuidades com relação ao período colonial, iniciados principalmente após 1808, contribuiu para o fim do sistema e a constituição da unidade e soberania nacional. A transferência da família real portuguesa juntamente com todo o aparelho burocrático da administração estatal para o Brasil inaugurou uma série de mudanças que beneficiaria a então colônia e permitiria que essa posteriormente se declara-se independente. A chegada da corte de maneira definitiva deslocou o eixo administrativo da colônia para o Rio de Janeiro, como também alterou a fisionomia da cidade. No que tange as mudanças ligadas os eventos aqui abordados, é perceptível o surgimento de uma vida cultural e da existência de uma relativa circulação das ideias, através das academias literárias e científicas e da biblioteca nacional, é notável o aumento das áreas cultiváveis para atender a demanda alimentícia e a reestruturação urbana da cidade, grosso modo a maior parte das mudanças visava atender a crescente população urbana. Para tanto a ideia da análise do processo de constituição da independência do Brasil visa abordar aspectos não estritamente ligados a análise econômica e política, é intuito deste trabalho também abordar questões na respectivas temáticas sociais e culturais e características da sociedade carioca do período em estudo. Este trabalho portanto orientar-se-á na análise das transformações sociais e culturais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, visando comparar a dualidade de visões dos colonizados e dos colonizadores sobre a residência na colônia americana, posto que os que aqui chegaram encontraram uma cidade muito diferente da realidade europeia, em termos estruturais e da própria constituição social, afinal em grande parte a população da cidade era de escravos, além das vicissitudes e contradições promovidas pela estadia da família real que alteraram o cotidiano dos colonizados, que passaram a conviver com uma série de cerimoniais, festas, formalidades da coroa, a presença estrangeira na cidade, e a uma reestruturação habitacional da cidade do Rio de Janeiro. A metodologia de pesquisa utilizada foi a revisão bibliográfica, da obra e dos conceitos abordados por Schultz (2008) no livro *Versalhes Tropical*, visando apresentar uma nova perspectiva sobre a análise da sociedade carioca do período em estudo. Após a análise é possível concluir que a estadia da corte na cidade Rio de Janeiro foi um processo de suma importância para a concretização da independência e da manutenção do território brasileiro semelhante ao que hoje conhecemos, é possível perceber que as alterações socioculturais e de infraestrutura promovidas na cidade oportunizaram o desenvolvimento do ensino, do comércio e do florescimento cultural, entretanto a mesma análise pode concluir que a presença da corte

também é responsável pela manutenção de uma das maiores contradições da coroa, a escravidão, que perdurou no país muito em função da manutenção do regime monárquico, estritamente ligado a esse processo.

**Palavras-Chave:** Transferência. Estado. Rio de Janeiro. Cultura. Social.

---

## **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DE PLANO PARA O MERCADO LÍDER**

Cinthia Yukari Iasuki Takihara, Anderson Coradini Gabriel, Bianca Ribeiro Sanches, Cristian Romeira Vitoriano de Oliveira, Igor Ramazzini Sampaio, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de ADMINISTRACAO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Fioravante Sposito,6. Adamantina - SP. cinthia\_1998\_tak@hotmail.com, yutsuri@hotmail.com

**Resumo:** Este documento apresenta um plano estratégico para um mercado de porte pequeno na cidade de Adamantina, possui o propósito de ajudar a empresa a identificar possíveis aspectos que podem auxiliar para o crescimento de seu público, melhorias nos serviços prestados e produtos de melhores qualidades, seu propósito, estratégia que será usada ou para que possa ser avaliada, seu portfólio, definindo melhor os seus objetivos e metas, qual melhor plano de ação, programa de implantação e o tema para vigilância estratégica. O diagnóstico da empresa é que há necessidade de uma reestruturação do empreendimento, sendo que necessitamos atuar no planejamento estratégico, criando metas e objetivos de curto, médio e longo prazo, realizar um maior aprofundamento nos custos e despesas para se conseguir ter uma avaliação mais precisa, não havendo um controle sobre suas despesas realizando suas contas a base de estimativas. As transformações a serem realizadas ao implementar uma adequação estratégia foi a implantação do método 4p's Produto, Preço, Praça e promoção. Também a necessidade de investimos em infraestruturas. Na empresa hoje em dia no comercio, com diversas de mercadoria para que possa facilitar a comunidade, onde atende a cidade Adamantina, foi necessário fazer pesquisa de mercado para que possa abrir a empresa. Ser o mercado de maior referência na cidade, oferecendo produtos e atendimento de ótima qualidade a todos os nossos clientes. Atender aos desejos e necessidades dos consumidores, contribuir para a geração de empregos, prestar o melhor atendimento aos clientes, trabalhando sempre com honestidade e justiça. Use as redes sociais: Use e abuse das mídias digitais para conhecer seus clientes, oferecer promoções relâmpago e exclusivas. Essas ferramentas poderão se tornar um ótimo canal de engajamento, divulgação e venda de produtos. Basta saber usá-la a seu favor! Nosso objetivo é ser a referência na rede de supermercados da cidade, atuando no comércio varejista e na prestação de serviços, como uma loja moderna com um ambiente agradável, priorizando sempre a qualidade dos nossos produtos, higiene, organização, variedade e excelência no atendimento. A capacitação deve ser tratada pelo mercado e pelos profissionais como um investimento a ser feito de modo permanente, o profissional estratégico precisa ter visão de longo prazo e pensar nos ganhos profissionais, intelectuais e financeiros que uma boa capacitação pode proporcionar. Para as empresas, assegura a possibilidade de se desenvolverem a partir do aperfeiçoamento dos seus profissionais e de se manterem competitivas, assim por essa razão, a capacitação não deve ser vista como um "custo" e sim como um investimento que trará lucros, qualificação e um poderoso diferencial num mercado cada vez mais exigente e competitivo, a qualificação dos profissionais da empresa: Funcionários bem preparados, que constantemente desenvolvem e melhoram suas habilidades, semearão muitos benefícios que serão colhidos posteriormente

sendo necessário investir em capacitação para sua equipe de nível operacional, tática e de estratégia, assim tornando os membros mais valiosos para o mercado, mas também para a organização, que aumenta o valor de negócios, contribuindo para as operações gerais da empresa.

**Palavras-Chave:** Planejamento Estratégico. Objetivos. Missão. Visão. Valor.

---

## **PLANOS ECONOMICOS E INFLAÇÃO**

Isabela Novo, Ana Maria dos Santos Bruno, Gisele de Fatima Nascimento dos Santos, Fabiana da Silva Lima Frattini

Autor(a) curso de CIÊNCIAS ECONÔMICAS - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Sítio Bela Vista. Adamantina - SP.  
isabela-novo@hotmail.com

**Resumo:** No Brasil, são notórias as tentativas de conter o processo de inflação, a maioria não obteve o sucesso desejado por vários motivos. Partindo deste princípio se realizará uma análise dos últimos planos econômicos implantados no país, dentre os quais destacam o Plano Cruzado I, o Plano Cruzado II, o Plano Bresser, o Plano Verão, o Plano Collor I e o Plano Collor II. Quanto ao objetivo deste trabalho é analisar os conceitos sobre inflação e quais os tipos existentes, através de uma revisão bibliográfica do tema em questão, a fim de analisar os efeitos das políticas econômicas de estabilização implantada pelo governo brasileiro a fim de combater a inflação no período 1970-1990, até que por fim havendo o controle por parte do Plano Real. Existem várias definições e conceitos do que é inflação mas a mais simples e clara define a como a elevação contínua do nível de preços, isto é, uma taxa contínua de crescimento dos preços num período determinado. Precisa-se de um aumento contínuo, mesmo que este não seja de igual magnitude ao longo do tempo.

**Palavras-Chave:** Inflação. Planos Econômicos. Estabilização. Economia. Governo.

---

## **PLANTÃO PSICOLÓGICO: CONSTRUINDO UM ESPAÇO DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO**

Milena dos Santos Silva, Nátali Gabriele de Souza Lopes, Thaísa Angélica Déo da Silva Bereta

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Vereador Antonio Pezolito N 309. Mariápolis - SP.  
milenapsico2016@gmail.com

**Resumo:** O trabalho refere-se ao Plantão Psicológico realizado em uma Escola Estadual do Oeste Paulista, com a intenção de proporcionar aos alunos acolhimento de suas angústias, mediante alguma situação imediata ocorrida na escola ou situações conflitantes do cotidiano que causam sofrimento, com o possibilitando a diminuição do adoecimento psíquico. O Plantão Psicológico é um tipo de intervenção psicológica que acolhe a pessoa no momento de sua urgência, ajudando-a a lidar melhor com seus recursos e limites. Desta forma, o objetivo de um Plantão Psicológico é prestar atendimento à demanda psíquica, acolher sujeitos que apresentam sentimento de tristeza, sofrimento, ansiedade, angústias, desespero, podendo ser um espaço

no qual estes sentimentos podem ser expressos, sentidos, significados e resignados, bem como, integrados na história de vida como algo comum do viver humano (CHAVES; HENRIQUES, 2008). O Plantão Psicológico foi realizado uma vez por semana, em uma sala disponibilizada e reservada pela escola para que acontecessem os atendimentos. Estes foram baseados na Abordagem Centrada na Pessoa, propondo assim uma relação terapêutica fundada na escuta atenta, enfatizando a experiência que o estudante exhibe. Como resultado da intervenção podemos destacar o aparecimento de comportamentos decorrente da fase da adolescência, a busca pela identidade, dificuldades de relacionamentos entre os integrantes do ambiente escolar e do próprio núcleo familiar e a descoberta da sexualidade. Desta forma, o atendimento psicológico na escola precisa observar as dificuldades para resolvê-las, mas também precisa oferecer suporte às necessidades especiais para as quais o psicólogo deve estar capacitado. A existência de conflitos pode ser justamente o fator que torna a presença do psicólogo necessária em ambientes multidisciplinares.

**Palavras-Chave:** Plantão Psicológico. Psicologia Educacional. Educação.

---

#### **PLANTÃO PSICOLÓGICO: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS ALTERNATIVAS EM PSICOLOGIA ESCOLAR**

Amanda Elias Lima, Iago Yan de Carvalho Vieira, Katia Pelozo Lopes, Rafael Seidi Miyamura, Vivian Barros Ferreira, Andrea Fernandes de Araújo Gasques

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Líbero Badaró, 222 Ap. 41. Adamantina - SP. manda\_el@hotmail.com, thooorns@gmail.com

**Resumo:** O trabalho refere-se às práticas de estágio curricular em Psicologia Escolar I, realizadas no primeiro semestre letivo de 2019 por cinco discentes, até então no 7º termo, em que foram permeadas a partir da reflexão/problematização teórico-prática, com o intuito de construir/desenvolver formas de atuação críticas em Psicologia Educacional e oferecer um espaço de escuta e acolhimento a demanda escolar, para que os estudantes possam externalizar suas angústias e conflitos. A Psicologia, como área de atuação relacionada com a educação, segundo Martinez (2010, p. 42) aponta que, atualmente, um profissional precisa utilizar “os conhecimentos produzidos sobre o funcionamento psicológico humano para colaborar com os processos de aprendizagem e desenvolvimento que têm lugar no contexto escolar”. Diante desta perspectiva, tem-se a prática do Plantão Psicológico nas escolas, em que tal modalidade se caracteriza como um serviço do tipo emergencial, onde os estagiários ficam à disposição dos alunos, que buscam o atendimento por iniciativa própria ou são encaminhados pela coordenação, direção ou outro componente do quadro de funcionários do serviço escolar, propiciando ao discente uma maior liberdade e uma abordagem de temas mais pessoais e críticos, visto que tais estagiários não fazem parte do quadro de funcionários da escola (TASSINARI, 1999 apud BEZERRA, 2014). Referente à metodologia, realizou-se um levantamento quantitativo, a partir dos relatórios de estágio dos graduandos, com os mesmos divididos em: três em uma escola estadual de Adamantina - SP e os outros dois em uma escola estadual em Lucélia – SP, com ambas têm, como público alvo, discentes do ensino fundamental II e médio. A partir deste levantamento, constatou-se que, dos 43 alunos atendidos, nestas duas escolas, as demandas que mais se destacaram foram: problemas familiares (34), comportamento autolesivo/ideação suicida (14), questões com identidade (11), indisciplina (6), sintomas patológicos (5), dificuldade de aprendizagem (4) e bullying (3). Relativo à demanda com maior

incidência, Outeiral (2008) traz que a família possui papel importante na constituição de identidade do sujeito, uma vez que a partir da figura materna e paterna o sujeito internaliza certas características, como por exemplo, limites, regras, afeto, etc, ressaltando que esta figura não se caracteriza na figura de pai e mãe, mas de alguém que possa exercer essas funções. Salienta-se a importância destes pais no processo, tendo em vista que estes são responsáveis por proporcionar a inserção do sujeito no mundo e o acesso deste a concepções vinculares de ordem espacial, temporal e de sociabilização fundamentais para o processo da criação de identidade. Conclui-se, portanto, perante ao que foi levantado, a importância de construir uma rede de apoio tanto no aspecto familiar como social.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Plantão Psicológico. Psicologia Escolar. Prática De Estágio. Família.

---

#### **PONTO POR EXCEÇÃO: A CLT E A MUDANÇA TRAZIDA PELA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA**

Beatriz Andriotti Colato, Natália Niza Vieira, Jose Eduardo Lima Lourencini

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Avenida Presidente Vargas. Flórida Paulista - SP. beatrizacolato@hotmail.com, biancaacolato@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem o escopo de apresentar a mudança trazida pela MP nº 881 de 2019 (convertida na Lei nº 13.874 de 20 de setembro de 2019), na Consolidação das Leis do Trabalho, mais especificamente no que tange à temática do ponto por exceção, prática considerada desaconselhável, por vários motivos. No decorrer dos encontros do Grupo de Estudos Direito do Trabalho (GEDT – Jackeline Campos), o tema foi alvo de reflexão, dando origem à ideia desta apresentação. A conhecida MP da Liberdade Econômica, agora lei, traz alterações significativas nos direitos trabalhistas, editada sob o argumento principal de diminuir a burocracia e facilitar a abertura e manutenção de empresas, em especial, de micro e pequeno porte. No decorrer da exposição, se buscará explicar o conceito do ponto por exceção, sua finalidade e as mudanças trazidas pela nova lei. Sobretudo, será analisado o disposto no art. 74 da CLT (que trata sobre o tema em seus parágrafos) e a sua alteração, criticada por muitos, pois maculada do vício da inconstitucionalidade. O ponto por exceção, com a nova redação, se torna “por exceção” apenas em nomenclatura, pois o que se buscou foi torná-lo uma verdadeira regra. Será explanada, portanto, a insegurança que a prática do ponto por exceção traz, não só ao empregado, que, por inexistir a rotina de registrar o ponto a cada dia, acaba deixando de anotar pequenas diferenças de minutos acima da tolerância legal, prejudicando a possibilidade de pleitear eventuais horas extras, mas também a insegurança trazida ao empregador, que, sem dúvidas, perde a oportunidade de documentar, de forma fidedigna, a jornada de seus empregados, deixando de se resguardar de eventuais alegações abusivas. Assim, através da reflexão comparada entre o dispositivo anterior à edição da lei e o dispositivo atual, buscaremos entender qual foi verdadeiro intuito do legislador.

**Palavras-Chave:** Ponto por Exceção. Lei da Liberdade econômica. Alteração da Clt. Direitos Trabalhistas. Inconstitucionalidade.

---

## **PRÁTICA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM JOVENS E ADOLESCENTES EM INSTITUIÇÃO PROFISSIONALIZANTE**

Francieli Batista de Abreu, Maristela Pereira da Silva, Evelyn Yamashita Biasi

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Euclides Da Cunha, 609. Adamantina - SP. abreufbatis@gmail.com, francieli@fai.com.br

**Resumo:** A orientação profissional significa um auxílio prestado às pessoas com solução de problemas em relação à escolha de uma profissão, levando em consideração as suas características pessoais de identidade, junto com a relação entre essas características e as possibilidades no mercado de trabalho. De acordo com Carvalho (1999), a orientação profissional poderá ser usada para interesses dos adolescentes, adultos e, principalmente, para aqueles que faltam conhecimento e informações sobre profissões e opções no mercado de trabalho. A orientação profissional é bem mais que uma simples aplicação de testes vocacionais, pois é um poderoso auxílio para a construção da vida, sendo fundamental na adolescência principalmente quando se aproxima a fase da escolha para a futura profissão ou faculdade, pode ser também importante em outros períodos da vida, por exemplo, quando se quer ou se precisa reorientar a carreira profissional. O presente trabalho refere-se a uma experiência em campo do estágio supervisionado obrigatório na área de Psicologia do Trabalho sobre a ação de orientar jovens e adolescentes, realizado por duas alunas de Psicologia. Tem por objetivos a profissionalização de jovens e adolescentes do município de Adamantina/SP, contribuir para futuras decisões dos indivíduos em relação às profissões e proporcionar conhecimento mais amplo aos sujeitos em relação às profissões, combinando suas identificações para escolha de uma melhor profissão para si. A intervenção é realizada uma vez por semana, com duração aproximada de duas horas com um grupo heterogêneo, com indivíduos na faixa etária de 16 a 22 anos, que são jovens aprendizes – estagiários e tem participação média de 15 pessoas no grupo. As técnicas utilizadas conferem a estudos de casos sobre profissões, questionários sobre a identificação profissional, simulação de entrevistas, currículos e e-mails profissionais, objetos mediadores de reflexão como vídeos, apresentação de conteúdo teórico, técnicas de arteterapia e dinâmicas de grupos. Como resultados parciais percebemos que abrimos possibilidades para que os participantes conheçam vários tipos de profissões e visualizem formas diferentes de execução do trabalho, além de abrirespaço para os jovens e adolescentes falarem de si e de suas projeções profissionais, bem como suas dúvidas e angústias em relação ao trabalho. Outros fatores notáveis foram a construção de capacidades ligadas ao autoconhecimento, visto que este torna-se o primeiro passo para tomada de decisão do indivíduo de forma consciente e segura, tal como o desenvolvimento da identidade e da autonomia dos sujeitos e do relacionamento interpessoal com os pares. Conclui-se que a orientação profissional destaca-se como elemento importante para o desenvolvimento do conhecimento e da identidade profissional dos jovens e adolescentes, bem como figura como espaço de elaboração frente aos desejos futuros ligados à vida profissional.

**Palavras-Chave:** Psicologia do Trabalho. Orientação Profissional. Identidade Profissional.

---

## **PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NO ATENDIMENTO DE PACIENTES COM LIMITAÇÕES FÍSICAS: ENTRE A FISIOTERAPIA E A PSICOLOGIA**

Amanda Elias Lima, Douglas Leite da Silva, Isabela Silva Barros, Leticia Ozelin Domingues, Evelyn Yamashita Biasi

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Líbero Badaró, 222 Ap. 41. Adamantina - SP.  
manda\_el@hotmail.com, thooorns@gmail.com

**Resumo:** O trabalho refere-se à prática de estágio curricular em Psicologia do Trabalho, realizada no primeiro semestre letivo de 2019, junto aos pacientes da Fisioclínica da Unifai. Nessa prática temos por objetivos compreender a relação adoecimento-trabalho, oferecer aos pacientes um espaço para a ressignificação de conflitos, investigar as formas de adoecimento relacionadas ao trabalho e identificar como o trabalho interfere na construção da identidade e do sofrimento dos trabalhadores. O trabalho, de acordo com Dejours (2004, p. 28), apresenta-se como uma ação humana que acaba por englobar diferentes funções do sujeito como, por exemplo, “gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações”, constituindo, assim, parcela importante na construção identitária do sujeito. Quanto à metodologia utilizada ressaltamos que foi utilizado o atendimento psicológico individual por intermédio do Plantão Psicológico, que tem por característica ser um serviço de tipo emergencial, onde não se precisa de agendamento, ficando o terapeuta à disposição das pessoas que buscam ajuda para o alívio de uma angústia (CURY, 1999). Contudo, em grande parte dos casos, acaba por existir certa regularidade nos atendimentos, tornando-se possível tal manejo através da técnica da Psicoterapia Breve, com base psicanalítica, que se constitui em um tratamento terapêutico que possui tempo e objetivos determinados, partindo de um foco, que precisa ser alcançado, em um determinado tempo, sendo estabelecido antes ou não, conforme as estratégias definidas (OLIVEIRA, 1999). Relativo aos resultados, ressaltam-se demandas no tocante da importância do espaço de escuta, acolhimento e alívio do sofrimento; direcionamento da ansiedade para resolução de conflitos do dia-a-dia; diminuição de dores físicas a partir da elaboração dos conflitos psíquicos e da ressignificação da dor; orientação sobre questões jurídicas e do trabalho, e a busca de empoderamento dos pacientes em questões emocionais, familiares e sociais, nas quais a psicologia, através dos estagiários, exerce um papel frente a questão identitária como uma ferramenta, a qual o sujeito, por meio da fala, pode buscar elaborar tais angústias, com o auxílio de uma escuta atenta e especializada, possuindo a possibilidade de ressignificação não só desta, mas também da dor. Por fim, destacamos a importância da realização do trabalho multiprofissional nestes sujeitos, uma vez que por se constituírem como seres biopsicossociais, suas demandas acabam por se correlacionar, tornando assim o trabalho em conjunto de suma importância para a vida do sujeito e/ou no seu processo de readaptação ou reabilitação profissional.

**Palavras-Chave:** Saúde do Trabalhador. Adaptação e Reabilitação Professor de Equipe Multiprofissional. Psicologia. Fisioterapia.

---

## PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL NO ÂMBITO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Karina Yoko Homma, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Dep. Castro De Carvalho, 687. Pacaembu - SP.  
karinahomma@gmail.com

**Resumo:** O trabalho visa analisar o Princípio da Proibição do Retrocesso Social no contexto da alimentação como um direito social fundamental. A proibição ao retrocesso consiste em um princípio constitucional implícito, no qual se impede que as garantias e conquistas sociais alcançadas pelo cidadão sejam ulteriormente desconstituídas, reduzidas ou suprimidas. Em síntese, proíbe-se que a proteção social proporcionada no futuro seja menor que aquela garantida no presente ou passado, sobretudo no que concerne às garantias mínimas de uma existência digna. Assim sendo, os direitos sociais devem ser progressivos e direcionados à isonomia e aos ideais de justiça social. Os direitos sociais estão expressos no artigo 6º da Carta Magna e são normas de aplicabilidade mediata e eficácia limitada, já que dependem da elaboração de leis e políticas públicas para a concretização. Em que pese o direito à alimentação tenha sido inserido no rol do artigo 6º da Constituição Federal somente em 2010 (Emenda Constitucional nº 64, de 04/02/2010) fruto da mobilização da sociedade civil, esse direito já estava implícito no direito à saúde e no Princípio da Dignidade Humana, afinal o alimento é uma necessidade fisiológica absoluta para a manutenção da vida. Assim, a inclusão do direito fundamental à alimentação no texto constitucional veio para reforçar a importância de se criar políticas públicas específicas para o combate à fome e a promoção da segurança alimentar, à medida que não era coerente que nosso país tivesse milhões de desnutridos e fosse ao mesmo tempo o celeiro do mundo. Registre-se que em 15/09/2006 foi promulgada a Lei nº 11.346, que cria o SISAN (Sistema Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional) e partir de marcos legais foram criadas e aperfeiçoadas políticas de promoção à segurança alimentar e programas de redistribuição de renda que resultaram na saída do Brasil no Mapa da Fome/ONU, em 2014. Não é novidade que o país atualmente passa por uma crise econômica que vem persistindo há alguns anos. Fato que levou à promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016, que trata do teto de gastos públicos, com a finalidade de enxugar a máquina pública e reduzir despesas. Com esse argumento vários programas que integram o SISAN vêm sofrendo o desmonte, seja pelos cortes de recursos, seja pela extinção de órgãos, programas ou ministérios. Diante do exposto, é importante ressaltar que independentemente de crise econômica, o direito à alimentação está positivado na Constituição Federal vigente e em Tratados Internacionais dos quais o Brasil é parte. Assim, o Poder Público é obrigado a garanti-lo, ao menos o seu núcleo essencial. Afinal, a norma constitucional é válida para todos, independentemente do plano de governo ou da ideologia partidária. O direito fundamental à alimentação não pode ficar a mercê da vontade de quem transitoriamente detém o poder, pois a obrigatoriedade da continuidade de políticas públicas que visam assegurar os direitos sociais é exigência da Constituição Federal, conforme os Princípios da Dignidade Humana e da Vedação ao Retrocesso Social.

**Palavras-Chave:** Direito Fundamental à Alimentação. Segurança Alimentar. Princípio da Dignidade Humana. Princípio da vedação Ao Retrocesso. Teto dos gastos públicos.

---

## PROJETO DE PESQUISA DA AGÊNCIA EXPERIMENTAL DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA MOBUNTÚ COMUNICAÇÃO

Vitor Miguel Rodrigues Pereira, Ana Clecia da Silva, Beatriz Maria Silva Rocha, Giovana Ganacin Zanini, Taís dos Santos Amaral, Lillian Pacchioni Pereira de Sousa

Autor(a) curso de COMUNICACAO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA. - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Francisco Dias Das Neves, 791. Flórida Paulista - SP. vitormiguelr67@gmail.com

**Resumo:** O projeto de pesquisa consiste em um estudo sobre o mercado de Energia Solar. Foram utilizadas ferramentas de pesquisa disponíveis para o entendimento deste segmento de mercado e instrumentos que avaliaram a opinião dos entrevistados sobre a Empresa Nova Era Energia Solar de Adamantina/SP. A pesquisa é parte do trabalho de conclusão de curso em Publicidade tendo em vista que este proporciona ao aluno o contato com a realidade do mercado, vivenciando as práticas na atuação em pesquisa de marketing. O objetivo foi investigar a opinião e traçar um perfil dos atuais clientes da empresa de energia solar, no que diz respeito à demografia, estilo de vida, motivos, comportamento de compra e opiniões sobre energias renováveis, sobre a Nova Era e sobre os seus concorrentes. A investigação obteve dados muito significativos quanto aos principais fatores decisivos de compra. A pesquisa teve como foco três universos a serem investigados: os atuais clientes da empresa; os potenciais clientes e os representantes de vendas. Para saber informações sobre os não-clientes entendemos ser necessária uma investigação sobre o nível de conhecimento da empresa, dos produtos vendidos e dos diversos aspectos relacionados ao perfil de compra. Com os dados da pesquisa, acreditamos trazer contribuições para futuras estratégias de comunicação e marketing da Nova Era Elétrica e Energia Solar.

**Palavras-Chave:** Pesquisa. Energia Solar. Projeto Experimental. Mercado. Concorrência.

---

#### **PROJETO DIVERTIDA MENTE: TRABALHANDO SENTIMENTOS NA EDUCAÇÃO**

Andressa Dourado de Oliveira, Carolaine Sanches dos Santos, Larissa Castilho Lopes, Luciana Clementino, Thaísa Angélica Déo da Silva Bereta

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rodolfo Zaros, N 1057. Osvaldo Cruz - SP. [andressadouradooliveira@hotmail.com](mailto:andressadouradooliveira@hotmail.com), [andressadouradoo@gmail.com](mailto:andressadouradoo@gmail.com)

**Resumo:** O trabalho refere-se às práticas de estágio curricular em Psicologia do Educacional I, realizado no primeiro semestre de 2019 por cinco estagiárias em diferentes escolas públicas do interior de São Paulo, ancoradas pelo objetivo geral de promover atividades aplicadas em contextos diversificados, sendo oportunizado aos estudantes momentos que possam refletir a cerca de suas emoções, seus sentimentos e proporcionar melhor convívio social, capacidade de trabalhar em equipe e melhor aptidão para relacionamentos interpessoais. Também objetivou-se criar um espaço para o compartilhamento de experiências, promovendo a construção de habilidades socioemocionais para a construção de novos hábitos e novas formas de pensar, e agir. Baseando-se na percepção da importância da atuação na prática escolar, este estágio parte do pressuposto de necessidades encontradas na sociedade atual e na realidade escolar a relevância da educação emocional, suas implicações e vantagens tanto no nível pessoal como social, a partir do filme "Divertida Mente". É de fundamental importância o trabalho com as emoções desde a tenra idade, para auxiliar os estudantes a lidarem melhor com conflitos, desenvolverem a empatia, capacidade de aprender e se colocar no lugar do outro. Além da necessidade de trabalhar a construção de habilidades socioemocionais, com o intuito de desenvolver aspectos para o amadurecimento da inteligência emocional, através atividades estratégicas e reflexivas para que os estudantes sejam capazes de lidar melhor com as emoções, e com isso refletir sobre suas vidas familiares, social, e principalmente escolares, já que o ambiente onde se encontram necessitam de tal reflexão, desde para solução de conflitos como também ser um ambiente propulsor de socialização. Para a realização das oficinas foram

realizados encontros semanais enfocando o estudo e planejamento de atividades, a modo que a criança possa desenvolver meios de lidar com suas emoções e sentimentos diante de situações cotidianas. A partir de observações em sala, relatos dos professores e equipe escolar, são consistentes os resultados qualitativos que foram notados. Há claras evidências da melhora do convívio entre os alunos e empatia para com os colegas. Com tais atitudes modificadas ocasiona uma realidade menos conflituosa e um convívio mais harmonioso no ambiente escolar. No que se refere ao aprendizado na área de estágio, consideramos positivo, pois possibilita, através da prática, a percepção da relevância da psicologia neste processo.

**Palavras-Chave:** Psicologia educacional. Sentimentos. Educação.

---

### **PROJETO EXPERIMENTAL EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A EMPRESA PLANETA ÁGUA DE TUPI PAULISTA**

Ingrid Lucas Rocha, Daniela Pereira Santos, Gabriel Borges Lima, Jaqueline Santos de Carvalho, Raphaela de Abreu Pinho, Lilian Pacchioni Pereira de Sousa

Autor(a) curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - CENTRO UNIVERSITÁ RIO DE ADAMANTINA, Avenida Stélio Machado Loureiro, 2147. Pacaembu - SP. ingridrocha26@hotmail.com, dindyrocha26@gmail.com

**Resumo:** Para o Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Publicidade, foi realizado um estudo de caso para a criação de uma campanha publicitária para a empresa Planeta Água, localizada em Tupi Paulista/SP, que oferece um mix de serviços, sendo eles: fornecimento de produtos no segmento de hidráulica, elétrica, irrigação e materiais para construção. Presta serviços de perfuração de poços artesanais e caminhões "munck" que executam desde o transporte de cargas até elevação de objetos pesados. Após entrevista com o proprietário, detectou-se a falta de informações para melhor desenvolvimento de um planejamento de marketing e de comunicação a fim de melhorar as vendas e serviços. Evidentemente, um dos problemas apontados foi a falta de conhecimento para descobrir o motivo de os clientes não procurarem serviços de munks, pois conta com um ponto positivo por ser o único a oferecer tal negócio na cidade em que atua. No intuito de maior conhecimento sobre os clientes e o público alvo do Planeta Água, foi aplicada uma pesquisa descritiva na forma de questionários, com a finalidade de obter os dados e informações necessárias para entender quais os motivos da procura dos serviços de caminhão munck, por parte dos engenheiros. A pesquisa foi de caráter quantitativo, realizada com 39 engenheiros cadastrados no CREA da região de Tupi Paulista, a qual nos mostrou os motivos e a preferência deste público na contratação dos serviços de Munck. bem como o nível de conhecimento por parte deste público sobre a empresa Planeja Água.

**Palavras-Chave:** Agência Diverence. Planeta Água. Caminhão. Pesquisa. Briefing.

---

### **PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: VIVÊNCIAS DOS SOBREVIVENTES DA TRAGÉDIA DE BRUMADINHO**

Daiane Aparecida Costa dos Santos, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Alameda Padre Nobrega , 99. Adamantina - SP.  
daiane.costha@hotmail.com

**Resumo:** Esta pesquisa refere-se à um Trabalho de Conclusão de Curso cujo tema está relacionado à Psicologia das Emergências e Desastres. O interesse pela pesquisa surgiu a partir da necessidade de esclarecer algumas dúvidas, além de ser um tema muito atual, podendo contribuir para que as pessoas sejam profissionais da área da saúde, defesa civil, ou leigos possam e compreender a importância da intervenção psicológica nestas tragédias. Assim, o objetivo deste estudo foi compreender as vivências de pessoas que sobreviveram a tragédias, por meio de depoimentos em vídeos de reportagem. A metodologia utilizada refere-se a uma revisão integrativa de artigos científicos e vídeos de reportagem. A busca dos vídeos com depoimentos foi realizada nas plataformas digitais Globo.com e Youtube, sendo que os critérios de inclusão definidos para a seleção dos vídeos foram: relatos ou depoimentos de sobreviventes da tragédia de Brumadinho, com média de 4 a 20 min de duração, em qualquer data, sendo reportagens jornalísticas. Nesse sentido, foram localizados e selecionados 14 vídeos e as análises foram realizadas a partir do método fenomenológico de Forghieri (1997). Assim, os resultados foram analisados e organizados em 3 unidades: Vivências relacionadas a dimensão psíquica (96 depoimentos). Vivências relacionadas a dimensão física (7) e Vivências relacionadas a dimensão social (35). Na dimensão psíquica, foram encontradas as seguintes vivências: desespero na tentativa de se salvar, insônia/dificuldade em dormir, medo e susto ao escutar barulho alto, recordações recorrentes do momento que vivenciou, luto pelos amigos, colegas, familiares e desconhecidos, medo da tragédia cair em esquecimento como em Mariana (MG), desespero ao se perceber preso na lama, assustador presenciar que só havia lama e mais nada, sensação de quase morte, apego a religião, medo de uma morte dolorosa, sentimento de impotência e culpa por estar vivo e não os próprios familiares, felicidade e gratidão em sobreviver, sofrimento e desespero por ter familiar desaparecido, esperanças de ainda encontrar os familiares vivo, compreensão de não ter sido acidente e sim causado pelo homem, tristeza, perspectiva de vida modificada. Na dimensão física a vivência esteve relacionada ao corpo machucado. E na dimensão social foi observado o sofrimento e lamentação por ter os bens e os animais serem destruídos, presenciar a morte dos colegas engolidos pela lama, solidariedade entre os próprios sobreviventes, revolta com a vale como sendo a grande culpada, sofrimento com a destruição do trabalho agrícola, união e mobilização da comunidade, sofrimento também com a destruição da Vale onde trabalhava, medo das consequências ruins para ao município, suplicas para que a Vale prestasse assistência, reconstrução de tudo novamente. Ressaltamos que este estudo ainda está em andamento.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Emergências. Desastres. Tragédias. Brumadinho.

---

## PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: O PAPEL DA PSICOLOGIA NA DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL NAS ESCOLAS

Dirce Rodrigues Neves, Franciele Cristina Rocha dos Santos, Magda Arlete Vieira Cardozo

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Maestro David Travesso, 462. Flórida Paulista - SP.  
dirceneves19@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo refletir sobre os impactos da discriminação étnico-racial nas instituições pedagógicas e as contribuições da Psicologia frente a essa problemática. Educação é um fenômeno social e universal, considerado em qualquer sociedade como responsável pela sua manutenção e perpetuação. É um atributo presente nos mais variados espaços de convívio social e envolve instâncias fundamentais, como o processo de socialização e do conhecimento produzido pela humanidade. As diferenças sociais, assim como o preconceito étnico-racial e sexual, trazem reflexos na identidade e no processo de ensino e aprendizagem das crianças, fazendo emergir a conscientização sobre esta problemática no âmbito escolar. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica nos sites SciELO e Lilacs, por meio das palavras-chave Racismo, Preconceito, Psicologia e Educação, sendo selecionados seis artigos, cujos dados estão sendo sistematizados à luz da Análise de Conteúdo. Constatou-se que desde os primórdios a educação foi direcionada a uma pequena parte da população elitizada, excluindo os menos favorecidos socioeconomicamente. A psicologia tem papel fundamental nas mudanças desse paradigma educacional, desde que sejam trabalhadas a tolerância e as diferenças e, frente a essa problemática, evidenciar que pode haver prejulgamento, muitas vezes, reproduzidos pelas próprias crianças nas instituições educacionais, como resultado daquilo que vivenciam dentro e fora das escolas, até mesmo em casa, como os traços de escravismos. É preciso agir com posicionamento atento aos contextos educacional e social, minimizando a propagação de uma ideia de estereótipo racial. Conclui-se que na instituição pedagógica, na ciência psicológica e, também, nos âmbitos familiar e social deve haver um comprometimento e a conscientização da responsabilidade que cada indivíduo tem na desconstrução das desigualdades e na construção da identidade e subjetividade destas crianças. É de suma importância a realização de mais pesquisas relacionadas ao tema para se compreender até que ponto os profissionais de psicologia têm atuado na desconstrução desse processo de discriminação e preconceito, enfim, dessa escola legitimadora das desigualdades raciais, hierárquica/autoritária, elitista e racista.

**Palavras-Chave:** Racismo. Psicologia. Educação. Preconceito.

---

#### **PSICOLOGIA EDUCACIONAL: DESENVOLVENDO A EMPATIA ENQUANTO ESTRATÉGIA PARA PREVENÇÃO DE BULLYING**

Bárbara Caires Gonçalves, Ivanete Oliveira Fonseca, Luís Santo Schicotti

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua: Renato Bresciani, 132. Lucélia - SP. barbara.caires52@hotmail.com, babi\_cairess2@hotmail.com

**Resumo:** As práticas, em uma instituição escolar, permite ao graduando uma experiência de valor teórico-vivencial para a formação do profissional de psicologia, possibilitando assim a vivência da realidade em que alunos, corpo docente e funcionários (da escola), compartilham nos dias atuais. A implantação da psicologia na escola pode servir como um instrumento valioso para a compreensão dos processos encontrados no ambiente escolar, bem como, prover um olhar diferenciado diante da diversidade e adversidades deste espaço. Proporcionando, assim, uma dupla beneficência: auxílio as necessidades da escola e um verdadeiro aprendizado da prática ao graduando. O objetivo primordial é conscientizar os estudantes sobre um dos temas que vem atemorizando o país: o bullying. Embora existam muitas abordagens a respeito de problemas nas relações interpessoais no âmbito escolar, estudá-los torna se importante por se tratar de um tema polêmico, principalmente nos dias atuais (com casos de atentados). As escolas públicas que atendem todas as regiões da cidade, incita-

nos a pensar em como se compõe seu cotidiano e as implicações que ali processam-se. Nesta perspectiva, consideramos e adotamos o tema “empatia”, na prevenção do bullying, trabalhando a capacidade do aluno de experimentar a proximidade e assim evitar o bullying, enquanto forma de violência. A constituição Federal (art. 227) e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente/lei 8.069/90), reconhecem adolescência como o período que vai dos 12 aos 18 anos incompletos. Sabemos que tais etapas podem ser consideradas arbitrárias, pois as características podem variar de acordo com os aspectos sociais, econômicos e culturais da sociedade onde o jovem se desenvolve. Abordamos o tema diante do contexto que o púbere está inserido, através de filmes, dinâmicas, rodas de conversas, promovendo a escuta e assim enfatizando a empatia, capacidade de se colocar no lugar do outro, destarte, buscando evitar que os mesmos pratiquem bullying, tanto no ambiente escolar, quanto fora dele.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Educacional. Bullying. Empatia. Prevenção.

---

## **PSICOLOGIA ESCOLAR - QUESTÕES ACERCA DA PRÉ PUBERDADE - IMPASSES E DESCOBERTAS**

Felipe da Silva Bazílio, Luís Santo Schicotti

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Arno Kieffer, 130. Adamantina - SP. felipebazilio@hotmail.com, asagi-d-@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho se pautou a partir do oferecimento de auxílio as questões de desenvolvimento sexual, com pré-adolescentes, objetivando esclarecer e debater as questões acerca da pré-puberdade e puberdade, proporcionando espaços de discussões mais amplos com o intuito de estimular a participação dos estudantes tanto durante os encontros, quanto em suas rotinas escolares. Araújo (2003), menciona que as intervenções, realizadas pelo psicólogo escolar, devem estar inscritas nas relações sociais que irão ser propulsoras na construção e nas apropriações dos sentidos e significados que ocorrem entre e com cada individuo. Perante tal definição, a autora propõe uma atuação preventiva que será sustentada pelas teorias psicológicas, em que se focaliza uma visão de homem e sociedade que estão dialeticamente constituídas em suas relações históricas e culturais. Para que esta intervenção tivesse caráter preventivo e focasse neste direcionamento, Tiba (1986), preconizou a necessidade de se olhar a pré-adolescência ou a adolescência a partir de uma visão ampla, considerando seu desenvolvimento biopsicossocial, em que este envolva não somente as mudanças de seu corpo mas, também, suas questões sociais. As atividades em campo foram realizadas numa escola de ensino fundamental I, localizada em Adamantina-SP, sendo divididas em oito encontros. As temáticas consistiam em um esclarecimento das questões em torno do desenvolvimento e mudanças tanto física quanto psíquicas durante o processo do adolescer. Os resultados durante os encontros tomaram rumos diferentes do que se propunha, se desdobrando e apresentando questões mais voltadas as temáticas de drogas e higiene pessoal. Para tanto a ação realizada possibilitou não só a vivência das práticas profissionais do psicólogo escolar, mas também, reflexões acerca da atuação do profissional voltado à esta área.

**Palavras-Chave:** Psicologia Escolar. Desenvolvimento. Biopsicossocial. Ensino Fundamental. Estagio.

### **QUAIS AS DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA NR12 NA MICRORREGIAO DE TUPÃ - SP**

Rober Alan Trugilio, Cleiton Aparecido Figueredo Reis, Levi Domingues de Moraes Junior, Fernanda Yamauchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Estados Unidos,780. Tupã - SP. rober\_trugilio@hotmail.com, tupa.oficina1@dismatratadores.com.br

**Resumo:** Os acidentes de trabalho geram custos para o empregador, empregado e também para o Estado. Para evitar que esses acidentes aconteçam, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou, em 1978, a Norma Regulamentadora Número 12 (NR 12), que define referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores que utilizam máquinas e equipamentos. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar os fatores que influenciam o não cumprimento da NR12 nas empresas da microrregião de Tupã(SP). Foi utilizada a abordagem quantitativa para a realização de uma pesquisa de campo de várias empresas e os dados foram obtidos por meio de questionário estruturado com as empresas de vários ramos de atividade. Dessas acepções, os resultados apresentam que o custo tem a maior influência no não cumprimento da NR12. Assim, as análises mostram que existe uma forte tangente entre o não cumprimento da NR12 e o custo de implementação em todas as empresas.

**Palavras-Chave:** Nr12. Segurança Do Trabalho. Acidentes.

---

### **RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE POST MORTEM**

Beatriz da Silva Costa, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Joao Walfredo Riveiro, 284. Tupã - SP. biasilva98@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho visa apresentar novos meios para se provar a paternidade, sendo este reconhecido após a morte do suposto pai, o qual tem tido grande procura nos dias atuais, porem não acessível a grande parte da sociedade, tendo o trabalho por objetivo mudar esta acessibilidade para a população. Previamente, será abordado assuntos referentes à família e suas transformações durante o passar do tempo, apresentando os tipos de família segundo o Código Civil , e questões sobre espécies de reconhecimento (judicial ou voluntario),filiação e sucessão. Tratando se de sucessão, há uma hierarquia que deve ser seguida, entre descendentes e ascendentes. Importante ressaltar, que para aqueles incapazes na sucessão, e preciso que sejam acompanhados por seu representante legal .O trabalho exhibe que com o passar do tempo, a filiação não é mais somente reconhecida pelo vínculo sanguíneo, e sim pelo afetivo também, criando se a paternidade socioafetiva. Alem de tudo, tratar da investigação de paternidade e como poderá ser proposta, alem da proteção do menor realizada pelo Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) em seu artigo 27. Adentrando no assunto em específico, o referido trata dos meios legais para que este reconhecimento possa ser realizado, os quais são através de testamento específico (denominado cerrado) e por exames de

DNA entre irmãos, ou caso não seja possível que este seja feito, é permitida a exumação de cadáver com autorização judicial. A metodologia para realizar o trabalho, foi pautada em decisões dos Tribunais e doutrinas, juntamente com a lei (Código Civil, ECA). Conclui se que a presente monografia tem como objetivo apresentar e tornar de conhecimento de todos, que há hipóteses de se realizar o reconhecimento mesmo após a morte do indivíduo, podendo pessoas realizarem o sonho de conhecer seu familiar e resgatar seus direitos como filho.

**Palavras-Chave:** Reconhecimento. Pós-Morte. Família. Sucessão. Filiação.

---

## **REDUÇÃO DOS ESTOQUES**

Lilian Eduarda Guelssi, Janaina de Freitas Calore, Suzana Belorti Monteiro, Suzana Belorti Monteiro, Vitor Greco de Souza Pereira, Alceu Teixeira Rocha

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Avenida Prefeito Bernardo Meneghetti, 367. Mariápolis - SP. guelssi1@gmail.com

**Resumo:** O principal objetivo do nosso trabalho é identificar onde é possível atuar para diminuir os estoques e melhorar os custos de uma empresa, buscando sempre resultados positivos em diferentes áreas. Uma medida eficiente para reduzir custos e evitar perdas, de acordo com a filosofia Lean, seria eliminar totalmente os estoques e trabalhar apenas sob demanda. Como cumprir esse desafio é praticamente impossível, o ideal seria procurar reduzir ao máximo esses estoques. Além disso, é importante lembrar que a redução do estoque pode prejudicar o custo unitário de produção e por isso é essencial que essa questão seja considerada na hora de definir a redução ideal do lote. Manter o controle de estoque em dia é de extrema importância para uma empresa apurar o seu movimento de entrada e saída de mercadorias. E, assim, ter informações precisas sobre a demanda que o mercado tem de seu produto, eventuais desvios e também sobre o lucro líquido obtido no final do mês contábil. Ter um estoque controlado é saber que há a quantidade correta de produtos para que a empresa possa fluir corretamente e atender sua demanda do mercado, sem ter prejuízos com perdas. O que parece óbvio nem sempre é para muitos gestores que ainda não sabem como realizar o controle de estoque corretamente. Além de ajudar no gerenciamento da empresa, o controle de estoque oferece uma maior eficiência e organização de alguns dos processos internos de sua empresa. Ele também diminui desperdícios, tanto de tempo e energia na hora de fazer gestão quanto de seus recursos financeiros. Com essa redução, é possível obter diversos resultados positivos, como por exemplo: um armazém menor e mais limpo; menos manutenção e gastos com pessoal; menores riscos; giro mais rápido, estoques mais novos entre outros.

**Palavras-Chave:** Estoques. Custos. Redução. Controle. Empresa.

---

## **REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DE PREVENÇÃO E POSVENÇÃO DE SUICÍDIO E OUTRAS VIOLÊNCIAS: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA REDE PROMOVER VIDA**

Magda Celia Cadamuro Pereira, Daiane Aparecida Costa dos Santos, Erica Fernanda Pereira, Leonardo Ribeiro Elias, Letícia Durães De Souza, Ana Vitória Salimon Carlos dos Santos

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Serafin Di Pietro, 15. Osvaldo Cruz - SP. magda.cad@hotmail.com, magcad2017@gmail.com

**Resumo:** O trabalho relata experiências em estágio com ênfase em ações de prevenção e posvenção de comportamentos autolesivos e outras violências. Onde o objetivo intentado dentro de uma rede interinstitucional e multidisciplinar foi promover práticas de integração, locais para reflexão e ampliação de conhecimentos, competências e atitudes para a promoção da saúde e prevenção ao suicídio e outras violências. A metodologia utilizada constituiu-se de reuniões mensais realizadas na Clínica Escola do Núcleo de Psicologia onde o trabalho em rede se faz em uma constante articulação entre profissionais, acadêmicos e voluntários, integrando instituições acadêmicas, órgãos governamentais e não governamentais e população em geral onde a Rede Promover Vida empenha-se em ações para promoção de saúde. Durante as reuniões os órgãos se conhecem e trocam informações sobre suas ações individuais, sobre suas necessidades enquanto indivíduo e instituição, o que cada um pode e consegue melhorar para atender melhor a população, para capacitar seus colaboradores. Existe também um trabalho dentro da Clínica Escola onde os estagiários de Psicologia Institucional/Social realizam plantões para atendimento em momentos de crise onde o paciente passa por uma avaliação, após a qual definem-se os procedimentos posteriores. A clientela em sua maioria é de pré adolescentes e adolescentes com autolesão com e sem ideação suicida, adultos com tentativas de suicídio e seus familiares. Esses pacientes são na maioria encaminhados por órgãos da rede como a Santa Casa, o CAPS, o NASF, Assistência Social, Assistência Jurídica, Conselho Tutelar, Projeto Guri, entre outros. A prevenção do suicídio faz-se por meio do reforço dos fatores ditos protetores e diminuição dos fatores de risco, tanto no nível individual como coletivo, como por exemplo, a busca e fortalecimento de vínculos afetivos, sentimento de pertença à um grupo ou comunidade. As práticas de posvenção consistem em ações interventivas de suporte e assistência para sobreviventes e familiares, onde se busca trazer alívio do sofrimento e perda gerados, a prevenção de reações adversas e complicações do luto, promover resistência e enfrentamento. Entendemos que o atendimento da Clínica Escola é de suma importância uma vez que é realizado sobre bases teóricas, técnicas e éticas, é gratuito e vem assistir pacientes que não teriam como ser atendidos em outros órgãos já tão sobrecarregados e muitos desprovidos de um psicólogo. Tem que ser apontado também os benefícios para a formação dos estagiários ao estar em contato com a clínica, a comunidade e os órgãos participantes dessa Rede, vem sendo muito edificante. Como resultados dessas ações e reflexões a Rede Promover Vida elabora e gera há oito anos o evento: "Encontro por uma Cultura de Paz de Adamantina/SP - Ações de Promoção a Vida, Prevenção do Suicídio e outras Violências e o Simpósio Regional de Prevenção e Posvenção do Suicídio".

**Palavras-Chave:** Prevenção. Posvenção. Serviço-escola de Psicologia. Suicídio. Tentativa de suicídio.

---

**REFORMA TRABALHISTA E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, INSTITUIÇÕES SINDICAIS E A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL**

Daniele Esteves Bisterço, Bruna Rafaela da Silva Ferreira, Júlia Brandane Breda, Monique Hubach Pieretti, Jose Eduardo Lima Lourencini

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Prudente De Morais N°198. Adamantina - SP. daniele\_bisterco@hotmail.com, danielebisterco@gmail.com

**Resumo:** O ano de 2017 foi marcado pela Reforma Trabalhista, que buscou, ao mesmo tempo, legalizar práticas já existentes e possibilitar aos empregadores manejar a força de trabalho de acordo com as necessidades. Desta feita, apura-se um ajustamento do padrão de regulação do trabalho de acordo com as características do capitalismo contemporâneo, para fortalecer a autorregulação do mercado e ao mesmo tempo submeter o trabalhador a uma maior insegurança, quando amplia as possibilidades do empregador em determinar as condições de contratação, o uso da mão de obra e a remuneração do trabalho. Com efeito, as instituições sindicais são afetadas com o esvaziamento de sua capacidade de organização, pois tende a predominar uma descentralização e articulação com os interesses das empresas. O objetivo do presente artigo é trazer, sobretudo, as principais alterações da Reforma Trabalhista e seus reflexos nas relações de trabalho e instituições sindicais. O primeiro capítulo abordou as principais mudanças que trouxe a Reforma Trabalhista, instrumentalizada pela Lei 13. 467 de 2017. Já o segundo capítulo discorreu os princípios do direito individual e coletivo do trabalho. O terceiro capítulo traz a trajetória dos sindicatos brasileiros e, por fim, não menos importante, traz a discussão sobre a atuação dos sindicatos e a reforma trabalhista, sob a êxige da revitalização do princípio da unicidade sindical. Como metodologia para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado o método dedutivo, que segundo GIL (2008), consiste em um método racionalista, que pressupõe a razão com a única forma de chegar ao conhecimento verdadeiro. Utiliza uma cadeia de raciocínio descendente, da análise geral para a particular, até a conclusão, e utiliza o silogismo, ou seja, de duas premissas retira-se uma terceira logicamente decorrente. Valeu-se da revisão bibliográfica: elaborada a partir de material já publicado, como livros e artigos pesquisados através do Google Acadêmico e Scielo, publicado, e apresentado de forma descritiva.

**Palavras-Chave:** Reforma Trabalhista. Empregado. Empregador. Instituições Sindicais.

---

#### **RESOLUÇÃO CNJ N° 225/2016: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO MAPEADOS EM 2019**

Juliana Faria do Nascimento, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Dos Acadêmicos, 68. Adamantina - SP. 118718@gmail.com, julianafnascimento@gmail.com

**Resumo:** A Justiça Restaurativa (JR), no Brasil, iniciou-se no ano de 2005, parceria entre o Poder Judiciário, a Secretaria da Reforma do Judiciário, Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Em 13 anos, a JR irradiou-se com experiências bem sucedidas no país, observados os processos de implementação, os potenciais e desafios locais, bem como contextos institucionais e comunitários. Durante sua expansão e seus resultados exitosos, houve a

reestruturação da lógica de convivência que constrói uma sociedade mais justa e mais pacífica. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por sua vez, publicou a Resolução n. 225/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, em atenção aos riscos de desvirtuamento, engessamento, personificação e monopólio incidirem sobre a JR e as políticas públicas serem desenvolvidas no contexto a introduzir novas perspectivas para a solução de conflitos. Apresentar as experiências de implementação, expansão e difusão dos programas de JR, quais dificuldades na mensuração, sendo determinante não impor uma metodologia ou procedimento único, deixando espaço para balizamento principiológico mínimo. Nos limites das atribuições e da competência normativa do CNJ, procurou-se ressaltar que a JR não é exclusividade dos Tribunais, mas o resgate do valor justiça no âmbito de toda sociedade. Observado o propósito da Resolução CNJ 225/2016 foi instituído o Comitê Gestor da Justiça Restaurativa, composição dada pela Portaria da Presidência do CNJ n. 137/2018, que consolida a identidade e política no âmbito do Poder Judiciário, formado por conselheiros, juízes do país, sem prejuízo da coletividade, pautando o diálogo a partir das diversas experiências nas localidades com JR. Entre fevereiro e abril de 2019, realizou-se mapeamento dos programas, apresentados em Seminário do CNJ, abrangendo a justiça comum estadual e federal. Definido na pesquisa “programa” como conjunto de projetos e ações planejados e coordenados. Observa-se desenvolvimento heterogêneo dos 32 tribunais mapeados, quanto à forma de organização: regulamentação (14), resolução (7) e portaria (11), organizados em 93% casos pelo Poder Judiciário. A alocação das atividades: Núcleos permanentes de métodos consensuais de soluções de conflitos (10), Coordenadoria da infância e juventude (6). Em relação às competências e áreas de aplicação: 75% na rede de garantia de direitos da criança e adolescente; 47% na rede de proteção da mulher vítima de violência. As práticas nas escolas em 61% e na assistência social em 47% dos casos. Áreas de aplicação das práticas: 65% em atos infracionais e 54% em conflitos escolares (crianças e adolescentes) e violência doméstica em 52% dos conflitos. A metodologia de procedimentos restaurativos adotados em 93% foram os círculos de construção de paz (Kay Pranis), na maior parte vítima, ofensor e comunidade formados em 68% dos atendimentos psicossociais e audiências. Os indicadores de monitoramento utilizados pelos Tribunais são: grau de satisfação, controle de casos atendidos e acordos cumpridos. Somente 20% dos locais têm facilitadores com dedicação exclusiva na sua maioria compostos pelo quadro de pessoal próprio e 26% de voluntários. Nota-se uma política efetiva de aplicação da Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

**Palavras-Chave:** Justiça Restaurativa. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Solução de Conflitos.

---

## RESPONSABILIDADE CIVIL NA ODONTOLOGIA

Ivana Jaqueto, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Cherentes, 884. Tupã - SP. ivana.jtupa@gmail.com

**Resumo:** A responsabilidade civil no âmbito da área da saúde diz respeito ao dever e obrigação de um profissional liberal em sua área de atuação. Esse trabalho foi uma maneira didática de se encontrar meios para entender melhor o que a falta de qualificação de um profissional possa acarretar. Reparar danos causados aos pacientes, seja estética ou funcional e visa a proteção do consumidor, porque o paciente é um consumidor, ele está pagando para um tratamento, um serviço. Portanto o Código De Defesa do Consumidor também é mensurado nesse trabalho. Esse dano como mencionado acima pode ser de

natureza ilícita ou lícita, vale atentar ao tipo de profissional que se sujeitou ao atendimento. A responsabilidade se encontra no parâmetro de subjetiva, que se refere ao profissional da saúde, o profissional liberal como um todo e que pode ser causada por imprudência, negligência ou imperícia, em casos de culpa, ou por dolo propriamente dito. O trabalho tem o objetivo de discutir e enfatizar as obrigações e deveres profissionais perante a sociedade e em cada caso, tratando o paciente de forma respeitosa e individual. Essa obrigação pode ser de meio ou resultado. No que diz respeito à obrigação de meio, refere-se aos meios empregados para realizar aquele procedimento. Na obrigação de resultado tem – se o cumprimento daquele fim proposto no contrato do serviço. Ou seja, o resultado deverá atingir aquilo que foi combinado e prometido pelo profissional. Ressaltando também sobre a importância da documentação odontológica bem estruturada e arquivada como o correto diagnóstico. Podendo esse documento ser utilizado para identificação humana ou para fins processuais. A ética Odontológica traz ao Cirurgião dentista o sigilo profissional, respeitando a integridade física e moral do paciente. Em determinados casos processuais, no âmbito criminal, esse sigilo pode ser amputado para fins de desvendar crimes e criminosos. Os processos indenizatórios contra cirurgiões dentistas tem sido cada vez mais comum e essa crescente se deve a grande quantidade de profissionais formados com a falta de informação correta, além do acesso a justiça que tem sido cada vez mais fácil a população. Portanto é de extrema importância ao profissional liberal se atentar a responsabilidade civil na sua área de atuação. Foi feito um balanço entre artigos e livros referentes ao assunto e tem – se encontrado diversos esclarecimentos sobre meios de indenização, obrigação e deveres entre profissionais, pacientes e a justiça. Portanto é de suma importância prestar atenção aos atos praticados dentro do consultório ou de um hospital para não prejudicar aquele que busca pelo serviço e nem por aquele que presta – o.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade. Odontologia. Documentação. Civil. Sociedade.

---

## REVISÃO TEXTUAL

Beatriz Giovana Leão dos Santos, Felipe Campos de Oliveira, Luana Eduarda da Silva Ribeiro, Luciana Ferreira Leal

Autor(a) curso de PEDAGOGIA - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Izac Estrela Da Silva, 10. Tupã - SP. beatriz\_giovana\_2012@hotmail.com, beatriz.giovana.leao@gmail.com

**Resumo:** Buscamos realizar uma pesquisa que discute a contribuição da revisão textual para os alunos das séries iniciais. Apresentar como as etapas do processo de revisão textual são conduzidas e orientadas pelos professores em suas salas de aulas na rede de ensino regular. Esta pesquisa didática foi realizada na Estância Turística de Tupã, situada no estado de São Paulo, na escola EMEIEF Prof. Thiago Alves da Silva Leandro, no período da tarde, em uma sala de alfabetização, no 2º ano C, onde se encontram 12 alunos com escrita alfabética, 1 aluno em escrita silábica com valor e 1 aluno com escrita pré-silábica, sendo que este possui laudo de Síndrome de Down. No decorrer do ano de 2018, foram desenvolvidas, nesta sala, produções de texto que permitiram proposições de revisão textual, a fim de desenvolver nos alunos a capacidade de ser revisor de seu próprio texto, identificando aspectos como: ortografia, coesão e coerência, pontuações e outros elementos indispensáveis na estrutura do texto. Para a realização desta pesquisa didática, inicialmente, utilizamos de pesquisas bibliográficas, as quais possibilitaram o embasamento teórico. Lemos e estudamos textos e vídeos, que foram disponibilizados nas reuniões do projeto

“Bolsa alfabetização” e que deram embasamento teórico para a análise da pesquisa. Participamos de formações no HTPC da escola em que a pesquisa foi realizada. Por se tratar de uma prática constante, os alunos conseguem desenvolver todo processo de revisão, juntamente com a professora, em que juntos analisam o texto escrito e apontam aspectos que podem ser melhorados como: coesão e coerência, ortografia, acentuação, pontuação e repetições. Visando tornar o texto escrito mais compreensível e objetivo ao leitor. Com isso, percebemos que a revisão textual possibilita aos alunos um amplo compartilhamento e obtenção de conhecimentos, por se tratar de uma prática em que o professor vai mediando todas as etapas e os auxiliando para que o texto escrito seja melhorado. Pesquisar sobre o tema “Revisão textual” nos permitiu ampliar o conhecimento teórico e prático sobre a produção e revisão de texto. Tivemos a oportunidade de aprender boas práticas, compreender melhor a função da revisão de texto e as diferentes maneiras de serem aplicadas. Em função disso, podemos testemunhar a importância do projeto “Bolsa Formação – Escola pública e universidade”, conhecido como “Bolsa Alfabetização”, no processo de formação dos futuros profissionais da área da educação. Compreendemos ainda que os alunos pesquisadores obtêm mais preparo para no futuro exercer sua profissão, preparo esse que nos é fornecido em reuniões ministradas pela coordenadora Prof.ª. Dr.ª Luciana Ferreira Leal, htps ministrados pela coordenadora de cada unidade escolar e a interação com a área durante o ano letivo, onde vemos a prática acontecer.

**Palavras-Chave:** Revisão. Professora. Aluno. Processo. Texto.

---

## ROUSSEAU E O PENSAMENTO DA ESQUERDA

Gabriel Aparecido Miranda Silva, Marcos Martinelli

Autor(a) curso de HISTORIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Abílio Miguel Sapag. Tupã - SP. gabriel\_silva2011@live.com

**Resumo:** Jean-jacques Rousseau em 1762 escreveu a o livro Do Contrato Social obra em que se fundamentam os direitos políticos e civis dos cidadãos e o exercício de sua liberdade. Rousseau acreditava que todo o homem é bom, porém o meio, isto é, a sociedade o corrompe, tornando-o mal e egoísta. Para ele a gênese de toda a maldade é oriunda da propriedade privada. É ela que domina tanto quem a possui, como a sociedade que dela deriva, uma vez que todo o ordenamento jurídico posterior a ela, sofreu brutal e direta influência dos proprietários. Ora, para Rousseau o problema é que quando é a força que faz o Direito, e aqui ele sustenta sua argumentação na Segunda Lei de Isaac Newton que afirma que o efeito se modifica com a causa, também o direito muda conforme a origem. É neste sentido, que a Democracia muda o princípio de igualdade sobre o qual fora estabelecida. A Democracia é uma ideia dos gregos, mas no Ocidente adotou um significado de inclusão e socialização, integrando uma sociedade a um sistema político de participação ampla e eleitoral de representatividade. O último requisito apresentado demanda igualdade no que tange as pessoas, ou melhor, para que se viva em sociedade e que ela funcione e atenda a todos, dever-se-á criar mecanismos dentro da Vontade Geral para sua aplicabilidade, independentemente de quem a use. Rousseau segue, em seu Livro Terceiro no capítulo IV Da Democracia, ressaltando a importância de estabelecer-se leis de interesse público, visando o aniquilamento de questões particulares que corrompem a substância do Estado e traga a mente do legislador, pertencente a um poder, fazendo-o interpretá-las em detrimento do povo que por sua vez deve manter a vigilância

às suas condutas. Diante desse breve resumo, o trabalho buscará responder e explicar algumas das contradições que há em um sistema em que se busca a igualdade, mas que na sua base está o poder e a influência de quem o controla através de mecanismos nada republicanos e saudáveis às liberdades humanas. De lá para cá, século XXI, agravou-se e muito a situação da Democracia que é golpeada tanto pela esquerda como pela direita, pois ambas querem monopolizá-la e não poderão porque o regime não admite autoritários na sua composição, mas fica fragilizado e suscetível à banalização.

**Palavras-Chave:** Rousseau. Democracia. Liberdade. Igualdade. Vontade Geral.

---

### **SARTRE E O FANTASMA DE STALIN**

Hyan Aguiar Janegitz, Marcos Martinelli

Autor(a) curso de HISTORIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Keiko Yamashiro, 43. Lucélia - SP. hyanjanegitz@gmail.com

**Resumo:** Jean-Paul Sartre é um dos mais importantes filósofos e pensador contemporâneo do século XX. Possui uma extensa obra filosófica e literária, tendo atuado por quase toda sua vida como engajador em questões políticas mundiais que envolvem a história do tempo presente. Posicionando-se sempre em defesa dos seus ideais, sendo livre na escolha de suas ideais. Neste trabalho pretende-se analisar a visão de Sartre sobre acontecimentos que envolvem o governo Soviético e demais países da Europa no fim do ano de 1956. Alguns anos antes, em 1953 faleceu o primeiro-ministro da União Soviética, Josef Stalin, que governou por mais de 30 anos, sendo o autoritarismo e a perseguição de opositores marca de seu governo, ditatorial. Estima-se que milhares morreram em campos de trabalho forçado e centenas foram perseguidos pelo regime de Stalin, além de possuir muita representatividade internacional, graças a sua prestigiosa vitória contra o governo nazista de Adolf Hitler, na Segunda guerra mundial. A morte de Stalin deixou vazio o cargo mais poderoso da União Soviética, e ares de incerteza sobre os países do chamado bloco comunista. Havia a esperança de que com a morte de Stalin fossem promovidas mudanças quanto o posicionamento político da URSS frente a outros países do bloco. Após anos de governo autoritário e intervencionista acreditava-se que uma nova forma de política internacional surgisse, mais branda e democrática em respeito as culturas e vontades dos povos que faziam parte da URSS e do pacto de Varsóvia. Esperava-se que houvesse o fim do stalinismo. Mas isso não vai necessariamente acontecer, pois no final de 1956 o governo de Moscou responde duramente a movimentos revolucionários na Hungria e Polônia, movimentos ambos independentes um do outro. O governo soviético intervém nos dois países e acaba suprimindo os levantes. Com isto feito a opinião internacional volta-se contra a União Soviética, é neste momento que Jean-Paul Sartre faz sua análise dos acontecimentos. Um pequeno livro, O Fantasma de Stalin (1956), Sartre analisa os acontecimentos e outros comentários sobre os acontecimento acima referidos, criticando, embora de forma branda, o posicionamento da União Soviética, procurando por culpar os capitalistas ocidentais do uso da força armada soviética para conter os trabalhadores em Budapeste e tentando compreender a natureza do movimento.

**Palavras-Chave:** Sartre. Stalinismo. Hungria. Guerra Fria.

### SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES EM CONEXÃO COM O TRABALHO

Tainara Sigoli Micali, Roseana Souza das Neves, Andrea Fernandes de Araújo Gasques

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Stelio Machado Loureiro, 192. Flórida Paulista - SP. TAINARAMICALI@OUTLOOK.COM, tainara\_sigoli@hotmail.com

**Resumo:** A revisão buscou identificar, na literatura científica, quais fatores estão associados ao sofrimento e adoecimento mental entre os professores da educação básica pública, os sintomas mais recorrentes e a existência de propostas de intervenção voltadas a melhorar a saúde do trabalhador docente. O trabalho faz parte de um processo significativo para a identidade dos sujeitos, sendo através dele que as pessoas alcançam suas realizações, expressões de competências, e integração social. No que se refere ao trabalhador docente, este é lembrado como o provedor de conhecimento e dono de uma maestria. Em relação a inúmeros fatores decorrentes do trabalho do mesmo, evidencia-se um grande número de adoecimento desses profissionais perante às suas exigências e ao ambiente que ele ocupa. Fatores como estresse, tensões, desequilíbrio do organismo etc., podem resultar em patologias graves. A Síndrome de Burnout é uma doença que atinge consideravelmente esses profissionais, decorrente de reações psicossomáticas vinculadas à baixa valorização dos professores. O método utilizado foi o de revisão de literatura de abordagem qualitativa, tendo como referencial obras teóricas e os resultados de consultas realizadas nas bases de dados indexadas SciELO, LILACS, PePSIC e Portal de Periódicos CAPES. Verificou-se que o tema é amplamente investigado, sendo apontando os fatores que estão relacionados ao mal-estar docente e podem contribuir para a manifestação de quadros de ansiedade, depressão, distúrbios psíquicos menores e Síndrome de Burnout. A literatura científica evidencia o adoecimento docente, sendo este resultado de multifatores que precisam ser minuciosamente investigados e repensados, de modo a delinear direções para se pensar em melhorias ao trabalho docente. As informações obtidas levam à parcial conclusão de que são poucas as medidas adotadas, visto que há uma quantidade baixa de publicações na literatura científica que retratam alguma providência da gestão pública direcionada à promoção de programas que intervenham nas condições de trabalho da categoria docente. Assim, faz-se necessária a elaboração de pesquisas direcionadas à investigação sobre as medidas preventivas e/ou interventivas para a saúde docente.

**Palavras-Chave:** Burnout. Saúde Mental. Docente. Ensino Público.

---

### SEGURANÇA FRANQUIA DE SEGUROS

Jorge Guilherme Gasparotto e Silva, Chemel Amadeu Demiski Filho, Matheus Pereira Lima, Rafaela Crescimano Ferreira, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Hideshiro Shiguematsu, 72. Lucélia - SP. jorgegasparotto@hotmail.com

**Resumo:** A história do seguro remonta a séculos antes de Cristo, quando as caravanas atravessavam os desertos do Oriente para comercializar camelos. Como alguns animais sempre morriam no caminho, os camelieiros firmaram um acordo no qual pagariam para substituir o camelo de quem o perdesse. O primeiro contrato de seguro nos moldes atuais foi firmado em 1347, em Gênova, com a emissão da primeira apólice. Era um contrato de seguro de transporte marítimo. Daí pra frente, o seguro foi ainda mais impulsionado pelas Grandes Navegações do século XVI e pela Revolução Industrial. O estudo desenvolvido tem como objetivo analisar o mercado e o planejamento estratégico para uma franquia no setor de seguros. A metodologia utilizada no trabalho foi feita através de sites especializados em mercado de seguros, publicações, ebooks e contato direto com a franqueadora. A Seguralta Corretora de Seguros está no mercado há mais de 50 anos e conta com mais de 200 mil clientes atendidos em todo o Brasil. A missão da empresa consiste em Realizar e proteger os sonhos de nossos clientes, através de soluções em seguros, consórcios, e serviços financeiros. A visão da empresa é ser reconhecida como a melhor do ramo e local onde atua. E tem como valores a organização, ética, transparência, agilidade e confiabilidade. O perfil de empreendedores que a empresa deve possuir são as habilidades comerciais, visão empresarial, espírito empreendedor, liderança e comunicação interpessoal. Um dos grandes diferenciais da marca é o fato de possuir parceria com as maiores seguradoras do mercado, são mais de 28 companhias, o que garante ao franqueado uma extensa gama de produtos a oferecer a seus clientes. A rede oferece todas as modalidades de seguros disponíveis no mercado. A seguradora tem por objetivo garantir às pessoas físicas ou jurídicas que obtiverem financiamento de imóvel e/ou os bens imóveis vinculados ao Estipulante, o respectivo pagamento, limitada a indenização ao Limite Máximo da Garantia contratada, caso venha a ocorrer um dos eventos cobertos na vigência do contrato de Seguro e respeitadas as demais cláusulas previstas nas Condições Gerais e nas Condições Particulares do Seguro. O franqueado tem por metas um faturamento médio de 30 mil reais mensais. Sobre os produtos e serviços ofertados pela seguradora estão, seguros diversos (automóvel, residencial, vida, náuticos, aeronáuticos, empresarial), consórcios e previdência privada. O mercado de seguros no Brasil é promissor, tem uma expectativa de crescimento muito positiva para os próximos anos e a Seguralta faz parte desse crescimento. Na contramão da economia brasileira, no ano passado, o setor de seguros apresentou um crescimento de 11% em relação ao ano anterior, segundo dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). A Seguralta tem um plano de franquias com ênfase nos melhores sistemas de gestão de mercado, adequado às necessidades do investidor. Está atenta a todos os momentos da empresa franqueada, zelando para que sua unidade alcance rapidamente o sucesso e retorno financeiro adequado. É um modelo de negócio direcionado aos empreendedores que compreendam o mercado de franquias como forma de ampliar os horizontes profissionais.

**Palavras-Chave:** Seguros. Franquias. Serviços. Empreendedorismo. Mercado.

---

## SINDROME DE BURNOUT

Ana Lucia Lourenço, Cassiano Ricardo Rumin

Autor(a) curso de - , Rua Libero BadarÓ,495. Adamantina - SP. lourenco.lucia@hotmail.com, lopao\_lopes@hotmail.com

**Resumo:** Entre as inúmeras profissões existentes, o trabalho é visto como uma via para que seja possível alcançar as realizações, tanto no ponto de vista pessoal, como profissional. Ter o trabalho como forma prazerosa, ainda é pouco percebido

entre trabalhadores, restando apenas as exigências físicas, intelectuais e interpessoais como demandas da atividade laboral. Partindo do pressuposto dos malefícios causado ao trabalhador, este estudo, abordou as doenças mentais relacionadas ao trabalho, tendo como objetivo avaliar a incidência de afastamento por conta de agravos à saúde mental entre trabalhadores brasileiros. Como metodologia, a pesquisa tratou-se de um estudo bibliográfico do tipo exploratório e empregou a análise descritiva de bases de dados secundários da Previdência Social. Diante dos resultados é visto que o crescimento da incidência da Síndrome de Burnout entre 2009-2016 indica que existe um relação desarmoniosa entre as exigências organizacionais e as potencialidades dos trabalhadores. Esta perspectiva leva os trabalhadores a despersonalização, pois, a dedicação intensa ao contexto organizacional comprime as possibilidades de satisfação ao narcisismo. Considerando, que não eram desenvolvidas práticas de reabilitação dos trabalhadores pelo INSS, a incidência é composta por quadros de Burnout que não receberam reabilitação e se cronificaram, somando aos novos casos que ocorrem pelas precárias condições do trabalho nos serviços de saúde. Outros quadros de afastamentos por agravo a saúde de serviços não assistenciais, também se equivalem a Síndrome de Burnout, como: Transtorno Fóbico-ansiosos, Transtorno Afetivo Bipolar, Reações ao Stress grave e Transtorno de Adaptação, Episódios Depressivos e Mal estar e Fadiga. Conclui-se que a pressão nas organizações e o ritmo elevado de trabalho trazem grandes malefícios ao trabalhador, as instituições, e os atendidos pela mesma. Também é notório que não são apenas os profissionais de saúde que realizam atividades assistenciais. Professores e trabalhadores de segurança pública também estão fortemente submetidos às demandas assistenciais, contudo, sem receber o enquadramento da síndrome de Síndrome de Burnout. Embora a Síndrome de Burnout represente um nível exacerbado de estresse, as pessoas continuam em seus postos de trabalho pelo medo do desemprego, onde o indivíduo nesse estado, está mais propenso a cometer erros graves. Por isso o equilíbrio entre a demanda e limites dos trabalhadores é a principal forma de prevenção para esse adoecimento. De acordo com a OMS, a síndrome de Burnout será incluída na próxima edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que passará a valer em 2022, ainda não incluída como uma doença, mas, sim, como um "fenômeno" ligado ao trabalho que afeta a saúde. Com essa inclusão, terá um embasamento maior para que os juízes avaliem e decidam as questões referentes ao nexo causal com o trabalho. A forma de organização do trabalho é a fonte dessa patologia ocupacional e figura como locus de intervenção para a promoção da saúde dos trabalhadores.

**Palavras-Chave:** Síndrome de Burnout. Saúde do Trabalhador. Acidente do trabalho.

---

#### **TERMO DE AJUSTE DE CONDOTA NOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Naiara Kawabata, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Cherentes, 250, Sala 114. Tupã - SP.  
naiarakavabata@outlook.com, contato@jjadvogados.adv.br

**Resumo:** O tema trabalho é Termo de Ajuste de Conduto nos Atos de Improbidade Administrativa. O objetivo deste estudo é compreender o instituto e permitindo orientar demandas acerca da aplicação do Termos de Ajuste de Conduto nos processos de Improbidade Administrativa. A metodologia utilizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, foi o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica documental. Para tanto, à priori, importante fez-se esclarecer sobre: Princípios que Regem a

Administração Pública; Proibidade Administrativa e a Lei de Improbidade; Natureza Jurídica da Lei de Improbidade Administrativa; Resolução do CNMP 179 de 26 de julho de 2017; Flexibilização do TAC em Processos de Improbidade Administrativa; Compilados de pesquisas de acórdãos e decisões do Supremo Tribunal de Justiça acerca do tema. Concluiu-se ao final que, apesar de a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), ter proibido qualquer tipo de acordo neste tipo de processo, o Conselho Nacional do Ministério Público, observando a extensão do dano e o grau da necessidade de garantir a efetivação da diminuição dos prejuízos ao erário e à sociedade, de forma menos morosa que a espera do trânsito em julgados de processos como estes, definiu parâmetros para a utilização do Compromisso do Termo de Ajuste de Conduta nos atos de improbidade administrativa, por meio da resolução 179/2017, que tem sido desde então, muito utilizada entre promotores e advogados, ainda que encontrem obstáculos para definir os limites da aplicação deste tipo de acordo, promovendo ainda incerteza nas homologações. Por este motivo, considerou-se de suma importância, a elaboração deste trabalho, porque definiu e direcionou a aplicação do TAC em processos de Improbidade Administrativa no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Palavra Chave: Termo de Ajuste de Conduta. Improbidade Administrativa. Administração Pública. Resolução CNMP 179/2017.

**Palavras-Chave:** Termo de Ajuste de Conduta. Improbidade Administrativa. Administração Pública. Resolução Cnmp 179/2017.

---

## **TRABALHO COM GRUPOS - A MÚSICA E OS JOGOS ENQUANTO MEDIADORES DO PROCESSO PEDAGÓGICO - A PSICOLOGIA NA ESCOLA**

Isabela Rodrigues Mantovani, Gabriel Contiero Battistam, Luís Santo Schicotti

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdades Adamantinenses Integradas, Jose Braz Filho, 415. Adamantina - SP. belamantovani2015@hotmail.com, belamantovani2019@hotmail.com

**Resumo:** Este projeto é uma comparação entre semelhanças e diferenças abordadas com grupos de alunos nas escolas, os advindo do ensino médio (terceiro ano), e outros do ensino fundamental. Basicamente trás uma visão mais ampliada sobre grupos, a partir da construção de vínculos, da escolha feita pelo próprio mediador, sendo aplicadas dinâmicas grupais, junto da interpretação em letras de músicas, envolvendo conceitos específicos, colocando-os para exercitar o pensamento, ou seja, a produção através da fala e texto. Há a utilização de objetos como caixa de som, imagens representativas ou figuras simbólicas, disco de vinil como parte cultural e, aplicação da atividade que acontece na biblioteca escolar. No outro ponto, a interação social, fortalecimento dos vínculos entre alunos e professora, escolhas, também os jogos, para melhorar a dificuldade na concentração e atenção necessários ao processo ensino-aprendizagem. A metodologia qualitativa/quantitativa é uma apropriação do método científico que utiliza diferentes técnicas estatísticas para quantificar opiniões e informações para um determinado estudo. A abordagem qualitativa não pode ser interpretada através de números, nomeada como uma pesquisa descritiva e as interpretações são analisadas. Será pautado um compromisso ético direcionado à escuta, análise e atenção sobre o que será relatado, características dos vínculos, no modo como isso pode se entrelaçar com o conteúdo dado em sala, a didática ensino e aprendizagem, todavia com objetivos específicos, promovendo a interação dos estudantes com o aprendizado, uso da observação para conhecer características do grupo. Nosso objetivo geral pauta-se na análise da dinâmica em que os adolescentes e as crianças se apresentam, como se sentem dentro desse contexto (podendo influenciar na

aprendizagem). Destarte, basta olhar a instituição escolar como um local onde há todo o momento experiências de vida, conhecimentos, estruturas, em que cada estudante se estabeleça equilíbrio com o mediador, certamente há uma expectativa do aluno dentro das suas condições e vertentes, sobre o que se espera do âmbito escolar como um todo. Algumas questões devem ser tomadas a partir de cautela, pois realizar uma análise preliminar exige muita atenção, juntamente de uma postura ética dentro daquilo que se esperar avaliar. Evidenciamos um avanço no que tange aos elementos de cunho pedagógico, com melhora de habilidades e competências.

**Palavras-Chave:** Comparação. Adolescentes. Crianças. Pensamento. Aprendizagem.

---

### **TRABALHO INFANTIL, POBREZA E BAIXA ESCOLARIDADE: UM ESTUDO DE CORRELAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2007-2017)**

Daniele Bezerra De Menezes Stefanelli Bucke, Gabriel Cunha Salum

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Duque De Caxias 44. Tupã - SP. danibmstefanelli@gmail.com

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo analisar a correlação entre esses fatores no Brasil contemporâneo, bem como, a efetividade das legislações que garantem a idade mínima e as atividades permitidas aos menores e o acesso obrigatório à educação. A investigação justifica sua relevância pela centralidade da proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes e importância da garantia, acesso e ampliação ao direito à educação. Quanto ao método, realiza-se uma abordagem jurídico-sociológica crítica dos conceitos de trabalho infantil, pobreza e baixa escolaridade no Brasil no período de uma década por meio de revisão da literatura em bases de dados, exame de legislações nacionais e internacionais, estatísticas de órgãos oficiais e pesquisa em campo. A hipótese de pesquisa é de que apesar do direito brasileiro garantir a proteção integral de crianças e adolescentes pela Constituição Federal e legislações específicas, as condições histórico-sociais de pobreza em que se encontrariam indivíduos e grupos de indivíduos constituiriam fator relevante para inviabilizar a efetividade da lei no período analisado: crianças e adolescentes brasileiros teriam sido obrigados a cumprir jornadas diárias exaustivas em atividades laborativas precárias, não adequadas ou mesmo proibidas para certas faixas etárias, o que constituiria razão para justificar índices de baixa escolaridade, resultando em uma baixa renda no decorrer da vida profissional dessas crianças, na fase adulta, por falta de qualificação escolar e, por consequência, profissional. Resultados preliminares auxiliaram na escolha da pesquisa e na investigação, sugerindo possibilidade de correlação entre os fatores analisados.

**Palavras-Chave:** Trabalho Infantil. Pobreza. Baixa Escolaridade. Infância E Juventude No Brasil. Direito A Educação.

---

### **TRANSTORNO DO PÂNICO E INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS**

Camila Fernanda Rúbio Maçaria, Maria de Fátima Belancieri

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua 09 De Julho 2818. Mirandópolis - SP. camilamacaria0@gmail.com

**Resumo:** Este estudo refere-se a um Trabalho de Conclusão de Curso na área da Psicologia, que se propõe a caracterizar o transtorno do pânico (TP) em seus sintomas e as intervenções realizadas pelo psicólogo, visando contribuir para a promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas acometidas pelo transtorno. O TP é definido por distúrbios de ansiedade, medo ou incomodo complementado de sintomas físicos e mentais que, normalmente, inicia-se no fim da adolescência, sendo mais comum em mulheres entre 20 e 30 anos. Caracterizado como um estudo bibliográfico, a busca foi realizada ,nas seguintes bases de dados: Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde–Psicologia Brasil (BVSPSI), a partir das palavras chaves: psicologia and transtorno do pânico, transtorno do pânico and tratamento, no período entre 2001 e 2018. Com as palavras-chaves transtorno do pânico and tratamento, foram encontrados na base Scielo 46 artigos e na base da BVS-PSI foram encontrados 56. Assim, no total foram encontrados 142 artigos, sendo 67 artigos duplicados, 67 descartados a base de leitura de título, descartando 32 artigos, na leitura de resumo 20 artigos e na leitura de integra, 15. Restando assim, 8 artigos que foram selecionados e utilizados. Identifica-se que as abordagens mais utilizadas pelo psicólogo consiste na Terapia Cognitivo-Comportamental, aonde a cognitiva tem o objetivo em modificar os pensamentos considerados disfuncionais a fim de perceber a realidade de forma mais objetiva e funcional, e o tratamento comportamental baseia-se em exposições e experimentos comportamentais, assim as estratégias de intervenção utilizadas pelo psicólogo para com pacientes com Transtorno do Pânico a partir de estabelecer um rapport, oferecer informações básicas sobre o problema e o seu tratamento, coletar informações complementares e estabelecer metas, a psicoeducação, técnicas para enfrentamento da ansiedade, reestruturação cognitiva, exposição interoceptiva e naturalística, In vivo, exposição ao vivo para a conduta evitativa, esclarecimento do curso do TP, conceituação do TP, agorafobia, pânico, exercícios de reciclagem respiratória e relaxamento muscular, identificação de cognição não adaptativa e reorganização cognitiva e exercícios de indução de sintomas, no intuito de que o paciente aprenda a lidar com os sintomas físicos do ataque de pânico, afim de estimulá-lo a enfrentar as principais situações que teme por medo de passar mal e não encontrar saída ou ajuda. Consideram-se os resultados finais ainda em andamento.

**Palavras-Chave:** Transtorno do Pânico. Psicologia. Tratamento. Intervenções.

---

## TRANSTORNO Opositor DESAFIANTE: UMA REVISÃO DE LITERATURA A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DO FENÔMENO EM AMBIENTE ESCOLAR

Vinicius Eiske Omae Oliveira, Mayara Vilas Boas, Cristiane Pereira Marquezini, Lúri Yrving Müller Da Silva

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdade da Alta Paulista, Rua 7 Setembro, 1053.. Bastos - SP. omae-1997@hotmail.com

**Resumo:** Durante estágio em psicopedagogia institucional, realizado por estudantes do quarto ano de graduação em psicologia em instituições educacionais municipais e estaduais localizadas numa cidade do interior do estado de São Paulo, deparamo-nos com queixas dos docentes das escolas acerca do comportamento desafiante. Sobre este, observamos que tais condutas

compareciam no atendimento com um grupo de crianças. Tais escolares eram do sexo masculino, com idades entre 10 e 14 anos e frequentavam o Ensino Fundamental I e II do ensino Básico. No decorrer de nossas práticas interventivas na escola, constatamos a presença do referido comportamento. De maneira resumida, ele pode ser definido como a negação, por parte dos alunos, em realizar as atividades solicitadas pelos estagiários. Diante destes fatos, nos indagamos o que seria, de fato, o intitulado “comportamento desafiante” e o como a literatura científica abordava este fenômeno? Dessa forma, realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca do Transtorno Opositor Desafiante (TOD) para compreender sua etiologia e sintomas. Nossa inquietação, justifica-se no fato de que ele se tornou mais uma das causas atribuídas ao mal rendimento do escolar, prestando-se a rotular aqueles que apresentam “dificuldades em seguir as regras”. Diante desta problemática, e, com o objetivo de compreender o fenômeno, realizamos uma revisão de literatura, utilizando os descritores “Transtorno Opositor Desafiante”, “escola” e “instituições educacionais”. Foram utilizadas as bases de dados Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Nelas pesquisamos os artigos publicados no período de 2000 a 2019, sendo neste intervalo de tempo encontrados 14 trabalhos. Dentre os artigos localizados, verificamos que na Educação Infantil, este transtorno é identificado por autores que trabalharam com a queixa a partir de abordagens teóricas diferentes. Destacamos o modelo cognitivo-comportamental, cujo intuito é o de modificar o comportamento opositor. Observamos, também, nessa modalidade do ensino, artigo que ilustra as contribuições da psicomotricidade no enfrentamento do citado fenômeno. O citado modelo, considera as atividades lúdicas um meio de acessar o sujeito e melhorar o desenvolvimento sócio-moral, cognitivo e motor, por intermédio do próprio corpo. Por sua vez, localizamos, na literatura sobre a temática, uma crítica a partir do conceito Foucaultiano de “dispositivo de segurança” a respeito do transtorno. Esta leitura considera-o uma doença constituinte de um destino: a delinquência, assim, a preocupação não estaria no sofrimento do sujeito, mas, no mal-estar social que este possa vir a causar. Em contrapartida, foi encontrado um estudo onde os autores buscam caracterizar o TOD e suas formas de diagnóstico, como uma comorbidade recorrente na infância, associando-o ao TDAH. Em suma, observamos que as narrativas elucidam o TOD com representações, leituras e formas de enfrentamento diversos, o que denota a relevância do estudo do fenômeno na contemporaneidade e, por sua vez, a importância da realização de pesquisas sobre o Transtorno Opositor Desafiante em instituições educacionais para uma melhor compreensão e, conseqüentemente, a tomada de ações eficazes no seu enfrentamento.

**Palavras-Chave:** Transtorno Opositor Desafiante. Escolas. Revisão De Literatura. Psicologia Da Educação.

---

## TRIBUNAL DO JÚRI

Ede Donizeti da Silva Junior, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Rua Brasil, 110. Bastos - SP. junior\_super@hotmail.com, transportadorasilva@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por foco a revisão criminal e a soberania do tribunal do júri apresentar pontos para uma reflexão mais profunda sobre a revisão criminal perante o Júri, bem como expor as controvérsias em face à soberania do Tribunal do Júri. A mencionada ação visa favorecer o condenado com a absolvição, redução de pena imposta, alteração da classificação do crime

ou anulação do processo que apurou em condenação. Além de mais, para a admissão do recurso da revisão criminal, o princípio constitucional da soberania dos veredictos não pode ser afrontado. Para tanto, o presente estudo tem como objetivo geral debater sobre a possibilidade de revisão criminal alterar as decisões soberanas do Tribunal do Júri, em que o réu é julgado e condenado por seus pares. A metodologia a ser utilizada será através de pesquisa qualitativa, realizada em método dedutivo e de procedimento técnico bibliográfico e documental. Por fim, será realizada uma análise quanto a possibilidade de aplicação da revisão criminal face ao princípio da soberania dos veredictos, bem como a base principiológica do processo penal e do Tribunal do Júri. Considera-se que, com o presente estudo que há a possibilidade de se aplicar a revisão criminal pelo Tribunal de Justiça nas decisões proferidas pelo Tribunal do Júri, em que o réu é condenado por seus pares sem afrontar o princípio constitucional da soberania dos veredictos. A revisão criminal determina uma análise detalhada das provas a respeito para se chegar a uma verdadeira e eficaz tutela jurisdicional e corrigir com exatidão algum erro proferido pelo julgador ou pelos jurados do júri

**Palavras-Chave:** Tribunal do Júri. Revisão Criminal. Soberania. Veredictos. Condenado.

---

## **TRIBUNAL DO JÚRI: UM ESTUDO ACERCA DA INCOMUNICABILIDADE E DAS DECISÕES IMOTIVADAS DO CONSELHO DE SENTENÇA**

Jessica Fernanda Gomes de Oliveira, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Altino Martinez, 51 A. Tupã - SP. jessicaf\_jehf@hotmail.com, jessicafernandagomesdeoliveira@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem como objeto de estudo o tema tribunal do júri, no que tange a falta de comunicação entre os jurados leigos e a falta de motivação das decisões proferidas pelo conselho de sentença. O rito procedimental especial do Tribunal do Júri possui diversas problemáticas que o envolvem, mas a questão que é mais discutida no mundo jurídico é sobre a ausência de motivação e a falta de comunicação dos jurados em suas decisões, e se tais problemas podem violar os direitos e as garantias do acusado amparadas pela Constituição Federal. Este trabalho tem como objetivo analisar de forma crítica o procedimento do Tribunal do Júri e seus aspectos gerais, bem como analisar o conselho de sentença, no que versa sobre a capacidade dos jurados leigos de proferir decisões sem motivações, com base, apenas, na concepção moral individual de cada ser, ferindo a Constituição Federal acerca do direito ao acusado ser julgado por uma decisão devidamente fundamentada, respeitando o princípio do devido processo legal. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com base nos portais Capes, Scielo, Sophia e Minha Biblioteca da Faculdade de Direito da Alta Paulista – Fadap, extraindo conteúdos de doutrinas, jurisprudências e das legislações vigentes que versam sobre o referido tema. Considerou-se, a partir das leituras dos materiais bibliográficos que há possibilidade de ocorrer situações que podem tornar o julgamento do Tribunal do Júri proferido pelo conselho de sentença um prejuízo ao acusado, se submetendo aos recursos que podem ser aplicáveis a estas decisões que, muitas vezes, são originadas por equívocos tanto na formulação dos quesitos, como na contradição das respostas proferidas pelos jurados, uma vez que estes não possuem saber jurídico e não se comunicam entre si para que produzam uma decisão parcial,

respeitando a Constituição Federal no que versa sobre os direitos e garantias do acusado de cometer crimes dolosos contra a vida.

**Palavras-Chave:** Julgamento. Tribunal Do Júri. Jurados Leigos. Direitos E Garantias. Constituição Federal.

---

#### **TRILHOS DA HISTÓRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO NO MUNICÍPIO EM PANORAMA-SP**

Pedro Henrique Torcato Martins, Bruno Pinto Soares

Autor(a) curso de HISTÓRIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua General Vargas 1809. Pauliceia - SP. pedro-htm@hotmail.com

**Resumo:** A pesquisa terá por objetivos analisar a história da estação ferroviária do município de Panorama, discutir sobre as funções das ferrovias nos municípios do estado de São Paulo e compreender como ocorreu a dispersão desta ferrovia na Nova Alta Paulista. O trabalho recorrerá a fontes primárias: documentos públicos, mais especificamente da prefeitura de Panorama, artigos de jornais, fotografias e entrevistas com os moradores mais antigos do município de Panorama-SP, e também a fontes de caráter secundários usando de artigos, dissertações, teses e livros, o artigo confronta as diferentes fontes, sejam essas de natureza primárias ou secundária no intuito de encontrar convergências entre essas, validando as informações, e reconstruindo com maior propriedade a relação do município fronteiriço com a ferrovia. Conclui-se que apesar da ferrovia ter surgido e crescido em função do café na área denominada Nova Alta Paulista, outros commodities também possuíam expressiva representatividade no trecho Bauru-SP/Panorama-SP. A cidade de Panorama constitui-se enquanto excelente exemplo fins de análise desses demais commodities, já que neste município o transporte de trigo, grãos além do café, minérios: areia, pedra e argila, além de produtos processados para fins de uso na construção civil como telhas e tijolos, era significativamente maior do que o transporte de café. O endemismo econômico de Panorama-SP- diante da conjuntura regional marcado pela cafeicultura, explica-se em função de sua localização privilegiada, banhada pelo rio Paraná, o município tornou-se um elo entre o trecho hidroviário do rio que atravessa a cidade e o fragmento ferroviário Panorama/Bauru, permitindo que outras regiões escoassem sua produção tendo à urbe como articulação, o que gerava emprego, trabalho e renda no município durante o período de funcionamento da linha férrea.

**Palavras-Chave:** Transporte Ferroviário. Café. Panorama. Nova Alta Paulista. Hidro Ferrovia.

---

#### **TRIPARTIÇÃO DOS TRÊS PODERES NA LEGISLAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA**

Gustavo de Souza Murasaki, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Godie Egydio Fernandes. Tupã - SP. murasaki2017@outlook.com.br

**Resumo:** A criação e a divisão dos três poderes que regem um estado e uma federação foram estudadas desde a Grécia antiga onde os filósofos se preocupavam em entender como as decisões afetavam as pessoas, pois naquela época cada um tinha a suas regras e resolvia seus assuntos da maneira que achava correto, já no iluminismo esses poderes tiveram sua ascensão, pois diante dos estudos realizados entendeu-se que todo o poder não devia ficar somente na mãos da monarquia e o rei como seu chefe seria apenas um mero chefe de estado e não de uma nação portanto tendo seu poder reduzido, assim esses estudos foram evoluindo ao longo do tempo até chegar ao que conhecemos hoje, os três poderes que regem uma federação, um estado e um município, concentrando a decisão nas mãos de um conjunto de indivíduos habilitados para toma-las, nesse sentido o objetivo desse projeto foi mostrar a importância da repartição dos três poderes ao longo da evolução do ordenamento jurídico, contextualizando sua história e demonstrando sua importância para a eficácia da aplicabilidade da lei. A metodologia empregada constitui uma revisão de literatura, a partir de livros e artigos científicos presentes nas revistas de direitos contidas na base de dados Scielo, utilizando-se como descritores: tripartição dos três poderes, histórico, ordenamento jurídico e lei. Obteve-se como resultado parcial desta análise que a tripartição dos três poderes contribui de forma eficaz para a aplicabilidade da lei, respondendo assim a questão geradora desse projeto: Qual a importância da tripartição dos três poderes para a história do ordenamento jurídico? Assim conclui-se que os três poderes foram criados a fim de tornar a justiça, mais justa e igualitária, todavia dividir tais poderes em três esferas buscou garantir uma maior aplicabilidade da lei, tornando-a eficaz.

**Palavras-Chave:** Tripartição dos 3 Poderes. Histórico. Ordenamento Jurídico. Lei.

---

## TUTELA PROVISÓRIA DE EVIDÊNCIA

Rafaela Silva Pardo Soares, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua São João, 200. Tupã - SP. rafaelaspsoares@hotmail.com

**Resumo:** A pesquisa tem por objeto de estudo a Tutela Provisória de Evidência que é considerada um novo instituto do Código de Processo Civil de 2015, que busca demonstrar quais os seus efeitos, se há eficácia na prática e em quais casos cabem a sua utilização, tendo como objetivo entender o porquê da necessidade de um instituto específico. Busca-se com a pesquisa mostrar para os estudantes, aplicadores do direito e outras pessoas da sociedade, que possuem interesse no assunto, se há necessidade de estar comprovado o *fumus bonis juris* e o *periculum in mora* como nas outras modalidades de tutela provisória; se realmente esse direito será amparado no fim do processo; e de que maneira é realizada a sua aplicação na prática. Para alcançar o objetivo será utilizado o método de pesquisa qualitativa buscando alcançar o resultado almejado através de pesquisa bibliográfica, valendo-se de doutrinas, livros jurídicos, análise do Código de Processo civil e exame de jurisprudências. Assim, pretende-se demonstrar que o *periculum in mora* não precisa estar presente, tendo o réu, inclusive, direito ao contraditório e ampla defesa antes do deferimento da tutela objeto de estudo. Também serão analisados julgados de tribunais de diferentes estados para evidenciar que já está sendo um instituto utilizado na prática. Por fim, explicar-se-á em quais momentos na prática é julgado improcedente ou procedente o pedido e quais os motivos para o seu deferimento ou indeferimento.

Demonstramos, assim, que a tutela provisória de evidência não se trata de um instituto novo, pois já estava presente nos procedimentos especiais.

**Palavras-Chave:** Tutela Provisória. Evidência. Novidade. Eficácia. Processo Civil.

---

## UM NOVO OLHAR AO DIREITO À PRIVACIDADE NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS PÓS-LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Matheus Dourado Carneiro da Silva, Laiane Caroline Ortega, Luciana Renata Rondina Stefanoni

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua José Gomes, 341. Santa Fe Do Sul - SP. mdc.93@outlook.com, mdc.93@gmail.com

**Resumo:** Com base na reflexão sobre o Direito Humano à privacidade, protegido pelo artigo 12, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o presente estudo tem como objetivo definir limites entre o direito à privacidade frente aos avanços do direito comercial e digital, estabelecendo mecanismo de controle ao saudável progresso econômico frente a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados. Baseando-se em análise de casos práticos e material acadêmico específico, este artigo em andamento visa estabelecer mecanismos à devida proteção de dados e da privacidade, apontando a autorregulação como possível meio à prevenção de eventuais vazamentos ou usos indevidos de dados pessoais, especialmente daqueles que manifestam o não-consentimento com o tratamento para fins comerciais. Com o aumento do debate sobre proteção de dados pessoais, e sua íntima relação com o direito humano à privacidade, o presente estudo iniciou-se na análise da LGPD. Após isso, foram analisados os casos de abuso entre o binômio privacidade e comércio/revolução digital, encontrando-se no Brasil o caso da “Decolar.com”, que foi multada em R\$7,5 milhões pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), por violar a privacidade dos consumidores, discriminando-os em razão de sua localização de compra (EBC, 2018). Na sequência foram pesquisados livros, artigos e teses acadêmicas, demonstrando o comportamento de países que já estão sob um regime jurídico de defesa aos dados pessoais, levando ao encontro do emblemático caso Facebook, que está sendo investigado pela Federal Trade Commission, por suposta venda de dados dos usuários, sem seu consentimento, para a gigante varejista Amazon, envolvendo também um debate jurídico no âmbito concorrencial. Atualmente, a pesquisa concentra-se em detectar novos embates entre o referido binômio em decisões do Poder Judiciário, bem como apontar possíveis ferramentas que equilibrem esse difícil embate, analisando, para tanto, o material doutrinário. Concluiu-se preliminarmente que a utilização de programas de compliance seria uma grande alternativa para que o direito à privacidade seja respeitado, e que o consumidor não seja vítima, como outrora, dos abusos empresariais decorrentes da equivocada utilização do livre mercado, como nos casos “Facebook” e “Decolar.com”. Conforme preceitua Bioni (2019, p. 94), “[...] a evolução do direito à privacidade, que englobaria o direito à proteção de dados pessoais, consistiria em uma proteção dinâmica e em uma liberdade positiva do controle sobre as informações pessoais”. Todavia, a liberdade caminha paralelamente à responsabilidade, e assim, a regulação estatal e a contínua fiscalização são cruciais para o efetivo cumprimento das determinações da LGPD e da vontade de cada indivíduo. Seguramente, é possível concluir que a proteção de dados, e consequente proteção ao direito à privacidade, são aliadas à proteção do consumidor e do fomento a concorrência. É possível mensurar que a proteção ao direito à privacidade parece simbolizar um “entreve” à big data e a outros mecanismos de tratamento de dados. No entanto, não podemos esquecer que

dados não são meramente “petróleo” ou números, mas sim características de um povo, e até mesmo de um único cidadão, que pode desejar o Direito ao seu anonimato.

**Palavras-Chave:** Direito À Privacidade. Direitos Humanos. Dados Pessoais. Lgpd.

---

## UMA ANÁLISE DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E DA TRANSFOBIA

Daniele Esteves Bisterço, Fernanda Stefani Butarelo

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Prudente De Moraes N°198. Adamantina - SP. daniele\_bisterco@hotmail.com, danielebisterco@gmail.com

**Resumo:** O STF está regulamentado nos artigos 101 a 103 da CF, tratando-se do órgão judicial brasileiro mais antigo, o STF encontra-se no topo da organização judiciária, caracterizando-se como órgão de cúpula do Poder. No que se refere a sua composição, o STF é formado por onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade, brasileiros natos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, em conformidade com o que preveem os artigos 12, § 3º, IV e 101 da CF. Os Ministros do STF são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. A função primordial do STF é a de tutelar a Lei Maior, assim como assegurar o seu respeito e supremacia em todo o país. Tal missão é realizada através de vários mecanismos, sendo um deles o controle concentrado de constitucionalidade, com as ações: ADI, ADPF, ADO e ADC. No presente estudo será apresentada a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão em relação à criminalização da Homofobia e da Transfobia. A ADO é uma ação de controle concentrado de constitucionalidade, cujo intuito primordial é tutelar a ordem constitucional objetiva, que se vê abalada e ferida diante da inércia governamental em regulamentar e concretizar as disposições constitucionais. Na ADO n° 26 questionava-se a inércia legislativa do Congresso Nacional em editar lei para criminalizar todas as formas de homofobia e transfobia, nos termos do art. 5º, XLI e XLII da CF e do Princípio da Vedação da Proteção Deficiente. Verifica-se que, por maioria dos votos, a Corte reconheceu a mora do Congresso Nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBT. Os ministros Celso de Mello, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes votaram pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria. Apesar de algumas controvérsias, o termo homofobia refere-se ao preconceito contra homossexuais, já o termo transfobia refere-se ao preconceito contra travestis, transexuais e transgêneros. O Direito Penal exerce a função de controle da sociedade, devendo ser elaborado de acordo com a Constituição Federal e seus princípios, observando principalmente o Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal e o Princípio da Anterioridade da Lei Penal, uma vez que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (artigo 5º, XXXIX da CF). Considerando a importância do Princípio da Legalidade para o Estado Democrático de Direito, entende-se que é vedado criar crime por analogia. Assim, o presente trabalho visa refletir sobre a decisão do STF relativa à criminalização da homofobia e da transfobia, pois embora se entenda que todas as discriminações atentatórias dos direitos e das liberdades fundamentais devam ser punidas e que há uma mora do Congresso Nacional sobre a matéria, o papel do STF é

interpretar a Constituição Federal e não legislar e em matéria criminal somente a Lei pode criar norma incriminadora, sob a pena de afrontar o Princípio da Separação dos Poderes (artigo 2º da CF) e trazer insegurança jurídica para a sociedade.

**Palavras-Chave:** Princípio Da Separação dos Pod. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Homofobia E Transfobia. Princípio Da Legalidade.

---

#### **UMA ANÁLISE DA LOGÍSTICA DE UMA REDE DE SUPERMERCADOS LOCAL**

Abigail Fernanda Jordani, Alceu Teixeira Rocha

Autor(a) curso de ADMINISTRAÇÃO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Esmeralda, 335. Adamantina - SP. abigailjordani@gmail.com, abigailjordani@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho visa um estudo de caso sobre a logística da distribuição de carnes ao açougue de uma rede de supermercados instalada na cidade de Adamantina. Apresentação da logística utilizada atualmente pela rede de supermercados, com detalhes sobre a produção, abate, e transporte das carnes aos supermercados da rede. Análise dos problemas enfrentados na atual logística da empresa, com apresentação do problema, e argumentação de possível solução a ser implantada pela mesma, com base nos desejos que ela apresenta sobre sua logística e cenários de crescimento, a viabilidade desse plano, e possíveis impactos na economia local. Uma logística bem estruturada e bem gerenciada contribui para o funcionamento tranquilo da empresa, com redução nos problemas enfrentados, e, por consequência, menor pressão sobre os funcionários, o que contribui para um melhor ambiente de trabalho. O estudo de caso visa não apenas a melhoria da logística da unidade de Adamantina, mas uma ferramenta que pode ser implementada em todas as unidades dessa rede de supermercados, contribuindo para o crescimento estável dessa empresa, aumento dos lucros, maior aproveitamento de todos os recursos que essa nova logística poderá trazer, além da otimização do mesmo, agregando maior valor à marca. O trabalho será apresentado sem mencionar o nome da empresa, ou dos funcionários que contribuíram com informações durante a pesquisa, uma vez que foi solicitado pela empresa estudada. Esse estudo de caso foi realizado com base nos estudos teóricos das aulas do curso de Administração do Centro Universitário de Adamantina – Unifai.

**Palavras-Chave:** Logística. Administração. Comércio.

---

#### **UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O DIREITO ISLÂMICO**

Maria Beatriz Oliveira Pereira, Tiago Rafael dos Santos Alves

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade da Alta Paulista, Rua José Bernardino, 301. Tupã - SP. maria\_beatrizoliveira@hotmail.com

**Resumo:** No decorrer dos anos as sociedades como um todo foram desenvolvendo-se e estabelecendo suas espécies de direito baseando-se em suas perspectivas e conhecimentos adquiridos a partir de suas culturas. Fundamentando-se nesse conceito, de

que culturas e suas manifestações de direito seguem linhas diferentes, o objetivo deste trabalho é entender e aprofundar-se no direito islâmico, fazendo um leve comparativo com o direito ocidental, trabalhando principalmente na comparação com o direito brasileiro. Compreendendo que o direito por si só já é muito variado, pois parte de características próprias baseadas na cultura onde está inserido. O trabalho visa estabelecer um olhar ao mundo islâmico. Como se dá a divisão entre os diversos conjuntos pertencentes a este grupo religioso. Os países atualmente islamizados e quais suas vertentes (de que maneira esses diferentes países aplicam esta religião), como se dá a origem deste direito, como evoluiu e quais a semelhanças e diferenças com o atual direito brasileiro. Originalmente há uma divisão desse povo, que teve início após a morte do profeta Maomé. Esta separação se dá em dois grandes grupos, os Xiitas e Sunitas, embora ainda existam, outros pequenos grupos como por exemplo os Alauítas. Atualmente muitas localidades seguem os ensinamentos e profecias do alcorão, livro pertencente ao Islamismo. Países como a Arábia Saudita e o Afeganistão. Existem também regiões muçulmanas que conciliam sua religião com os sistemas jurídicos de seus colonizadores, como acontece com o Paquistão e Bangladesh que utilizam o common law inglês. A fundamentação do direito Islâmico se baseia nos ensinamentos de Maomé, tido por seguidores como o último profeta e adota como livro sagrado, o Alcorão, que sucede-se igualmente como livro de leis, consideradas sagradas e denominadas de Xaria (é a ciência dos direitos e deveres, das recompensas e penas espirituais, ou seja, a jurisprudência) é imutável, mas acaba acompanhando a evolução social e política dos Estados muçulmanos mais modernos. Contendo poucas disposições obrigatórias, que abrem margem para a introdução de princípios mais modernos, desde que não contrariem a Xaria. Por exemplo o Qânouns, direito laico à margem do direito religioso. Com relação a jurisprudência brasileira comparada com a islâmica, todo o sistema doutrinário de leis do Brasil não é baseado na religião, partindo do princípio de o Brasil é um Estado Laico, compreendendo assim que toda sua fundamentação se dá a partir do direito positivo, baseando-se também em seus usos, costumes e tradições. Ao contrário do direito islâmico que é todo ou grandemente fundamentado no alcorão e nas palavras, leis, lendas e histórias de Maomé (hadith). A metodologia utilizada para a realização deste trabalho consiste-se em pesquisas bibliográficas. Com base nas pesquisas realizadas e nesta união de dados obtidos, serão apresentadas as principais características culturais, históricas e sociais que podem acontecer no direito e por que elas acontecem relacionando-as ao direito islâmico e brasileiro. Portanto, conforme os aspectos apresentados, é possível compreender por meio da materialização de dados, o enfoque heterogêneo e comparativo para este direito e como ele se constitui.

**Palavras-Chave:** Direito Islâmico. Fundamentação do Direito. Semelhanças e diferenças. História do Direito.

---

#### **VARPA: DO IDEAL MESSIÂNICO À INTEGRAÇÃO NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA ALTA PAULISTA (1922 – 1940)**

Carlos Maria dos Santos Silva, Mateus Barroso Sacoman

Autor(a) curso de HISTORIA - CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA, Rua Júlio De Castro, 136. Tupã - SP.  
carlos.santos.cmss@gmail.com, nataliacarolinamaria@hotmail.com

**Resumo:** Varpa, cujo nome leito significa espiga, localiza-se no sul do município de Tupã, estado de São Paulo, à margem direita do Rio do Peixe. Seu apogeu ocorreu entre os anos de 1922 a 1940, período em que a colônia chegou a ter cerca de 2400 habitantes, um número bastante relevante à época. Nesse período os imigrantes fundaram escola, enfermaria, carpintaria, e, a

maior igreja Batista do Brasil. Hoje em dia, os filhos dos imigrantes letos que permanecem em Varpa, continuam com sua prática religiosa e sobrevivem da agricultura e à venda de produtos artesanais, sendo o turismo um complemento a renda local. Vivendo nas últimas décadas um considerável declínio populacional por falta de emprego e melhores condições de vida, atualmente restam na colônia alguns poucos habitantes, sendo ao todo, cerca de 630 segundo dados recentes do IBGE. Esses poucos habitantes tentam zelar pela sua cultura, e manter sua história viva na memória de seus descendentes. Além do comércio de produtos gastronômicos caseiros, da arquitetura típica e do ecoturismo da fazenda Palma, Varpa apresenta ainda o Museu Janis Edbergs, com rica coleção catalogada do povo leto. Esta colônia, cuja fundação foi motivada por ideais messiânicos, e por sua peculiaridade ante ao desenvolvimento regional da economia, que era voltado para o cultivo do café, se auto proclamava independente, afirmando ter um surgimento promissor em seus primeiros anos.

**Palavras-Chave:** Imigração. ovimento messiânico. Varpa. Colonização da Alta Paulista.

---

## **VIDAS DESPREZADAS: CRIME, VIOLÊNCIA E O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO**

Lara Hauschil Romão, Ademir Gasques Sanches

Autor(a) curso de DIREITO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÉ DO SUL, Rua 14, 884, Apartamento 1. Santa Fe Do Sul - SP. lararomao45@gmail.com, laraurinho@hotmail.com

**Resumo:** O estudo analisa as características do sistema punitivo brasileiro, conhecendo a instituição entre si, observando a sua finalidade para com a ressocialização do agente infrator e a sua restauração à sociedade, em um cenário onde sobrevive a necessidade de respeitar e proteger os direitos e garantias fundamentais do ser humano, a sua integridade física e moral, onde simultaneamente reputamos o a utilização do direito penal e processual penal como um importante mecanismo da Política Pública, de forma a atender ou compensar a ausência ou insuficiência nos conflitos coletivos. Em consequência, o estudo do duelo com a criminalidade, que não opera nas causas das infrações de forma efetiva, reduzindo-se meramente a atenuação incapaz e precipitada das consequências, ao mesmo passo em que revigoram a supressão de capacidade do preso para a posterior convivência me sociedade. O projeto de Lei para a redução da maioridade penal também apresenta reflexos da falta de estrutura do Poder Judiciário, é necessário que existam medidas para prevenir que os adolescentes cometam infrações, com base em uma função social forte e não exclusivamente em reprimir. Apresentando a verdadeira máscara das condições carcerárias no Brasil, que despreza seja qual for o fragmento para a quebra dos vícios de criminalidade, provocando o reexame para que o sistema volte a ser bem-sucedido e desenvolvendo, à vista disso, a aplicação de penas ou medidas alternativas para a efetividade do sistema e recuperação do condenado. O trabalho foi realizado por meio de revisão de leitura, com pesquisas em sites e livros de referência para a área.

**Palavras-Chave:** Sistema Punitivo. Ressocialização. Direitos E Garantias Fundament. Criminalidade. Conflitos Coletivos.

---

## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

Letícia Rocha Da Silva Fernandes, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de Direito da Alta Paulista, R. Pedro Alexandre da Siva, 20. Tupã - SP. le-ti-fernandes@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem por objeto de pesquisa a Violência Doméstica contra a Mulher, visando deslumbrar os fundamentos legais concernentes a Lei Maria da Penha e como atuam os envolvidos da situação em vista de tal, como o agressor, a vítima, a sociedade e o Estado, para assegurarem que parâmetros como os impostos na lei supracitada sejam cumpridos, assim analisando se estariam aquém os incidentes de violência doméstica caso houvesse maior movimentação populacional e estatal. A violência doméstica defronte a feminilidade se origina por "tradição", ou seja, é decursivo das primordiais concepções formadas de que o homem é o ser forte e audaz, sendo assim o patamar mais elevado dos seres humanos, estando aquém os homens cujas características másculas não predominem, como também as crianças e as mulheres. Contudo, com a evolução que estamos propensos a vivenciar, as mulheres tomam o rumo da igualdade, se estabelecendo como independentes do homem, o que pode ser visto pelo gênero masculino como uma anomalia, causando a revolta e a violência. Assim, sendo cogente que este estudo seja realizado em vista da extensa relevância social que o tema possui atualmente. Foi-se concretizado o trabalho com pesquisas quantitativas e qualitativas, com pesquisas bibliográficas e de campo, utilizando-se de doutrinas, legislações, jurisprudências, além de análises de casos. Em consequência, é visto que nos últimos tempos as mulheres obtiveram progressos em relação aos seus direitos, como Lei Maria da Penha que vigora há 14 anos e ainda assim se vê diversos obstáculos para seu cumprimento, como não ser praticada, efetuada e nem garantida totalmente. Perante o estudo, se faz possível deslumbrarmos que a violência doméstica contra mulher está com altos índices, necessitando que haja maior auxílio do Estado e da população para que agressões físicas e morais não aconteçam em seu ambiente residencial.

**Palavras-Chave:** Mulher. Lei. Violência. Direito. Estado.

---

## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: INFLUÊNCIAS CULTURAIS E SOCIAIS**

Amanda Zacarias Garcia, Leandro Anselmo Todesqui Tavares.

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Faculdade da Alta Paulista, Rua Oscar Elias Bueno, 500. Tupã - SP. amanda.zgarcia@outlook.com, amandazgarcia@gmail.com

**Resumo:** O tema de estudo é um recorte oriundo de Projeto de Iniciação Científica, desenvolvido durante o quinto ano do curso de graduação em Psicologia na FAP (Tupã, S.P.), sob orientação na perspectiva da Psicanálise, em especial, a partir de linha de pesquisa dedicada a psicanálise em extensão (escuta da cultura, da sociedade e dos laços sociais). O interesse por esse estudo se deu a partir do aumento do número de casos de feminicídio e agressões contra mulheres, constantemente noticiados, considerando-se importante abordar o tema da violência doméstica no intuito de aclarar compreensões psicológicas possíveis acerca desta urgente problemática. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica delineando um trabalho de caráter teórico-reflexivo, sendo pesquisados artigos científicos com referência à violência contra

mulher e que se relacionam também com a psicanálise. De acordo com os estudos, influências sociais e culturais constroem características da personalidade tanto da mulher quanto do homem, e assim, questões históricas referentes à dominação dos homens para com as mulheres permitiram que a violência doméstica se tornasse banalizada e comum (WOBERTO, 2013). Além disso, observou-se que as mulheres que crescem em ambientes violentos tendem a escolher relacionamentos similares como forma de repetição inconsciente (repetições traumáticas e de gozo) das vivências infantis e das relações que tiveram com os pais e/ou demais figuras importantes (LIMA e WERLANG, 2011); somado a isso, a mulher na sua posição subjetiva de castrada se vê como faltante, e busca encontrar no homem (marido) o que falta nela, caracterizando um sentimento de dependência por ele e suportando agressões (NAVES, 2014). Todas essas questões ocorrem de maneira inconsciente, pois o Id motiva as escolhas de objeto de acordo com vivências positivas e negativas (FREUD [1920]/1987). Já o homem, que é o agressor, por certa perspectiva, também é uma vítima de uma sociedade machista que o educou como alguém que deve dominar sua esposa, que deve sempre comandar, do mesmo modo que as experiências em um ambiente violento não o ensinaram a lidar com frustrações e angústias, assim, tende a reproduzir comportamentos agressivos ao pensar que pode perder o objeto amado (a mulher) ou que foi desrespeitado de sua função dominadora (NARDI e BENETTI, 2012). Portanto, foi possível através da psicanálise entender que tanto a vítima quanto o agressor tem suas características parcialmente determinadas durante a infância, de onde recebem os primeiros cuidados e acabam vivenciando as primeiras situações de violência, tornando aquele ambiente em situações naturais e cotidianas. Assim é a cultura machista enraizada na sociedade, enquanto modos de discurso do Outro (inconsciente social) que permite e estimula que a mulher continue a ser violentada. Enfatizamos ainda que, não somente o determinismo nos processos infantis será, em boa parte, constitutivo de comportamentos e ações na vida adulta, mas, no que se refere a cultura de violência contra a mulher, demarcamos a transmissão ideológica e cultural de narrativas que contribuem para a mitigação da violência e subjugação da mulher na sociedade, legitimando como formas de gozo a agressividade e o desenlace social (violências).

**Palavras-Chave:** Violência. Mulher. Cultura. Machismo. Psicanálise.

---

## **VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

Maria Eduarda Fogaça Kodaka, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - faculdade de direito da alta paulista, Rua Rui Wagner Garcia 175 Kitnet 5. Tupã - SP. dudaf.kodaka@gmail.com, dudaf.kodaka@icloud.com

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo apresentar um estudo sobre a violência intrafamiliar contra criança e adolescente vivenciadas no mundo atual. Estudos mostram que no Brasil cerca de 68% das crianças e adolescentes até 14 anos já sofreram algum tipo de violência corporal em casa, o problema abordado foi o excesso de poder disciplinar e coercitivo dos pais na forma de educar os filhos. Destacando também as diversas formas de violências, como sexual, psicológica e até mesmo por omissão. Importante destacar sobre a violência sexual normalmente praticada pelos pais ou padrastos que em diversos casos é acobertada pela mãe por medo de algo pior ou até mesmo pela falta de humanidade da mesma que escolhe entre o bem-estar e satisfazer as vontades e desejos de seu companheiro, coagindo psicologicamente a criança a não comentar com outras

peçoas, ou até mesmo fazendo-a acreditar que a culpa pelo ato sofrido foi dela mesma. A partir dessas informações percebemos que é de suma importância o papel da escola em prevenir e informar as crianças e adolescentes sobre os diversos tipos de violências existentes tanto no âmbito familiar como em outras situações, dando o suporte adequado e passando a confiança de que fará o possível para ajuda lá quando questionadas, papel em que familiares próximo também devem exercer ao notar algo de estranho no comportamento da criança ou adolescente, é importante citar o artigo 5º do ECA que descobre sobre as medidas de proteção da criança e do adolescente quando algum direito for ameaçado ou violado, destacar também os artigos 150 e 151 do ECA, que cabe ao Poder Judiciário na elaboração de proposta orçamentarias para prever recursos de manutenção de equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude que tem por atribuições desenvolver trabalhos de aconselhamentos, orientações, encaminhamentos e prevenções sobre a imediata subordinação à autoridades judiciais. O propósito do trabalho é compreender as diversas formas de violências e os meios de proteção para buscar o bem-estar das crianças e adolescentes. A metodologia da presente pesquisa foi desenvolvida através de leituras de artigos periódicos, quais as bases de dados foram a Scielo e estudos da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa pesquisa tem como objetivo informar o dever do governo de tratar como questão de saúde pública prioritária as violências sofridas a crianças e adolescentes com base em estudos realizados na prevenção de violências, segundo o Ministério da Saúde. Trazendo a importância de informações claras as crianças e adolescentes, para que possam identificar qualquer tipo de violência e saibam a quem recorrer.

**Palavras-Chave:** Intrafamiliar. Violência. Família. Medo. Poder Judiciário.

---

## VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Bruna Tamires Pereira Pinto, Eliana Kátia Pupim

Autor(a) curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Caetés, 683. Tupã - SP. btamires\_@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho de monografia tem a finalidade de esclarecer a compreensão sobre a violência obstétrica. Define-se como uma forma de violência que ocorre no momento da gestação, parto, nascimento, pós-parto e até mesmo no atendimento ao abortamento. Tal violência é fortemente caracterizada pelos atos de violência física, emocional, verbal, simbólica, sexual e psicológica, podem-se mencionar também as negligências, discriminações, atitudes exageradas, desnecessárias e desaconselhadas, considerando assim, um grave problema de saúde pública no Brasil. Neste sentido, essa monografia tem por objetivo expor os possíveis impactos dessa violência, que por muitas vezes essas práticas são extremamente prejudiciais, desnecessárias e sem embasamento, levando a refletir o quanto desrespeitoso é com o corpo feminino e seus ritmos naturais. Com base nos estudos feitos, coleta de dados e em casos analisados é perceptível que devido ao momento de grande comoção, a mulher não percebe os atos violentos e exagerados durante o parto, fazendo com que considerem como atos comuns. A violência obstétrica ocorre em procedimentos comuns, tais como: Extração Manual da Placenta, Exame de Toque, Tricotomia, entre outros. Compreende-se que a mulher necessita das boas práticas, ser bem acolhida, ter sua privacidade respeitada, ter um atendimento humanizado e principalmente que os profissionais da saúde tenha uma boa comunicação, demonstrando ser sensíveis e compreensíveis. Por fim, essa monografia tem a intenção de resgatar a importância da

conscientização, da minimização e até mesmo a anulação definitiva de todas as práticas prejudiciais à saúde da mulher e do bebê praticada por profissionais da saúde em qualquer ciclo da gravidez.

**Palavras-Chave:** Violência Obstétrica. Parto. Saúde Feminina.

---

## **VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E AS RELAÇÕES FAMILIARES**

Eduarda Bastos Abraão, Juliene Aglio Oliveira Parrao

Autor(a) curso de SERVIÇO SOCIAL - Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, Rua Bahia, 435 . Presidente Prudente - SP. ebastos40@gmail.com

**Resumo:** O trabalho tem por finalidade discorrer sobre a violência sexual intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes, apresentando o período em que não havia uma proteção social às vítimas, dando sequência com o surgimento do Código de Menores, que, apesar de ter sido elaborado para atender questões relacionadas aos direitos da criança e do adolescente, não garantia de forma adequada, visto que os mesmos eram tratados como delinquentes vivendo à mercê do Estado. Posteriormente, busca apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente com uma nova concepção de proteção, rompendo com o tratamento em que a crianças e o adolescente estavam submetidos no Código de Menores. Além disso, destacar a relação familiar hierárquica como um dos principais motivos para o desenvolvimento da violência sexual tendo em vista que neste tipo de relação o adulto utiliza de seu poder sobre a criança para lhe satisfazer sexualmente. Em seguida, expor sobre as características de uma violência sexual intrafamiliar a qual ocorre principalmente pela ameaça, pelo uso da força e pela sedução, devendo ser vista como uma negação do direito que crianças e adolescentes devem ser tratados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Por fim, apresentar o amparo legal que prevê crime contra a liberdade e dignidade sexual da criança e adolescente além das principais mudanças ocorridas na legislação quanto a caracterização da violência e também sua aplicação aos que praticam tal delito. Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado a pesquisa bibliográfica e a eletrônica para melhor compreensão do fenômeno estudado.

**Palavras-Chave:** Violência Sexual Intrafamiliar. Infância. Família. Violação de Direitos.

---

## **VIVÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA: UM OLHAR DE ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA**

Elaine Barreto Correia Garcia, Leidiane Bezerra De Abreu, Claudia Regina Parra

Autor(a) curso de PSICOLOGIA - Fundação Dracense de Educação e Cultura, Rua Nestor Crepaldi N° 10 Casa 01. Dracena - SP. lainebarreto1@outlook.com, claudio.garcia.junior@hotmail.com

**Resumo:** Uma pesquisa realizada pelo IPEA no ano de 2015 informa que cerca de 100 mil pessoas são moradores de rua, a sua grande maioria está inserida na região central dos grandes municípios. Os motivos que possibilitaram essa situação de rua é a

exclusão social, falta de emprego, relações conflituosas com a família, o uso de droga e álcool e entre outros fatores. O objetivo deste estudo é apresentar um relato de experiência de alunos do Curso de Graduação em Psicologia, descrevendo a história de três moradores de rua, e os significados atribuídos a essas vivências. Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre as consequências do álcool aos moradores de rua. Foi realizada uma entrevista estruturada no primeiro semestre de 2019, sendo amostra composta por três moradores de rua da cidade de Dracena-SP. Os dados foram transcritos e tabulados em planilha Excel e depois organizados para serem analisados. Com a análise das entrevistas, foi possível verificar que a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados com a família, falta de habitação convencional regular, sendo compelido a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente. A análise dos dados indica a necessidade de um olhar que transcenda ter cuidados com essas pessoas em situação de rua para além das necessidades básicas, suprir também suas necessidades mentais, emocionais, e psicológicas. Assim, destaca-se a necessidade de se pensar em espaços onde essas pessoas possam ser ouvidas e ressignificarem questões pertinentes a dependência química e a vulnerabilidade social. Não obstante, é importante que durante a graduação os acadêmicos possam refletir sobre questões que estão inseridas na prática profissional futura.

**Palavras-Chave:** Moradores De Rua. Drogas. Alcoolismo.

---